

Atas da Comissão de Estudos
e Elaboração Final do
Projeto de Reforma
do M. R. E. e

Relatório final

Rio de Janeiro, 1953

(Cópia da Biblioteca)

RR
544.695

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES *Rebentura*

Sessão de instalação, realizada no Ministério das Relações Exteriores em 4 de agosto de 1952.

ATA SUMÁRIA

Presentes: Embaixador João Neves da Fontoura - Ministro de Estado das Relações Exteriores
Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente da Comissão
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Doutor Arizio de Vianna
Doutor Francisco Clementino de San Tiago Dantas
Secretário Roberto de O. Campos
Secretário Antonio Azeredo da Silveira.

A Sessão foi secretariada pelo Cônsul Luiz de Almeida Nogueira Porto

Aberta a sessão às 12 horas pelo Embaixador João Neves da Fontoura, este agradeceu o comparecimento dos membros da Comissão, informando que, por motivo de força maior, não estavam presentes os Senhores Hermes Lima e Rômulo de Almeida. Fez, a seguir, uma exposição dos trabalhos preliminares no sentido de ser procedida a uma reforma do Ministério das Relações Exteriores, cuja necessidade já indicara no seu discurso ao assumir a respectiva pasta.

Declarou que a reforma, tem dois objetivos:

1ª) redistribuir os serviços da Secretaria de Estado segundo um critério de separação dos órgãos que planejam e fazem política, daqueles que executam serviços, evitando, a confusão de meios com objetivos e, pelo aumento dos quadros das diversas carreiras do Ministério, dotar esses órgãos de pessoal suficiente para o desempenho de suas funções; 2ª) proporcionar às Missões diplomáticas e Representações consulares pessoal administrativo brasileiro que passe

a executar, com economia para a Nação e maior rendimento dos serviços especializados, como os de criptografia, arquivo, dactilografia e taquigrafia, só para enumerar alguns, tarefa de que, até agora, têm sido encarregados os secretários e cônsules de carreira, com sacrifício de suas atribuições específicas.

Mencionou alguns dos princípios gerais que tinham orientado a elaboração do Projeto que ora apresentava à Comissão. Declinou que, nem sempre poderia ter o prazer de presidir os trabalhos pessoalmente conforme seu desejo. Faria nesses casos as suas vezes o Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha, a quem passou a presidência da sessão, terminando por formular votos para o melhor êxito dos trabalhos da Comissão. (Agenda 1)

Tendo assumido a presidência, o Senhor Vasco Leitão da Cunha fez um relatório detalhado do Projeto, esclarecendo que este não representava a última palavra da Casa sobre a reforma; algumas das sugestões tinham sido recebidas posteriormente e sua elaboração. Ele próprio tinha algumas idéias sobre a reestrutura da Secretaria de Estado e das carreiras do Ministério das Relações Exteriores que do Projeto não constavam.

O Senhor San Tiago Dantas disse que seria conveniente, desde logo, adotar um método para os futuros trabalhos da Comissão. Propunha que fossem debatidos, de começo, as teses de ordem geral, para evitar assim que assuntos de ordem secundária tomassem à Comissão tempo igual ou maior que os assuntos básicos. Esse método tinha aliás, a vantagem de tornar conhecido, desde o início, os pontos de vista dos membros da Comissão, tornando assim possível prever se haveria ou não unanimidade nas conclusões a que esta tivesse de chegar.

O Senhor Azeredo da Silveira, manifestou-se de acordo com esse ponto de vista e esclareceu que o memorandum do Senhor Leitão da Cunha ao Ministro João Neves da Fontoura, distribuído aos membros da Comissão, já previa um escalonamento do trabalho, considerando em 1º lugar as questões relativas à estrutura da Secretaria

Secretaria de Estado e em 2ª as questões de pessoal. Propunha que, na próxima sessão, fossem debatidas as teses referentes à estrutura.

O Senhor Roberto Campos disse que, da exposição feita pelo Senhor Leitão da Cunha concluiu pela existência de quatro pontos fundamentais que julgava conveniente identificar desde logo, pois seriam a matéria dos princípios Gerais cujo debate preliminar fora proposto pelo Senhor San Tiago Dantas: 1ª) critério de diferenciação funcional; 2ª) distinção e ênfase entre atividades de planejamento e atividades de execução; 3ª) formação de pessoal visando a um tipo de preparo geral ou a um tipo de especialização e necessidade de concordância entre uma formação especializada e uma estrutura especializada 4ª) problema da mobilidade ou estabilidade do pessoal administrativo da Secretaria de Estado.

Quanto a adoção do sistema funcional ou do geográfico, declarou que era de ordem geral; citou o caso do Banco internacional que vinha de abandonar o primeiro pelo segundo. Verificava que o Projeto adotava um critério de especialização estrutural sem cogitar da correspondente especialização funcional. Por outro lado a tese da mobilidade do pessoal não se conformava com o critério da especialização estrutural já mencionado.

O Senhor San Tiago Dantas foi de parecer que a esses 4 pontos se poderia acrescentar um 5º: a diferenciação entre as funções de negociação e de representação diplomática junto a Governos, e as de negociação e representação junto a Organismos e Comissões internacionais.

A definição do diplomata segundo a tríplice função mencionada no Relatório sobre o Projeto lido pelo Senhor Leitão da Cunha, de representação, negociação e informação parecia limitar sua atividade à da missão diplomática, conceito clássico ultrapassado pelo desenvolvimento da diplomacia parlamentar, isto é, aquela que se desenvolve cada dia em maior escala nas comissões e organismos internacionais e o que fez supor a necessidade de uma especializa-

especialização. De que maneira se reflete no serviço do Ministério do Exterior essa dupla função que o diplomata é chamado a desempenhar?

Esse 5º ponto, talvez, já esteja implícito no enunciado do 3º, definido pelo Senhor Roberto Campos; julga, contudo, conveniente chamar a atenção de seus colegas para esse aspecto novo da função diplomática, dado o relevo que o mesmo tem adquirido nos últimos tempos.

O Senhor Vasco Leitão da Cunha observou que a definição que dera das funções do diplomata, foram entendidas num sentido restritivo que não lhe tinha atribuído; ao referir-se a "representação", entendia não só a representação em Missões diplomáticas como em comissões e conferências internacionais. Não subestimava a importância da chamada "diplomacia parlamentar" na qual, entretanto, não chegava a ver uma atividade essencialmente diversa da diplomacia em geral; antes a considerava como um dos vários aspectos de que esta última se reveste e que nem sequer é um aspecto novo, embora tenha ganho preponderância após a 2ª. Guerra mundial. Mencionou suas próprias observações em várias conferências internacionais onde pôde verificar a facilidade de adaptação e os bons desempenhos dados às suas tarefas pelos diplomatas bem servidos por a quele preparo geral que mencionara na sua exposição. Aliás, nessas conferências, os diplomatas são assistidos por assessores que lhe proporcionam os dados técnicos de que necessitarem.

Manifestou sua aprovação ao sistema de discussão prévia das 5 teses gerais apresentadas e acrescentou que, quando a Comissão tivesse concluído o exame desses pontos e chegado a conclusões sobre cada um deles, teria concluído praticamente a sua tarefa, por quanto restaria apenas o trabalho de traduzir essas conclusões em artigos de lei a serem encaminhados ao Congresso.

O Senhor Azeredo da Silveira propôs que o 5º ponto, mencionado pelo Senhor San Tiago Dantas, passasse a ser considerado em primeiro lugar, pois a natureza do mesmo condicionava os demais.

demaís. Talvez a Comissão desejasse acrescentar outro ponto aos 5 já mencionados, para considerá-lo em 1º lugar, isto é, a discussão da tese da criação de um Departamento de Organismos internacionais, proposta em mais de uma das contribuições ao Projeto de Reforma. A discussão desse ponto, a seu ver, esclarecia quase todos os temas gerais propostos.

O Senhor Vasco Leitão da Cunha propôs que a Comissão decidisse na próxima sessão, a ordem de colocação dos vários pontos na sua agenda. Consultou os membros da Comissão sobre os dias e horas de reunião, ficando estas marcadas para as 2as. e 6as. feiras às 17 horas.

Encerrada a sessão foi marcada a próxima para 6a. feira, dia 8 de agosto, as 17 horas, no mesmo local.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

2a. sessão, realizada em 8 de agosto de 1952

ATA SUMÁRIA

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Doutor Arizio de Vianna
Doutor Hermes Lima
Doutor Francisco Clementino de San Tiago Dantas
Doutor Rômulo Almeida
Secretário Roberto de O. Campos
Secretário Antonio Francisco Azeredo da Silveira

A sessão foi secretariada pelo Cônsul Luiz de Almeida Nogueira Porto.

Abrindo a sessão, às 17 horas, o Senhor Vasco Leitão da Cunha disse que, do seu relatório sobre o Projeto, lido na sessão inaugural, não constava uma referência à reforma no que se referia ao pessoal, pelo que pedia permissão para apresentar, em forma escrita, as sugestões que lhe tinham ocorrido sobre o assunto (DT/2).

O Senhor San Tiago Dantas pediu permissão para manifestar seu ponto de vista sobre todas as teses de ordem geral constantes da agenda, pois não lhe restaria outra oportunidade para intervir nos debates, visto dever ausentar-se do país dentro de poucos dias. Tomava, assim, a liberdade de suscitar os problemas antes que eles se apresentassem espontaneamente. Chegara à conclusão de que as várias teses apresentadas são interdependentes, embora, em abstrato, se possam distinguir uma das outras; entretanto, ao considerá-las na prática, como deve fazê-lo a Comissão, logo se torna evidente o entrelaçamento delas.

Desde logo, é de parecer que se impõe a separação entre os setores de planejamento e de execução dentro da Secretaria de Es-

Estado, e nessa base, ela deve ser organizada. Distingue, entretanto, ainda, a existência de serviços puramente instrumentais, como os de pessoal, material, arquivo e outros, que poderiam constituir um terceiro setor, o Setor de administração, a ser estudado oportunamente.

No setor de planejamento, condicionado pela visão de conjunto dos problemas, deve prevalecer o critério funcional; já no de execução o critério geográfico merece sua preferência.

Julga que, na Secretaria de Estado, deve existir um corpo técnico permanente, além do pessoal móvel. Esse corpo permanente é sobretudo necessário nos setores de planejamento altamente especializado. De um modo geral foi de parecer que, no setor de execução predominasse o princípio da mobilidade, enquanto no de planejamento deveria prevalecer o da fixidez, permitindo a criação de um núcleo que representasse a continuidade, a visão doméstica dos vários assuntos, o qual teria o concurso do pessoal diplomático em trânsito.

Voltando à grande divisão da Secretaria de Estado em atividades de planejamento e de execução, perguntou qual o momento mais adequado para proceder a esse esgalhamento; deveria ser inicial ou terminal? A seu ver a bifurcação deveria começar logo abaixo do Ministro de Estado.

Quanto a criação de um serviço especial de Organismos internacionais, não julga possível fazê-lo no setor de planejamento, mas reconhece a conveniência dê-lo no setor de execução.

Esse breve enumerado de pontos de vista sobre as teses propostas, já revela aquela interdependência que mencionara de início.

O Senhor Roberto Campos declarou que, em princípio, estava de acordo com os pontos de vista do Senhor San Tiago Dantas; divergia, contudo, quanto ao "momento burocrático" em que a distinção entre os dois setores de atividade devesse ter início. A seu ver o "esgalhamento" acima do nível departamental era pouco realís

realístico. Quanto a adoção do critério geográfico ou do funcional, havia que distinguir: os assuntos políticos, em geral, possuem característicos tópicos; seria por isso difícil adotar num Departamento político outro critério que não o geográfico; por outro lado, num Departamento econômico, seria cabível a coexistência de critérios regionais e funcionais, de vez que a economia apresenta problemas susceptíveis de generalização temática.

Era também de parecer que a criação de um comitê, grupo, ou que nome tivesse, composto de especialistas, com a função de planejar, constituiria inovação das mais úteis na composição da Secretaria de Estado. Esse grupo que corresponderia em linhas gerais ao "Policy planning Committee" adotado pelo Departamento de Estado Americano por proposta do Embaixador Kennan, teria o objetivo de municiar os órgãos executores, de planejamento elaborado, fazendo acompanhar cada sugestão da respectiva justificativa. Seria o laboratório das diretrizes de natureza política, econômica e cultural que constituem a atividade do Itamaraty, as quais sofreriam um primeiro crivo em nível departamental.

O Senhor Azeredo da Silveira concordou em que o "esgalhamento" das atividades de execução e de planejamento pudesse ter início no nível departamental; por outras palavras: nesse nível, partindo de baixo para cima, seria procedida a integração dos dois ramos. Discordava, entretanto, do seu colega Roberto Campos, no que se refere à distinção feita entre problemas tópicos e temáticos. Reconhecia, por exemplo, que vários assuntos econômicos são susceptíveis a problemas de zona, portanto a problemas tópicos, enquanto a política internacional, ou a política nacional projetada no cenário internacional, obedecendo a certos preceitos gerais, a princípios diretores sistematizados de acordo com certas linhas mestras de uma determinada civilização ou de um certo "pensamento", pode comportar perfeitamente soluções temáticas. De um modo geral, nenhum problema encontra uma solução puramente teórica; a estrutura da Secretaria de Estado pois, no que se refe-

refere a adoção do critério geográfico ou funcional, deve atender às realidades práticas.

O Senhor San Tiago Dantas observou que se verifica uma reação constante do tópico sobre o temático; citou, como exemplo, o caso de uma política colonial que, sendo temática por natureza, sofre inevitavelmente influências geográficas, ou tópicas.

O Senhor Leitão da Cunha mencionou a existência de um organograma preparado por ele próprio e pelo Senhor Azeredo da Silveira que difere daquele anexado ao Projeto de reforma e já do conhecimento da Comissão. Esse novo organograma atende às ponderações do Senhor San Tiago Dantas, bem como as observações do Senhor Roberto Campos, e prevê um órgão de coordenação em nível superior: a "Comissão de Coordenação" composta do Secretário Geral, do Diretor Geral da Administração e dos Chefes de Departamento do setor de planejamento. A respeito do mesmo trocara idéias, no início da sessão, com o General Cordeiro de Farias, ao qual deu a palavra para se manifestar a respeito.

O General Cordeiro de Farias, disse que planejar e executar são funções que frequentemente se confundem, conforme sua experiência na administração militar. O Ministro de Estado é um homem que não dispõe de tempo para planejar; necessita pois de um órgão que estude para ele os problemas, aponte as soluções e formule sugestões. No organograma do Projeto, essas funções são atribuídas ao Secretário Geral, que é outro homem sem tempo, sobrecarregado por uma esmagadora multiplicidade de encargos. Sentiu, por isso, a necessidade de aliviar o Secretário Geral, mediante a criação de um órgão de staff, incumbido de planejar e coordenar, órgão esse que encontrara no organograma referido pelo Senhor Leitão da Cunha. Entretanto, no que se refere à separação das atividades de planejamento daquelas de execução, não via conveniência em que fôsse feita exclusivamente em cima, (como propunha o Senhor San Tiago Dantas) ou meio (como propunha o Senhor Roberto Campos) mas, de baixo, para cima, em todos os escalões, sucessivamente a

a partir da própria Divisão, dentro da qual poderiam ser criados os órgãos de planejamento e de execução, medida que, a seu ver, atenderia ainda às limitações do pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

O Senhor Hermes Lima foi de parecer que, dentro da Divisão já existem as funções de planejamento e de execução. É necessário que o produto da Divisão chegue ao Chefe já elaborado. A este compete fazer a síntese. Não vê como se possa separar nitidamente aquelas duas funções.

O Senhor San Tiago Dantas observou que, na prática, o sistema proposto pelo Senhor Hermes Lima não poderia funcionar a contento, pois é irresistível o predomínio da execução sobre o planejamento; este se aniquilaria na Divisão até ficar reduzido a zero. Aquela síntese, assim nunca se realizaria. A administração pública normalmente reage por provocação; não em virtude de planejamento prévio. A criação de um órgão de planejamento tem por fim estimular a iniciativa do Ministério em matéria política econômica e cultural.

O Senhor Rômulo de Almeida foi de parecer que todos os seus colegas estavam, afinal, de acordo, embora as opiniões parecessem divergir. Na verdade, planejamento e execução são coisas distintas mas que possuem, em comum, uma área extensa que cumpria reconhecer e levar em conta. Quanto à coordenação de ambas, achava que se deveria fazer em nível departamental, sem prejuízo de um órgão central de planejamento, com um staff permanente, especializado nesta função. As unidades de planejamento nos níveis de departamentos e divisões, assessorariam na direção horizontal às divisões executivas, e na linha vertical ao Diretor do Departamento; bem como, nesta mesma linha, Municiriam o órgão central de planejamento.

Considerando o adiantado da hora, o Senhor Vasco Leitão da Cunha propôs encerrar a Sessão, adiando-se para a próxima

próxima a exposição que, sôbre as teses em aprêço, faria o Senhor Arizio de Vianna.

Essa sessão foi marcada para o dia 11 do corrente, segunda-feira, às 18 horas.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

3a. sessão, realizada em 11 de agosto de 1952.

ATA SUMÁRIA

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Doutor Arizio de Vianna
Doutor Hermes Lima
Doutor Rômulo Almeida
Secretário Roberto de Oliveira Campos
Secretário Antonio Francisco Azeredo da Silveira

A sessão foi secretariada pelo Cônsul Luiz de Almeida Nogueira Porto

Aberta a sessão, foi aprovada a Agenda. O Senhor Leitão da Cunha transmitiu as desculpas da Secretaria pelo fato de não ter podido concluir o preparo da ata da sessão anterior, o que justificava pela complexidade dos assuntos abordados no estudo simultâneo de todas as teses de ordem geral. Congratulava-se, nessa oportunidade, com os seus colegas pelo brilhantismo das exposições feitas naquela sessão, pelo alto nível em que a discussão foi mantida e pelo proveitoso resultado dela. A seguir deu a palavra ao Senhor Arizio de Vianna, sobre o 1º item da Agenda.

O Senhor Arizio de Vianna fez a seguinte exposição: "Encerrou-se a última sessão com a expectativa do meu pronunciamento a respeito dos assuntos nela ventilados. Eu teria preferido enunciar a minha opinião naquele fim de tarde, visto que a expectativa então formada colocou-me na situação embaraçosa de dizer algo de novo e de importante quando, na realidade, os Senhores Membros da Comissão já haviam apresentado as mais oportunas e eruditas considerações.

Se eu tivesse de fazer um resumo do que foi dito, talvez a minha contribuição tivesse pelo menos este mérito. Mas, é difícil

diffícil resumir um debate, em que as opiniões girariam em torno de considerações teóricas e se notabilizaram pela apreciação da filosofia da organização.

Disse o Professor Santiago Dantas - e sôbre isto discorreu com a elegância e a profundidade que o caracterizam - que a organização fundamental do Ministério deverá separar em dois setores distintos as atividades de planejamento e as de execução. Sem dúvida, inspirou-se no próprio texto do memorando apresentado pelo Embaixador Leitão da Cunha. O Dr. Roberto Campos, assim como outros membros da Comissão, mostraram as dificuldades de se estabelecer, com nitidez, essa separação e, aí, o ilustre economista pôs em relevo a necessidade de bem conceituar os problemas que êle classificou de temáticos e tópicos. Certamente, o critério adotado de fixar, preliminarmente, os conceitos básicos que deveriam presidir o tipo de estrutura orgânica a escolher para o Ministério, pressupõe o conhecimento de todos os elementos componentes da organização atual ou futura.

Eu preferia declarar que não conheço bem êsses elementos para ter oportunidade de examiná-los e ponderá-los antes de partir de uma tese aceita a priori para, daí, chegar a um tipo preconcebido de organização. Adotaria o método de conhecer bem tôdas as partes, para depois construir a síntese conducente ao tipo de organização desejada.

Mas, para não sugerir uma volta de 180° graus no rumo das discussões inicialmente tomado, admito como suficientes para uma análise geral os dados constantes do organograma elaborado e a estrutura constante do anteprojeto. É claro, que não estamos aqui para escolher entre dois métodos radicais e extremados de reorganização do Ministério, o revolucionário ou o conservador, como os classifica o Embaixador Leitão da Cunha, quais sejam:

- 1ª) o de traçar um figurino resultante de imperativos colhidos na teoria geral da organização ou na experiência de outros países, ou
- 2ª) o de aprimorar a organização existente, respeitando suas tradições e os usos consagrados por uma provei

proveitosa experiência.

Evidentemente, a reforma da estrutura orgânica do Itamaraty deve seguir uma orientação semelhante a que inspirou o projeto arquitetônico dos edifícios em que se acha instalado. A variedade de estilos desses edifícios impôs ao arquiteto o dilema de demolí-los para fazer um edifício novo e completo, aproveitando apenas a área resultante das demolições ou conservar o que existe e colocar na área disponível um edifício moderno fundado em linhas meramente institucionais. Adotou-se esta alternativa e o acréscimo da nova construção corresponde satisfatoriamente aos anseios da reforma arquitetônica.

Quanto à reforma de estrutura administrativa, a mesma conduta pode ser observada: aproveitar as instituições existentes e acrescentar um organismo mais dúctil e adequado às exigências da nova concepção da diplomacia.

Para raciocinar com maior objetividade, podemos começar pela eliminação daquilo que não precisa ser profundamente alterado, digamos: o Departamento de Administração. Encontra-se na existência deste Departamento, dentro do Itamaraty, a mesma concepção que prevaleceu na administração pública em geral, isto é, a caracterização das atividades meios ou adjetivas e seu agrupamento num órgão central, capaz de suprir os órgãos específicos dos elementos necessários à sua ação. A mesma conduta se pode observar quanto ao Departamento de Documentação, com ligeiras alterações do esquema previsto no organograma.

Além desse Departamento, em que se concentram as atividades meios, deverá, evidentemente, o Ministério possuir outros dois grandes Departamentos, institucionalmente ligados às suas finalidades principais: Relações políticas e Relações econômicas. Assim, poderia haver dois departamentos, de Estudos Políticos e de Estudos Econômicos. No primeiro, estariam agrupados os órgãos - e aí poderia influir o critério da distribuição geográfica dos as-

assuntos, incumbidos do preparo, recepção, e intercâmbio, de informações e de orientação em matéria de política interna e externa. O segundo teria atividades semelhantes em matéria econômica e de preparação dos acordos comerciais.

Um Departamento Consular e de Imigração poderia reunir as atividades do gênero em órgãos bem caracterizados. Um Departamento Cultural, como o referido no projeto poderia compor — tar um estudo mais minucioso, para se verificar a justificação da ênfase que se lhe deu, inicialmente, isto é para se saber se de fato é aconselhável a existência de um órgão da mesma estatura para tratar da divulgação e da cooperação cultural.

Os serviços semi-autônomos, como a Secção de segurança Nacional, o Cerimonial, a Consultoria-Jurídica e o Instituto Rio Branco também não constituem, no momento, objeto de maiores preocupações.

Resta, nesta descrição sumária, a Comissão de Coordenação que, como o Departamento Político e o Econômico, tende a constituir e concentrar o "staff" principal para as decisões gerais que o Itamaraty é chamado a formular ou executar.

Quanto ao pessoal, é matéria que, em posterior discussão, será convenientemente tratada para a caracterização do escalonamento da carreira diplomática e do preenchimento de funções de chefia e direção na Secretaria de Estado. Consequentemente, o pessoal administrativo, com a sua possibilidade de servir, também, no exterior, é assunto que pode ser deixado para um exame em segunda fase.

Em conclusão: apresento um esquema sumário da estrutura que poderá ser, desde já, objeto de debate, a fim de, sem prejuízo dos subsidios de ordem teórica que inspiram as primeiras discussões, possa abrir caminho seguro à elaboração do anteprojeto de reforma."

O Senhor Leitão da Cunha agradeceu a exposição feita e disse que a Comissão poderia agora considerar o organograma

menção na sessão anterior que atendia a várias ponderações do Senhor Arizio de Vianna.

O Senhor Azeredo da Silveira apresentou o organograma refeito e fez a justificativa do mesmo.

O Senhor Roberto Campos referindo-se ao organograma disse que um ponto exigia maior esclarecimento; é o que diz respeito aos órgãos departamentais de formulação de política, cujo produto não pode ser objeto de pronta decisão sem passar por uma fase ulterior de elaboração e crítica. O órgão incumbido disso seria composto de funcionários de alto calibre para transformar em diretrizes as sugestões de política recebidas dos Departamentos.

O Senhor Hermes Lima manifestou receio de que a Comissão de planejamento, ou que nome venha a receber em definitivo, constitua um excesso de trabalho técnico. A seu ver o trabalho das Divisões já deve chegar aos Departamentos, elaborado, isto é, dotado de um rumo, um perfil, uma orientação; e assim iria à Comissão de Coordenação.

O Senhor Roberto Campos expressou dúvidas quanto a possibilidade do trabalho de planejamento ser feito pela própria Comissão de coordenação: esta deveria ser antes uma espécie de tribunal que julgaria as diretrizes propostas pelo grupo planejador. Se houvesse conflito de pontos de vista no grupo de planejamento, não poderia esse conflito ser decidido nesse nível; deveria ir a Comissão de coordenação, instância superior.

O Senhor Rômulo de Almeida disse que a dificuldade poderia ser eliminada desde que não se considerasse o órgão de Planejamento como entidade a parte. Ele poderia funcionar dentro da Comissão de Coordenação, como seu staff, ou secretariado. Seria a simples questão de método de trabalho. A necessidade do staff de planejamento torna-se evidente por várias razões: 1ª) porque os Departamentos fazem seus estudos ao sabor da influência de casos emergentes ou de influências dos próprios programas de que estão incumbidos e a consequência é que eles encaram os problemas, não do ponto

ponto de vista geral, mas sob o seu ângulo próprio. Além disso deve-se considerar as sugestões da própria Comissão de coordenação. Se ela não dispuser de um staff ficará na contingência de coordenar sempre a posteriori em face de casos e atitudes das várias unidades, quando a principal utilidade da coordenação depende de ser ela feita a priori.

Analisando as funções de coordenação e planejamento, verifica que elas se distinguem, mas possuem uma área de coincidência bastante larga. Na cronologia das operações de planejamento há diferentes momentos a distinguir: 1ª o da fixação dos princípios da política em função da qual se manda planejar o que deve ser feito pelo Presidente da República, Congresso Nacional, Ministro das Relações Exteriores e pela própria Comissão de Coordenação; 2ª o da pesquisa; 3ª formulação de programas, ambos a serem realizados pelo staff. O 4ª momento é o da deliberação, da Comissão e dos chefes responsáveis, e o 5ª o do controle de resultados em função dos problemas estabelecidos, também compete ao staff. Em fase posterior, ainda poderia ser distinguido o 6ª momento, o da revisão do planejamento.

O Senhor Leitão da Cunha manifestou-se em favor de que o staff mencionado deve ficar incluído na Comissão incumbida dos trabalhos de coordenação e execução. Com isso, a seu ver, ficariam obviados os inconvenientes da existência de assessores ao Ministro de Estado, apontados em várias contribuições sobre o Projeto de reforma.

O Senhor Roberto Campos observou que se estava fazendo, talvez, um julgamento um pouco apressado sobre a questão dos assistentes do Ministro de Estado, questão que se vincula a idéia da possível injeção de sangue novo no pessoal da Casa o que, a seu ver, é indispensável. A experiência tem revelado que há determinados assuntos nos quais a figura do assistente do Ministro de Estado é importante. Cita o exemplo americano do Tratado de Paz com o Japão.

Japão. Nos contatos informais com Chefes de Estado estrangeiros e ainda em outros casos que fogem a disciplina normal os Roving embassadors revelaram sua utilidade. No caso brasileiro, poderemos ter problemas dessa ordem, especialmente nas negociações de tratados comerciais. É de parecer que a questão dos assistentes deve ser deixada em aberto para exame mais profundo.

O Senhor Leitão da Cunha procedeu a consulta sobre a adoção do novo organograma, com a modificação sugerida pelo Senhor Rômulo de Almeida, de incluir o Comitê de planejamento como órgão de staff da Comissão de Coordenação. O organograma com aquela alteração foi unanimemente aprovado.

O Senhor Arizio de Vianna propôs e foi aceito que o Senhor Azeredo da Silveira preparasse, para a próxima sessão, dois organogramas: o 1º contendo a matéria sobre a qual a Comissão vinha de chegar a um acordo; e o 2º abrangendo todos os demais órgãos da Secretaria de Estado devidamente colocados em função daqueles já aprovados conforme o 1º organograma.

O Senhor Rômulo de Almeida manifestou dúvidas quanto à colocação do Departamento consular. Tem a impressão de que deveria ficar como divisão do Departamento político, pois, embora trate assuntos de rotina, isso não exclui funções políticas que podem se revestir de importância em determinados casos, por exemplo, o consulado funciona em país onde não existe representação diplomática.

O Senhor Azeredo da Silveira apoiou esse ponto de vista. Disse que os serviços consulares são os de linha de frente, entretanto a respectiva Divisão, no Ministério, não tem merecido a atenção a que faz jus. Julga necessária maior autonomia ao serviço consular.

O Senhor Roberto Campos observou que o volume do serviço de rotina numa divisão ou departamento consular é tão grande que ameaçaria submergir o setor de planejamento se para esse fosse deslocado.

deslocado.

O Senhor Rômulo Almeida disse que o inconveniente poderá ser afastado conferindo-se a necessária autonomia a Divisão consular, mas reconhecia que a solução do organograma está justificada.

O Senhor Leitão da Cunha deu por encerrada a sessão e consultados os membros da Comissão marcou a próxima para o dia 18 de agosto às 18 horas, no mesmo local.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO

M.R.E.

4a. sessão, realizada a 18 de agosto de 1952, no
Palácio Itamaraty

ATA SUMÁRIA

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente.

General Oswaldo Cordeiro de Farias

Doutor Arizio de Vianna

Doutor Hermes Lima

Doutor Rômulo Almeida

Secretário Roberto de Oliveira Campos

Secretário Antônio Francisco da Silveira

Secretariou a sessão o Cônsul Luiz de Almeida Nogueira Porto

Aberta a sessão, foi lida, e aprovada, com correções, a ata da sessão anterior. Em seguida o Presidente submeteu à discussão o 2º organograma elaborado pelo Secretário Silveira.

O General Cordeiro de Farias manifestou dúvidas quanto à situação do Departamento consular. No organograma primitivo era autônomo. Depois, discutiu-se a conveniência de ser posto ao lado do Departamento Político; qual a decisão final?

O Doutor Rômulo Almeida respondeu que, pela sua impressão do debate anterior, ficara mais ou menos reconhecida a conveniência de um Departamento consular autônomo. Sua sugestão fôra no sentido de que esse Departamento constituísse uma divisão especializada do Departamento Político. Explicara que o problema da massa dos trabalhos de rotina se resolveria pela concessão de maior autonomia ao serviço consular, longe dos controles políticos imediatos. Aquela massa de rotina era de tal ordem, que conviria, realmente, libertar o Departamento Consular.

O Doutor Arizio de Vianna salientou que, a seu ver, a Divisão de Passaportes deve enfeixar as atividades relacionadas com a concessão de passaportes e serviços auxiliares dela dependentes. Terá li-

ligações com as repartições policiais dos Estados. Quanto a ficar essa Divisão subordinada ao Departamento Consular ou constituir uma unidade no mesmo escalão d'este último, o próprio Itamaraty deveria informar, pelo conhecimento que tem dos volumes d'esses serviços. Gostaria que o Secretário Silveira expusesse quais as funções que são presentemente atribuídas à Divisão consular.

O Secretário Silveira lembrou que o Departamento Consular proposto, como a Divisão consular no presente, terá como principais atribuições informar a todas as repartições consulares no exterior sobre atividades que emanam de uma administração específica: legalização de faturas, concessão de vistos, despachos de navios, etc.; a parte mecânica do serviço, decorrente de vasta legislação nacional sobre esses assuntos é muito volumosa. A vantagem da existência de um Departamento consular consiste em permitir maior assistência a um setor da administração até agora desprezado. Considera, por isso, muito objetivas as observações do Doutor Rômulo Almeida sobre esse particular. Não tinha dúvidas quanto à necessidade d'esse Departamento. Restava saber, como bem observara o General Cordeiro de Farias, onde colocá-lo.

O Ministro Leitão da Cunha foi de parecer que o assunto ainda carecia de exame mais profundo.

O Doutor Arizio de Vianna observou que, no caso de ficar o Departamento Consular e de Imigração no setor da administração, a parte de planejamento que os serviços consulares e imigratórios comportam, poderia ser levada à Comissão de Coordenação através do Diretor Geral de Administração; esse expediente eliminaria os inconvenientes da inclusão daquele Departamento no setor de planejamento.

O Secretário Roberto Campos pediu para observar que a função de formulação da política imigratória será brevemente confiada a um só órgão especializado, o Instituto de Imigração.

O Doutor Rômulo Almeida foi de parecer que a Comissão deve preferir ao exame das funções de cada Departamento e, dentro destes, às de cada Divisão, antes de examinar a situação d'esses órgãos no organograma, o que deveria ser feito em função das conclusões a

a que se tivesse chegado através daquele exame.

O Secretário Roberto Campos sugeriu que fôsse concluído o seu estudo dos pontos do temário geral ainda pendente, tal como o 3^a, que diz respeito à especialização do pessoal, para depois adotar-se a ordem de discussão proposta pelo Doutor Rômulo Almeida.

O Ministro Leitão da Cunha concordou em que os pontos já levantados deveriam ser discutidos com prioridade.

O Secretário Silveira, abordando o problema mencionado pelo Secretário Campos (item c das teses de ordem geral) disse que a utilidade dos especialistas não é assunto que ainda comporte discussão; ninguém no Ministério do Exterior julga desnecessário o concurso de pessoal especializado. Entretanto, daí a concluir que o diplomata deva ser um especialista em outros assuntos que não os de sua própria carreira, já é assunto bem diferente e que merece um minucioso exame. Achou que o ponto crucial do problema está em saber onde vai ser feito o assessoramento técnico por êsse pessoal especializado. O diplomata será assessorado pelo técnico, ou êsse assessor atua diretamente e assume a responsabilidade direta no assunto tratado? Em outras palavras, o problema se resume em saber a qual dos dois cabe a decisão política. Não vê como os postos-chaves do Itamaraty possam ser ocupados por funcionários especializados, pois dificilmente se concebe o político assessorando o técnico: o o posto disso é que constitui a ordem natural. Por outro lado, não se pode eliminar a carreira diplomática, porque se ela existe é porque atende a alguma necessidade: e os seus representantes são aqueles diplomatas de tipo clássico que a tese em discussão opõe ao técnico ou ao especialista. Dentro da carreira diplomática admite o desenvolvimento dos pendores individuais de cada um, (aliás, o próprio Itamaraty tem, na medida limitada de suas possibilidades, favorecido o aperfeiçoamento de seus funcionários neste ou naquele ramo dos conhecimentos) mas, nesse caso, trata-se do diplomata com conhecimento mais especializado de determinado assunto; não do técnico substituindo o diplomata. Essas circunstâncias não impedem, naturalmente, que um funcionário especializado possua conhecimentos e

visão de conjunto das coisas que lhe permitam tomar decisões de ordem geral, e assim galgar posições de grande destaque. Entretanto, o que deseja acentuar é que essa não é a ordem normal das coisas, porque há um sentido de limitação na especialização que é como a própria condição dela.

O Doutor Hermes Lima observou que se o funcionário diplomático não juntar à sua capacidade técnica a necessária percepção política, não poderá dar desempenho satisfatório à sua tarefa.

O Doutor Arizio de Vianna interveio para fazer uma recapitulação em benefício da boa ordem dos debates. As duas primeiras teses de ordem geral tinham sido debatidas. A Comissão atingiu, com elas, as cumieiras da teoria da organização para chegar, por uma modesta iniciativa de sua parte, à concentração de todos aqueles princípios, sugestões e tendências, no esboço de uma distribuição dos órgãos fundamentais do Ministério das Relações Exteriores, embora fazendo abstração das atividades menores existentes, no presuposto de que elas se poderão enquadrar normalmente dentro daquele esquema geral já aprovado. Volta agora o Secretário Roberto Campos a abordar as teses de ordem geral. Reconhece que o item c, a que se referiu, possui relação direta com a própria estrutura que se tem em vista para o Ministério das Relações Exteriores, pois é pelos diversos tipos de especialistas que se crearem, pela natureza das funções que lhes forem confiadas, que se poderá apreciar a exequibilidade do organograma adotado. Não se pode pensar em departamento político, econômico, cultural, sem cogitar dos elementos que lhe darão vida e realidade; assim, também, o setor administrativo, que não considera secundário, exige pessoal que atenda aos serviços de arquivo, de orçamento, de documentação, de material. Parece portanto, lógico que, nessa altura dos debates, a Comissão considere o item c, relativo à formação do pessoal.

O Ministro Leitão da Cunha concordou com o ponto de vista do Doutor Arizio de Vianna, de que se prosseguisse na discussão do item c. Nessa questão, como em outras suscitadas pela Reforma, julga muito conveniente que não fique a Comissão limitada ao ponto de vista da Casa; aliás, o Secretário Roberto Campos, sendo membro

membro dela, não estava opinando nessa qualidade.

O Doutor Rômulo Almeida manifestou a impressão de que o problema se circunscreve ao pessoal do quadro diplomático, porquanto à esfera administrativa e a certas atividades de natureza técnica, julga que a discussão não se estende dada a evidência da necessidade do preparo e seleção de especialistas. No que se refere pois ao quadro diplomático, que é o genuíno da Casa, que é essa própria Casa, sua impressão é de que o problema consiste simplesmente em delimitar a medida em que essa especialização é proveitosa e em evitar os inconvenientes do excesso de especialização, ou de uma especialização prematura. Uma Casa como o Itamaraty, chamada a exercer as funções mais variadas, que vão da sua própria gerência - o que implica um certo preparo técnico para o seu pessoal administrativo - às da expansão cultural do país, às de caráter eminentemente político, e às de natureza econômica, de importância crescente, exige diversificação na formação do pessoal destinado a atender a elas. Nessa base todas as oportunidades de especialização, como de aperfeiçoamento de pessoal, lhe parecem extremamente convenientes. Declara que, pessoalmente, tem recebido uma formação acentuadamente técnica, mas a despeito disso reconhece que o técnico é naturalmente assessor do político. Isso não significa que a especialização estereotipe necessariamente as qualidades políticas de um homem que haja recebido uma formação política fundamental ou que possua um senso político natural ou formado no ambiente das suas atividades normais como deve ser o caso dos funcionários da carreira diplomática. Nessas condições não receia que as oportunidades de especialização possam reverter em prejuízo da formação dos diplomatas brasileiros. Em resumo, não é a ausência de especialização que fará um grande político do funcionário diplomático desprovido das qualidades necessárias para isso; assim como não é a especialização capaz de esterilizar a vocação política dos homens dela dotados. Pelo contrário, para esses, a especialização longe de destruir a curiosidade pelos assuntos gerais, forneceria um novo e poderoso instrumento de ação. Dessa forma, considera que a importante evolução na vida do Itamaraty, que já se está verificando, poderá ser acentuada em benefício pa-

para a Casa e para o País, como uma crescente especialização do pessoal diplomático. A evolução referida pode ser explicada facilmente: o Brasil está passando da fase agrícola, sem maiores repercussões mundiais, para a industrial, e com isso se modifica também o tipo do diplomata de formação literária que convém ao brilho fácil das recepções, mais próprias da primeira, para o diplomata interessado em problemas econômicos mundiais, consequência da participação crescente do Brasil neles, fenômeno característico da fase atual. Está claro que se o Itamaraty orientar essa tendência em grande parte espontânea - provocada pela própria época em que vivemos, pela consciência dos problemas que a presente geração de diplomatas já revela - terá apenas acelerado o "tempo" de sua adaptação ao grande papel que lhe cabe nesta nova fase do mundo.

O Ministro Leitão da Cunha agradeceu a exposição feita, cuja clareza e precisão havia apreciado devidamente e que representava uma contribuição de grande valia para a discussão do problema que a Comissão enfrentava.

O Doutor Hermes Lima declarou que desejava formular algumas perguntas ao Secretário Roberto Campos a fim de poder formar um juízo sobre o problema de especialização. A 1ª. é a seguinte: a especialização a que se refere o seu colega é na própria carreira diplomática ou nas carreiras administrativas, como as de arquivologistas, bibliotecárias e outros a que se referiu o Dr. Rômulo Almeida? Porque entende que o diplomata não pode deixar de ter uma formação de ordem geral; a seu ver ele não pode especializar-se, como o engenheiro, em cálculo de estruturas ou, como o militar, em balística ou motomecanização. A especialização do diplomata não deve ser dessa natureza mas sem querer fazer paradoxo, deve ser uma especialização de tipo geral, isto é no domínio das idéias-chaves, dos conceitos operantes no momento em que está vivendo e em função das questões políticas que se agitam nesse campo. O funcionário da carreira de diplomata deve ter uma formação tal que lhe permita apreender com lucidez os problemas de ordem econômica, financeira, comercial, industrial, que no mundo moderno constituem o cenário onde se travam as lutas políticas e onde, portanto, surgem questões que vão rece-

receber, num plano superior, a sua formulação em função dos interesses nacionais. De posse dessa formação de tipo geral será na atividade de prática da carreira que o funcionário irá revelar sua preferência, seu pendor para este ou aquele ramo de conhecimento segundo os problemas que terá de enfrentar no exercício da sua profissão. Portanto, no curso da carreira, um certo diplomata se distingue como pessoa mais talhada para uma conferência de tarifas, outro para uma negociação política, outro para um congresso de aeronáutica; é pelo menos assim que supõe que as coisas se passam, e é natural que se passem assim. Mas se a especialização a que nos referimos fôr outra que não a da própria carreira de diplomata, pediria ao Senhor Roberto Campos que o esclarecesse, dando resposta a mais algumas perguntas adicionais : 2a) quais seriam os temas e o limite dessa especialização; 3a) quais seriam as consequências dela na carreira do diplomata, no que se refere à ocupação de postos no Itamaraty e no exterior. São essas as questões que desejava ver respondidas para sua orientação no assunto em debate.

O Doutor Arizio de Vianna sugeriu que talvez fôsse mais conveniente deixar para a próxima sessão a resposta a essas perguntas. As suas dúvidas, aliás, coincidiam com as do seu colega Professor Hermes Lima. O assunto comportava ainda outras especulações; por exemplo, trata-se de especializar o diplomata dentro da carreira, com os meios de que dispõe o Instituto Rio Branco, ou seria necessário ao Ministério do Exterior recrutar, paralelamente ao seu quadro de pessoal de carreira, um grupo de especialistas auxiliares? Por outras palavras: deveria o Ministério dispor, para exemplificar, de diplomatas-economistas, ou teria economistas ao lado de diplomatas? Por essas razões está igualmente curioso de conhecer os pontos de vista do Senhor Roberto Campos sobre as questões formuladas pelo Senhor Hermes Lima. Para isso tomou a liberdade de resumí-las e anotá-las por escrito, e as entregava ao Senhor Roberto Campos.

O Presidente, antes de passar a palavra ao Secretário Campos, pediu permissão para repetir que a especialização se impõe, dadas as próprias circunstâncias da época em que vivemos. Entretanto, pessoalmente, era de parecer quem diplomata o que há de fundamental

fundamental é a sua vocação política. A seu ver, portanto, a especialização do diplomata só pode ser considerada como um acréscimo à sua cultura geral que condiciona aquela vocação. Não obstante, como o demonstraram suas intervenções nos debates, não se afastou do seu ponto de vista já mencionado no memorandum que dirigiu ao Senhor Ministro de Estado sobre as funções essenciais do diplomata que, a seu ver, consistem em negociar, informar e representar. É necessário, por isso, dotá-lo de meios, de conhecimentos técnicos, de estudos especializados para que possa exercê-las a contento. Quando, porém, se apresentar circunstância em que, individualmente, o diplomata não puder exercer algumas delas por falta de conhecimentos técnicos, então, a seu ver, surge a oportunidade para o assessoramento. Apesar dos seus 25 anos de carreira e do muito amor que a ela e à Casa devota, não se fecha contudo dentro dessas convicções, impermeável a argumentos em sentido contrário. É por isso que manifesta igualmente sua curiosidade pelas respostas que o Secretário Roberto Campos dará às perguntas que lhe foram formuladas. Antes, porém de dar a este a palavra, gostaria de conhecer o ponto de vista do General Cordeiro de Farias sobre a questão.

O General Cordeiro de Farias afirmou que desejava ficar esclarecido sobre as oportunidades de especialização que o diplomata já encontra através do Instituto Rio Branco. Se esse Instituto mantém cursos de especialização, e quais são esses cursos.

O Secretário Silveira informou sobre os cursos de especialização daquele Instituto, mencionando os de princípios de economia e renda nacional. Acrescentou que os cursos têm despertado interesse considerável e que são obrigatórios para os diplomatas formados pelo Instituto e facultativos para os demais.

O Ministro Leitão da Cunha acrescentou que, pelas perguntas de General Cordeiro de Farias, já podia antecipar vários dos assuntos que viriam à discussão sobre a especialização dos diplomatas por meio do Instituto Rio Branco. Considerando, porém, que a Comissão já havia trabalhado proveitosamente por mais de duas horas nessa sessão e que a exposição do Secretário Roberto Campos daria pro-

provavelmente margem a debates prolongados, consultava os seus colegas sobre o adiamento das discussões, o que foi aprovado. Em seguida levou ao conhecimento da Comissão que se achavam no Rio dois colegas que haviam sido solicitados a enviar sugestões ao Projeto de reforma, os Embaixadores Alves de Souza e Décio de Moura. Seria conveniente aproveitar essa boa oportunidade para ouvi-los, pois ambos tinham importantes contribuições ao referido Projeto. Consultou a Comissão sobre se estaria disposta a ouvi-los na próxima sessão.

A Comissão decidiu ouvir a exposição dos Embaixadores Alves de Souza e Décio de Moura, na parte inicial da próxima sessão, sem que isso importasse em participação nos debates por parte dos mesmos.

Encerrada a sessão, foi marcada a próxima para o dia 25 do corrente, segunda-feira, às 18 horas, no mesmo local.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

5a. sessão realizada aos 25 de agosto de 1952, no Palácio Itamaraty.

ATA SUMÁRIA

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente

General Cordeiro de Farias

Embaixador Alves de Souza

Ministro Décio de Moura

Doutor Arizio de Viana

Professor Hermes Lima

Doutor Rômulo Almeida

Secretário Roberto de Oliveira Campos

Secretário Antônio Francisco Azeredo da Silveira.

A sessão foi secretariada pelo Cônsul Luiz de Almeida Nogueira Porto.

Aberta a sessão, o Presidente leu a agenda para a reunião do dia a qual foi aprovada.

A seguir, assinalou a presença dos Senhores Embaixador Alves de Souza e Ministro Décio de Moura, passando logo após a palavra ao Embaixador Alves de Souza, incumbindo-o de expor oralmente seus pontos de vistas sobre o projeto de reforma do Ministério das Relações Exteriores.

O Embaixador Alves de Souza principiou por agradecer a honra do convite que lhe fizera a Comissão, solicitando seu comparecimento. Frisou que não iria repetir no momento todos os pontos de vistas enunciados no seu trabalho apresentado por escrito, mas tão somente chamaria a atenção para alguns pontos do mesmo.

O documento estava incompleto, por exemplo, no que diz respeito à parte de pessoal, por falta de elementos a seu diapor, em Roma, onde o trabalho fôra feito com a colaboração de seus auxiliares imediatos, como também por falta de tempo necessário para estudar o assunto com mais profundidade. Não obstante, o trabalho fôra executado de maneira a dar uma idéia geral das críticas que pare

pareciam razoáveis no que diz respeito à matéria de estrutura e pessoal. O assunto o interessava de perto porquanto, em 1945, integrou uma Comissão incumbida de planejar nova reforma do Itamaraty, cujo projeto, por uma série de circunstâncias, não fôra apresentado à sanção presidencial. No Governo Linhares, a parte do projeto que se referia a pessoal foi aproveitada e no Governo subsequente o mesmo projeto serviu de ponto de partida para nova reforma que se consolidou na legislação ainda hoje vigente.

O trabalho ora apresentado compreende duas partes: uma de crítica ao projeto e a outra de enunciação de idéias gerais. Embora admitindo que seria mais útil que a exposição dessas críticas e idéias fôsse precedida pela leitura de seu trabalho pelos Membros da Comissão, reconheceu que não perderia a oportunidade para discutir com os presentes alguns tópicos do mesmo.

Em primeiro lugar, indagou do Presidente da Comissão se as sugestões e críticas enviadas seriam consideradas em pé de igualdade com relação ao projeto inicialmente elaborado pela Comissão de Organização e Métodos de Trabalho ou se este mesmo projeto é que seria considerado como ponto de partida, ao qual se proporiam substitutivos.

Respondeu o Presidente que o projeto já estava superado em vista das conclusões a que chegaram os Membros da Comissão em reuniões anteriores, as quais coincidiam, em parte, com as sugestões apresentadas pelo Embaixador Alves de Souza e que todos os trabalhos seriam considerados em pé de igualdade.

Voltando a fazer uso da palavra, lembrou o Embaixador Alves de Souza que a experiência adquirida em 1926 e 1927, quando colaborou com a primeira missão de assistência técnica que veio ao Brasil, o convencera da desvantagem do sistema que predominava nos Ministérios, cujos gabinetes enfeixavam excessivo poder. Coube ao Embaixador Nabuco procurar transformar, no Itamaraty, as funções dos auxiliares de Gabinete nas de simples secretários, do Ministro de Estado, sem função de direção, o que parece ter sido conseguido, em bases mais sólidas, com a reforma Mello Franco, em 1931. O novo proje

projeto elaborado pela COR tenderia a aumentar novamente a força dos Gabinetes de modo que os documentos sairiam das Divisões diretamente para os Auxiliares dos Gabinetes dos Chefes de Departamento e destes aos do Secretário Geral ou do Ministro de Estado.

O Presidente explicou que o projeto não consagrava em seu articulado o aumento de poder dos Gabinetes. É natural que, atendendo a uma imprescindível divisão de tarefas, os auxiliares dos Gabinetes se encarreguem de determinados assuntos, conforme o organograma anexo ao projeto da Comissão. Mas o projeto evita qualquer acréscimo às funções normais dos gabinetes, pelas razões a que aludira o Embaixador Alves de Souza.

O Embaixador Alves de Souza insistiu em que, pelo menos no espírito do projeto, consagrava-se essa desproporcionada função dos Gabinetes; lembrou, por exemplo, a proposta da criação dos cargos de Assistentes do Ministro de Estado, em sua opinião, injustificada, pois na realidade seriam como que sub-secretários de Estado.

Reiterou ainda o Embaixador Alves de Souza sua opinião contrária à criação do Departamento Consular e de Imigração e do Departamento Cultural. Em sua opinião, já era tempo de se propor a adoção do critério geográfico total, dentro de um certo lapso de tempo.

Quanto ao assunto de pessoal, começou por afirmar que o consenso geral reconhecia a necessidade do aumento dos quadros do pessoal diplomático. A maior deficiência se verifica sem dúvida, nos quadros de Secretários. Entretanto, era preciso distinguir o problema do aumento de qualidade do de quantidade. O aumento imediato preconizado pelo projeto da COR poderia levar ao preenchimento das vagas por um concurso de títulos, cuja efetivação garantiria quantidade mas não qualidade na seleção. Como os concursos diretos e os exames finais do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata não fornecem, simultaneamente, mais de 40 funcionários por ano, o ideal seria então que o aumento fosse feito progressivamente, durante um período de, por exemplo, 3 anos.

Quanto ao cargo de Conselheiros Comerciais, embora re

A. reconhecendo a utilidade dos mesmos, o Embaixador Alves de Souza salientou o desacerto das nomeações em frequentes casos. É razoável que o Presidente da República tenha direito à livre escolha no caso dos Embaixadores, mas não no caso dos Conselheiros Comerciais ou dos Adidos, que, a exemplo do que ocorre com os funcionários da Carreira de Diplomata, também deveriam prestar concurso.

Quanto ao aumento de quadros na carreira de Diplomata, deveria ser feita nova distribuição, com previsão da lotação mínima nos postos no exterior, calculando-se a despesa que corresponderia ao aumento.

A seguir, combateu a idéia de permitir que os Ministros de 2a. classe sejam nomeados em comissão para o cargo de Embaixador. Atendendo a que o quadro de Ministros de 1a. classe é constituído de 37 funcionários, dos quais 7 ou 8 estão presentemente sem função, e que o quadro de Ministros de 2a. classe é de 64, muitos dos quais também sem função, e que além desses o Presidente da República tem a prerrogativa de escolher cidadãos que não pertençam aos quadros da Carreira para ocupar a Comissão de Embaixador, verificar-se-ia como que um "desemprego" de Ministros de 1a. classe. E que dizer se a emenda que ora transita no Congresso Nacional, que permite acesso dos Conselheiros Comerciais à Carreira no grau de Ministros de 1a. classe fôsse aprovada? Ter-se-iam, em vez de 8, 18 ou 20 "Arbeitsloser". Não seria descabido dizer que a Carreira terminaria no cargo de Ministro de 2a. classe. Pela leitura do memorando do Ministro Vasco Leitão da Cunha (§16), desprende-se que é favorável a que se mantenha a distribuição dos Departamentos do Ministério, tal como foi proposta pela Comissão presidida pelo Embaixador Alencastro Guimarães. A esse respeito, fez o Embaixador Alves de Souza as seguintes observações: 1) Com a criação do Instituto de Imigração e Colonização, que consta de um projeto de lei que será fatalmente aprovado na atual legislatura, já não se justifica a criação do Departamento de Imigração, que consta do projeto apresentado pela Comissão Alencastro.

2) O trabalho de crítica apresentado pela Embaixada em

5.
A. em Roma demonstra a desnecessidade da criação do Departamento Cultural.

3) Pelos conceitos emitidos no parágrafo 16 do referido memorando, conclui-se que o Presidente desta Comissão considera que a criação da Comissão de Coordenação, proposta pela Embaixada em Roma, resolve o problema da duplicidade de política e discordância de orientação dos Departamentos, no que se refere aos Organismos internacionais. Por essa razão, acha o Ministro Leitão da Cunha que é desnecessária a criação do Departamento de Organismos Internacionais. Antes de chegar a essa conclusão, seria conveniente ter em mente as objeções expostas no trabalho da Embaixada de Roma (páginas 7 e 8), as quais se podem resumir da seguinte maneira:

É extremamente difícil separar o aspecto político do aspecto técnico de múltiplos assuntos tratados nos diversos Organismos internacionais. Não seria portanto prático atribuir ao Departamento Político o aspecto político das questões, enquanto ao Departamento Econômico incumbiria o lado puramente técnico, como sugere o relatório da Comissão Alencastro. Na prática, o Departamento Econômico (ou mesmo a própria divisão técnica interessada) se encarregaria inevitavelmente do aspecto político das questões de fundo econômico. Com esse sistema, obter-se-ia inevitavelmente uma constante duplicação da política do Brasil no plano dos Organismos internacionais. O Departamento Político elaboraria a sua política que poderia entrar em conflito com a do Departamento Econômico.

Para conciliar essas inevitáveis divergências, seria totalmente insuficiente a Comissão de Coordenação. Essa não poderia ter como papel o estudo profundo das questões. A Comissão de Coordenação não caberia refundir as questões cujo aspecto político é indissolúvelmente ligado ao aspecto econômico. Se fossem essas as suas atribuições, teria a Comissão de Coordenação de ser dotada de um vasto e complexo secretariado e se tornaria um "super-bureau" redundante na estrutura geral da Casa, uma espécie de comissão revisora que desceria às raízes e aos mínimos aspectos dos problemas.

A única maneira de solucionar o problema, seria através da criação do Departamento de Organismos Internacionais, cujo Che-

Chefe, no âmbito de numa área específica, saberia perfeitamente conciliar os aspectos políticos e econômicos dos assuntos a seu cargo. A coordenação da política desse Departamento com a dos demais é que se faria através da Comissão de Coordenação, presidida pelo Secretário Geral.

Aos que objetem que o sistema proposto deixa de lado a coordenação profunda das questões políticas e econômicas que se desenvolvem nas relações bi-laterais do Brasil com as demais nações, se poderia responder que a solução alvitrada pela Embaixada em Roma é um passo intermediário para a adoção do critério geográfico total que sanaria todos esses inconvenientes. Apenas no setor dos Organismos internacionais faz-se mais urgente e imprescindível a formulação de uma política unitária.

Há também outra circunstância importante que considerar: será muito mais fácil e proveitoso confiar a um Chefe de Departamento a tarefa de coordenação com os órgãos internos do país (Congresso, Governos estaduais, comissões nacionais, comissões mistas, etc) do que deixá-la no nível do Secretário Geral que, pela natureza de suas atribuições paira acima dos aspectos mais minuciosos desses problemas. Ainda menos aconselhável é abandonar a referida coordenação aos chefes de divisões e serviços, a quem faltaria até mesmo graduação hierárquica para entrar em contacto eficiente com as autoridades e Organismos com sede no Brasil.

O escalão ideal para realizar esse imprescindível trabalho de coordenação é o do Chefe de Departamento, que para tal tarefa estaria dotado de qualificação funcional e além disso disporia de conhecimento direto e exaustivo dos assuntos a serem tratados.

Antes de passar a palavra ao Ministro Décio de Moura, o Ministro Leitão da Cunha, respondendo a uma pergunta do Embaixador Alves de Souza, esclareceu que o conceito de diplomata como o funcionário a quem cabe negociar informar e represen -

representar o país no exterior, se referia ao diplomata no exercício de suas funções no exterior. Como salientou o Embaixador Alves de Souza, a função do diplomata também é estudar a formulação da política exterior, mas quando na Secretaria de Estado, acrescentou o Ministro Leitão da Cunha. Agradeceu, então, ao Embaixador Alves de Souza por sua proveitosa exposição, excusando-se de não ter ainda consigo cópias de seu trabalho para distribuir com os demais Membros da Comissão. Ao agradecer ao Ministro Leitão da Cunha o Embaixador Alves de Souza lhe fez entrega de cópia de um ofício que remetera ao Senhor Ministro de Estado, em data de 22 de janeiro do corrente ano, sobre problemas de difusão cultural.

O Ministro Décio de Moura, ao usar da palavra, esclareceu que não havia preparado um trabalho mais sólido sobre o projeto de reforma do Ministério das Relações Exteriores, a exemplo do que fizera o Embaixador Alves de Souza, por não haver disposto de tempo suficiente em sua estada de férias na Secretaria de Estado. Como, porém, estava de acordo com os pontos de vistas do Embaixador Alves de Souza, em suas linhas gerais, declarou que se limitaria a alguns comentários.

Parecia-lhe indispensável, acrescentou, a criação do Departamento de Organismos Internacionais. Isso viria, aliás, de encontro ao desejo de estabelecer o critério geográfico na divisão dos serviços do Itamaraty. Os problemas da ONU, por exemplo, são problemas internacionais que deveriam estar afetos a um Departamento. A Comissão de Coordenação não resolveria os problemas decorrentes da inexistência de um Departamento de Organismos. Seria difícil àquela, em face das contingências naturais que se apresentam ao bom funcionamento das Comissões em geral, sobretudo as que congregam homens altamente atarefados, coordenar as atividades dos órgãos encarregados de resolver os assuntos relativos aos Organismos Internacionais.

Manifestou seu ponto de vista contrário à idéia da criação de um Departamento Cultural. Ninguém mais autorizado

A.

autorizado que o próprio chefe do Departamento Político a decidir da oportunidade e da conveniência da ação cultural em tal ou qual área e de como fazer sentir os efeitos dessa ação. Também foi contrário ao restabelecimento do quadro de Conselheiros Comerciais e de um corpo de Adidos. Quanto à designação de Ministros de 2a. classe para servirem em Missões diplomáticas de 1a. categoria na qualidade de Ministros Conselheiros, a experiência parece demonstrar que nem sempre há harmonia administrativa entre os dois altos funcionários que servem numa mesma Missão, já para não dizer harmonia pessoal. Justificar-se-ia, quando muito, apesar das desvantagens facilmente apontáveis, numa Missão diplomática a cuja frente estivesse um Embaixador que não pertencesse à carreira.

Plenamente justificada, porém, seria a designação de um funcionário da classe "N" para servir numa Embaixada como chefe do serviço consular, onde não houvesse Consulado Geral, pois aí sua função seria definida. Nessa hipótese, também não haveria a menor dúvida de que o referido funcionário seria o substituto eventual do Embaixador.

Antes de terminar sua exposição, o Ministro Décio de Moura quis deixar clara sua oposição ao cálculo de lotação de funcionários de carreira nos postos no exterior, proposta pela COR, que a seu ver era ditada por um excessivo zelo de economia. Citou, para ilustrar a insuficiência da lotação de um mínimo de 2 funcionários em cada Missão, o exemplo que presenciou quando serviu no Irã, época em que em cada um dos cinco países do Oriente Médio as Missões não dispunham de mais de 1 funcionário da carreira.

O Ministro Leitão da Cunha lembrou que os assuntos de pessoal seriam estudados posteriormente. Agradeceu ao Ministro Décio de Moura pela sua exposição e a seguir passou a palavra ao Secretário Roberto de Oliveira Campos.

O Secretário Roberto de Oliveira Campos, começou por expressar o desejo de que sua exposição aclarasse os pontos sobre os quais fôra pedida sua opinião na sessão de quinta-feira última.

A necessidade de especialização, acentuou, é reconheci-

A.

reconhecida pelo consenso geral, inclusive pelos Membros da Comissão. Há problemas que exigem conhecimentos econômicos e questões relativas ao comércio internacional que assumem caráter demasiadamente especializado. Por outro lado, a chamada "diplomacia parlamentar" cria problemas novos para o diplomata, que exigem d'ele reações rápidas e rigor de exposição, o que não ocorre na diplomacia de simples representação. Reconhecida essa necessidade da especialização, resta apreciar o problema de como promovê-la. Haveria dois modos de atingir o resultado: em primeiro lugar, fazendo do assessoramento o próprio meio de habilitar o diplomata a desempenhar sua função, na chamada diplomacia dos congressos; em segundo lugar, habilitando o diplomata a ser êle mesmo o técnico.

O sistema do assessoramento tira muito da sensibilidade do agente diplomático, chamado a pronunciar-se direta e imediata — mente sobre determinado assunto, pronunciamento êsse que vai, por vezes, determinar sério compromisso da parte do Estado que representa.

Por outro lado, desaconselha o sistema do assessoramento o não dispor o técnico de tato e sensibilidade política, além de lhe minguarem conhecimentos gerais que o permitam formar visão panorâmica das decisões tomadas com relação aos interesses políticos dos Estados. Outra razão que condena o sistema, se bem que de ordem secundária, seria a ignorância por parte do técnico de línguas estrangeiras. Não são frequentes os casos em que os técnicos são dotados de conhecimentos linguísticos mais extensos de modo a dispensar as traduções de linguagem técnica, que são com frequência imprecisas. O Secretário Campos se referiu ao exemplo do Ministro Leitão da Cunha que deixou magnífica impressão quando de sua participação na ONU onde teve ocasião de discorrer, em língua estrangeira, sobre assuntos que não eram objeto de seus conhecimentos especializados.

A experiência pessoal adquirida na Embaixada em Washington, prosseguiu o Secretário Campos, o convencera da necessidade de especializar-se em assuntos de caráter técnico, já que a qualquer mo-

IA.

momento era o diplomata chamado a participar de reuniões internacionais para as quais não tinha o suficiente preparo.

O diplomata especializado seria o funcionário dotado de conhecimentos específicos, dentro de um campo limitado, em que passaria a prestar seu concurso com o máximo de eficiência. Evidentemente, ao diplomata especializado não se dispensariam os conhecimentos gerais, ponto de partida de sua formação, o que constituiria, pois, uma como que "plataforma polivalente". A especialização significaria, pois, a consciência que o funcionário teria de ter eficiência ótima em setor limitado, sem detrimento de sua eficiência média nos demais setores. Essa especialização se daria após o ingresso do funcionário no Ministério, mediante uma escolha voluntária. O concurso direto para o ingresso na Carreira teria por base os conhecimentos gerais. A especialização não seria ainda objeto do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas ministrado pelo Instituto Rio Branco, mas ocorreria após os dois anos de estágio probatório, durante os quais o funcionário revelaria suas preferências o que o levaria a declarar sua intenção de especializar-se em assuntos políticos, econômicos, culturais, jurídicos, etc.

O Secretário Campos, finalizou sua exposição apoiando o princípio de que as promoções dos funcionários corresponderiam a determinados cursos de acesso.

O Ministro Leitão da Cunha louvou a precisão de conceitos que emanara da exposição do Secretário Campos e manifestou seu desejo de que na próxima reunião fôsse o assunto levado ainda a discussão, a fim de ser ouvida a opinião dos demais Membros da Comissão que poderiam aprofundar com proveito o filão que o último orador explorara com tanta proficiência.

Nada mais havendo que tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, marcando a próxima reunião para o dia 28

28 de agosto próximo. E para constar, eu, Cônsul Luiz de Almeida Nogueira Pôrto lavrei a presente ata.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1952.

6a. SESSÃO, REALIZADA AOS 28 DE AGOSTO DE 1952

NO PALÁCIO ITAMARATI

ATA SUMÁRIA

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha

General Oswaldo Cordeiro de Farias

Doutor Arizão de Vianna

Doutor Hermes Lima

Doutor Rômulo de Almeida

Secretário Roberto de Oliveira Campos

Secretário Antônio Francisco Azeredo da Silveira

A sessão foi secretariada pelos cônsules Luiz de Almeida Nogueira Porto e Dário Moreira de Castro Alves.

Aberta a sessão o Cônsul Nogueira Porto procedeu à leitura da Agenda da 6a. sessão e da ata da 4a. sessão, as quais foram declaradas aprovadas pelo Presidente da Comissão.

A seguir, o Ministro Leitão da Cunha salientou que desejava ter resposta sobre se a Comissão continuaria na discussão das teses c, d e e, teses entrelaçadas, passando em seguida a considerar o organograma que estava em discussão na penúltima sessão, feito o que se discutiria a questão também importante, mais importante talvez, que é a questão do pessoal.

O Dr. Hermes Lima fez sentir aos presentes que considerava a Comissão mais ou menos amadurecida para deliberar sobre seu plano de ação. Pareceu-lhe razoável a proposta do Embaixador de prosseguir na discussão já encetada dos temas de ordem geral, para em seguida entrar na discussão do organograma e dos problemas de pessoal. Lembrou entretanto o Dr. Hermes Lima que não se deveria proceder à discussão final do organograma, sem levar em consideração as sugestões que já foram recebidas sobre o projeto de Reforma elaborado. Nessas condições, pareceu-lhe razoável que se dividisse o trabalho de estudar essas críticas e observações feitas ao projeto, atribuindo-se a cada um dos membros da Comissão

IA.

Comissão a leitura e estudo de um ou mais trabalhos já recebidos. Supõe-se essa divisão, atendendo a que as críticas mencionadas ora se referem a questões de estrutura, ora a questões de pessoal.

O Ministro Leitão da Cunha salientou que há duas formas de proceder a esses estudos. Em primeiro lugar que cada um dos membros relatasse integralmente as críticas de um ou mais colegas que enviassem sugestões. Em segundo lugar, que cada um dos membros relatasse de terminado assunto à luz das críticas fornecidas por todos quantos enviaram opiniões sobre a matéria.

O Doutor Hermes Lima manifestou-se a favor da primeira solução. O Secretário Silveira ponderou que, por exemplo, ao estudar as questões de estrutura a Comissão examinara com proveito as sugestões apresentadas sobre esse assunto, o que leva a crer que é difícil prever desde logo uma maneira inflexível de apreciar as críticas expedidas.

O Ministro Vasco Leitão da Cunha insistiu em que a primeira medida a ser tomada deveria ser a distribuição entre os membros da Comissão dos trabalhos recebidos e incumbi-los de fazer um relato sobre os mesmos. Nada impediria, apartou o Secretário Silveira que esse relato fosse feito oralmente. A distribuição foi efetuada da seguinte maneira: ao General Cordeiro de Farias, a 1a. parte e ao Dr. Arizio Vianna, a 2a. parte dos trabalhos do Embaixador Alves de Souza; ao Secretário Silveira, os trabalhos dos Embaixadores Rubens de Mello, Hildebrando Accioly e Fernando Lobo; ao Secretário Roberto de Oliveira Campos, ~~o trabalho de~~ ^{maurício de Nabuco.} as sugestões dos Embaixadores Fraga de Castro e Caio de Mello Franco; ao Dr. Rômulo de Almeida, os trabalhos dos Embaixadores João Carlos Muniz, Samuel de Souza Leão Gracie e Ministro Afrânio de Mello Franco.

Feita esta distribuição, o Presidente da Comissão declarou aberta a discussão sobre as teses de ordem geral, voltando-se portanto ao item c.

O General Cordeiro de Farias expressou-se nos seguintes termos: "pelo que compreendi da exposição do Dr. Campos, ele é partidário de uma especialização, sem que se perca de vista o caráter de formação geral do diplomata. Essa especialização se traduziria na afirma

afirmação de uma tendência do diplomata para esse ou aquele setor, dependente de sua escolha. Nessa hipótese, pergunto: o curso de aperfeiçoamento de diplomatas ficaria de pé? Em caso afirmativo, esse aperfeiçoamento seria feito num determinado cargo da carreira, obrigatório para todos os diplomatas. Seria de ordem geral, procurando abranger as tendências manifestadas pelo funcionário; uma espécie de curso de especialização. Se bem que não possa, em tese, discordar do ponto de vista do Dr. Campos, vejo bem clara a dificuldade de aproveitar as tendências apresentadas por cada elemento, fora de um sistema de curso. A objetivação desse fim parece mais fácil se considerarmos que o Instituto Rio Branco poderia ser incumbido dessa especialização. Restaria o problema, muito difícil aliás, da organização dos cursos".

Secretário Silveira: "acho o ponto de vista do Secretário Campos muito interessante, muito lúcido; tenho a impressão de que o critério que preconiza não repugna a nenhum dos membros da Comissão, que é o da especialização por vocação, de acordo pois com as tendências do funcionário, no campo onde melhor execute suas atribuições. Seria ele, então, aproveitado de preferência no setor para o qual é mais habilitado. Mas é preciso não esquecer que, em princípio, o funcionário deve estar habilitado a receber quaisquer atribuições nas Missões diplomáticas ou Repartições consulares. Na realidade a especialização na carreira diplomática não deve ser levada a extremos, não deve ser excessivamente limitativa; ela deve ser, em princípio uma exceção e não regra geral. Concordo com o ponto de vista do Secretário Campos mas sou obrigado a reconhecer que se formarmos elementos muito especializados, não vamos encontrar postos para os quais sejam estes funcionários designados, já que os postos em que são necessários os especialistas são em número reduzido. Mas essa discussão leva às discussões do tópico da primeira fase. Voltaremos ao assunto novamente quando estudarmos a carreira diplomática em si. Por ora estamos ainda no estudo de generalidades, de organização da máquina de que a carreira é o combustível humano. O fundamental é a existência de uma eficiente organização central, o que em grande parte é responsável pelo feliz desempenho das Missões e Repartições no exterior. Não me refiro apenas à Secretaria de Estado como casa central, mas enfim a toda nossa or-

PIA.

organização governamental. Se no futuro o país estiver plenamente dotado de técnicos e especialistas, nas conferências internacionais agiremos ao lado deles, orientando-os quando se trata de matéria de política. Mas não pretendemos, ao visarmos ao aperfeiçoamento dos funcionários diplomáticos, substituí-los, tomar-lhes o lugar. A experiência me tem demonstrado que exatamente os países mais desenvolvidos é que se faziam representar nas conferências internacionais por técnicos que assessoravam os delegados titulares. Países ainda incipientes fazem-se representar-se, por vezes, por funcionários diplomáticos. O técnico conhece o assunto, mas não está capacitado a promover a realização de tal ou qual objetivo. O que diz respeito à habilidade, ao tato, é matéria do diplomata. É o que me foi dado observar por exemplo, na conferência da Comissão da América Latina, realizada ultimamente em Montevideo. Compreendo bem que deve ser dada ênfase no domínio econômico, mas parece-me razoável, como disse acima, deixar a discussão desse assunto específico para mais adiante.

Não concordo também plenamente com o Secretário Campos quanto à idéia de estabelecer um método de promoções à base de concursos. Não se pode desconhecer que o mérito pessoal nem sempre se apura em cursos. Há uma boa margem de mérito que repousa na eficiência e iniciativa pessoais. A rigidez de um sistema de curso para promoção levaria o funcionário a viver mais em função do curso do que em função de seu aperfeiçoamento geral, o que só consegue na sua vida profissional. O merecimento tem seu peso específico. Não devemos afastar-nos da realidade, enveredando em devaneios sem base real, mas procurar atingir um nível médio razoável. No sistema de distribuição de pessoal, por exemplo, o que parece razoável é que o pessoal seja o menos móvel possível no setor administração, e mais móvel no setor político. Não podemos desejar extremos".

Dr. Rômulo de Almeida: "quanto ao problema da especialização de que tratou o Secretário Campos, ficou-me uma dúvida, isto é, se há realmente conveniência em estabelecer normas formais e rígidas quanto à especialização do funcionário diplomático. Quanto ao mais, a exposição do Secretário Campos me pareceu muito justa porque o compreendi da seguinte maneira: a especialização seria feita em diferentes gra-

IA.

graus. É claro que para acompanhar as conferências internacionais, os acordos internacionais de comércio, particularmente a Carta Internacional de Comércio, o GATT, é iniludível a necessidade de um especialista. Não há ninguém, mesmo dotado de vastos conhecimentos gerais, que com menos de 6 meses entre na intimidade do GATT, mesmo um economista que não esteja muito familiarizado com problemas de comércio internacional. E assim poderemos citar outros problemas que surgem na área internacional, além do poderoso argumento que é o da necessidade de presteza de reação na diplomacia parlamentar, o que me parece um argumento decisivo.

O Secretário Silveira acaba de salientar que os países mais desenvolvidos fazem representar-se nas conferências econômicas internacionais por técnicos com a assistência de diplomatas. O Secretário Campos mostrou, por exemplo, que o problema da língua é um problema difícil. Os grandes países em geral discutem na sua própria língua. Além do que certas discussões de ordem técnica são feitas em vocabulário cunhado por eles, a que dão a dignidade de vocabulário científico.

Acresce a isto o fato de ser angustiante a nossa escassez de pessoal competente. Nosso número de pessoas realmente habilitadas é reduzido. É fora de dúvida que o nosso país precisa favorecer-se da especialização e do aperfeiçoamento em centros estrangeiros. É a procura da especialização e do aperfeiçoamento no exterior é um dos objetivos do Itamaraty. Sendo o Ministério do Exterior o que tem contacto direto com o exterior, é natural que ele propicie a especialização e o preparo de seus funcionários, mesmo que esses funcionários ao chegarem no Brasil abandonem temporariamente o Itamaraty por outras repartições. Só assim se pode suprir a lacuna de escolas de economia no país. Não ha bastante conhecimento dos problemas internacionais, de que tanto dependemos. Também no campo jurídico parece haver uma certa deficiência, não digo isto com intenção de crítica mas como uma observação. De qualquer modo, assim entendo a exposição do Secretário Campos: a especialização tem diferentes graus; cumpre aproveitar as vocações de cada um. Por exemplo, um funcionário que manifesta tendência acentuada para o cultivo do direito, pode ir, suponhamos, para Paris. Ou-

DPLA.

Outro que tenha capacidade para uma especialização menos limitada, poderia servir em Gambera. Não me parece que haja receio em se aceitar essa idéia, o que não significa absolutamente que o Itamaraty seja dividido em armas, e dos assuntos econômicos, políticos, culturais, jurídicos, etc. Creio que o problema do aperfeiçoamento de cada funcionário é um problema de oportunidade. Com o tempo, as consequências dessas oportunidades serão ajustadas às necessidades do serviço. Essa especialização não poderia restringir-se aos cursos do Instituto Rio Branco. Não deveria haver uma especialização enquadrada em moldes burocráticos, a não ser em limite muito restrito. Tratar-se-ia no caso de um aperfeiçoamento geral, que não é especialização, mas que concorre para ela de certo modo. Depois dessa fase prévia é que viria a especialização vocacional, a qual pode por sua vez ser estimulada pela Administração ao verificar que há crise ou abundância de especialistas em tal ou qual setor".

Dr. Hermes Lima: Senhor Presidente, pelo que entendi da exposição do Secretário Campos, estou de acordo com a mesma pelo menos em seus traços fundamentais. O mundo moderno exige mais conhecimentos do diplomata, para que ele possa desempenhar sua função de negociar, representar e informar, do que o mundo antigo. Acredito, todavia, que a especialização sempre existiu, mesmo empiricamente. Deve ter havido na tradição desta Casa alguém capaz de melhor lidar com assuntos de fronteiras, assuntos culturais, comerciais, diplomáticos propriamente ditos, etc., de acordo com as tendências, vocação ou preferência de cada um, porque é natural que isto ocorra no curso das atividades militantes de um homem dentro de sua função. No mundo moderno, trata-se de preparar melhor os representantes do Brasil para que possam estar à altura de compreender os problemas de que se tece a política internacional. Dar ao diplomata conhecimentos, especialização, para que esteja perfeitamente habilitado a compreender os problemas internacionais. Não é que se deva pretender, como aspiração geral, que o diplomata seja um banqueiro, um economista, um organizador, um especialista, em suma, na técnica de fazer. A diretriz geral deve ser a de fazer do diplomata um especialista no domínio das tomadas de corrente

Aparente dos problemas e das questões que agitam o mundo. Os problemas econômicos no plano internacional se revestem de linguagem política. Numa conferência de tarifas, por exemplo, a matéria tratada é de natureza técnica em si, mas o interesse que daí resulta é de natureza política, e por conseguinte o problema é traduzido em termos políticos que exprimem a posição de tal ou qual país em face dos problemas de uma cláusula de nação mais favorecida, de exportação, importação, etc. O problema é, pois, político. Ao diplomata incumbe conhecer o significado e a importância que a tarifa desempenha na economia de seu país. Para isso, é mister uma ampla formação geral que o habilite a tomar as correntes dos problemas que ele não está habilitado a discutir e compreender no plano político. Parece-me não ser outra a idéia do Secretário Campos. Ele preconiza a formação de homens capacitados para entender os problemas internacionais com relação ao seu país. O problema mais difícil é exatamente como se fará esse "enriquecimento" a que alude o Dr. Rômulo de Almeida, a saber, se consistiria em cursos regulares, compulsórios ou se será um misto de cursos e de oportunidades as quais se apresentam quando o diplomata serve em países altamente desenvolvidos. Não sei exatamente como se possa chegar a esse resultado, mas desde logo reconheço que se há de achar um meio. Senti bem essa necessidade quando integrei a representação do Brasil às Nações Unidas. Havia duas correntes: a dos chamados técnicos e a dos políticos. Cada uma dessas correntes subestimando a outra, havendo mesmo uma certa rivalidade. Os técnicos mais cheios de si, olhando para os políticos com um certo ar de superioridade como se os rapazes políticos pouco ou quase nada entendessem dos assuntos técnicos. Eram de certo modo mais enfáticos, menos cordiais e sobretudo possuidores da ilusão de que o novo jargão técnico que haviam adquirido representava realmente ciência.

Pressenti que há necessidade de dar um sentido orgânico a essas tendências a fim de que não haja antagonismos.

O Dr. Campos pôs o problema da especialização nos seus devidos termos. A questão é como chegar ao fim almejado".

Dr. Rômulo de Almeida: "Tenho a impressão de que o diplomata precisa ser antes de mais nada um diplomata. Precisa saber manejar

PIA manejar sua própria força e seus meios no sentido de obter um resultado. No momento de discutir um determinado assunto ele precisa estar capacitado a compreendê-lo. Por exemplo, em princípio ele conhece o sentido e a importância da cláusula de nação mais favorecida. Mas quando se trata de uma cláusula de nação mais favorecida a ser incluída em determinado tratado já não se exigem dele conhecimentos gerais apenas, mas conhecimentos mais especializados e sobretudo habilidade para compreender-lhe a exata significação".

Dr. Hermes Lima: "Precisamente aí é que desejo acrescentar que em condições normais o diplomata nunca teria os conhecimentos de que dispõe o técnico. Excepcionalmente podem surgir funcionários diplomáticos que os igualem, que por seus próprios conhecimentos estejam à altura de resolver problemas dessa natureza. Mas, em condições normais, insisto, o diplomata, mesmo muito bem informado, não dispensará o assessor técnico".

Dr. Rômulo de Almeida: "Mas como o Brasil é um país pobre de técnicos, se o Itamaraty não se dedicar à formação de sua equipe própria de técnicos, correrá o risco de não ser bem assessorado."

Secretário Silveira: "Parece-me que essa vocação tão acentuada dificilmente se enquadraria no sistema um tanto rígido que o Secretário Campos expôs. O problema da língua, por exemplo, é um problema de oportunidade. Em princípio não podemos negar que a especialização tem de ser favorecida, estimulada. Mas é difícil idealizar a sistematização rígida da especialização. Pode traduzir-se numa política administrativa, numa recomendação, numa diretriz, mas não num regulamento rígido. Criaríamos uma cabeça enorme sem braços. A grande especialização deve ser a especialização "Brasil". É a preocupação de fazer com que o diplomata saiba o preço dos nossos interesses culturais, econômicos, políticos, etc. partindo sempre do conhecimento do elemento básico e essencial "Brasil". Dessa forma teremos funcionários mais capazes de servir melhor nossa economia. O funcionário assim preparado, mesmo num posto distante como Camberra, terá conhecimento e sensibilidade suficientes para compreender as vantagens que o Brasil possa tirar das relações econômicas com aquele país".

Dr. Rômulo de Almeida: "A experiência da Casa revela que há lugar para especializações bastante limitadas, por vezes. É o caso, por exemplo, do especialista em cartografia, Prof. Jayme Cortesão. Funcionários com menor vocação para o trato das questões diplomáticas, podem ser excelentes professores no Instituto Rio Branco, juristas, etc."

Ministro Leitão da Cunha: "Sem dúvida, o assunto será examinado posteriormente. Desejava, porém, ouvir ainda a palavra do Secretário Campos".

Secretário Roberto Campos: "Em primeiro lugar, desejo agradecer as referências favoráveis que me foram feitas. Minha exposição da última vez foi talvez um pouco arestosa. Acredito que a rigor há apenas duas armas de dialética: repetição e deformação. É pois muito possível que eu tenha deformado o problema, procurando dar um certo colorido fanático. Mas as duas idéias principais que eu expendi se resumem em que o tipo da carreira que estamos discutindo só pode ser conseguido a partir de uma plataforma polivalente. Em segundo lugar, a especialização é principalmente um ato de decisão, pelo qual o indivíduo reconhece que tal atividade desperta nele grande interesse e que nela pode prestar a máxima eficiência. Mas consideremos o problema por estágios. Em primeiro lugar, como registrar essa decisão do funcionário, que espero seja espontânea na maioria dos casos. Isto naturalmente só se daria após ter o funcionário transitado nas provas ou concurso ou curso ministrado pelo Instituto Rio Branco, inclusive o curso de aperfeiçoamento que a rigor não é particularmente especializado, e após mesmo uma certa experiência na Casa. Minha idéia foi enriquecida por uma contribuição do Dr. Rômulo de Almeida que indicou a possibilidade de dois tipos de registro da especialização: preparação espontânea e persuasão. E isso porque havendo um certo deficit de especialistas em determinados setores, é natural que a Administração procure um certo equilíbrio. Por exemplo, no setor jurídico especializado é evidente esse deficit, quero dizer, que surgiram problemas jurídicos novos para os quais a formação jurídica normal do funcionário não está ainda preparada. Há pois crise de especialistas jurídicos. Temos, por exemplo, dois especialistas muito moços, Guerreiro e Sette Câmara que se têm especializado em

em tratados, convenções, etc. Temos o Secretário Barbosa da Silva que se especializou em direito aéreo internacional.

Não haveria nenhuma consequência administrativa do ponto de vista de salário ou funções, tratar-se-ia apenas de uma subdivisão na função internacional. Voltando ao sistema a que me referi acima, haveria dois tipos de aperfeiçoamento: o voluntário e o decorrente de estímulo administrativo. As possibilidades do aperfeiçoamento voluntário são enormes, praticamente todos os nossos especialistas foram a rigor formados pelo processo voluntário. Eles mesmos se especializaram. Quanto às possibilidades de treinamento por estímulo administrativo, há que distinguir dois estímulos: em primeiro lugar, o estímulo mediante o qual o funcionário seria lotado no exterior em repartição propícia ao treinamento, por exemplo, na Delegação junto a ONU em Nova York, em Genebra, etc. que são indiscutivelmente centros normais de treinamento. O segundo estímulo administrativo seria o concurso de acesso, isto é, um concurso individual para cada grau da carreira. Isto naturalmente é difícil no Itamaraty porque grande parte dos funcionários está lotada no exterior por 4, 5 ou 6 anos e não é possível fazer o seu regresso com as oportunidades normais de promoção. Mas é concebível um curso de Estado Maior que seria mantido na Secretaria de Estado e ao qual aportariam os funcionários vindos do exterior, o que constituiria um curso de acesso. A promoção, por exemplo, de 1º Secretário a Ministro, promoção para chefia de Missão, seria feita mediante o curso de Estado Maior ou concurso de acesso. O Secretário Silveira pergunta qual a vantagem de sistematizar esse processo. Acredito que o Dr. Rômulo de Almeida também levantou a questão".

Secretário Silveira: "Não é vantagem, mas é a dificuldade. Parece inviável uma estrutura demasiado rígida".

Secretário Campos: "Quanto à vantagem da sistematização, o que eu vejo é o seguinte: criar-se-ia uma consciência de responsabilidade no funcionário, de adquirir um grau maior de eficiência em determinado setor. Em segundo lugar, criaria um ambiente propício a uma melhor divisão de trabalho no Ministério. Quando da realização de determinadas conferências internacionais, já haveria melhor distribuição de funcionários para executar os serviços necessários. Mais ainda, sem es

PIA.

essa sistematização, a casa se ressentiria do desconhecimento de seus próprios recursos, do seu "estoque" provável de especialistas. A vantagem da sistematização do treinamento de especialistas permite exatamente o registro minucioso das possibilidades e deficiências de pessoal especializado na Casa. Atualmente não há elementos seguros para permitir o balanço das nossas capacidades. Não acredito que as consequências dessa sistematização criem situações intoleráveis e incompatíveis com a administração. Não está excluída a possibilidade dos especialistas da administração".

Ministro Leitão da Cunha: "Antes de passar a palavra ao Dr. Arizio Vianna, parece-me que se deveria fazer com que a especialização acarretasse não a promoção em si, mas uma recompensa, um certo valor que pesaria no ato da promoção. A especialização seria pois um estímulo ao funcionário".

Dr. Arizio Vianna: "As minhas idéias sobre a formação e a perfeiçoamento de diplomata coincidem com as dos Senhores Rômulo de Almeida, Secretário Silveira, General Cordeiro de Farias e Dr. Hermes Lima. Resumindo, a formação dos elementos da carreira de diplomata apresenta dois aspectos: em primeiro lugar, a preparação do diplomata através do Instituto Rio Branco ou concurso direto, ou talvez combinados os dois meios. Em segundo lugar, a especialização do diplomata em cursos de aperfeiçoamento ou extensão no próprio Itamaraty ou em cursos, de livre escolha, em universidades de alta cultura, tanto no exterior como no país, ou os dois sistemas combinados, isto é, indicar o funcionário para certas Missões ou Delegações onde essa especialização seja propiciada pelo próprio meio. De modo que se desse um certo valor a essa especialização para efeitos de promoção, ela seria um forte estímulo para o funcionário. Também a especialização influiria na distribuição dos funcionários para os diversos postos no exterior, na escolha dos chefes de Missão, etc. São esses os aspectos fundamentais que devem servir de base para os nossos estudos de reestruturação da carreira ou reforma, aspectos esses que creio já suficientemente debatidos e pelo momento esgotados. Sugeriria portanto, que na próxima reunião se passasse novamente às generalidades da primeira fase dos trabalhos e prosseguisse no exame do organograma para

COPIA.

para voltar ao assunto da carreira de diplomata quando da discussão dos problemas de pessoal".

O Ministro Leitão da Cunha indagou se a Comissão estava de acordo com as sugestões feitas pelo Dr. Arizio Vianna, de terminar a discussão dos temas de ordem geral. Assim sendo, a discussão não seria na próxima reunião de segunda-feira porquanto nessa reunião serão discutidos os relatórios apresentados pelos Embaixadores. Seria então para a reunião de quinta-feira próxima.

Nada mais havendo a tratar, foram dados por encerrados os trabalhos pelo Senhor Presidente da Comissão que lembrou os presentes da próxima reunião que se realizará no dia 1^a de setembro próximo, segunda-feira, as 18 horas.

CÓPIA.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO MINISTÉRIO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

7a. sessão realizada no dia 1º de setembro de 1952, no Palácio Itamaraty.

ATA SUMÁRIA

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha.

General Oswaldo Cordeiro de Farias.

Doutor Hermes Lima.

Secretário Antônio Francisco de Azeredo da Silveira.

Declarada aberta a sessão pelo Presidente da Comissão, o Secretário procedeu à leitura da ata da 6a. sessão, a qual foi considerada em condições de ser aprovada pelo Ministro Vasco Leitão da Cunha.

A seguir o Presidente leu a agenda da sétima sessão, propondo que as discussões das teses d e e fossem definitivamente adiadas para quando se tratar do problema do pessoal, e que a Comissão deveria entrar imediatamente na discussão dos problemas de estrutura e nos debates sobre os comentários feitos ao projeto de reforma elaborada pela Comissão de Organização e Métodos de Trabalho. Propôs ainda o Ministro Leitão da Cunha ^{que} a Comissão deveria orientar os seus trabalhos no sentido de se chegar, o mais breve possível, a um esboço de formulação legal em forma de ante-projeto, por exemplo, que sintetize as aspirações e decisões da Comissão. A essa altura dos trabalhos, foi dado ao conhecimento do Ministro Vasco Leitão da Cunha que o Dr. Arizio de Vianna estava absolutamente impossibilitado de comparecer à sessão, o que levou o Presidente a dar por encerrada a sessão por falta de número suficiente para tomar as deliberações necessárias. Nada mais havendo a tratar, foi marcada a próxima reunião para o dia 8 de setembro próximo, segunda-feira, e para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, a presente ata.

A. COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

8a. sessão realizada aos 8 de setembro de 1952

ATA SUMÁRIA

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha

General Oswaldo Cordeiro de Farias.

Doutor Hermes Lima

Doutor Rômulo Almeida

Secretário Antônio Francisco Azeredo da Silveira.

A sessão foi secretariada pelo Cônsul Dário Moreira de Castro Alves.

Aberta a sessão, o Presidente leu a agenda do dia, propondo sua aprovação; corrigindo-se, entretanto, o item 3, que deveria referir-se ao exame do funcionamento da Secretaria de Estado no nível de Divisão e não de Departamento. Aprovada a agenda o Secretário procedeu à leitura da ata da quinta reunião, a qual foi aprovada com algumas correções. O Presidente lembrou, porém, a conveniência de se ressaltar a parte que se referia à exposição do Secretário Campos. Foi dispensada a leitura da ata da 7a. reunião, por não ter havido número suficiente de Membros para tomar deliberações. O Dr. Rômulo Almeida reiterou que lhe fora impossível assistir a essa reunião.

A seguir, o Presidente salientou a vantagem de se passar ao ponto 4 da agenda — 1º relatório progressivo dos trabalhos da Comissão — deixando o ponto 3 — discussão do funcionamento das Divisões — para mais tarde, quando esperava contar com a presença do Dr. Arizio de Viana, cuja autoridade no assunto era desnecessário salientar.

Lido o relatório progressivo, o Presidente encarregou da Secretaria a elaboração de cópias que deveriam ser distribuídas aos Membros da Comissão pelo menos 1 dia antes da próxima reunião. O relatório, acentuou, uma vez aprovado significa uma tomada definitiva de posição, um balizamento de princípios necessário à elaboração de um trabalho produtivo, além de representar economia de tempo que eventualmente se perderia na discussão de assunto sobre que já se alcançou decisão.

decisão.

Confirmada a impossibilidade do comparecimento do Dr. Arizio de Viana, o Presidente passou ao ponto 4 da agenda, havendo nessa ocasião o Dr. Romulo Almeida pedido permissão para retirar-se, declarando que posteriormente tomaria conhecimento do assunto por intermédio do Secretário Silveira.

O Presidente deu a palavra ao Secretário Silveira, a quem qualificou como o funcionário mais habilitado da Casa para proceder ao exame a que alude o ponto 4 da agenda.

O Secretário Silveira principiou por afirmar que o projeto que a Comissão elabora não é em si revolucionário, nem se pretende que ele seja idealmente perfeito. O fim que se deve ter em mira é arquitetar uma estrutura que permita da maneira mais fácil possível a execução da política exterior do Brasil. O objetivo principal é o produto acabado e não a máquina em si. Para isso, devem ser afastadas as soluções absolutas, que nem sempre se adaptam à realidade.

A seguir, explicou que o Departamento Político e Cultural é atualmente dividido em várias divisões, atendendo-se a um critério funcional, quais sejam, a Divisão Política, a Divisão Cultural, a Divisão de Atos Internacionais, a Divisão de Fronteiras e a Divisão do Cerimonial. O projeto de organograma já elaborado até ao nível de Departamento prevê, como se sabe, a elevação da Divisão Política à categoria de Departamento, no qual a distribuição de serviço seria à base do critério geográfico. Nisso não há inovação, pois a Divisão Política é atualmente subdividida em setores geográficos. Os problemas políticos são problemas locais, regionais, e não haveria portanto, como distribuir de outra maneira os serviços da Divisão Política ou do projetado Departamento Político. A distribuição dos funcionários nessa Divisão já se faz naturalmente de acordo com os conhecimentos mais particularizados de cada um em determinado setor.

A Divisão de Fronteiras, órgão tradicional da Casa, não é órgão executivo propriamente dito. É antes de tudo o órgão coordenador das duas Comissões de Limites existentes com sede no Pará e no Rio. Essas Comissões, cujo pessoal é considerado como

como pertencente ao Ministério do Exterior, têm desenvolvido notável esforço no sentido de demarcar efetivamente as fronteiras do país. Sua função hoje é pacífica e certamente não aparenta ser tão importante quanto foi outrora. Seus problemas de demarcação são, todavia, inúmeros o que exige o concurso de pessoal especializado. Aliás, a esse respeito, é útil lembrar que se tem sugerido que todos os problemas de fronteiras fôsem incumbidos ao Serviço Geográfico do Exército. Se bem que haja argumentos ponderáveis em favor dessa tese, não se pode desconhecer a necessidade da existência desse serviço dentro do Ministério, pois, mesmo a tarefa de simples demarcação envolve, sem dúvida, certa sutileza política.

A esse respeito, lembrou o General Oswaldo Cordeiro de Farias que há ainda alguns pontos de possível negociação, por exemplo com a Bolívia e Uruguay mas confirmou a observação do Ministro Leitão da Cunha de que os problemas principais são de colocação e fixação de marcos.

Retomando a palavra, o Secretário Silveira insistiu em que o plano de ação proposto para o Departamento Político é uma extensão, com aperfeiçoamentos, e maior complexidade, da estrutura atual da Divisão Política que a prática tem aconselhado.

Essa ampliação se torna necessária a fim de permitir que o Departamento Político esteja habilitado a utilizar e diluir com proveito o exelente material de informação que é recebido das Missões no exterior. Esse Departamento teria a seu cargo os assuntos políticos referentes aos Organismos internacionais, como ocorre presentemente, apesar da existência da Comissão de Organismos Internacionais.

Seria inviável a criação de um Departamento de Organismos Internacionais com atribuições para tratar de todos os assuntos que dizem respeito aos Organismos. Esses organismos são numerosos de natureza variadíssima. Há Organismos para assuntos de saúde, alimentação, comércio, tarifas, aviação civil, instrução, etc. de modo que existindo Departamentos para assuntos políticos, econômicos e culturais, é natural que esses Departamentos atraiam a si o exame das atividades afins dos Organismos. Aliás, é o que tem sucedido na prática. A Comissão de Organismos Internacionais, cria

criada em 1947, foi a pouco e pouco perdendo o contacto com os problemas de natureza económica que fugiam irresistivelmente para o âmbito do Departamento Económico. A matéria é realmente vasta e heterogênea. Há inúmeros assuntos, por exemplo, de natureza económica, altamente técnicos, que nada têm a ver com os assuntos de natureza cultural tratados na UNESCO, ou com assuntos de saúde, meteorologia, etc. Parece, pois, um mito crer que todos os assuntos tratados nos Organismos são ligados intimamente entre si a tal ponto que se confie a solução de seus problemas a um só órgão na Secretaria de Estado, mesmo que este órgão seja um Departamento.

O Ministro Leitão da Cunha salientou que um critério totalmente geográfico no nível de Departamento justificaria, sem dúvida a existência do Departamento de Organismos.

Quanto à Divisão Económica, prosseguiu o Secretário Silveira, o que se verifica é que dentro dela funcionam serviços ou setores cuja importância e volume de trabalho devem ser elevados à categoria de Divisão.

A Seção de Estudos Económicos por exemplo, deve transformar-se numa Divisão ou Serviço, como prevê o esboço de estrutura que a Comissão já conhece.

Indagado pelo General Oswaldo Cordeiro de Farias e pelo Professor Hermes Lima sobre a diferença exata entre a Divisão Económica e a Divisão de Estudos Económicos, explicou o Secretário Silveira que a Divisão de Estudos é o órgão que estuda teoricamente os problemas económicos, analisando-os e fornecendo suas informações à Divisão Económica. A esta, então, cabe servir-se desses dados e dar solução aos casos concretos e de rotina que se apresentam dia a dia. A Divisão de Estudos é o órgão de análise dos problemas; a Divisão Económica, o órgão de ação dinâmica, que elabora as decisões.

Por outro lado, quando se cogita da conclusão de um acordo comercial com determinado país, o estudo de base é elaborado pela Seção de Estudos. É desse estudo de base que se servirão a Divisão de Acordos Comerciais e a Divisão Económica para propor as bases da negociação, através da ligação com a Comissão Consultiva de Acordos Comerciais que tem sede no Ministério das Relações Exte

IA.

Exteriores. O projeto prevê exatamente a elevação da categoria desses órgãos, ao nível de Divisão, sob a direção do Departamento Econômico.

O Professor Hermes Lima, expressou a opinião de que a Seção de Estudos Econômicos deveria continuar dentro da Divisão Econômica, já que ambas tratam de resolver problemas de natureza econômica.

A isso respondeu o Secretário Silveira que a matéria é realmente abundante para ser objeto de uma só Divisão. O que tem acontecido na prática é que mesmo dotando a Divisão Econômica de um pessoal mais numeroso, é inevitável que surja naturalmente uma distribuição de serviços que garanta de um lado, o estudo e a análise dos problemas, e de outro, a atividade de execução desses problemas diante dos casos concretos.

A Divisão de Estudos deva estar a margem dos assuntos diários de ^{rotina} ~~gestão~~, de modo a poder elaborar seus trabalhos com mais serenidade e, por isso mesmo é um órgão que exige a participação de pessoal técnico, nem sempre dos quadros de funcionários da Casa. Vários funcionários que trabalham na Seção de Estudos são funcionários requisitados de outras repartições. Não está fora de cogitações que essa Seção de Estudos se chamasse Serviço de Análise Econômica e que pudesse vir a ser chefiada por funcionário de fora do Itamaraty.

O Ministro Leitão da Cunha acrescentou que a criação da Divisão de Estudos ao lado da Divisão Econômica, atende sobretudo à necessidade de uma melhor divisão de tarefas, em face do aumento considerável de suas funções.

Parecia-lhe evidente, entretanto, que a existência no Serviço Público brasileiro de um órgão técnico altamente capacitado de fornecer os elementos sobre todos os aspectos da economia nacional dispensaria a manutenção desse serviço no Itamaraty.

O Secretário Silveira lembrou, a esse respeito, que a tarefa de decidir dos rumos da política comercial externa do país é função do Ministério do Exterior, e por isso acredita que deve ser conservado e ampliado no Itamaraty esse serviço especializado.

PIA. especializado.

Os assuntos relativos aos Organismos internacionais de natureza econômica ou comercial seriam objeto de uma Divisão de Organismos Internacionais Econômicos. Atualmente esses assuntos são do domínio da Divisão Econômica. A importância desses Organismos, entretanto, justifica a criação de uma Divisão com funções próprias.

A esse particular lembrou o Ministro Leitão da Cunha que a existência de um Departamento de Organismos poderia levar, por exemplo, a uma perigosa duplicação quer no domínio econômico quer no político. A existência, pois, de uma Divisão de Organismos dentro do Departamento Econômico, daria um sentido unitário às diretrizes econômicas nas relações exteriores do país.

Quanto à conveniência da criação de um Departamento Cultural, acentuou o Secretário Silveira que o programa de atividades de intercâmbio cultural do Brasil com os países amigos aumenta cada vez mais de importância, e que esses problemas não têm quase nada de comum com os problemas puramente políticos. A rigor, esse Departamento se deveria intitular Cultural e de Informações, já que sua tarefa essencial é difundir, divulgar o Brasil no Exterior, atrair a atenção para as nossas possibilidades. Deve ser esse o sentido principal das atividades desse Departamento. Seria ingenuidade desenvolver uma intensa atividade cultural na França, por exemplo, exibindo a cultura brasileira. É nos países que nos fornecem imigrantes e capitais que uma firme política de informações deve ser incrementada.

Na América, nos países cujo nível de cultura é inferior ou igual ao do Brasil, então, sim, se poderia cogitar da propaganda da nossa cultura literária, e exatamente apenas nesses países é que deveríamos manter Adidos Culturais.

O Ministro Leitão da Cunha salientou que o Departamento Político e Cultural é, atualmente sobrecarregado de serviços, já que abrange, além da Divisão Cultural, as de Fronteiras, Atos Internacionais, Cerimonial e Política propriamente, o que é realmente excessivo. A criação do Departamento Cultural aliviaria sensivelmente esse peso.

7.
peso.

Antes de encerrada a sessão, o General Oswaldo Cordeiro de Farias julgou conveniente salientar que não se deveriam adiar por mais tempo os relatórios sobre as críticas e sugestões apresentadas ao projeto.

O Professor Hermes Lima sugeriu que os relatórios que foram incumbidos ao Secretário Campos, fossem relatados por outro Membro da Comissão. Com essa sugestão concordou o Presidente, propondo que os trabalhos dos Embaixadores Fraga de Castro, Mauricio de Nabuco, Caio de Mello Franco e ~~Antônio Carlos~~ fossem relatados pelo Professor Hermes Lima.

O Professor Hermes Lima propôs ainda que na próxima sessão se iniciasse o trabalho de relatar as críticas e sugestões.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, lembrando aos presentes a reunião de quinta feira proxima, dia 11 de setembro, às 5 horas, no mesmo local. E para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, a presente ata.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1952.

A. COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
M.R.E.

9a. sessão realizada aos 11 de setembro de 1952

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente.

General Oswaldo Cordeiro de Farias

Dr. Rômulo Almeida

Dr. Arizio de Viana

Professor Hermes Lima

Secretário Antônio Francisco Azeredo da Silveira.

Aberta a sessão pelo Presidente, procedeu-se à leitura da agenda da 9a. sessão, a qual foi aprovada. A seguir, o Secretário leu a ata da 8a. sessão, a qual foi aprovada com algumas retificações.

O Presidente propôs, então, que se alterasse a ordem dos pontos da agenda, de modo que a discussão de funcionamento do Ministério em nível de Divisão precedesse a aprovação do relatório do progresso da Comissão, com o que concordaram os demais Membros. Nessas condições, lembrou que a discussão na última sessão versara sobre o Departamento Cultural e que a mesma havia sido interrompida, em virtude do adiantado da hora.

O Dr. Rômulo Almeida pediu a palavra e declarou que tinha algumas observações que fazer sobre o funcionamento das Divisões e assuntos correlatos. Salientou que estava de acordo com o princípio da tripartição dos órgãos encarregados de acompanhar a atividade dos Organismos Internacionais, critério esse que lhe parecia correto. A seguir, expôs em breves termos os pontos gerais do debate da última sessão, conforme compreendiera da leitura da ata da 8a. sessão. Suas observações acrescentadas aos debates da Comissão se resumem nas seguintes:

O critério da tripartição para os assuntos dos Organismos, se bem que correto, merece certos reparos. É que esses órgãos aos quais está incumbida a tarefa de acompanhar a atividade dos Organismos, devem ser coordenados por um "comité", comissão ou que outro nome venha a ter, de modo que possam desempenhar seu papel de modo mais proveitoso.

2.

É sabido que há certos órgãos internacionais que, ao menos pela tradição, não têm sede no Itamaraty e o Ministério realmente não acompanha de perto as suas atividades. É o caso do Bureau Internacional do Trabalho e da FAO. Quanto a esta, existe mesmo uma Comissão Nacional de Alimentação que é um órgão criado por decreto do Poder Legislativo e encarregado de representar a FAO no Brasil. Há necessidade, pois, de coordenar esses organismos cujas atividades no Brasil estão fora da órbita do Ministério das Relações Exteriores, o que não exclui a coordenação, dentro do Itamaraty, das atividades dessas 3 Divisões. A reunião habitual dos Chefes dessas Divisões e dos Representantes de outros Organismos que atuam fora do Itamaraty seria muito interessante para coordenar, em bases amplas, as atividades dos Organismos. A esse respeito, lembrou um fato que aconteceu em Havana quando se discutia um dos Artigos da Carta Internacional do Comércio relacionado com fretes. Nessa mesma ocasião realizava-se em Genebra a Conferência da Organização Marítima Internacional. Em Havana não se tinha conhecimento de quais eram as instruções da Delegação do Brasil em Genebra e vice-versa, de modo que foi necessário pedir o adiamento das discussões, enquanto se solicitavam informações ao Itamaraty e a Genebra para saber o que se tinha discutido, e evitar a deplorável situação de haver duas políticas seguidas pelos representantes do Governo brasileiro. Um Representante do BIT precisa saber, antes de viajar, o que se passa em outros Organismos com os quais o BIT tem ligações. O BIT se liga com a FAO e com a Comissão de Migrações (antiga OIR), em relação a problemas de colocação de pessoal, colocação de imigrantes, etc. Ao mesmo tempo, há outros Organismos como o FISI e a OMS que têm também certos problemas marginais que se interligam. Daí a necessidade da referida Comissão, que evidentemente não seria um órgão centralizador de todos os assuntos pertinentes aos Organismos. Seria uma Comissão a agir em dois níveis: no nível horizontal ela faria a coordenação imediata entre as Divisões e essas Representações alheias ao Itamaraty. No sentido vertical, seria um Comitê especializado de planejamento e coordenação, que também forneceria, de sua parte elementos para a so-

solução dos problemas. Isso, enfim, é uma mera sugestão que não altera o esquema, simplesmente o completa, a despeito do que se possa interpretar em contrário.

A segunda observação que fazer era uma observação mais de fundo, que corresponde aliás a uma outra, a que já teve ocasião de aludir em reuniões anteriores. A despeito dos argumentos com que se procurou defender a necessidade de várias Divisões que se entrelaçassem num Departamento Cultural propriamente dito, salientou que não estava ainda convencido da necessidade de um Departamento Cultural. Realmente a expansão cultural dificilmente se faz através de um Departamento Cultural na estrutura do Ministério das Relações Exteriores. O Conselho Britânico, por exemplo, e não o "Foreign Office" é o instrumento da expansão cultural britânica. O que o "Foreign Office" realmente estabelece é simplesmente um conjunto de normas e diretrizes, que são evidentemente políticas, para o trabalho do Conselho Britânico. Seria, talvez, melhor resolvido o problema dos bolsistas e estudantes latino-americanos no Brasil com a criação de um Instituto Brasileiro da Administração Cultural. Com os problemas marginais, dificilmente é possível se conceber que no Itamaraty se crie uma organização, que teria quase a natureza de uma organização turística, para assistir essa massa de estudantes que precisam de amparo e que muitas vezes aqui ficam desprotegidos. Segundo as informações que tem tido, o funcionamento desse serviço no Itamaraty ainda deixa muito que desejar, a despeito de que o número de bolsistas ainda é pequeno. Um Organismo que seja subordinado e orientado politicamente pelo Itamaraty seria capaz de fazer esse grande trabalho que o Conselho Britânico faz, e com mais liberdade de ação.

Aliás o IBEC por exemplo, poderia fazer as vezes dessa Comissão a que tem aludido, o qual, devidamente aparelhado, poderia ser esse órgão de expansão cultural e de assistência aos bolsistas estrangeiros no Brasil.

Chamou ainda atenção para o fato de que no projetado Departamento Cultural há uma Divisão de Divulgação, enquanto no Departamento de Documentação há uma Divisão de Publicações. Evidente-

Evidentemente, por especializadas que sejam, suas funções se aproximam muito. Se é grande a tarefa de executar a expansão cultural do país, não se pode desconhecer que ela é instrumento de expansão política e econômica. Se essa grande tarefa é dirigida pelo Departamento Político, embora executada diretamente por um Organismo mais flexível, o IBEC, por exemplo, nesse caso essas duas Divisões se poderiam reduzir a uma, e não haveria razão para um Departamento Cultural. Uma Divisão seria capaz de realizar toda a tarefa, diretamente subordinada ao Departamento Político. Essa Divisão Cultural, aliás, não seria apenas cultural; seria preciso que se lhe desse, se possível também no próprio título, o seu caráter de propaganda ampla do país. Não seria uma Divisão moldada na concepção clássica de que iria trazer para o nosso país o respeito e admiração. Deveria ser uma Divisão que trouxesse para o nosso país sobretudo a confiança, e o interesse. Esse seria o seu sentido fundamental. Essa mudança de atividades seria ditada pelos próprios imperativos da vida brasileira. Todas as formas administrativas, pedagógicas e culturais já estiveram em outros tempos muito mais ligadas à nossa estrutura agrária do que hoje. Já houve mais necessidade de ornamentar, ostensivamente, as manifestações de cultura do país, talvez exprimindo uma certa preocupação de superar complexos de inferioridade colonial agrária. Talvez essa argumentação do caráter novo que deveria ter a Divisão ou Departamento, ou melhor, a Divisão Cultural dentro do Departamento Político, traduz, em termos de atividade cultural do Ministério, a evolução por que passou o país.

O Presidente salientou que, antes de dar a palavra ao Secretário Silveira, desejava fazer um esclarecimento sobre a questão do Serviço de Publicações. As publicações em apreço são publicações dependentes da Biblioteca, para uso do Ministério das Relações Exteriores em geral, e não para serem enviadas ao exterior com fins culturais. Trata-se de instruções

Instruções de Serviço, Memorandums, Listas Diplomáticas, Circulares, Leis, etc.

O Dr. Rômulo Almeida esclareceu que propunha que a execução dessa divulgação cultural fosse diretamente feita por um Conselho Brasileiro, o IBICC, por exemplo, e que essa divulgação de ordem rotineira continuasse a ser feita pelo Itamaraty.

Ministro Vasco Leitão da Cunha lembrou que a Divisão Cultural não age apenas no setor de bolsas. Suas atividades são numerosas e certamente seria razoável que não existisse o Departamento Cultural, se houvesse esse Órgão a que aludiu o Dr. Rômulo Almeida. Precisamente porque não existe esse órgão é que o Projeto prevê o Departamento Cultural, cujos encargos serão sem dúvida enormes.

O Secretário Silveira tomou a palavra para recapitular mais pormenorizadamente a atividade da Divisão Cultural. A existência de bolsas é decorrente dos acordos culturais que o Brasil tem assinado com a maioria dos países latino-americanos, pelos quais se compromete a receber um determinado número de bolsistas para as nossas escolas superiores. São transportados por conta do Governo brasileiro e recebem no Rio de Janeiro um auxílio mensal de Cr\$3.000 (aumentado para aproximadamente Cr\$5.000,00). Outro trabalho que realiza a Divisão Cultural é a criação de Cursos de Português em países da América Latina. São geralmente administrados por Institutos Brasileiros e do país onde são estabelecidos.

Esses cursos têm evoluído muito. O Ministério envia e remunera o Professor, o que dá um grande incremento ao Curso. Estabelece também um prêmio de viagem ao Brasil para os alunos melhor classificados nas escolas, o que já é motivo para que se tenha elevado de muito a frequência a esses cursos nos países latino-americanos. Em vários países, como o Uruguai, o Instituto é totalmente brasileiro, é a Casa do Brasil. A mesma coisa se está fazendo a pouco e pouco na Argentina.

Outra atividade da Divisão Cultural é estimular a publicação de livros brasileiros. O processo que se usa para a publicação de livros brasileiros no exterior é contratar a tradução e com-

A. comprar uma parte da edição. No México, por exemplo, já se conseguiram várias publicações porque o Governo se compromete a comprar uma parte da edição e essa compra não é inútil, pois é distribuída em outra área; compra-se um certo número de exemplares no México e a nossa Missão diplomática recebe ordens de fazer a distribuição dos mesmos em outros países da América Latina. No momento também se faz isso na Europa, na Itália, por exemplo. Nem sempre o sucesso é grande, porque a escolha recai às vezes em livros que não são lidos nem mesmo no Brasil. Além disso há ainda um outro serviço, que é a distribuição de filmes e discos brasileiros. A questão dos filmes está num atraso lamentável. Os filmes do Ministério da Educação são, em geral, de má qualidade. Se o Ministério não tomar a iniciativa de fazer e pagar esses filmes, corre o risco de exhibir maus filmes.

Quanto a livros, o Ministério tem sido bem sucedido. Os livros publicados aqui são ótimos. O livro "Brasil" tem sido publicado em 4 ou 5 línguas, português, francês, inglês, alemão. É antes de tudo um livro para o imigrante, que se pode difundir largamente.

Quanto a discos também se tem feito alguma coisa. O Ministério tem mandado coleções de discos que são doados às estações de rádio locais. Além disso há um programa de conferencistas, mandados pelo Brasil, ou que vêm ao Brasil. Acredito que a vinda de conferencistas ao Brasil, a menos que eles sejam conferencistas de primeira qualidade ou especialistas, é de interesse muito pequeno. Mas a ida de conferencistas brasileiros ao exterior é importante e às vezes tem mais valor do que o trabalho rotineiro de um funcionário burocrático.

Há ainda o programa de cadeiras de estudos brasileiros em Universidades estrangeiras, que pode alcançar grande sucesso quando a cargos de brasileiros realmente eminentes.

Há enfim uma série de outras funções que são eminentemente executivas e que nada têm a ver com a política propriamente dita.

O Dr. Arizio de Vianna salientou que o problema depende de como conceituar política. Quando o Secretário Silveira fez observações a respeito dos métodos da divulgação cultural, lembrando a

a importância das conferências, exibição de filmes, etc, sem dúvida falou de política; passou da descrição de operações rotineiras para ensinar métodos de ação desta Divisão. Isto parece ser uma atividade preponderantemente política do setor de trabalho do Departamento Político. Nessas condições, parece não haver motivo para que se dê realce às atividades culturais, de modo a agrupá-las num Departamento Cultural. Elas podem perfeitamente ficar dentro do âmbito de uma Divisão, subordinada ao Departamento Político. O objeto da Divisão Cultural é o intercâmbio cultural do Brasil, para que o país seja respeitado como merece. É um método, um meio de ação. Há o problema da política voltada para o exterior e o da política interna. Deve-se colocar dentro desse Departamento Político a Divisão Cultural aparelhada para conhecer os meios, os modos de propaganda do país no exterior e também conhecer o pensamento e as tendências políticas do próprio país. Pode ser que isto seja divagação, mas sem dúvida cabe dentro da ação de Itamaraty este processo de conhecer o Brasil não territorialmente apenas, mas em matéria de relações econômicas, de organização administrativa, política, militar, e também as tendências do pensamento político. A esse propósito, salientou que estava curioso de ouvir a Conferência do Embaixador Gilberto Amado em que ele procurará explicar as raízes do pensamento político do Brasil. O pensamento político do Brasil é hoje em dia uma incógnita; surpreende a todos, como de uma hora para outra a fisionomia política do país se modifica radicalmente.

Não é possível que um diplomata possa representar o Brasil numa função passiva de receber instruções minuciosas da Secretaria de Estado se a própria Secretaria de Estado não está aparelhada para transmitir essas informações, ou pelo menos apenas conta com a cooperação desse diplomata. Essa ação é uma parte da vida diplomática que, é de se esperar, deve ser delineada dentro do Departamento Político. Outra parte importante seria afeta ao Departamento Econômico, atual Divisão Econômica.

Mas não é preciso que mesmo sua atividade de rotina esteja impregnada de uma interpretação de política econômica, sem o que se

se correria o risco de imaginar as cousas numa pura abstração, sem base na realidade.

Enfim, há mister que o Itamaraty tenha uma política uniforme, e que parta da compreensão profunda dos problemas internos do país.

O Secretário Silveira salientou que esse instituto de que falou o Dr. Rômulo Almeida não poderia ser o IBICC, que é uma ramificação de um Organismo Internacional, incapaz, portanto, de interpretar uma política realmente nacional.

O Dr. Rômulo Almeida esclareceu que a referência ao IBICC fora apenas uma sugestão; no momento de se estudar o órgão, seria preciso estudar sua capacidade para realizar a função.

O que se verifica pela experiência é que à medida que as atividades da Divisão Cultural se desenvolvem, torna-se mais clara a necessidade de que ela seja um órgão de estímulo, agindo através de organizações tanto quanto possível privadas. O Secretário Silveira mostrou graves dificuldades, graves carências nacionais que dificultam a atividade da Divisão Cultural. Na verdade, se se tentasse superar essa carência apenas através de uma ação interna do Itamaraty, a Divisão se deveria transformar no Departamento Cultural. Mas seria preciso uma organização muito complexa, muito custosa, talvez fora da verdadeira órbita do Ministério das Relações Exteriores.

O Dr. Arizio de Vianna frisou que a ação coordenadora de Itamaraty teria de se exercer em torno das instituições existentes no país.

A missão desse órgão seria conhecer e investigar, no país, quais as fontes de que pode dispor e com que pode contar. Por exemplo, o que faz o Instituto do Livro, o que tem, o que pode dar, o que é a Academia Brasileira do Livro, o Instituto de Alta Cultura, etc. Operar em torno desses institutos no sentido de aproveitar e extrair deles todos os elementos necessários à vida diplomática. Sua política seria primordialmente uma política de investigação interna.

IA. interna.

O Dr. Rômulo de Almeida acrescentou que sua impressão é que dificilmente o Itamaraty poderia superar a carência desses órgãos. Mas fácil seria examinar o que esses institutos são capazes de dar com a cooperação que o Ministério das Relações Exteriores possa fornecer. Nesse sentido, então, o Itamaraty poderia mobilizar os recursos próprios para realizar a expansão cultural do país. Dessa maneira, a expansão das atividades do Itamaraty talvez não chegasse a exigir um Departamento Cultural.

O Secretário Silveira lembrou que a Divisão Cultural seria enormemente sobrecarregada.

O Dr. Rômulo de Almeida declarou que, se se criar o encargo de fichar bolsistas por bolsista e esses bolsistas se transformarem em centenas de imigrantes, de acompanhar minuciosamente suas atividades, então se teria de criar um serviço com essa finalidade exclusiva. Dificilmente o Itamaraty poderia fazer isso eficientemente. Mas não é o bastante. A bolsa pode ser excelente, se é de 5 contos é praticamente melhor do que a que os Estados Unidos dão a um estudante. Deve-se pensar também na assistência, que vale às vezes muito mais do que a bolsa.

O Ministro Vasco Leitão da Cunha declarou que é perfeitamente compreensível o ponto de vista do Dr. Rômulo Almeida, que merece a maior simpatia. Seria mesmo bom, em princípio, retirar do Itamaraty tudo o que não fôsse de sua competência. Seria muito preferível que houvesse apenas uma Divisão. Mas o que há atualmente é uma Divisão que faz o trabalho de um Departamento, pelo volume de trabalho. Ou se retira a solução desses problemas do Itamaraty e se deixa a outros órgãos da Administração o encargo de resolvê-los, conservando uma simples Divisão no Itamaraty, ou então se deverá aparelhar o Itamaraty para resolver o problema. Esse órgão, de que o Dr. Rômulo falou, não existe ainda. Seria preciso criá-lo e enquanto não for criado e não estiver funcionando, o problema volta a ser o da Divisão Cultural sobrecarregada de serviço. Eis o problema que é preciso resolver. A solução reside na criação de um Departamento Cultural.

Cultural.

O Dr. Rômulo Almeida perguntou se não se trataria de um defeito de funcionamento, pelo fato de que chegam às mãos dos Chefes do Departamento papéis que poderiam ser resolvidos em nível de Divisão. Parece que este seria o defeito fundamental da administração brasileira.

O Secretário Silveira aduziu que a soma de decisões que envolvem política é bastante grande, e que o Chefe de Departamento não pode estar alheio, a elas, nem que seja para fiscalizar "a posteriori".

Na opinião do Dr. Rômulo de Almeida, com o sistema de subirem todos os papéis ao Chefe, o que acontece é que, sempre que um Departamento tiver maior volume de encargos, teria de ser desmembrado, não baseado no princípio da especialização de função, mas baseado na Divisão dos papéis a despachar, o que parece erro palpável. Não se pode resolver os problemas da administração nessa base. É preciso encarar de frente a crise fundamental da administração brasileira, que é falta de seleção dos papéis ao subir na escala hierárquica.

O Secretário Silveira, a propósito da questão de difusão cultural, lembrou o exemplo da Argentina, onde há uma certa tendência para aproveitar tudo o que dê possibilidade para propaganda de informação. A única coisa que o fez simpatizar com relação à criação de um Departamento Cultural é a de dar oportunidade a que ele tenha peso suficiente para levar avante determinadas iniciativas que, sem esse nível, não conseguirá realizar.

O Dr. Rômulo de Almeida expressou a opinião de que grande parte dessas atividades não deveria ser mantida na estrutura e no funcionamento de um serviço do Estado. Um Chefe de Departamento interessado no assunto poderia fazer uma grande obra. Já outro poderia não ter o mesmo interesse. Deve-se considerar ainda o fato de que muitos estudantes bolsistas virão ao Ministério das Relações Exteriores receber sua bolsa. Mas quantos outros não virão porque têm o preconceito de que estão sendo pagos por um Governo estrangeiro?

IA.

estrangeiro? Essas bolsas poderiam ser dadas por intermédio de uma "Internacional House" como o é nos Estados Unidos, que não é do Governo.

Salientou ainda que receia que a criação do Departamento Cultural signifique um aumento excessivo de atribuições do Ministério do Exterior no setor da difusão e da cooperação intelectual, aumento êsse que pode não sofrer limitações com o decorrer do tempo, o que é contrário ao princípio de que grande parte dessa atividade deve caber a outros órgãos, principalmente a entidades privadas.

O Ministro Vasco Leitão da Cunha tornou a insistir em que o serviço é pesado demais para a Divisão Cultural. Resta saber se se pode retirá-lo dessa Divisão e confiar a um órgão único ou a vários órgãos nacionais, ou então como se vai subdividi-la, e em que categoria. Parece importante o argumento do Secretário Silveira com relação à questão do Chefe. O Chefe do Departamento, pela sua categoria, só tem como superiores o Secretário Geral e o Ministro de Estado. O Chefe de Divisão é por sua vez subordinado ao Chefe de Departamento, além dos outros enumerados acima.

O Dr. Hermes Lima concordou em que o ideal seria que houvesse êsse organismo a que o Dr. Rômulo se referiu. Isso seria realmente o ideal, mas não havendo êsse organismo, impõe-se a existência do Departamento Cultural em face das explicações dadas sobre as tarefas que é chamado a executar. Talvez se pudesse unir, numa só, a Divisão de Divulgação e a Divisão de Cooperação Intelectual, de modo que o Departamento, em vez de três, tivesse duas Divisões.

O Secretário Silveira conveio em que talvez a Divisão de Organismos Internacionais pudesse ser ligada à de Cooperação Intelectual.

O Dr. Arizio de Vianna salientou que, se se relacionaram todas as atividades concernentes a essas Divisões, ver-se-á que elas são numerosas, não devendo ser centralizadas no Ministério do Exterior. Há que aproveitar a cooperação de outras entidades. Durante muitos anos o IBECC não existiu. Hoje, com o Prof. Lourenço Filho, está ganhando novo impulso. Durante muitos anos êle não funcio

IA.

funcionou. Foi entregue ao Dr. Levi Carneiro, homem de grande valor, grande jurista, acadêmico, mas que não sentiu totalmente o problema porque era um homem extremamente ocupado. O resultado é que não tinha um secretariado que pudesse receber intelectuais, promover conferências, nem mesmo as reuniões burocráticas dos Membros.

Seria talvez melhor partir de uma organização modesta, simples na aparência, e que não servisse de atrativo para os grandes nomes da Administração.

O Dr. Rômulo Almeida reiterou que o acúmulo de encargos sobre o Chefe do Departamento Político, decorrente da chefia da Divisão Cultural, poderia ser resolvido por uma seleção regulamentar dos papéis que devem subir à consideração do Chefe do Departamento. A título de sugestão inicial se poderiam limitar esses papéis a 2 grupos: 1) Papéis que se relacionassem com programas, decisões, etc. além dos relatórios periódicos, que deveriam subir ao Chefe de Departamento. 2) Papéis que se relacionassem com atos de gestão, que, pelo próprio regulamento, deveriam ser cometidos ao Chefe da Divisão.

Sugeriu, então, que o Presidente encarregasse um membro da Comissão, o Professor Hermes Lima, por exemplo, e funcionários da Casa e até pessoas estranhas, para constituírem um pequeno Comité que realizasse um estudo analítico sobre as atividades atuais da Divisão Cultural, sua experiência e seus projetos, e sobre as atividades dos órgãos que forem instituídos para finalidades complementares e paralelas, ou que não tendo sido criados para esse fim, possam entretanto colaborar nesse programa de expansão cultural realizado pelo Ministério das Relações Exteriores. Um Comité que esclareça sobre o que se deve desejar como programa de expansão cultural no exterior. É muito difícil estabelecer um plano de organização sem ser em função de uma política que conceba como desejável e exequível. Isso seria uma sugestão. Os dois partidos que aqui se formaram têm argumentos ponderáveis. Talvez esses estudos permitam estabelecer as bases de uma política e chegar a idéias mais claras sobre uma organização adequada.

PIA. adequada.

O Dr. Hermes Lima reiterou que o ideal seria que esse problema estivesse entregue a um órgão autônomo, da capacidade do IBGCC, mas não havendo esse órgão, é difícil conceber a possibilidade de se conciliarem os interesses da cooperação intelectual com o volume físico de trabalho que existe, sem que com isso se transforme a Divisão em Departamento Cultural.

Na opinião do Dr. Rômulo Almeida, talvez o volume físico cresça de tal maneira que mesmo um Departamento não possa dar conta. Sugeriu então que fôsse convocado o Professor Lourenço Filho para dar sua opinião sobre o assunto e o Secretário Silveira declarou que, ao se criar um Departamento Cultural, dá-se sobretudo um voto de confiança. É um órgão que se vai criar, dando-se-lhe uma certa latitude de expansão.

O Ministro Vasco Leitão da Cunha observou que talvez não seja preciso recorrer à opinião de pessoas de fora da Comissão. Parece claro que os Membros da Comissão não inclinados à criação do Departamento Cultural crêem que se propõe a criação de algo que ainda não existe, o que não corresponde à realidade. Poder-se-ia formular a pergunta inversa: no caso de não se criar um Departamento, e se conservar a Divisão, onde ela ficará? Continua subordinada ao Departamento Político?

O Secretário Silveira lembrou que a continuação da Divisão Cultural dentro do Departamento Político envelheceria a reforma. Como no caso do Departamento Consular, o Departamento Cultural é uma questão de confiança. Sente-se a necessidade de ampliar esses órgãos.

O Dr. Arizio de Vianna lembrou que o Ministério da Educação e Saúde tem dois Departamentos, e que dentro desses Departamentos estão as Diretorias e órgãos autônomos, não havendo nesse Ministério, como também no da Agricultura, uma política departamental. O Ministério das Relações Exteriores deve obedecer, sempre que possível, a uma organização em linha reta e centralizada. Deve ser simplificado ao máximo, para que haja maior centralização de autoridade. Quanto maior o número de altos Chefes, tanto ma

PIA.

maior será a deficiência de ação. Existindo um Departamento Cultural com muito realce, para o Secretário Geral talvez seja difícil harmonizar seu Chefe com o do Departamento Político, que é mais importante, mais substancial. Não há finalidade em aí na expansão da Cultural; trata-se de meio de expansão. De modo algum deve o Departamento Cultural, prevalecer sobre o Político, o que pode acontecer, todavia, na prática, desde que exista um Departamento Cultural. A Divisão Cultural não cria esse problema. A tendência deve ser simplificar, concentrar ao máximo.

O Secretário Silveira esclareceu que o Ministério das Relações Exteriores é exatamente o oposto dos outros. Nos outros Ministérios, os Departamentos são menos unitários, mais divididos e muito mais dispersos. O lugar executivo no Itamaraty é o de Chefe de Departamento. Os Chefes da Casa são os Chefes dos Departamentos; são os que fazem a política da Casa. Mas, em princípio, os Departamentos não são atrativos para os grandes figurões, exatamente porque o prêmio do serviço no exterior é muito mais compensador.

Os Embaixadores só serão Chefes de Departamentos se gozam de confiança do Chefe do Governo. Não há vantagem em chefiar um Departamento, havendo mesmo muitos Chefes de Missão que nunca chefiaram um Departamento.

O General Cordeiro de Farias observou que nessa parte de definição dos papéis que incumbem aos Chefes de Departamento, o problema no Itamaraty é muito diferente do dos outros Ministérios. Nos outros há talvez uma afluência maior de papéis de rotina. No Itamaraty, mais do que papéis de rotina há os problemas específicos, que aparecem nos serviços normais, e que têm de ser levados forçosamente aos Chefes de Departamentos. Por outro lado, talvez por vício de formação, acredita que o Brasil deve voltar-se para os problemas sul-americanos com mais intensidade. Por circunstâncias especiais da vida nacional, o país sempre teve os olhos voltados para o continente europeu e para a Norte América, quase não tomando conhecimento dos problemas sul-americanos. No entanto, hoje, a situação é diferente. Há necessidade de estarmos vivamente presentes no meio latino americano. Pela força, pela influência da política

COPIA.

política apenas, ou por um sentido econômico, não seria possível esta ativa penetração. O único meio, a seu ver, seria o da ação cultural. Como não é possível se organizar de um momento para outro um órgão não oficial que trate desse problema (solução ideal), parece razoável que se deva dar realce ao problema cultural no Itamaraty visando objetivamente a esse aspecto do programa sul-americano. Seria interessante, portanto, por essas duas razões, que se transformasse a Divisão Cultural do Departamento Político em Departamento Cultural autônomo.

O Dr. Rômulo Almeida ressaltou que o General Cordeiro de Farias estabeleceu aí as bases de uma política, e em função de uma política própria se poderia conceber a existência de um Departamento Cultural.

O Dr. Arício de Vianna manifestou sua compreensão do ponto de vista exposto pelo General Cordeiro de Farias. Objetou, entretanto, que, mesmo que se tenha em conta uma política cultural, esta deve ser do âmbito do Departamento Político. Mas pode-se sempre argumentar que mesmo essa política de penetração cultural nos países sul-americanos não deixa de ser um meio para se conquistar a influência política. Entretanto, é razoável acreditar que essa coordenação entre os Departamentos Cultural e Político se faria precisamente no Secretário Geral, como salientou o Secretário Silveira, e portanto o esquema dos Departamentos parece justificar-se como conveniente à organização do Ministério das Relações Exteriores. Resta, agora, discutir o esboço definitivo, mais pormenorizado.

O Secretário Silveira recordou a idéia lançada pelo Dr. Rômulo Almeida sobre a criação de um "Comité" coordenador das Divisões a que estão afetos os assuntos de Organismos, que merece mais ampla consideração. Lembrou ainda que na próxima sessão a Comissão se deveria ocupar do exame dos órgãos semi-autônomos.

Nada mais havendo que tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, lembrando aos presentes a próxima sessão que se realizará no dia 15 de agosto próximo, às 6 horas, no Palácio Itamaraty.

PIA.

Itamaraty. E para constar, eu, Dário Moreira de Castro Alves, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata.

Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1952.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ata da 10a. sessão, realizada aos 15 de setembro de 1952.

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Professor Hermes Lima
Doutor Rômulo Almeida
Secretário Antonio Francisco Azeredo da Silveira

Aberta a sessão pelo Presidente, foi lida a agenda do dia, a qual foi aprovada. A seguir, o Professor Hermes Lima sugeriu que em vez de ser lida a ata em cada reunião, fosse a mesma entregue aos Membros, os quais acrescentariam o que por ventura faltasse, ou fariam as retificações necessárias, a qual seria da da por aprovada na próxima reunião. A proposta do Professor Hermes Lima foi aprovada, dispensando-se a leitura da ata da 9a. reunião.

Recapitulando as atividades da Comissão nas últimas reuniões, lembrou o Ministro Leitão da Cunha que a Comissão chegara à conclusão de que se deveria propor a subordinação dos 3 Departamentos ao Secretário Geral, como constava no organograma de estrutura já elaborado anteriormente. Quanto aos outros Departamentos, salientou que já era matéria vencida, restando portanto prosseguir nas discussões do funcionamento do Ministério em nível de Divisão, a fim de que se chegasse à aprovação do plano das Divisões. Desde já, porém, se poderia cuidar da elaboração de um esboço de projeto consagrando a matéria aprovada, trabalho esse de que o Secretariado seria incumbido, devendo ser apresentado na reunião seguinte.

Tomando a palavra para explicar o funcionamento do Ministério em nível de Divisão na parte que diz respeito aos órgãos de Administração, lembrou o Secretário Silveira que o plano pro-

IA.

proposto é bastante semelhante ao que existe atualmente, apenas é mais complexo e ambicioso. Na realidade, alguns órgãos que não têm ainda categoria de Divisão por força de lei, já o são na prática. É o caso, por exemplo, do Arquivo, cuja função de chefia está hoje separada da Divisão de Comunicações. O único elo entre esses dois órgãos- entrada de documentos no Ministério -criou essa afinidade que na realidade não é fundamental. Os papéis são recebidos no Itamaraty pela Carteira de Entrada, órgão da Divisão de Comunicações, onde é classificado de acordo com o critério decimal, indo o original para o Arquivo de Originais, e as cópias distribuídas pelas Divisões interessadas. Não é absolutamente problema que esse mecanismo se processe normalmente, sendo o Arquivo e as Comunicações duas Divisões autônomas, subordinadas ao Departamento de Administração. Tanto o Arquivo como as Comunicações exigem pessoal numeroso e com especializações distintas. A Divisão de Comunicações é a que dispõe de maior número de funcionários na Secretaria de Estado.

O Ministro Leitão da Cunha salientou que os papéis são arquivados no Arquivo de Originais por ordem cronológica e por proveniência ou destino, enquanto no Arquivo de Classes, pela seleção de assuntos. Prosseguindo, explicou o Secretário Silveira que o Arquivo tem três setores importantes: Originais, Classes e Contrôlo de maços, cujo pessoal é quase tão numeroso quanto o de Comunicações. A Divisão de Comunicações compreende a Seção de Telegramas, com turmas de funcionários que se revezam em vários turnos; o Serviço de Expedição, que executa as funções de expedir, empacotar e endereçar, aparelhado com máquinas modernas; o Setor de Carta-Telegramas, tipo de correspondência própria do Itamaraty, das e para as Missões e Repartições consulares, rápido, eficiente e simples, porém volumoso, pois das Cartas Telegramas devem ser tiradas cópias que são enviadas aos Chefes de Divisões interessadas, Chefes de Departamentos, Secretário Geral e Gabinete do Ministro.

Ministro.

Quanto às Divisões de Pessoal, Material e Orçamento, não há inovação com relação a estrutura atual. Naturalmente a Divisão do Pessoal deve ter serviço de Assistência Social ampliado de maneira a fazer sentir seus efeitos no lar dos funcionários mais modestos. Essas Divisões, o que vale dizer, o Departamento de Administração, continuarão incumbidas dos problemas de pessoal e orçamento concernentes aos Organismos internacionais, problemas esses bastante numerosos e complexos. Não seria conveniente a criação de uma Divisão de Organismos Internacionais, dentro do Departamento de Administração, para enfeixar esses problemas, mais facilmente resolvidos pelo pessoal especializado de cada Divisão interessada.

O Departamento de Documentação será o órgão incumbido de controlar a guarda de papéis impressos e cartografados e de todos os documentos históricos. O problema da Biblioteca é premente; uma quantidade enorme de livros e documentos está sendo deteriorada. Seria conveniente dar maior importância a esse serviço, dotando-o de meios financeiros que garantam a preservação dos documentos, mesmo que seja necessário recorrer a processos modernos de preservação, às vezes bastante custosos. Quanto à observação do Doutor Rômulo Almeida de que a Biblioteca e a Mapoteca constituíssem um só órgão, o assunto merece ser examinado de modo mais detido. A esse propósito salientou o Ministro Leitão da Cunha que a idéia preponderante é que a Mapoteca tenha um chefe responsável, mesmo que não seja da categoria do de Chefe de Divisão.

Quanto à Divisão de Publicações, lembrou o Secretário Silveira que é bastante vantajoso que esse serviço seja centralizado debaixo da autoridade do Chefe do Departamento de Administração. A matéria a imprimir pode vir de onde vier, mas o material de impressão, papel, tinta, máquinas, etc. é problema de Departamento de Administração. O Doutor Rômulo Almeida e o Professor Hermes Lima concordaram quanto a idéia da Divisão de

de Publicações, mas puseram objecção ao nome Publicações, que não sugere todas as actividades que ela executa. Além do mais seria mais razoável que esse serviço enfeixasse todas as actividades de impressão, seja tipográfica, multigráfica, mimeográfica, fotostática, de microfilmagem, etc.

Antes de entrar na discussão dos órgãos semi-autónomos, o Presidente sugeriu que fôsse elaborado para a próxima reunião um plano de distribuição de Divisões, Seções, Setores, etc., que seria apreciado pelos Membros da Comissão, sem compromisso, como um ante-projecto de Lei.

Quanto aos órgãos semi-autónomos, a exposição do Secretário Silveira se resumiu nos seguintes pontos:

1 - O Serviço de Mecanografia deve continuar unificado.

2 - A Consultoria Jurídica deve ficar subordinada directamente ao Ministro de Estado, sem que isso implique hierarquia com relação à Secretaria Geral ou aos Departamentos.

3 - A Divisão do Cerimonial deve gozar de autonomia em relação aos Departamentos, ficando dependente do Secretário Geral.

4 - O Serviço de Imprensa ficaria subordinado directamente ao Secretário Geral. A esse respeito, lembrou o Ministro Vasco Leitão da Cunha que o Serviço de Imprensa directamente subordinado ao Secretário Geral, talvez esteja mais directamente entrosado no funcionamento da Casa, mais do que se fôsse subordinado directamente ao Ministro de Estado. O Professor Hermes manifestou-se favorável a que o Serviço de Imprensa se vinculasse directamente ao Ministro de Estado, por ser precisamente um órgão de contacto do Ministro com o mundo de imprensa. Lembrou então o Secretário Silveira que o Serviço de Imprensa tem a seu cargo, além da que foi assinalada acima, funções mecânicas, de rotina, qual seja a de enviar e expedir o boletim radiotelegráfico para as Missões no exterior, Resumindo, o Dr. Rôaulo salientou que o problema principal é, pois, conciliar essas funções de rotina com a

A. a de órgão de contacto com a imprensa local.

5 - A Seção de Segurança Nacional ficaria subordinada à Secretaria Geral, e o Instituto Rio Branco à Diretoria Geral de Administração.

Antes de encerrada a sessão, o Ministro Leitão da Cunha reiterou aos presentes que a sugestão feita pelo Embaixador Fernando Lobo se referia à criação de um Departamento Cultural de Relações Públicas, que abrangeria em seu seio o Serviço de Imprensa.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e marcada a próxima reunião para o dia 18 de setembro do corrente.

E para constar, eu, Dário Moreira de Castro Alves, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação dos Membros da Comissão.

Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1952.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

11a. sessão, realizada aos 18 de setembro de 1952.

ATA SUMÁRIA

Anexos: Esboço I, Parte I

Esboço II, Parte I

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Professor Hermes Lima
Doutor Rômulo Almeida
Secretário Antônio Francisco Azeredo da Silveira

Aberta a sessão, o Presidente passou à leitura da agenda do dia, propondo que nela constasse o item relativo à discussão do esboço de ante-projeto de lei sobre a parte de estrutura e organização do Ministério das Relações Exteriores, elaborado pelo Secretário Silveira; e o ponto 5 da agenda seria o referente às discussões sobre funcionamento do Ministério, em nível de Divisão, Seção, e Setores.

Quanto à aprovação do Relatório do Progresso da Comissão, salientou que seria conveniente aguardar o comparecimento do Dr. Arizio de Viana. A seguir, comunicou que fôra entrevistado pela reportagem de "O Globo", no dia anterior, e que nessa entrevista se limitara à declaração de que já estava inicialmente assentado, baseado no Memorando que dirigira ao Senhor Ministro de Estado e no discurso proferido por Sua Excelência na seção de instalação dos trabalhos da Comissão.

Passou à Secretaria o recorte de "O Globo" referente à aludida entrevista, juntamente com a sugestão que recebera do Senhor Professor Marcelo Silva Junior, em carta de 18 de setembro de 1952.

Ao iniciar sua exposição, o Secretário Silveira esclareceu que o esboço de projeto consagrava em forma de minuta, as

as decisões da Comissão no tocante à alta estrutura do Ministério, e apresentava à consideração dos Membros um plano de distribuição de Divisões, Seções e Órgãos semi-autônomos da Secretaria de Estado. A parte referente à estrutura atual da Secretaria de Estado deve ser totalmente substituída no projeto de Lei, porquanto as modificações são substanciais e dificilmente se conseguiria um texto suficientemente claro, deixando não revogado o que deve subsistir. O ideal seria, pois, uma redação nova para a parte de estrutura. Quanto à parte de pessoal, seria mesmo mais prudente proceder à elaboração de um projeto parcial, deixando subsistir da atual lei o que não precisa ser revogado. Não somente se atenderia à economia de tempo como também se evitaria no Congresso a reabertura de discussões sobre dispositivos consagrados na atual legislação e que devem ser consagrados na legislação "ferenda". O reexame desses dispositivos poderia suscitar sérias dúvidas e hesitações sobre matéria atualmente pacífica.

A leitura do Art. 1º do projeto I, 1, suscitou do Ministro Vasco Leitão da Cunha a alegação de que talvez fôsse mais conveniente omiti-lo. As definições são desnecessárias quando solidamente consagradas pelo uso. Além do mais, os objetivos do Ministério das Relações Exteriores não poderiam ter outra definição, em face dos dispositivos constitucionais. Lembrou o Professor Hermes Lima que sendo já tradicional que as leis orgânicas do Ministério definiram sempre seus objetivos, a definição constante do Art. 1 poderia ser mantida. O Doutor Rômulo Almeida aduziu que o Art. 3 como que tornava desnecessária a referida definição. Além do mais, corroborando opinião do Professor Hermes Lima, frisou que as definições são sempre objeto de preocupações de retórica ou demonstrações de brilho, pelo que optaria pela omissão. O Ministro Leitão da Cunha admitiu que se a definição principiasse pela forma de gerúndio, o que daria a idéia de um conceito assente e tido por sabido, talvez fôsse mais aceitável. O que parece desnecessário é que se principie por definir de modo

A.

modo ostensivo o que já é óbvio e indiscutível.

O Secretário Silveira manifestou-se favorável a que se reconsiderasse posteriormente a matéria à luz de alguns esclarecimentos que pretendia apresentar.

Quanto ao Artigo 2º, salientou o Ministro Leitão da Cunha que o assunto não dava margem a hesitações. Mesmo o Dr. Arísio de Viana, acrescentou o Ministro Leitão da Cunha, que manifestara alguma dúvida quanto ao uso da expressão "Secretaria de Estado", já havia reconhecido a conveniência do seu emprego.

Ao ler o Artigo 3º, o Presidente indagou ao Secretário Silveira sobre o a que se referia sua parte final - "e na gestão dos demais órgãos pertinentes à pasta" - se era alusiva aos órgãos semi-autônomos. Respondeu o Secretário Silveira que o Art. 3º "in fine" dizia respeito à existência de quaisquer outros órgãos que funcionassem no Ministério, como a Comissão de Reparações de Guerra, a de Fiscalização de Entorpecentes, a de Assistência Técnica, etc.

Quanto ao parágrafo 1º, propôs o Doutor Rômulo Almeida que fôsse transformado em artigo, desde que trata especificamente das funções da Comissão de Planejamento, enquanto o corpo do Artigo 3º é de ordem mais geral. Salientou que talvez não fôsse muito acertado fazer referência à função de chefia de cada um dos órgãos enumerados no mesmo artigo. Explicou o Secretário Silveira que reconhecia a desvantagem, do ponto de vista da redação legislativa, de fazer referência expressa à função de chefia, porém, insistiu em que, como a Comissão de Coordenação é um órgão novo, conviria desde logo tornar explícito a função de chefia a fim de atenuar o impacto que a leitura do projeto provocaria liminarmente. A referência ao chefe de um órgão implicaria referência aos dos outros.

O Professor Hermes Lima manifestou opinião contrária ao uso da expressão "proposta concreta de orientação política." no referido §1º, por ser desnecessária, imprópria como forma de redação legislativa. Seria melhor omitir, deixando simplesmente

simplesmente "à qual incumbirá coordenar as atividades.." Concordeu com a proposta o Secretário Silveira, lembrando que as propostas de política podem emanar do Presidente da República ou do Ministro de Estado. Seria, pois, dispensável.

O parágrafo 2º foi elaborado, disse o Presidente, para assegurar a maior flexibilidade possível à Comissão de Planejamento e Coordenação.

O parágrafo 3º suscitou dos presentes a alegação de que não seria boa forma o uso da expressão "funcionário de alto nível funcional e técnico". Seria mais conveniente dizer "pessoal altamente habilitado" afirmou o Dr. Rômulo Almeida, pois excluiria a dúvida quanto a saber se funcionários de outros Ministérios, ou mesmo funcionários comissionados poderiam fazer parte do Secretariado da Comissão. Além do mais a expressão "alto nível funcional" daria a idéia de alta hierarquia, e a palavra "técnico" poderia dar a entender que em princípio estariam excluídos os homens de conhecimentos gerais e visão panorâmica. À primeira objeção respondeu o Secretário Silveira que a lei se refere a "funcionário da carreira de Diplomata" quando se trata de limitar o preenchimento de alguma função a funcionários diplomáticos. Quanto à segunda, concordou em princípio, aceitando a expressão "altamente habilitado". Salientou o Presidente que seria mais conveniente o uso da expressão "pessoal altamente habilitado", como sugeriu o Dr. Rômulo Almeida, a fim de dar sobretudo a idéia de que é a alta seleção o fator mais importante.

O Professor Hermes Lima levantou o problema de quem designa o Secretariado da Comissão, e se devia constar no texto de lei um princípio relativo a essa faculdade. O Secretário Silveira explicou o processo das designações dentro da Secretaria de Estado, nos termos do Manual de Serviço, segundo o qual o chefe de quem depende o funcionário é sempre consultado pela Administração, o que não lhe tira a iniciativa de provocar a requisição de um funcionário. O mesmo sucederia com o Secretário Geral em relação à Comissão de Planejamento, mesmo considerando que a Co-

A. Comissão é um órgão novo, e que o Diretor Geral de Administração está em paridade funcional com o Secretário Geral. O Ministro Leitão da Cunha corroborou essa opinião, dizendo que o Secretário Geral tem toda liberdade de requisitar um determinado funcionário; quanto à Comissão de Coordenação sucederia o mesmo, mas evidentemente não deveria ser ele o único a ter essa iniciativa, pois não se caso o Secretariado se confundiria com um Gabinete. O assunto aliás, não deve ser matéria de lei.

Quanto às relações da Comissão com o Ministro de Estado, o assunto não deixa lugar a dúvida. Sendo o Secretário Geral o substituto do Ministro de Estado, a ele diretamente subordinado, nada impede que o Ministro de Estado assuma, quando entender, a direção da Comissão.

Ao examinar o Artigo 4^a, que diz respeito à constituição dos órgãos da Diretoria Geral dos Negócios Políticos, Econômicos e Culturais, o Ministro Leitão da Cunha lembrou que a expressão Divisão da América do Norte talvez fosse melhor substituída pela "Divisão dos Estados Unidos e Canadá". Respondeu o Secretário Silveira que não seria muito conveniente fazer constar o nome dos países no próprio título da Divisão. No setor, seria razoável a indicação geográfica por país.

O Secretário Silveira propôs que se iniciasse a enumeração das Divisões do Departamento Político pela Divisão da América Latina, critério que lhe parecia mais lógico. O Ministro Leitão da Cunha manifestou seu parecer de que não fosse alterada a ordem inicialmente proposta, atendendo aos tradicionais laços de amizade entre o Brasil e os Estados Unidos e mesmo à importância dessas relações. Sugeriu ainda que se estabelecessem duas grandes Divisões, uma da América e outra da Europa e Oriente, dentro das quais seriam criados setores mais definidos. Sem dúvida, esclareceu o Secretário Silveira, seria ampliar em demasia o âmbito dessas Divisões.

Quanto à Divisão de Atos Internacionais, deverá continuar indispensavelmente ligada ao Departamento Político. Quanto à

PIA.

à Divisão de Organismos Internacionais, propôs o Dr. Rômulo Almeida que se intitulasse Divisão de Organismos Políticos Internacionais.

No tocante ao Departamento Econômico, argumentou o Dr. Rômulo Almeida que a existência da Divisão de Acordos Comerciais e da de Organismos Econômicos e Sociais talvez eliminasse a necessidade da Divisão Econômica, porquanto os assuntos tratados pela Divisão Econômica em sua maioria, dizem respeito a matéria de tratado ou acôrdo, mesmo embrionariamente. Reiterando seu ponto de vista apresentado em reuniões anteriores, explicou o Secretário Silveira que a Divisão Econômica é um órgão de visão panorâmica, de conjunto. Por ser uma Divisão dinâmica, não poderia estar junta com a Divisão de Acordos Comerciais nem com a Divisão de Estudos, porquanto essas exigem mais serenidade e independência de assuntos de rotina.

O Dr. Rômulo Almeida indagou sobre qual dessas Divisões trataria dos assuntos relativos ao GATT, atentando-se em que o GATT é um acôrdo, sem dúvida, mas um acôrdo em bases permanentes, quase que constituindo um Organismo. Explicou o Ministro Leitão da Cunha que a Divisão de Acordos trata de elaboração de acordos. O GATT, embora seja um acôrdo sujeito à renegociação, é praticamente um Organismo internacional, e como tal será objeto da Divisão de Organismos Econômicos Internacionais.

Perguntou ainda o Doutor Rômulo Almeida se não seria conveniente que se dividisse a Divisão Econômica em setores geográficos. Esclareceu o Secretário Silveira que o Artigo 6º, §4º do Esboço I prevê que as Divisões ou Serviços podem ser subdivididos por portaria do Ministro de Estado em Setores. Além do mais a distribuição dos setores não deveria ser matéria de lei. A esse respeito, explicou o Ministro Leitão da Cunha que ao enumerar as Divisões, o projeto poderia estabelecer, quando fôsse o caso, que seriam subdivididas em setores geográficos e funcionais.

O Ministro Leitão da Cunha passou à leitura dos or-

orgãos constituintes do Departamento de Divulgação e Cultural, propondo que o mesmo passasse a chamar-se Departamento Cultural e de Divulgação. Salientou que o Serviço de Publicações não constava nesse Departamento, e sim no de Documentação.

Após ter o Presidente lido a lista dos órgãos semi-autônomos sob a direção do Secretário Geral, esclareceu o Secretário Silveira que se deveria incluir no Projeto alguma referência ao Comitê ou Comissão de Coordenação dos Organismos, como foi proposto pelo Dr. Rômulo Almeida em reuniões anteriores, e que seria este o local mais indicado, isto é antes de entrar na parte da Diretoria Geral da Administração. Após discussões sucessivas sobre o assunto, chegou-se à conclusão de que o ideal seria propor um projeto de decreto à parte, criando uma Comissão de Organismos de âmbito nacional, coordenando as atividades dos Organismos, mesmo as dos que não estão afetos ao Ministério do Exterior. Os chefes das Divisões interessadas do Itamaraty seriam membros natos dessa Comissão, que teria também representantes de outros Ministérios. Seria pouco conveniente, acrescentou o Secretário Silveira, criar uma Comissão de Organismos apenas dentro do Ministério.

Quanto aos Departamentos de Administração e de Documentação, foram as seguintes modificações propostas:

- 1) A Seção de Encadernação deverá sair do esquema da Divisão do Material e ser incorporada à Biblioteca, no Departamento de Documentação.
- 2) O Serviço de Mecanografia passará a chamar-se Serviço de Datilografia.
- 3) O Serviço de Multiplicação deverá sair do esquema do Departamento de Administração e ser incorporado à Divisão de Publicações, que se chamará Serviço de Multiplicação e Impressos, no Departamento de Documentação.
- 4) O Serviço do Patrimônio precederá, na enumeração, o Serviço de Datilografia.

5) A Seção de Traduções se chamará Serviço de Traduções.

6) O Depósito de Impressos deverá ser incorporado ao Almoxarifado.

Respondendo a pergunta do Ministro Leitão da Cunha, o Secretário Silveira salientou que a elaboração do livro "Brasil" ficaria a cargo da Divisão de Divulgação, enquanto a publicação do mesmo seria tarefa do Serviço de Multiplicação e Impressos.

Quanto à Divisão de Documentos Históricos, explicou o Secretário Silveira que esse título seria mais conveniente do que o de Arquivo Histórico, porquanto este último tem significação particular no Ministério. Passam a constituir acervo do Arquivo Histórico os documentos com mais de 30 anos de existência. A Divisão de Documentos Históricos teria a finalidade de guardar e conservar papéis e documentos da História do Brasil de que o Itamaraty é depositário. Além do mais, o Ministério é depositário de arquivos particulares.

O Doutor Rômulo Almeida sugeriu que o Departamento Consular e de Imigração se chamasse apenas Departamento Consular, conservando-se o nome Divisão de Imigração.

Antes de encerrada a sessão, o Secretário Silveira propôs que a Comissão elaborasse um plano de divisão de Setores, a ser apresentado, a título de sugestão ou recomendação, ao Senhor Ministro de Estado, juntamente com o projeto de Lei. Concordando com essa opinião, o Ministro Leitão da Cunha ponderou que esse estudo era indispensável e que a Comissão deveria fazê-lo antes mesmo de discutir a parte relativa a Pessoal.

Nada mais havendo que tratar, o Presidente anunciou que na próxima reunião de 22 de setembro próxima, a Comissão voltará a examinar o esboço de estrutura da Secretaria de Estado, conforme emendas apresentadas e mais outras sugestões que tenham parecido razoáveis; do que, para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, a presente ata.

Projeto de lei

Modifica a organização do Ministério das Relações Exteriores e dos quadros do seu pessoal.

CAPÍTULO I

Do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 1º - O Ministério das Relações Exteriores (MRE), chefiado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores (ME), é o órgão político-administrativo encarregado de auxiliar a direção e assegurar a execução da política exterior do Brasil.

Art. 2º - O Ministério das Relações Exteriores terá a seguinte organização:

- a) - Secretaria de Estado (SE);
- b) - Missões diplomáticas (MD);
- c) - Repartições consulares (RC);

CAPÍTULO II

Da Secretaria de Estado.

Art. 3º - A Secretaria de Estado, órgão central da administração do Ministério e que terá por finalidade auxiliar diretamente o Ministro de Estado na execução da política exterior do Brasil, na orientação e superintendência das Missões diplomáticas e Repartições consulares e na gestão dos demais órgãos pertinentes à pasta, compreenderá:

- a) - Comissão de Planejamento e Coordenação (CPC), presidida pelo Secretário Geral;
- b) - Diretoria Geral dos Negócios Políticos, Econômicos e Culturais (DGPEC), chefiada pelo Secretário Geral;
- c) - Diretoria Geral da Administração (DGA), chefiada pelo Diretor Geral da Administração;

d) - Consultoria Jurídica (CJ).

§ 1^a - A Comissão de Planejamento e Coordenação, à qual incumbirá encaminhar ao Ministro de Estado as propostas concretas de orientação política que emanem das Divisões e Serviços do Ministério e à qual caberá, igualmente, coordenar as atividades da Secretaria de Estado, será constituída pelo Secretário Geral, pelo Diretor Geral da Administração e pelos Diretores de Departamento da Diretoria Geral dos Negócios Políticos, Econômicos e Culturais.

2^a - O Presidente da Comissão de Coordenação poderá, se necessário, convocar outros chefes de serviços ou funcionários para tomarem parte nos trabalhos da Comissão.

3^a - O Secretário Geral designará, por portaria, um dos seus Auxiliares para exercer a função de Secretário-Executivo do Secretariado da Comissão, o qual será constituído por funcionários de alto nível funcional e técnico.

Art. 4^a - A Diretoria Geral dos Negócios Políticos, Econômicos e Culturais compreenderá:

DEPARTAMENTO POLÍTICO (DP), constituído de:

- a) - Divisão da América do Norte (D.A.L.);
- b) - Divisão da América Latina (D.A.L.);
- c) - Divisão da Europa e Oriente (D.E.O.);
- d) - Divisão de Fronteiras (D.F.);
- e) - Divisão de Atos Internacionais (D.A.I.);
- f) - Divisão de Organismos Internacionais (D.O.I.)

II - DEPARTAMENTO ECONÔMICO (D.E), constituído de:

- a) - Divisão Econômica (D.Ec.)
- b) - Divisão de Acordos Comerciais (D.A.C.);
- c) - Divisão de Estudos Econômicos (D.E.E.);
- d) - Divisão de Organismos Econômicos e Sociais

IA.

III - DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO E CULTURAL (D.D.C.),
constituído de:

- a) - Divisão de Cooperação Intelectual (D.C.In.);
- b) - Divisão de Divulgação (D.Di.) ;
- c) - Divisão de Organismos Internacionais Culturais (D.O.C.)

IV - CERIMONIAL (C)

V - SERVIÇO DE IMPRENSA (S.I.)

VI - SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL (Sc.S.N.).

Art. 52 - A Diretoria Geral de Administração compreende-
rá:

I - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO (D.A.), constituído de:

- a) - Divisão do Pessoal (D.Pe.), à qual fica subordinada a Secção de Assistência Social (Sc.A.S.);
- b) - Divisão do Material (D.M.), à qual ficam subordinadas as seguintes Secções:
 - 1) - Secção de Administração do Edifício (S.A.E.)
 - 2) - Secção do Almoxarifado (Sc.Al.);
 - 3) - Secção de Encadernação Sc.E.);
- c) - Divisão do Orçamento (D.O.);
- d) - Divisão de Comunicações (D.Co.), à qual fica subordinada a Secção de Expedição (Sc.E.);
- e) - Serviço de Mecanografia (S.Me);
- f) - Serviço do Patrimônio (S.Pa.);
- g) - Serviço de Multiplicação (S.Mu.);
- h) - Secção de Traduções.

II - DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO (D.D), constituído de;

- a) Divisão do Arquivo (D.Ar.);
- b) Biblioteca (B), à qual fica subordinada a Secção da Mapoteca (Sc.Ma.);
- c) Divisão de Publicações (D.Pb.);
- d) Divisão de Documentos Históricos (D.Dh.);
- e) Depósito de Impressos (D.I.).

III - DEPARTAMENTO CONSULAR E DE IMIGRAÇÃO (D.C.I.), constituído de

- a) - Divisão Consular (D.Cn.);
- b) - Divisão de Passaportes (D.Pp);
- c) - Divisão de Imigração (D.Im.).

IV - INSTITUTO RIO BRANCO (I.R.B.).

V - SECÇÃO DE ORGANIZAÇÃO (Sc.O.).

Art. 6^a - O Secretário Geral, o Diretor Geral da Administração, os Diretores de Departamentos e os Chefes de Divisão da Secretaria de Estado serão escolhidos dentre os funcionários da carreira de Diplomata e designados por decreto do Executivo.

1^a - O Secretário Geral, substituto eventual do Ministro de Estado, será escolhido dentre os Embaixadores ou Ministros Plenipotenciários de 1^a. classe

3^a - Os Diretores de Departamento serão escolhidos dentre os Ministros Plenipotenciários de 1^a. e 2^a. classe; os de Divisão entre os Ministros Plenipotenciários de 2^a. classe, Conselheiros e Primeiros Secretários; os de Serviço e Secção dentre os funcionários da carreira de Diplomata ou dentre o pessoal permanente do Ministério das Relações Exteriores e designados também por decreto do Executivo.

4^a - Por portaria do Ministro de Estado, as Divisões e Serviços poderão ser subdivididos em Setores.

CAPITULO II

Da carreira de Diplomata.

EXBÔÇO II DE PROJETO DE ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, COM AS MODIFICAÇÕES RESULTANTES
DOS DEBATES DA 11ª SESSÃO DA COMISSÃO DE ESTUDO E ELA-
BORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO M.R.E., EM 18
DE SETEMBRO DE 1952.

Projeto de Lei

CAPÍTULO I

Do Ministério das Relações Exteriores.

Artº 1º - O Ministério das Relações Exteriores (MRE), chefiado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores (ME), é o órgão político-administrativo encarregado de auxiliar a direção e assegurar a execução da política exterior do Brasil.

Artº 2º - O Ministério das Relações Exteriores terá a seguinte organização:

- a) - Secretaria de Estado (SE)
- b) - Missões diplomáticas (MD)
- c) - Repartições consulares (RC)

CAPÍTULO II

Da Secretaria de Estado.

Artº 3º - A Secretaria de Estado, órgão central da administração do Ministério e que terá por finalidade auxiliar diretamente o Ministro de Estado na execução da política exterior do Brasil, na orientação e superintendência das Missões diplomáticas e Repartições consulares e na gestão dos demais órgãos pertinentes à pasta, compreenderá:

- a) - Comissão de Planejamento e Coordenação (CPC), presidida pelo Secretário Geral;
- b) - Diretoria Geral dos Negócios Políticos, Econômicos e Culturais (DGPEC), chefiada pelo Secretário Geral;
- c) - Diretoria Geral da Administração (DGA), chefiada pelo Diretor Geral da Administração;
- d) - Consultoria Jurídica.

Artº 4º - A Comissão de Planejamento e Coordenação, à qual incumbirá apreciar problemas de orientação política e coordenar as atividades da Secretaria de Estado, será constituída pelo Secretário Geral, pelo Diretor Geral da Administração e pelos Diretores do Departamento da Diretoria Geral dos Negócios Políticos, Econômicos e Culturais.

§ 1º - O Presidente da Comissão de Planejamento e Coordenação poderá, se necessário, convocar outros chefes de serviço ou funcionários para tomarem parte nos trabalhos da Comissão.

§ 2º - O Secretário Geral designará, por portaria, um dos seus auxiliares para exercer a função de Secretário-Executivo do Secretariado da Comissão, o qual será constituído por pessoal de reconhecida capacidade em assuntos de natureza política, econômica, cultural ou administrativa.

Artº 5º - A Diretoria Geral dos Negócios Políticos, Econômicos e Culturais compreenderá:

I - DEPARTAMENTO POLÍTICO (D.P.), constituído de:

- a) - Divisão da América Latina (D.A.L.);
- b) - Divisão da América do Norte (D.A.N.);
- c) - Divisão da Europa e Oriente (D.E.O.);
- d) - Divisão de Fronteiras (D.F.);
- e) - Divisão de Atos Internacionais (D.A.I.);
- f) - Divisão de Organismos Políticos Internacionais (D.O.P.I.).

II - DEPARTAMENTO ECONÔMICO (D.E.), constituído de:

- a) - Divisão Econômica (D.Ec.);
- b) - Divisão de Acordos Comerciais (D.A.C.);
- c) - Divisão de Estudos Econômicos (D.E.E.);
- d) - Divisão de Organismos Econômicos e Sociais (D.O.E.S.);

III - DEPARTAMENTO CULTURAL E DE DIVULGAÇÃO (D.C.D.), constituído de:

- a) - Divisão de Cooperação Intelectual (D.C.In.);
- b) - Divisão de Organismos Internacionais Culturais (D.O.I.C.);
- c) - Divisão de Divulgação (D.Dl.).

IV - CERIMONIAL (C);

V - SERVIÇO DE IMPRENSA (S.I.);

VI - SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL (Sc.S.N.).

Art. 6º - A Diretoria Geral de Administração compreenderá:

I - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO (D.A.), constituído de:

- a) Divisão do Pessoal (D.Pe.), à qual fica subordinada a Secção de Assistência Social (Sc.A.A.);
- b) Divisão do Material (D.M.), à qual ficam subordinadas as seguintes Secções:
 - 1) - Secção de Administração do Edifício (S.A.E.);
 - 2) - Secção do Almojarifado (Sc.AL.), à qual fica subordinado o Depósito de Impressos;
- c) Divisão do Orçamento (D.O.);
- d) Divisão de Comunicações (D.Co.), à qual fica subordinada a Secção de Expedição (Sc.E.);
- e) Serviço do Patrimônio (S.Pa.);
- f) Serviço de Dactilografia (S.Da.);
- g) Serviço de Traduções (S.T.).

II - DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO (D.D.), constituído de:

- a) Divisão do Arquivo (D.Ar.);
- b) Divisão de Documentos Históricos (D.D.H.);
- c) Biblioteca (B), à qual ficam subordinadas as seguintes Secções:
 - 1) - Secção de Mapoteca (Sc.Ma.);
 - 2) - Secção de Encadernação (Sc.E.);
- d) Serviço de Multiplicação e Impressos (S.M.I.).

III - DEPARTAMENTO CONSULAR (D.C.), constituído de:

- a) Divisão Consular (D.Ch.);
- b) Divisão de Passaportes (D.Pp.);
- c) Divisão de Imigração (D.Im.).

IV - INSTITUTO RIO-BRANCO (I.R.B.)

V - SECÇÃO DE ORGANIZAÇÃO (Sc.O.).

Artº 7º - O Secretário Geral, o Diretor Geral da Administração os Diretores de Departamento e os Chefes de Divisão da Secretaria de Estado serão escolhidos dentre os funcionários da carreira de Diplomata e designados por decreto do Executivo.

§ 1º - O Secretário Geral, substituto eventual do Ministro de Estado, será escolhido dentre os Embaixadores ou Ministros Plenipotenciários de 1ª classe.

§ 2º - O Diretor Geral da Administração e os Diretores de Depar-

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

12a. sessão realizada aos 22 de setembro de 1952.

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Professor Hermes Lima
Dr. Arízio de Vianna
Dr. Rômulo Almeida
Secretário Antônio Francisco Azeredo da Silveira.

Ao abrir a sessão, o Ministro Vasco Leitão da Cunha propôs à Comissão a aprovação da Agenda do dia, esclarecendo que a aprovação do Relatório do Progresso da Comissão havia sido deixada para uma sessão em que estivesse presente o Dr. Arízio de Vianna. Esse Relatório é de data de 10 de setembro e já havia sido distribuído aos Membros da Comissão. Perguntou-lhes se estavam de acordo com o mesmo, pedindo-lhes que na próxima sessão trouxessem as observações que entendessem convenientes, após o que seria submetido à aprovação.

O Dr. Rômulo Almeida julgou conveniente fazer uma simples retificação de forma na pag. 2, § 4ª. - Seria mais exato dizer que do planejamento e da coordenação seria encarregado um órgão, sob a chefia do Secretário Geral, acima do nível departamental. O Secretário Geral, por sua vez, centralizaria as atividades específicas dos três Departamentos: Político, Econômico e Cultural. Lembrou, também, que se corrigisse o nome Departamento de Imigração, para Departamento Consular.

O Ministro Vasco Leitão da Cunha declarou, então, que, não havendo mais observações que fazer, ficaria aprovado o Relatório do Progresso da Comissão. Perguntou se se poderia examinar o novo esboço nº 2 do ante-projeto à luz das observações e das sugestões feitas pelas diversas pessoas consultadas fora da comissão. Lembrou que o General Cordeiro de Farias estava convidado a dar sua im-

IA. impressão sobre o trabalho do Embaixador Alves de Souza.

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "O Embaixador Alves de Souza salientou que qualquer reforma do Itamaraty deveria atender em princípio a determinadas questões que ele chama de base, que são fundamentais para o Itamaraty. Ele as classifica da seguinte forma: 1) Estabelecimento de um órgão capaz de coordenar os problemas de diplomacia clássica e os da diplomacia de conferências com os demais Ministérios interessados. Esse problema fundamental ele procura resolver com a criação de um Departamento de Organismos Internacionais. Na opinião do Embaixador Alves de Souza, ^{os} assuntos ~~des~~ desses diferentes Organismos ficando diluídos dentro dos diferentes Departamentos, o Ministério não teria uma base firme a fim de traçar diretrizes para os Delegados junto às diferentes Conferências. Seria uma necessidade haver um órgão responsável no Itamaraty, que estivesse em condições de assegurar entendimento perfeito com os diferentes Ministérios e outros órgãos interessados nessas Conferências. A única solução ele encontra na criação de um Departamento de Organismos Internacionais. Parece-me que relatando o trabalho do Embaixador Alves de Souza, devo também procurar defender seu ponto de vista. O Embaixador diz que o Itamaraty não tem dado importância devida a essas diferentes conferências; e que, embora financeiramente concorramos para esses Organismos Internacionais, fazemos neles simplesmente um ato de presença, sem defender convenientemente, por falta de instruções do Itamaraty, os interesses do Brasil. A esse respeito, não vê solução diferente, para que haja uma modificação da atitude do Itamaraty, senão na criação desse Departamento de Organismos Internacionais. O assunto já foi ventilado aqui diversas vezes, de modo que me parece matéria já vencida aqui na Comissão. Ele não aduz argumentos novos a não ser talvez estes: 1) necessidade de dar à diplomacia dos Organismos uma força pelo menos semelhante à que se dá à diplomacia clássica. 2) os assuntos diluídos nas Divisões tornariam difíceis esses entendimentos com os outros Ministérios e órgãos interessados. 3) que os assuntos tratados nos Organismos Internacionais, perderiam, com isso, muito de

PIA.

de sua prioridade. Esses são os pontos de vista que sustenta para a criação do Departamento de Organismos Internacionais."

O Ministro Vasco Leitão da Cunha assinalou que essas razões já estão apontadas no nosso próprio debate: a idéia de que esse Departamento criaria uma duplicação de tarefas, com o risco de uma duplicação de política. O chefe encarregado do planejamento da política dos Organismos Internacionais, não sendo o mesmo chefe encarregado do planejamento geral da política como ele a chama de diplomacia clássica, é que poderia dar lugar a divergência em nível departamental, adiando-se a solução do problema para o Ministro de Estado. Seria, assim, levado ao Ministro de Estado um problema que já deveria estar resolvido em instância inferior. A sugestão do Dr. Rômulo Almeida no sentido de que se deveria propor a criação de uma Comissão de Coordenação dos Organismos responderia à necessidade que é assinalada pelo Embaixador Alves de Souza. Se o Embaixador Alves de Souza tivesse acompanhado os trabalhos da Comissão, talvez se convencesse de que o Departamento de Organismos não só seria desnecessário como também poderia ser mesmo prejudicial.

O Secretário Silveira lembrou que o próprio Departamento de Organismos Internacionais seria também um Departamento dividido em 3 setores. Seria inevitável que houvesse nêle um Departamento Político, um Econômico e outro Cultural. Seria muito natural, pois, que essa divisão se fizesse já dentro dos Departamentos especializados. Sem dúvida, há uma fascinação pelo termo "Organismos Internacionais" o que dá a entender que existe uma técnica própria a todos os Organismos Internacionais, quando na realidade não existe. Portanto, esse próprio Departamento de Organismos Internacionais teria de ser dividido em setores que tratassem de assuntos específicos. De Organismos políticos existe a ONU, e OEA, as Comissões Especiais, e inúmeros outros. De Organismos econômicos, há o Conselho Econômico e Social, o Conselho Econômico e Social da OEA, as Comissões Econômicas de observação, a da América Latina (CEPAL), GATT, OIT, Matérias Primas, etc. Esses Organismos po-

OPIA.

poderiam ser tratados num Departamento de Organismos Internacionais, mas cairiam normalmente na mecânica dos outros Departamentos. Criar-se-ia, assim, um órgão que não funcionaria porque o Departamento Econômico, em virtude de depender d'ele a totalidade dos assuntos econômicos, naturalmente atrairia para sua órbita os assuntos que fossem da natureza dos que são por ele ordinariamente tratados.

O Ministro Vasco Leitão da Cunha explicou que a observação do Embaixador Alves de Souza se fundamente no seguinte: ele sentiu precisamente essa falta de coordenação, problema que parece resolvido satisfatoriamente com a criação da Comissão de Coordenação, que não será só de Coordenação, mas também de Planejamento. Parece que isso responderia muito melhor ao que se almeja do que a criação de um Departamento de Organismos Internacionais.

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "Desejo, porém, assinalar que, além desse Departamento de Organismos Internacionais o Embaixador Alves de Souza preconiza também a criação da Comissão de Coordenação."

O Ministro Vasco Leitão da Cunha afirmou que essa opinião o Embaixador dera a priori, sem ter ouvido as discussões que aqui foram levadas a efeito no tocante à matéria.

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "Na última reunião foi lembrada a idéia de um decreto do Executivo, no sentido de propor a coordenação dos outros Ministérios e órgãos autônomos que digam respeito ou que tenham interesse nesses Organismos Internacionais".

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "A sugestão do Dr. Rômulo Almeida, aliás, foi assinalada na última Ata. Tenho a impressão de que responde perfeitamente às objeções do Embaixador Alves de Souza."

Dr. Rômulo Almeida: "No começo dos nossos trabalhos, estudamos qual seria melhor posição, se a da divisão geográfica em nível departamental, ou se a divisão funcional, ficando ponto pacífico que a divisão funcional parece mais indicada. Ora, a criação de um Departamento de Organismos Internacionais corresponderia a uma divisão em áreas, em nível de Departamento. Uma vez que foi preferida a divisão funcional, de acordo com a natureza dos problemas trata -

IA. tratados, é que se chegou à conclusão de que a diferença entre os problemas políticos, econômicos e culturais é mais relevante do que a diferença de técnica de tratamento dos problemas através da diplomacia clássica ou através da diplomacia de conferências. Assim, essa distinção adjetiva (diplomacia de representação e diplomacia parlamentar) passou para um nível de Divisão. Coordenou-se portanto, o trabalho dos Organismos em Divisões, conforme a natureza dos mesmos. Existe uma técnica de conferências da diplomacia parlamentar que difere da técnica de ação da diplomacia individual mas também é verdade que os Organismos diferem muito quanto à sua natureza. Em boa hora se considerou a vantagem de uma Comissão interministerial, para sanar essas dificuldades, a ser prevista na organização do Ministério, como uma espécie de ponte de aproximação com os outros Ministérios. Não quero dizer que a Lei que reorganiza o Ministério consagre uma Comissão dessa natureza. Mas talvez fôsse conveniente fazer ver que a tarefa de coordenação das atividades dos Organismos deveria ser incumbida a um órgão de grande amplitude, que seria como que o traço de união necessário entre o Ministério das Relações Exteriores e os que também têm relação com os Organismos Internacionais."

Secretário Silveira: "Seria razoável fazer referência, na parte da Secretaria de Estado, a uma Comissão Nacional de Organismos Internacionais e nas disposições gerais estabelecer que essa Comissão será constituída não só, como membros natos, pelos Chefes das Divisões, como também por representantes de outros Ministérios, de acôrdo com decreto a ser baixado pelo Executivo."

Dr. Rômulo Almeida: "Estabelecer, ainda, que o Poder Executivo determinará as bases e as condições em que se fará a coordenação entre as Divisões encarregadas de Organismos Internacionais no Itamaraty e os órgãos de outros Ministérios que tenham relação com Organismos. De qualquer maneira, a Lei deverá referir-se a essa Comissão que, segundo minha idéia inicial, deveria existir dentro do Ministério das Relações Exteriores."

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "O segundo problema de base que o Embaixador Alves de Souza considera é a necessidade do estabelecimento de uma política geral formulada pelos Departamentos."

A.

Departamentos, idéia já cogitada aqui pela Comissão, que é a Comissão de Coordenação presidida pelo Secretário Geral. Ao Embaixador Alves de Souza também parece que deve ser o Secretário Geral o presidente dessa Comissão, divergindo, porém, quando opina que o Secretariado da Comissão deve ser constituído pelo Gabinete do Secretário Geral. O 2º ponto está, pois, atendido. O 3º diz respeito à criação de uma visão global dos problemas políticos e econômicos tratados no Itamaraty. Diz o Embaixador Alves de Souza que o Itamaraty, ao encarar um problema político ou econômico, não une estreitamente os aspectos políticos e econômicos, separados pelos Departamentos, e que o projeto da Comissão de Organização e Métodos de Trabalho agravou esse problema com a criação do Departamento Cultural, de modo que em vez de 2, teríamos a divisão do Itamaraty partida em 3 blocos. A solução apresentada é a extinção dos Departamentos Econômico e Político e a criação de dois Departamentos, que ele chama do Ocidente e do Oriente, subdivididos em Divisões geográficas, nas quais sejam estudados os problemas políticos ou econômicos relacionados com essas determinadas áreas."

O Ministro Vasco Leitão da Cunha salientou que esse problema já fora vencido pelo Dr. Rômulo Almeida, a quem deu novamente a palavra.

Dr. Rômulo Almeida: "Tenho sido encarregado nesses dois últimos anos de coordenar as mensagens do Presidente da República, que são em todos os países um retrospecto das experiências realizadas. Mas ocorre que ainda não temos o hábito de relatar metódica - mente as atividades da Administração. Não há, a rigor uma tradição, um serviço próprio. Aqui no Itamaraty, tem encontrado muitas dificuldades a elaboração dessa Mensagem. O que acontece é que o Itamaraty relata sempre as suas atividades de uma forma fragmentária, sem grande unidade de conjunto. Temos tido então a necessidade de pedir contribuição a pessoas, que o fazem como uma contribuição pessoal, a que dão um certo caráter de ensaio. Ocorreu-me nesse depoimento apenas para mostrar a importância que tem essa Comissão de Planejamento, a que caberia também a função de relatar a experiência

PIA. experiência global. Falta equilíbrio entre os problemas políticos, num estudo de conjunto."

Dr. Arízio de Vianna: "Aliás os Relatórios públicos, como têm sido feitos geralmente, tornam-se documentos inexpressivos e destinam-se ao arquivo, por serem de leitura desagradável, justamente porque são feitos sem uma orientação metódica, que vise a assinalar os fatos de maior importância. É um problema sério; todos os serviços dos Ministérios, que ordinariamente deveriam reunir os elementos para um Relatório de suas atividades gerais, sofrem desse mal. Falta traçar as bases do que deve ser relatado. Nos Relatórios político-econômicos do Itamaraty, deve-se antes de tudo fazer um levantamento de todos os assuntos que interessam aos que vão estudar o planejamento da política para que se possam caracterizar objetivamente os dados relatados, sem o que estaremos perdidos numa massa imensa de informações sem proveito. O Itamaraty tem de mandar para suas Missões no exterior informações bem documentadas. A Divisão de Documentação não é sensível às perplexidades de um economista ou de um político ou de um estudioso de problemas de ordem cultural. A Documentação sem coordenação é pouco proveitosa".

Secretário Silveira: "Talvez o DASP pudesse sugerir a criação de uma Comissão de Coordenação e Planejamento em todos os Ministérios. De fato, a idéia central é a mesma, diferindo apenas em grandeza."

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "O último ponto a que o Embaixador Alves de Souza se refere é a necessidade de uma centralização dos estudos dos diferentes assuntos, e consequente eliminação total dos gabinetes como sub-Departamentos ou sub-Divisões."

Dr. Arízio de Vianna: "Nisto ele tem razão. Aqui no esquema foi omitido propositadamente o gabinete do Ministro de Estado. Creio que não será possível retirar de uma vez o gabinete do Ministro; deve ter a função de representação social, como recepção, porque o cerimonial tem uma representação própria. Esse gabinete seria o Gabinete social do Ministro das Relações Exteriores, não se-

IA.

secretários que o representam. Nunca deve ter funções administrativas, nem revisoras."

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "Aliás essas objeções do Embaixador Alves de Souza já foram aceitas pela Comissão."

Dr. Arizio de Vianna: "Mas o Dr. Roberto Campos é partidário da criação de Assistentes."

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "Seriam meros consultores privados do Ministro de Estado, não teriam comando na Casa."

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "O Embaixador Alves de Souza se refere a um 4º problema de base: o pessoal. Bate-se por uma ampliação do pessoal classificado e afastamento de pessoal incapaz, que desgraçadamente já está chegando aos postos de mando no Itamaraty. Parece-me de toda a conveniência chamar a atenção para o fato de que o Embaixador Alves de Souza faz crítica bastante veemente à criação do Departamento Cultural, defendendo o seu ponto de vista com uma série de argumentos de que seria interessante que a Comissão deveria tomar conhecimento."

O Embaixador Alves de Souza é de opinião que a Comissão de Organização e Métodos de Trabalho partiu de uma premissa errônea quando afirma que o acentuado incremento que se tem verificado nas relações culturais internacionais já justifica a criação de um Departamento Cultural. A tese é duplamente errônea, a seu ver, porque não se verificou realmente esse incremento, e, em segundo lugar, porque se se tivesse dado o referido incremento, o que seria justificável seria a extinção de um Departamento Cultural que por ventura existisse. Embora pareça paradoxal, explica o Embaixador Alves de Souza, a verdade é que as relações culturais internacionais diferem bastante das relações políticas e econômicas dos países, porquanto o fenômeno cultural é refratário ao relacionamento internacional. Ao contrário do que ocorre com as relações políticas e econômicas, as relações culturais internacionais só se dão efetivamente quando contrariada a tendência de isolamento do fato cultural. A estrutura do mundo contemporâneo, do ponto de vista cultural, se apresenta como um multiplicidade de regiões culturais, nas quais se intensifica o sentimento regionalista, nacionalista, de maneira superlativa. Sem

PIA. Sem querer entrar no mérito desse fenômeno, diz o Embaixador Alves de Souza, mas tão somente apreciá-lo, o que se deve é subordinar o estudo das bases do Departamento Cultural à apreciação desse fenômeno. Conclui o Embaixador Alves de Souza pela desnecessidade da criação do referido Departamento. O em que convíamos aqui, porém, foi exatamente o contrário: seria uma idéia política, a de fortalecer os laços culturais entre os países amigos, notadamente os que estão próximos de nós, a fim de que isso de certo modo constitua uma penetração, penetração a que já aludí, que não é imperialista, mas que é de presença."

O Secretário Silveira externou sua opinião segundo a qual a tese parecia demasiadamente cultural. Examina com profundidade o fenômeno cultural, mas não encara absolutamente o problema do ponto de vista de uma política pragmática de aproximação.

Dr. Rômulo Almeida: "O pressuposto da tese do Embaixador Alves de Souza me parece certo, porém, sinto que implica uma verdadeira exacerbação do nacionalismo cultural. Do ponto de vista prático, não se deve esquecer que a projeção dos países se faz, frequentemente, através da difusão de sua cultura, particularmente do "folk-lore", às vezes mais por êste do que pela difusão das obras clássicas, em caso de países como o nosso. Exatamente por isso é que se impõe a utilização desse fator para que constitua fonte de prestígio e de influência. Talvez não fôsse necessário criar o Departamento Cultural, mas me considero vencido pelos argumentos aqui ventilados."

Dr. Arízio de Vianna: "É com prazer que tomo conhecimento dessa opinião do Embaixador Alves de Souza, incontestavelmente um homem culto. Como declarei em sessão anterior, considero-me vencido nessa matéria do Departamento Cultural, embora em princípio seja favorável à manutenção da Divisão Cultural. O debate sobre o assunto não deve ser, pelo momento, prolongado. Posteriormente apresentarei, de minha parte, um esquema de estrutura, simplificando ao máximo. Minha idéia é que a organização do Ministério das Relações Exteriores deve obedecer sobretudo a uma estrutura simples, em sentido vertical. Sobretudo, desejo salientar a importância que dei aos argumentos do General Cordeiro de Farias no que diz respeito à

à criação do Departamento Cultural."

O Secretário Silveira acentuou que a tese exposta pelo Dr. Rômulo Almeida lhe parecia muito acertada. Sem dúvida, é possível fazer decorrer da difusão da cultura autóctone um benefício político. Seria uma atitude certa a de difundir a nossa cultura no exterior, fazendo sentir as afinidades existentes entre o Brasil e os países de onde afluem as nossas massas imigratórias. Isso parece ser uma vantagem, um trunfo cujos resultados não devem ser desprezados. A seu ver, a tese do Embaixador Alves de Souza estaria bastante certa, do ponto de vista europeu.

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "Não se trata de pesquisar o fato cultural em si, mas de estabelecer as bases de uma diretriz, de uma política concernente à difusão cultural."

Prosseguindo na sua exposição, salientou o General Oswaldo Cordeiro de Farias, que, a fim de assegurar ao Ministério das Relações Exteriores uma estrutura adequada, a reforma se teria de processar em duas fases. Na primeira, seriam criados o Departamento de Organismos e a Comissão de Coordenação, e estabelecida a divisão geográfica abaixo do nível de Departamento. Os quadros de pessoal seriam acrescidos, por meio de concurso direto e seleção pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Na segunda fase, se completaria a reforma, com a elevação do critério geográfico ao nível de Departamento. Esse escalonamento na reforma iria de encontro aos problemas de pessoal e mesmo de espaco no Itamaraty, já que se cogita da construção do novo edifício.

Quando às observações sobre pessoal, serão apreciadas oportunamente, conforme sugestão do Ministro Leitão da Cunha."

O Ministro Leitão da Cunha esclareceu que esses problemas pareciam já resolvidos, após os demorados debates da Comissão, de que as atas dão registo.

O Professor Hermes Lima julgou útil lembrar que se deveria examinar a possibilidade de dar ao Departamento de Documenta -

IA. Documentação um caráter mais científico, provendo-o de meios com que realizar pesquisas históricas.

Nada mais havendo que tratar, foi encerrada a sessão, e marcada a próxima para o dia 25 do corrente. E para constar, la vrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, Secretário da Comissão, a presente ata.

Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1952.

IA.
COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ata da 13a. Sessão.

Em 29/9/52.

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Doutor Arízio de Vianna
Professor Hermes Lima
Doutor Rômulo Almeida
Secretário Roberto de Oliveira Campos
Secretário Antonio F. Azeredo da Silveira.

O Presidente abriu a sessão, passando à leitura e aprovação da Agenda.

A seguir, sugeriu que o Secretário Silveira fizesse um relato das sugestões que estavam a seu cargo, isto é, as dos Embaixadores Rubens de Mello, Hildebrando Accioly e Fernando Lobato.

Secretário Silveira: "A exposição do Embaixador Rubens de Mello tem uma grande vantagem; é um parecer francamente favorável ao Projeto de Reforma apresentado pela Comissão de Organização. Diz aliás, logo de início, que deseja deixar consignado que, com raras exceções, o Projeto resolve muitos problemas importantes, parecendo-lhe muito boa a idéia de se colocar sob a autoridade do Secretário Geral todos os serviços da Secretaria de Estado. Não se poderia compreender como a Secretaria Geral, que é o órgão central do Ministério das Relações Exteriores, deixasse de abranger todos os serviços da Secretaria de Estado. Aplaudiva entusiasticamente o desmembramento dos Departamentos Político e Cultural e também o dos Departamentos Econômico e Consular em dois outros Departamentos, desmembramentos exigidos

exigidos pelo volume de trabalho. Elogia também a criação de uma Secção de Tradução, iniciativa pela qual se bateu muitas vênas e inutilmente. Considera muito boa a idéia de se fundir a Divisão de Atos Internacionais com o Serviço de Organismos e Conferências Internacionais e conclui dizendo que, de modo geral, acha perfeito o Projeto de Reforma, inclusive na parte de pessoal, em que o aumento dos quadros foi muito bem idealizado, apenas opondo certos reparos. Objeta contra o título Departamento de Imigração e Consular. Mas isso já é ponto vencido nos debates da Comissão. Além disso, sobre Pessoal, também faz um reparo: o cargo de Embaixador foi suprimido com a reforma de 1934, passando, daí por diante, a ser desempenhado em comissão, por funcionários da letra "H", hoje "O", ou por pessoa estranha à Carreira, de reconhecido mérito e relevantes serviços prestados ao Brasil. A comissão destes últimos, como era natural, cessava automaticamente com o termo do mandato do Presidente da República. O mesmo, entretanto, não ocorria com os Embaixadores de carreira, cujo número correspondia quase exatamente ao número de Embaixadas. As reformas que se seguiram à de 1934, copiadas umas das outras, omitiam semelhante ressalva, que o Embaixador Rubens de Mello considera indispensável restabelecer."

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "Se entendo bem o que quer dizer, é que apenas a comissão de Embaixador extra-carreira deve cessar no momento da mudança de governo."

Secretário Silveira: "Exatamente, verifiquei isso também. Faz ainda uma observação contra a escolha de Cônsules e Vice-Cônsules Honorários, que nem sempre obedece à necessidade de serviço, ao contrário, é uma espécie de retribuição por serviços prestados. Cita mesmo o caso de uma nomeação de Cônsul Honorário a que teve de se opor. Pede que se dê uma redação mais ou menos nos seguintes termos: Os Cônsules honorários serão nomeados por decreto do Executivo e os Vice-Cônsules honorários por portaria do Ministro de Estado, depois de ouvidos, a respeito, os Chefes

A. Chefes de Missão diplomática, acreditados no país onde vão servir, ou, na sua falta os Chefes das Repartições Consulares, de cujo distrito dependa o respectivo Consulado honorário. Ainda quanto à matéria de pessoal, detem-se na questão de promoções e remuneração. Ignora se as leis brasileiras permitem uma situação especial para os funcionários do Itamaraty. Acho que a isso podemos responder afirmativamente. Prova disso é que o projeto do novo Estatuto dos funcionários Públicos, em discussão no Congresso, estabelece que quanto à magistratura e à carreira de Diplomata, sua ação será apenas subsidiária. Quanto à matéria de organização, faz alguns reparos: antigamente no Brasil as Repartições públicas eram organizadas em Diretorias Gerais e Secções, regime que teria vigorado até 1938, quando o DASP, sem nenhuma vantagem, teria substituído as primeiras por Departamentos e as segundas por Divisões, criando-se uma certa confusão com a nomenclatura das Forças Armadas. Creio que o Embaixador tem alguma razão a êsse respeito, e que estamos diante de um caso de influência do serviço público americano, que usa com muita frequência Divisão. E Divisão é superior a Secção. Refere-se também à necessidade de se estabelecer um sistema de comprovação de parte da remuneração que corresponde à gratificação de representação no exterior. Deve ser levado em consideração também o custo de vida local. A representação é mais em função das atividades que um determinado posto exige do funcionário. Acrescenta que como sistema de ajuda de custo (matéria de decreto e não de lei), devemos adotar o sistema inglês, que paga as despesas de viagem com relação à hierarquia do funcionário e depois lhe dá uma pequena despesa de instalação."

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "Talvez fôsse possível, dentro da nossa remuneração, um auxílio para aluguel. Há postos em que o aluguel é muito caro em proporção ao que o funcionário percebe. No Rio de Janeiro, por exemplo, os alugueis são caríssimos. Em certos países, o aluguel é tão caro que o funcionário não pode pagar o aluguel de uma habitação condizente com

com sua função."

Secretário Silveira: "O que temos de aprimorar nesse particular não é a criação de novo sistema, mas apenas o critério de fixação das tabelas. Temos feito esforço para organizar uma tabela comparativa dos custos de vida baseada nas estatísticas da ONU e também em inquéritos. Ora, se fizermos um questionário para todos os postos para recolher informações, assim poderemos chegar ao mesmo resultado, sem a desvantagem de inflexibilizar o nosso sistema que é bom. Finalmente, diz que, em linhas gerais, considera perfeito o cálculo de lotação de funcionários elaborado pela Comissão de Organização. Apenas faz reparos à colocação, em algumas Missões, de funcionários em categoria que lhe parece excessivamente inferior, como 3ª Secretário em determinadas Missões como o único auxiliar do Chefe da Missão. Na realidade, o cálculo da Comissão não visou a uma média ideal, mas tão somente a um mínimo indispensável. Essas, em linhas gerais, a opinião do Embaixador Rubens de Mello que é francamente favorável ao Projeto da Comissão de Reforma. Quero crer que ele não está muito longe da verdade.

A sugestão do Embaixador Fernando Lobo é muito curta, como ele próprio explica, por já se haver manifestado anteriormente sobre o assunto, e mesmo nos 4 anos em que esteve chefiando o Departamento de Administração, quando se bateu por uma divisão que obedecesse estritamente ao critério geográfico. Confessa, entretanto, que se rendeu diante do argumento de que não se podia imediatamente estabelecer o sistema. A sugestão é muito curiosa: bate-se pelo critério geográfico e propõe a existência de consultores funcionais. O sistema é um pouco complicado. Esses consultores funcionais, a meu ver, nada mais são do que uma pequena divisão funcional, com um nome diferente. Diz, por exemplo, que existirão consultores para assuntos de petróleo, café, cacau, etc... Ora, não podemos imaginar que um consultor seja capaz de dar conta dessas diferentes assuntos, a menos que

que fôsse assistido por um grupo de funcionários, o que constituiria já uma Divisão. Creio que já é ponto pacífico na Comissão que não se trata de criar uma organização teoricamente perfeita, mas uma organização que possa cuidar efetivamente dos assuntos que especificamente lhe competem. Nessa ordem de idéias, o Embaixador Fernando Lobo faz uma única sugestão concreta: propõe não um Departamento Cultural, mas um Departamento de Relações Públicas, que incluiria como objetos de suas atividades, tudo o que se relacionasse com a imprensa, rádio, propaganda, ligações com o Congresso, com as Forças Armadas, outras entidades e o público em geral. Não compreendo muito bem como êle inclui aí a ligação com as Forças Armadas. Acho um pouco deslocado. Essa ligação com as Forças Armadas se faz no Ministério em toda linha horizontal, não só no Departamento Político, como também no Departamento Econômico que envia as informações econômicas de caráter estratégico. Diz o Embaixador Lobo: todos os que trabalham no exterior bem podem avaliar a falta que sempre fez a existência de tal Departamento. Estou certo de que com a criação do mesmo, dotado dos necessários recursos financeiros, o Itamaraty ficaria mais conhecido e respeitado em nosso país e o Brasil mais difundido no exterior. Almeja, portanto, um Departamento que funcione para dentro e para fora do país. Divulgação e propaganda no exterior é coisa bem diversa da informação para o interior, através da imprensa. Quanto às sugestões do Embaixador Hildebrando Accioly, são muito interessantes. Separa a parte política, econômica e cultural da parte administrativa e para esta cria um Sub-Secretário Geral. Eu gostaria de trazer na próxima reunião um livro sobre a história da administração do Ministério das Relações Exteriores e fazer, então, uma apreciação sobre as sugestões do Embaixador Hildebrando Accioly."

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "Agradeço ao Secretário Silveira as exposições que acaba de fazer e concordo com que a do Embaixador Hildebrando Accioly fique para a próxima reunião.

reunião. Nesse caso passemos então ao outro ponto da ordem do dia que é a discussão do organograma baseado na sugestão que hoje nos traz o Doutor Arízio de Vianna, em que divide o Ministério em 4 Departamentos apenas, em vez de 6 como tinha sido projetado no organograma discutido até agora. Dou a palavra ao Doutor Arízio de Vianna."

Doutor Arízio de Vianna: "Senhor Presidente, este organograma, como vêem, não tem originalidade nenhuma. É uma adaptação do último modelo que já foi discutido aqui, havendo apenas um esforço de integração desses órgãos em 4 Departamentos. Toda esta parte superior já foi debatida e assentada: o Ministro de Estado com o seu Gabinete de representação social; a Consultoria Jurídica, pelos motivos já aqui expostos, convém ficar ao lado do Ministro de Estado. A Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores difere da maioria dos outros Ministérios, havendo uma forte tradição a respeitar. Sempre o Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores foi tido como uma sumidade em Direito, de que Clovis Bevilacqua é exemplo insigne, e assim deve ser, sem dúvida, pois o Consultor Jurídico não só examina matéria de Direito Internacional, que é uma especialidade cultivada, como também é um Conselheiro para matéria de Direito Administrativo. A exemplo do que acontece nos outros Ministérios, recentemente criou-se aqui o cargo de Assistente Jurídico para auxiliar o Consultor Jurídico. Ao Secretário Geral ficam subordinados: 1) O Departamento Político, que não suscitou dúvida: admitimos a mesma divisão que existia, de acôrde com o critério regional, organismos internacionais de caráter político e outros de caráter econômico no Departamento próprio. A Divisão de Fronteiras merecerá ainda reconsideração. A Divisão Cultural, projetada para ser Departamento, segundo a média dos debates preferiria deixar como Divisão; 2) O Departamento Econômico: Divisão de Estudos Econômicos propriamente ditos, estudos mais amplos tanto da economia interna do país como da economia internacio

LA. internacional. O critério geográfico preside a distribuição de serviços."

Secretário Silveira: "O Senhor eliminou, de propósito, a Divisão Econômica?"

Doutor Arízio de Vianna: "Não vi razão para que existisse uma Divisão Econômica. Acho que a Divisão de Estudos Econômicos também deve orientar os estudos relativos a assuntos de natureza rotineira, exceto o acôrdo comercial que merece tratamento bastante específico. A Divisão de Organismos Econômicos e Sociais obedece ao mesmo critério adotado para o Departamento Político: centralização num só órgão do estudo das atividades relacionadas com o funcionamento dos Organismos. No Departamento Administrativo também não há novidade: Divisão de Pessoal, do Material, etc. Acho que se poderia criar um setor de engenharia dentro do Serviço de Patrimônio. Não se trata só do edifício da Secretaria mas também dos edifícios das Embaixadas e Legações."

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "Quanto a essa Divisão do Patrimônio, haveria inconveniente de chamá-la do Patrimônio e Obras?"

Doutor Arízio de Vianna: "Adotei o nome de Patrimônio, mais consentâneo com a natureza sui-generis do Ministério das Relações Exteriores."

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "Temos pelo menos 10 ou 12 prédios próprios no exterior."

Doutor Arízio de Vianna: "Esse serviço precisa ser melhor aparelhado. Voltando ao meu esquema, eu descí até ao plano de Divisões. Na Divisão de Documentação do esquema do Secretário Silveira, o que está como Divisão dentro do Departamento, passa a ser Secção dentro da Divisão. O Arquivo talvez fique na própria Divisão de Comunicações, conforme sua natureza. Se é um Arquivo de expediente, ficará melhor dentro do serviço de Comunicações. Mas se é um Arquivo morto e especializado,

especializado, nada importa que fique na Documentação. Departamento Consular e de Imigração: o serviço de imigração, por natureza, é transitório. A Divisão Consular é permanente, e junta - mente com a Divisão de Passaportes justifica o Departamento Consular. Aqui figuram as Missões diplomáticas e Repartições Consulares, apenas com a indicação da sua linha geral que vai ter ao Ministro de Estado, e também ao Secretário Geral ou Diretor de Administração. Parece que esse sistema, de simplificação em 4 Departamentos daria uma excelente divisão de trabalho. Haveria duas grandes jurisdições internas: a do Secretário Geral e a do Diretor Geral de Administração. A Comissão de Planejamento e Coordenação seria o conselho deliberativo do Itamaraty, com o seu Secretariado permanente para reunir as documentações das reuniões, das tendências, etc. A vida dela depende da reunião desses dois órgãos. A minha tendência foi para simplificar. Evidentemente, os Senhores podem manifestar as críticas e inconvenientes que lhes pareça necessário acentuar. Creio que partindo do alto para baixo, isto é, dos órgãos superiores para os de menor categoria, a parte analítica das Seções, dos Serviços e das unidades menores poderia ser resolvida na concentração destes principais setores."

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "Agradeço a colaboração do Doutor Arízio de Vianna e o que tenho a observar é o seguinte: de acordo com o esquema apresentado pelo Doutor Arízio de Vianna, vê-se que Sua Excelência chegou à conclusão de que, ao contrário do que eu tinha sentido, os serviços políticos podem arcar com o peso dos serviços culturais dentro do seu Departamento e, portanto, ficou a respectiva Divisão dentro do Departamento Político. Por outro lado, dentro do Departamento Econômico ficaram 3 Divisões e dentro do Departamento Consular também 3. Desejo propor ao exame do Doutor Arízio de Vianna a hipótese de adotarmos o critério de que a Divisão Cultural permanecesse como Divisão Cultural, porém dividida nos Setores propostos por nós com o caráter de Divisão. Também fôsse, talvez, pos

possível passar a Divisão Consular para o Departamento Econômi-
co, ficando o Departamento Político e ^o Departamento Econômico
com 6 Divisões cada um, e dividida a Diretoria Geral da Admi-
nistração em 2 Departamentos, sendo um o Administrativo com as
suas Divisões de Pessoal, Material, Orçamento, Patrimônio, Co-
municações, etc., e outro o de Documentação. Já houve tempo em
que o Arquivo, Biblioteca e Mapoteca não faziam parte do Depar-
tamento de Administração e estavam sob a direção de um só Che-
fe. Creio que é o melhor sistema."

Doutor Rômulo Almeida: "Com uma divisão mais especi-
alizada talvez não haja essa sobrecarga. É uma questão de dis-
tribuir melhor as atividades: ficariam com o Diretor do Depar-
tamento simplesmente as decisões de maior importância."

Secretário Silveira: "Parece-me que como havíamos de-
cidido antes, em 6 Departamentos, realmente havia uma distri-
buição de peso mais harmoniosa. Como as Divisões têm tarefas
muito específicas, não há muita matéria de decisão superior. Por-
tanto, havendo na Diretoria Geral de Administração três Depar-
tamentos, terão estes mais tempo disponível para sua matéria
específica o que é a orientação e coordenação do trabalho das
Divisões. Acho que os problemas centrais de estrutura são os do
Departamento Cultural ou Divisão Cultural, e do Departamento ou
Divisão Consular. Sem a ampliação desses serviços não se terá
feito muita coisa. Acho que os serviços consulares não devem es-
tar subordinados ao Departamento Econômico. Mas o mais grave
problema atual do Ministério é o da criação do Departamento Cul-
tural. Vejo que teremos de voltar outra vez à discussão desse
problema."

A seguir, o Presidente deu a palavra ao Secretário
Campos.

Secretário Roberto Campos: "Quero agradecer em pri-
meiro lugar ao Doutor Arízio de Vianna pelo seu organograma que
me facilitou enormemente a tomada de contacto com o assunto. Es-

Estava com receio de entrar no terreno um tanto desorientado, e esse organograma me serve precisamente de radar. Eu teria um comentário que fazer, no tocante à Divisão Cultural: não aceito a idéia do Departamento Cultural. A meu ver, qualquer atividade cultural no Itamaraty há de ter um sentido programático que estaria muito melhor situado através de uma subordinação direta da Divisão Cultural ao Departamento Político. Colocado dentro do Departamento Político, esse conteúdo programático da difusão cultural será mais claramente delineado. Concorde, portanto, com essa constrição."

Doutor Rômulo Almeida: "Essa foi também a minha opinião. Mas a objeção que se levantou aqui é que a massa de trabalho é enorme e que os serviços culturais no Itamaraty não podem utilizar instrumentos de fora, como instituições privadas ou mistas. Impunha-se, pois, uma organização mais numerosa, mais esgalhada e daí a necessidade de um Departamento próprio. Eu mesmo admiti isso como um motivo para se optar por um Departamento Cultural, mas sugiro à consideração da Comissão que o problema seja resolvido simplesmente através de mais ampla autonomia da Divisão Cultural, de modo que ao Diretor do Departamento só subsistem questões de orientação, de programação de política."

Secretário Roberto Campos: "Apoiaria as suas sugestões. O conteúdo rotineiro mecânico é diverso do conteúdo conceitual. Mesmo se evitarmos sobrecarregar o Departamento Político com esse conteúdo conceitual, iremos descarregar isso fatalmente sobre o Secretário Geral, que tem funções ainda mais complexas."

Doutor Rômulo Almeida: "O que é preciso é corrigir o mal que é comum na nossa Administração, que é a tradição de falta de responsabilidade nas unidades inferiores e a sobrecarga das altas chefias com assuntos de rotina. Evitando-se esse mal, de fato me parece que é muito melhor conservar a categoria dos serviços culturais."

culturais."

General Cordeiro de Farias: "Sou fortemente partidário do Departamento Cultural com as finalidades que expus. O Chefe do Departamento Político, prêso aos problemas imediatos e urgentes da política internacional propriamente dita, não terá suficiente tempo para planejar política cultural. Tenho receio de que, continuando como Divisão subordinada a um Departamento assobornado com questões mais imediatas, essa Divisão seja uma Divisão sem vitalidade e assim sem objetivos. Não sei como se pode dar mais liberdade à Divisão Cultural sem estendê-la a todas as outras."

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "Na minha opinião, o Chefe do Departamento deve orientar, coordenar e fiscalizar a execução. Ele não deve promover propriamente execução. Também propriamente não deve estudar os problemas no sentido da elaboração. Na realidade, ao reestruturarmos essa Divisão, deveremos definir claramente suas atribuições e é muito possível que se possa chegar a um bom resultado mesmo sendo Divisão, subdividida em seções e setores. Gostaria de ouvir a opinião do Secretário Roberto Campos a respeito."

Secretário Campos: "Praticamente nada mais tenho que dizer. Impressiono-me pela vantagem de estar o ato cultural ligado ao ato político."

Doutor Arízio de Vianna: "Esta observação é que a meu vêr é importante porque atende ao objetivo do General Cordeiro de Farias e não despreza a necessidade de dar realce à Divisão Cultural por todos os meios seguros seguindo uma orientação política. A observação do Secretário Campos é segura quando mostra que essa Divisão não deve ser autônoma. Só assim se garantirá que não haja desarmonia entre as atividades políticas e as culturais."

Secretário Roberto Campos: "O argumento do General Cordeiro de Farias me abalou um pouco. Realmente, a necessidade de

de uma maior programação cultural é importante, mas exatamente pelos argumentos mencionados talvez fôsse útil fazer isso no Departamento Político. Um Departamento autônomo levaria o Chefe de Departamento, que não está sob o impacto imediato da conjuntura política nos diversos países, a programar uma divulgação cultural, digamos, homogênea. O Chefe do Departamento Político que está recebendo, por exemplo, notícias do Paraguai ou da Bolívia, ao dosar o esforço da divulgação cultural estará já reagindo em face dessas informações, de modo que não haveria o perigo da homogeneidade. Ele teria uma sensibilidade mais aguçada, que seria algo amortecida se a função cultural fosse objeto de um Departamento específico. Vejo que ainda não estamos bastante amadurecidos neste assunto."

Secretário Silveira: "Acho que se colocássemos a Divisão Cultural no âmbito de um Departamento geográfico, seria muito melhor fazê-la funcionar dentro de suas divisões regionais. Mas com o plano que temos projetado a difusão cultural deve ser obra de um setor especializado e autônomo. O maior argumento contra o Departamento Cultural é que talvez possa ser deturpada a sua finalidade por interesses subalternos. Não vejo em que o Secretário Geral se veja assoberbado com os problemas culturais, existindo um Departamento Cultural."

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "Esses problemas irão também à Comissão de Planejamento."

Secretário Roberto Campos: "Quer se tenha um Departamento quer se tenha uma Divisão Cultural, se a centralização do esforço numa área depende de recursos fiscais e materiais, a ação executiva terá de emanar fatalmente do Ministro de Estado ou do Secretário Geral, portanto, em nível acima do próprio Departamento. Mas sinto a necessidade dessa ação executiva, que é algo de extremamente importante, e tenho a impressão de que no Departamento Político é que haverá maior sensibilidade para sentir essa diferença de temperatura, de pressão barométrica nas diferentes áreas."

áreas."

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "A medida que a discussão se adianta, diminui minha simpatia pelo Departamento Cultural. Gostaria de que a Comissão meditasse nesse problema para a próxima reunião, quando então se tomará uma decisão definitiva, talvez até por votação, o que ainda não foi usado porquanto até agora todas as nossas decisões têm sido adotadas por unanimidade. Desejaria, agora, pedir a atenção do Secretário Roberto Campos para o Departamento Econômico, precisamente por ser autoridade no assunto."

Secretário Campos: "Concordo com a constrição imposta ao Departamento Cultural. Quanto ao Departamento Econômico, a constrição foi exagerada. A Divisão Econômica tem uma finalidade inteiramente diferente da Divisão de Estudos e da Divisão de Acordos. Ela reage a estímulos ocasionais provenientes de áreas geográficas delimitadas, ou suscitados por problemas circunstanciais de tarifas, cambiais, controle de importação, etc., que envolvem grande trabalho de rotina. A Divisão de Estudos Econômicos não reagiria a estímulos ocasionais. Tem uma função energizante de que resultam linhas gerais de política. A Divisão Econômica deveria ser subdividida em setores regionais, não devendo ser identificada nem com a de Acordos Comerciais, que tem uma atividade nitidamente definida, nem com a Divisão de Organismos Econômicos e Sociais. Acredito portanto que será imprescindível restaurar a Divisão Econômica, separada das outras 3 Divisões."

Doutor Arízio de Vianna: "Então a Divisão de Estudos seria uma Divisão de Pesquisas e a Divisão Econômica, com a presente distribuição, teria pouco conteúdo programático."

Secretário Roberto Campos: "Quanto à sugestão da separação entre o Departamento de Imigração e o Consular, não simpatizo com a idéia. Acho que a Divisão de Imigração é apenas executiva, não tendo senão pequeno conteúdo programático, entregue este ao futuro Instituto de Imigração e Colonização. As outras duas Divisões são de conteúdo meramente rotineiro. É tam -

também projeto a criação da Consultoria Jurídica. Antipatizo com a idéia. Ao que me parece, o fenômeno jurídico, em face do desenvolvimento das Organizações Internacionais, caminha muito rapidamente para uma institucionalização. O papel do Consultor Jurídico do Itamaraty é episódico. Pergunto-me se não chegou o tempo, com a moderna e vigorosa tendência para a codificação geral do Direito Público, do Direito Penal Internacional com o estatuto de punição para os criminosos de guerra, do Direito Aéreo Internacional, do próprio Direito Privado (o Professor San Tiago Dantas toma parte no momento de uma dessas conferências) - repito, pergunto-me se já não é tempo de dar à Consultoria Jurídica outro tratamento que não o de ser um órgão meramente episódico. Proporia, então, a criação de um Departamento Jurídico. Em face do esforço global de institucionalização do Direito em bases internacionais, a que aludí, parece razoável que, em vez da criação do Departamento Cultural, cujos encargos seriam bem desempenhados por uma Divisão, se pensasse antes num Departamento Jurídico, a fim de dotar o Ministério de meios com que enfrentar todos êsses novos desafios do Direito Internacional."

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "Em vista do adiantado da hora, antes de suspender a sessão, desejaria consultar a Comissão se podemos dar por aprovado o esquema geral, salvo no que se refere à Divisão Cultural, pertinente ao Departamento Político e ao Departamento Econômico, com os acréscimos sugeridos pelo Secretário Campos e aos outros dois Departamentos, isto é, o Administrativo propriamente dito e o Consular. Ganharíamos com isso mais tempo e poderíamos avançar no exame do projeto de Lei."

Secretário Silveira: "O Doutor Rômulo Almeida, que teve de se retirar mais cedo, deixou algumas notas em que esclarece que se deve colocar em primeiro lugar no Departamento Político a Divisão da América Latina, como já havíamos decidido. Também lembrou que o Departamento Consular não incluiria em seu título o nome Imigração, pois poderia dar a idéia de planejamento

planejamento de Imigração - o que não é o caso."

Após haver discutido a conveniência de alterar o horário das reuniões, ficou decidido que, a partir da próxima semana, as reuniões se darão às quartas e sextas, às cinco horas, no mesmo local.

Para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, Secretário da Comissão, a presente ata.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1952.

A COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ata da 14a. Sessão, em 2 de outubro de 1952.

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Professor Hernes Lima
Doutor Rômulo Almeida
Doutor Arízio de Vianna
Secretário Roberto Campos
Secretário Antônio Francisco Azerêdo da Silveira

Ao abrir a sessão, o Presidente procedeu à leitura da agenda do dia, propondo a inclusão de um item que se referisse à continuação do exame das sugestões apresentadas. Aprovada a agenda, deu a palavra ao Secretário Silveira para que procedesse ao relato sobre as sugestões apresentadas pelo Embaixador Hildebrando Accioly.

Secretário Silveira: "O Embaixador Accioly apresentou ao Senhor Ministro de Estado as suas sugestões por carta de data de 15 de julho do corrente ano, congratulando-se com Sua Excelência pela feliz iniciativa de promover uma remodelação dos serviços do Ministério das Relações Exteriores. Inicialmente, acentua o Embaixador Accioly que, apesar da Secretaria de Estado ter sofrido nos últimos lustros várias reformas, não se acha ela ainda perfeitamente habilitada a desempenhar o importante papel que lhe compete. Impõe-se, pois, sua remodelação em linhas amplas, mais consentâneas com as crescidas exigências da hora atual. A primeira medida que propõe é a adoção corajosa do critério da divisão geográfica, parecendo-lhe mesmo custoso compreender como não foi ainda esse o critério adotado. Quando Ministro de Estado interino, o Embaixador Hildebrando Accioly apresentou um projeto com sugestões que lhe pareciam poder servir de base a uma reforma geral da Se-

Secretaria de Estado. Essas idéias, das quais deu conhecimento ao titular efetivo da pasta, se encontram registradas num livro denominado "História da organização administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores", de autoria do Senhor Marcos Romero, funcionário da carreira de Diplomata. O primeiro argumento que apresenta, que é um argumento de autoridade, é o de que esse critério já é o adotado em diversas chancelarias estrangeiras, inclusive no Departamento de Estado americano.

Como já tivemos ocasião de observar, quando do exame do organograma da estrutura do Departamento de Estado, o critério geográfico é adotado, nesse Departamento, apenas no setor político, e não em todos, como se deduziria da exposição do Embaixador Accioly. Seria mais lógico, insiste o Embaixador Accioly, que ficassem centralizados sob uma direção única todos os assuntos ou problemas pertinentes a uma determinada área geográfica, quer políticos, quer econômicos, quer culturais, dados os laços ou repercussões entre os mesmos."

A esse respeito, lembrou o Presidente que "o estabelecimento do sistema no Ministério das Relações Exteriores criaria um mecanismo demasiado pesado e complexo para as atribuições que o Ministério desempenha no momento. Nos Estados Unidos da América do Norte, a divisão geográfica se processa na esfera departamental, correspondendo, por vêzes, uma Divisão a cada país latino americano. O volume e a importância das relações do Brasil no âmbito internacional não comportam ainda essa fragmentação."

Na América Latina, observou o Professor Hermes Lima, "há alguns países com os quais mantém o Brasil relações em volume apreciável, de maneira que, adotando-se o critério da divisão geográfica no Ministério das Relações Exteriores, haveria de corresponder a êsses, individualmente, uma carteira ou secção na Secretaria de Estado. Isso provocaria, certamente, al

algum ressentimento da parte dos países a que não correspondesse uma seção especial. As pequenas repúblicas latino-americanas têm em sensibilidade precisamente o que lhes falta em importância."

Secretário Silveira: "A seguir, o Embaixador Accioly, sustenta que a conveniência da divisão geográfica se manifesta até mesmo na circulação e guarda dos documentos.

Quanto à observação do Embaixador Accioly de que é estranho que a Comissão de Organização tenha proposto o critério geográfico apenas nos assuntos políticos e não nos econômicos, é útil salientar que a Divisão Econômica do projetado Departamento Econômico será subdividida em setores regionais e geográficos.

Quanto ao Departamento de Organismos Internacionais, manifesta-se o Embaixador Accioly plenamente favorável à sua criação. O argumento importante que assinala é que, frequentemente, um só Organismo se ocupa de assuntos políticos, econômicos, sociais, culturais, etc., donde conclui que, não existindo o referido Departamento, haverá dificuldade em saber qual a Divisão a que está afeto o Organismo. Onde colocar, por exemplo as atividades da Organização Mundial de Saúde, os problemas orçamentários da FAO ou o estudo dos assuntos relacionados com a Assistência Técnica? Qual a vantagem de separar tais assuntos por vários setores, sobretudo quando, muita vez, as atividades respectivas provêm de um só Organismo internacional? Sou de opinião que precisamente o exemplo dos problemas orçamentários a que se refere o Embaixador Accioly serve para fundamentar a adoção do critério funcional, porquanto a técnica orçamentária, que é por demais especializada, nunca pode ser tratada numa Divisão, Comissão ou Departamento de Organismos, mas pela própria Divisão de Orçamento do Departamento de Administração. É o que tem acontecido na prática, mesmo existindo no Ministério uma Comissão de Organismos Internacionais.

Quanto ao Departamento Cultural, afirma o Embaixador Accioly que, em face do critério geográfico, não teria razão sua

sua existência, cabendo a matéria por êle tratada dentro de cada grande Departamento geográfico. Mesmo nessa hipótese, acrescenta, não seria dispensável um Departamento de Informações mais desenvolvido o qual, guardadas as devidas proporções, poderia incluir aquilo a que no Departamento de Estado se denominaria de Public Affairs.

Em face do critério funcional proposto pela Comissão, em nível de Departamento, quero crer que se justifica plenamente a criação do Departamento Cultural. Outro ponto a que dá importância o Embaixador Accioly é o que diz respeito a uma nítida separação dos assuntos de natureza política, econômica e cultural, de um lado, e os de natureza administrativa, de outro. O projeto, afirma o Embaixador, não prevê claramente uma divisão a êsse respeito, pelo contrário, nele se mencionam assuntos de natureza administrativa não incluídos no Departamento de Administração e distribuídos por dois outros Departamentos. Não foi o Embaixador Accioly tão minucioso na carta que ora apreciamos quanto o foi no seu trabalho apresentado quando Ministro de Estado interino. Em favor dessa aludida separação de ordens de assuntos propôs o Embaixador Accioly, naquele então, que se criasse a figura do Subsecretário Geral, com acesso direto ao Ministro de Estado, a quem seria cometida a direção geral dos assuntos de administração, independente do Secretário Geral ao qual estariam subordinadas todos os órgãos que tratam dos assuntos políticos, econômicos e culturais.

Finalmente, o Embaixador Accioly examina a situação da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes concluindo que, embora a natureza do assunto por ela tratado, como tantos outros que transitam pelo Itamaraty, tenha aspectos internacionais, a dita Comissão estaria mais bem situada dentro de outro Ministério. O ter sido ela subordinada, por lei, ao Ministério das Relações Exteriores não é motivo para que outra lei não determine o contrário. Aos problemas de pessoal se refere o Em-

A. Embaixador Accioly de maneira sucinta, convindo na necessidade de aumentar os quadros, não sem afirmar, porém, que é importante obter mais rendimento e trabalho do pessoal ora existente.

Eis, em resumo, o que sugere o Embaixador Accioly em suas considerações em torno do Projeto da Comissão de Organização.

Terminada a exposição do Secretário Silveira, lembrou o Presidente que estava aberta a discussão sobre aspectos de estrutura da Secretaria de Estado, salientando que o problema da criação do Departamento Cultural deveria ser ainda reexaminado pela Comissão. "

Atendendo a solicitação do Presidente, fez uso da palavra o Secretário Roberto de Oliveira Campos que principiou por reafirmar seu ponto de vista enunciado na última reunião, "de que seria mais acertado conservar a Divisão Cultural como Divisão subordinada ao Departamento Político, ao invés de elevá-la à categoria de Departamento diretamente dependente do Secretário Geral. Desejo salientar, entretanto, como argumento novo, que, através de conversação sustentada com pessoa interessada em assuntos de cooperação cultural internacional, me convenci da necessidade de que várias das atividades culturais atualmente exercidas pelo Itamaraty sejam desempenhadas através de entidades especializadas, mais flexíveis e autônomas. Tal seria o caso, por excelência, das atividades relacionadas aos estudantes bolsistas do Governo brasileiro. Na realidade, em vários países, essa modalidade de intercâmbio tem sido dirigida por entidades e institutos especializados, a exemplo de que se poderá mencionar o Conselho Britânico, o Instituto Internacional de Estudantes nos Estados Unidos, e mesmo entre nós, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, etc., que são órgãos dotados de meios com que atender a essas necessidades específicas, de modo mais eficiente e apropriado. O problema material de organizar e fazer funcionar essa modalidade de intercâmbio, cuja

cuja importância entre nós é indiscutivelmente considerável, não cabe nem na Divisão nem no Departamento Cultural. A ser verdadeira essa observação, menos ainda se justificaria a existência do Departamento Cultural. Aliviado o Ministério das Relações Exteriores do peso da rotina do intercâmbio cultural, ressaltaria com maior nitidez a importância das atividades de planejamento da ação cultural, de conteúdo programático. A preponderância desse conteúdo programático torna mais evidente a necessidade de ser a Divisão Cultural filiada ao Departamento Político."

Explicou então o Presidente que "essas considerações tinham sido expandidas em reuniões anteriores pelo Doutor Rômulo Almeida, secundado pelo General Cordeiro de Farias e pelo Professor Hermes Lima; precisamente por não existir ainda no Brasil um Instituto com semelhantes atribuições, é que se impunha a ampliação desse serviço no Ministério das Relações Exteriores a fim de atender, com mais eficiência, ao crescente movimento de intercâmbio cultural no plano internacional. Essa ampliação se consubstanciaria na elevação da categoria da atual Divisão Cultural para a de Departamento. O assunto não ficara, porém, pacífico dentro da Comissão, havendo-se pronunciado contra o Departamento Cultural os Senhores Doutor Arísio de Vianna e Doutor Rômulo Almeida. Desejaria ouvir dos presentes uma breve exposição a fim de que ficassem bem evidenciados os pontos de vista dos membros da Comissão. Mantidas as mesmas posições, o assunto deverá ser submetido à votação, considerando que 3 Membros se haviam manifestado a favor, e os outros contra a proposta de criação do Departamento Cultural."

Professor Hermes Lima: "Já me pronunciei a favor da criação do Departamento Cultural pelas razões a que já tive oportunidade de aludir em reuniões passadas e pelas que foram apresentadas pelo General Cordeiro de Farias. Incontestavelmente o nível de Departamento daria margem a que se desenvolvessem, de modo mais proveitoso, as atividades de intercâmbio cultural do

A do Brasil com os países amigos, mórmente com os países da América Latina, em que a necessidade de uma política de penetração, nos têrmos em que assinalou o General Cordeiro de Farias, se faz cada dia mais necessária. Evidentemente há um grande volume de trabalho de natureza meramente rotineira que poderia ser desde já confiado aos órgãos já existentes, como salientou o Secretário Campos. Tal é, por exemplo o caso do SENAI. Mas é forçoso convir em que estamos longe de ter uma entidade da estatura do Conselho Britânico, da Aliança Francesa, dos Institutos Brasil - Estados- Unidos, ou que outro nome venham ter organizações semelhantes que existem em outros países da América Latina. O Itamaraty deve, tanto quanto possível, prestigiar essas atividades em relação aos nossos vizinhos na América, especialmente com os países ligados mais de perto ao Brasil. É incontestável que essa atividade se relaciona com a atividade política propriamente dita, como acen- tuaram os Senhores Doutor Arísio de Vianna, Secretário Campos e Doutor Rômulo Almeida. Parece razoável acreditar, todavia, que a elevação da categoria de Divisão para a de Departamento em nada prejudica êsse sentido político das atividades culturais, desde que se considera que o Chefe de Departamento estaria em condições de executar as diretrizes de uma política cujas linhas gerais são traçadas pela Comissão de Planejamento e Coordenação. Em nível de Departamento, êsse programa assumiria maior importância, razão pela qual, mesmo considerando os argumentos em contrário aqui apresentados, sou de opinião que se deve propor a criação do Departamento Cultural."

General Cordeiro de Farias: "Queiro reiterar que o meu voto tinha um sentido político, a que tive ocasião de me referir anteriormente, em favor da criação do Departamento Cultural. Circunstâncias várias, principalmente o nosso regime de economia, as relações comerciais com os países industriais da Europa e com os Estados Unidos, tem sido responsáveis pela maior importância de nossas ligações com o mundo europeu e com os Esta-

A

Estados Unidos. Passado o período do Império, pouca importância se tem dado ao problema das relações do Brasil com a América do Sul, e em parte com os países da Bacia do Prata. A situação hoje exige uma ação cada vez mais crescente, da parte do Itamaraty, no que diz respeito a essas relações. A Argentina tem agido de maneira mais eficiente no sentido de procurar atingir uma nítida hegemonia entre os países hispano-americanos. É verdade que o Brasil é olhado na América do Sul com respeito, mas, também, com certa desconfiança, o que seria uma consequência direta do abandono a que deixamos a nossa política de penetração e influência na América. Impõe-se, portanto, uma revisão nessa política. No atual estado de coisas, só se poderá desenvolver essa política de penetração e influência através da ampliação do nosso intercâmbio cultural. Por esse motivo me bato pela criação do Departamento Cultural. É claro que a não transformação da atual Divisão em Departamento não impedirá necessariamente a mudança de orientação a que aludimos. É digno de consideração o argumento de que as relações culturais fazem parte de um programa político e que, por conseguinte, os assuntos a elas concernentes devem ser tratados no Departamento Político. Seria, porém, de indagar se na prática o sistema funcionaria com o máximo de eficiência. O Departamento Político tem a seu cargo a direção de inúmeros assuntos que exigem soluções sempre urgentes. Será que a Divisão Cultural terá suficiente força para projetar uma determinada política? Os assuntos do Departamento não entravariam, de certo modo, a ação da Divisão Cultural? Se me fôr provado pelo Ministro Leitão da Cunha e pelo Secretário Silveira, funcionários experimentados e conhecedores dos problemas do Itamaraty, que a Divisão Cultural estará em condições de atender com eficiência aos propósitos de intensificação da política cultural do Brasil, me conformarei com a manutenção de simples Divisão. Caso contrário, continuarei a sustentar a necessidade de transformar a Divisão em Departamento Cultural."

PIA Cultural."

A seguir, o Presidente deu a palavra ao Secretário Silveira para que respondesse à pergunta formulada pelo General Cordeiro de Farias.

Secretário Silveira: "Sinto-me com muita responsabilidade por ter de dar uma opinião diante dos argumentos que expôs o General Cordeiro de Farias, que são bastante ponderáveis. Os assuntos culturais não têm sido tratados com a amplitude que merecem. Trata-se no momento, da adaptação dos serviços culturais a uma nova fase de atividade, em que passarão a ter maior relevância. Com o perdão da comparação, tratar-se-ia de optar entre um adulto e uma criança, e que a melhor fórmula seria fazer da Divisão um jovem. Não é fundamental o nome que venha ter; o que é importante é que seja reorganizada, com bases mais amplas, para cumprir os fins a que se destina, e independente do Departamento Político. Não me convenci com os argumentos de que a Divisão Cultural deve ser necessariamente ligada ao Departamento Político. Se o problema da expansão cultural não tivesse características próprias, específicas, nada obstaria a que os assuntos culturais fossem resolvidos dentro do âmbito das Divisões geográficas daquele Departamento. Mas acontece que o problema da propaganda, da difusão, da expansão cultural é funcional. Evidentemente, a intensidade da difusão cultural não é a mesma em todas as áreas geográficas, mas os meios, os instrumentos da ação de propaganda são afins, e como tal devem emanar de um órgão especializado e mais independente. A Divisão Cultural contagia negativamente a ação do Departamento Político, sobrecarrega-o excessivamente, prejudicando-lhe a atividade principal, que é a de planejamento da política exterior. A ação cultural é mais um instrumento que se adiciona a essa política de planejamento de que uma política própria. É antes de tudo uma técnica. Por outro lado, o fato de existir um Departamento Cultural não quer dizer que ele seja absolutamente autônomo, ao ponto de entrarem suas decisões em conflito

conflito com as diretrizes traçadas pelo Departamento Político. Não se nega que os assuntos econômicos têm assumido proporções relevantes na política internacional moderna, e no entanto nunca foi levantado o problema de que as atividades do Departamento Econômico deveriam ser englobadas pelo Departamento Político, por causa do seu conteúdo programático a que se tem aludido. Para obviar os problemas que resultariam de possíveis divergências entre os vários meios de ação do Ministério das Relações Exteriores é que a nossa Comissão propôs a criação da Comissão de Planejamento e Coordenação. Além do mais, há a considerar a figura do Secretário Geral que centralizaria as atividades dos Departamentos Político, Econômico e Cultural. Por conseguinte, parece-me muito pouco relevante o argumento de que o tratamento dos assuntos culturais em um Departamento Cultural ocasionaria a perda de sensibilidade política do problema. Outro argumento contrário a criação do Departamento Cultural é o de que o Departamento Cultural seria de certo modo prejudicado por uma maior afluência de interesses pessoais, como havia salientado o General Cordeiro de Farias. Esse argumento é bastante ponderável e, a meu vêr, é o mais convincente para afastar a idéia do Departamento Cultural. Peço licença aos Senhores membros da Comissão para explicar os termos de um memorandum dirigido pelo Ministro Guimarães Rosa ao Senhor Chefe da Divisão Cultural, em que é resumida a opinião do Senhor Ministro de Estado com relação ao ofício nº 29, do corrente ano, da Embaixada em Roma. Acentua o Ministro Guimarães Rosa a necessidade da revisão dos métodos da ação cultural do Ministério das Relações Exteriores em relação aos diferentes países ou grupo de países, de maneira a que obedeçam, pelo menos, a um esquema de sistematização finalista que, embora modesto de início, é mais importante que a ação empírica e avulsa. Esse plano, traça-o o Ministro Guimarães Rosa em seu memorandum, e se resume nos seguintes pontos: 1 - para os países hispano-americanos:

americanos: tradução e divulgação de obras brasileiras, propaganda de nossa literatura, ciência, artes, etc., criação de Institutos didáticos, cursos de língua portuguesa, intercâmbio de bolsistas, envio de missões culturais ou conferencistas isolados, etc; 2 - para os países europeus e Estados Unidos: toda a atenção e esforço se concentrariam no envio de bolsistas brasileiros, os quais, no que se refere à atuação possível do Itamaraty, são os verdadeiros elementos de captação, absorção ou importação cultural; 3 - para Portugal: um sistema especial, a ser determinado, e que de certo modo teria de ser uma combinação dos dois primeiros.

O aludido memorandum enfeixa, em linhas gerais, a média do pensamento dos Membros da Comissão, que estão de acordo em que se deva dar maior ênfase às relações com os países da América Latina. O ponto mais importante no que tange à reorganização dos serviços culturais no Ministério das Relações Exteriores é o de que a Divisão Cultural passe a ter mais autonomia do que tem atualmente. A não ser que seja possível apelar para uma nova fórmula, o ideal seria que fôsse transformada em Departamento."

Doutor Rômulo Almeida: "Desejo relembrar algumas sugestões que apresentei em reuniões anteriores no sentido de que o problema do revigoramento da ação cultural do Ministério das Relações Exteriores era mais um problema de estabelecimento de planos de atividade, de programas, de recursos materiais do que propriamente um problema de criação de uma unidade administrativa em esfera mais elevada. O problema a saber se o órgão encarregado dos serviços culturais deve ser Departamento ou Divisão se resolveria na revisão dos métodos de trabalho da atual Divisão, como por exemplo, através de uma nova regulamentação interna de maneira a resumir a interferência e o controle do Departamento Político apenas aos planos de orientação e à supervisão dos relatórios periódicos sobre as atividades da Divisão. Evitar-se-ia, assim, a sobrecarga e o congestionamento da

de assuntos que recairiam sobre o Chefe do Departamento Político, a que tanto se tem aludido. Por outro lado, não é inútil insistir, é difícil compreender que seja vantajoso desenvolver, dentro da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, as vastas atividades burocráticas e secretariais relacionadas com o intercâmbio de bolsistas, tais sejam, despesas com pagamentos dos bolsistas, colocação em escolas e universidades, alojamento, solução de casos pessoais, etc. O importante é que ao Ministério das Relações Exteriores deve caber a orientação programática dessas atividades. A tarefa de execução material desse programa deve ser da alçada de outras entidades. Não temos ainda nada que se compare ao Conselho Britânico, o que permite concluir que se deva, não criar no Ministério do Exterior uma unidade administrativa que tivesse atribuições semelhantes às daquele órgão do Governo britânico, mas precisamente uma entidade fora da estrutura do Ministério, com essas atribuições. Se o IBECC não pode realizar esse programa, que se pense, então, em criar um novo órgão capaz atender aos objetivos de expansão das atividades de cooperação intelectual.

A fim de adquirir uma compreensão nítida desses problemas, seria interessante que se elaborasse um relatório minucioso das atividades culturais desenvolvidas pelo Ministério das Relações Exteriores e das atividades empreendidas por outros órgãos da Administração, e mesmo por órgãos particulares. O relatório, que seria um balanço geral da situação existente e das possibilidades eventuais com que se pederia contar, facilitaria a decisão definitiva sobre o assunto da Divisão ou Departamento Cultural. Vejo que os projetos mais ousados do Itamaraty contemporizam com a possibilidade de o Ministério das Relações Exteriores superar a insuficiência de certos órgãos da Administração que desenvolvem atividades culturais, particularmente do Ministério da Educação.

Seria impossível ao Ministério do Exterior suprir a insuficiência de órgãos como o Instituto do Cinema, o Serviço de

PIA.

de Documentação do Ministério da Educação, o INEP, os serviços de imigração, no que se refere à propaganda adequada para os possíveis imigrantes. Pelo contrário, a expansão das atividades culturais e de divulgação do Brasil no exterior através do Itamaraty requer forçosamente a cooperação dessas entidades, que funcionarão como órgão municiadores de material e de elementos necessários ao bom desempenho daquelas atividades. A solução total do problema não está dentro do Itamaraty, mas em parte fora dele, com a criação de agências de turismo, escritórios de assistência a bolsistas, etc., aos quais o Itamaraty supriria os recursos necessários a um nível de eficiência mais elevado. Só mesmo um levantamento geral sobre as necessidades de recursos financeiros e as possibilidades dos recursos técnicos com os quais devem ser dotados os órgãos encarregados de executar o programa da divulgação do Brasil no exterior, permitirá formar um juízo acertado sobre a necessidade de se criar um Instituto centralizador das atividades rotineiras do intercâmbio cultural, e que receberia sua dotação anual conforme a política traçada pelo Itamaraty. A existência de um semelhante Instituto simplificaria enormemente o trabalho da Divisão Cultural."

Ministro Leitão da Cunha: "Sou de opinião que as explicações fornecidas pelo Secretário Silveira sobre o funcionamento e as atividades da Divisão Cultural são bastante elucidativas, e que talvez dispensem esse relatório a que se referiu o Doutor Rômulo Almeida. Estou disposto, entretanto, a tomar as providências no sentido de conseguir o relatório, se assim a Comissão decidir."

Voltando a tratar dos problemas da ação cultural do Ministério do Exterior, afirmou o Secretário Silveira que "a criação de um Instituto especializado, autônomo, talvez não seja a melhor solução. Seria melhor que se desse maior autonomia e recursos a órgãos do Itamaraty. O Itamaraty projeta criar na Argentina uma Casa do Brasil, como se fez no Uruguai, entretanto as inúmeras dificuldades que surgiram em matéria de pessoal, recursos, e até mesmo de decisões, têm atrasado a execução do

do plano por mais de 6 meses. Além do mais, há a considerar que o Instituto semelhante ao Conselho Britânico não seria o órgão mais indicado para fazer nossa política cultural. Não parece boa idéia projetar uma reforma do Ministério das Relações Exteriores, contando e mesmo confiando demasiadamente em outros órgãos. A importação da cultura através do envio e do acolhimento de bolsistas não é o único aspecto das relações culturais; não é o único elemento que convenceria da necessidade da criação do Departamento Cultural. De certo modo, grande parte das bolsas concedidas interessariam mais de perto ao comércio e a indústria e só por afinidade constituiriam atividades culturais propriamente ditas. Os bolsistas que vêm para as nossas escolas técnicas não transitam pela Divisão Cultural e sim pela Comissão de Assistência Técnica.

O outro aspecto da divulgação cultural é a propaganda do país, das suas possibilidades, de maneira incisiva, contundente, às vezes até com certa rudeza. Esse programa não cabe dentro do Instituto a que se tem referido a Comissão. Esse aspecto é próprio do Itamaraty e só ele, dotado de órgãos mais importantes e de maiores recursos, poderá orientar e dirigir um programa político de divulgação."

Doutor Arízio de Vianna: "Um órgão semiprivado, financiado pelo Governo, poderia cumprir esse programa cultural amplo, pelos meios normais de propaganda, persuasão, etc. Há ainda a considerar que no exterior a ação desse Instituto seria facilitada pelo esforço do nosso pessoal diplomático, Adidos, etc."

Secretário Silveira: "Mas deveria caber ao Departamento Cultural pelo menos a direção desses assuntos, que constituem uma técnica própria; só isso já justificaria, pelo menos, a exclusão da Divisão Cultural do Departamento Político."

Doutor Rômulo Almeida: "Desejo esclarecer que a ação do referido Instituto seria coordenada pela Divisão Cultural e não ficaria entregue em última instância a intelectuais nefeli-

nefelibatas. Tem-se dado pouca importância à possibilidade de que as atuais organizações e entidades venham a prestar grande auxílio ao Ministério do Exterior. Seria o caso de perguntar se, se essas entidades não fazem bons filmes, bons folhetos de propaganda, boas traduções, etc., o Itamaraty o tem feito com eficiência e em quantidade satisfatória?"

Secretário Silveira: "O Itamaraty pode ter outras possibilidades e recursos que as entidades privadas no Brasil não têm, exatamente por ser o órgão que está em contacto com os diversos países do mundo, de quem lhes pode apreender a técnica e os métodos modernos. As atividades do Ministério da Educação no setor em apreço não parecem ter evolvido muito de um clima de culturismo nacional e de encontros de intelectuais brasileiros. O Itamaraty pode e deve ter uma influência estimulante junto a essas entidades, e não, esperar passivamente que essas entidades o municiem com os elementos materiais da difusão cultural."

Ministro Leitão da Cunha: "Chamo a atenção para o aspecto positivo da ação cultural do Ministério do Exterior no que diz respeito à assistência aos bolsistas. Desde o momento em que o Itamaraty chamou a si o encargo de providenciar o pagamento das bolsas aos estudantes estrangeiros, não sofreram eles vexames. O serviço tem funcionado bem, não graças à excelência da organização da Divisão Cultural, mas graças à energia, dinamismo e devoção do seu Chefe, o Ministro Mário Guimarães. Concorro com a tese do Doutor Rômulo, mas tenho dúvidas quanto à ação prática daqueles organismos."

Doutor Rômulo Almeida: "A função desses Organismos é importante, não deve ser desprezada no balanço das nossas possibilidades e com eles deve o Itamaraty cooperar, fazendo sentir sua ação renovadora e estimulante. Nessa época de suspicácia política que atravessamos, as bolsas concedidas pelo Governo são sempre alvo de certa desconfiança, quando não mesmo rejeitadas por motivos de susceptibilidade política. Esse aspecto me parece bastante sensível, acreditando que as enti-

IA entidades privadas ou tidas como tais (embora financiadas não abertamente pelo Governo) despertam mais confiança e melhor a colhimento.

Doutor Arínio de Vianna: "Sou pouco sensível a êsse aspecto, e posso afirmar que a experiência no Departamento Administrativo do Serviço Público me convenceu de que não há nenhuma diminuição ou desdouro para o cidadão que recebe uma bolsa de um Governo estrangeiro para fins de instrução técnica, de aprimoramento da educação, etc. O DASP acolhe em seu seio cidadãos estrangeiros que desejam ter conhecimento da nossa técnica do Serviço Público, sem que isso implique diminuição."

Secretário Roberto Campos: "Não me parece muito acertado dizer que os problemas relativos à concessão de bolsas para especialização em assuntos técnicos apenas se relacionam com a atividade cultural por parentesco, por afinidade. A meu ver, nada mais cultural do que a atividade desenvolvida em favor da vinda de bolsistas estrangeiros para o Brasil. Pode acontecer, isto sim, que, por falta de compreensão perfeita do problema por parte dos dirigentes dessas atividades, se haja subestimado o aspecto cultural e de divulgação da obra. Quando se elaborou, por exemplo, o estatuto da Comissão Nacional de Assistência Técnica, procurou-se tirar proveito das facilidades oferecidas pela ONU no setor da Assistência Técnica, contribuindo, de nossa parte e dentro dos nossos recursos e possibilidades, para êsse vasto programa de intercâmbio de conhecimentos técnicos entre os países interessados. A Divisão Cultural não revelou interesse por êsses problemas, certamente por não lhes ter apreendido o impacto cultural.

Outro ponto importante é o que diz respeito ao aludido contágio negativo da Divisão Cultural subordinada ao Departamento Político. Na minha opinião, um Departamento Cultural autônomo correria o risco oposto de sofrer certas influên

IA influências decorrentes de um intelectualismo exagerado (a que se poderia denominar de efervescência nefelibática) que fizesse da própria cultura um fim em si (valor terminal). Perderia, além da sensibilidade política, o próprio conceito instrumental, que é indispensável para caracterizar-lhe as atividades.

Além do mais, não vêjo em que as entidades semiprivadas pequem pela falta de discrição no exercício das suas atividades de divulgação cultural. Nesse ponto, estou de acôrdo com o Doutor Rômulo Almeida quando afirma que os órgãos extragovernamentais podem exercer uma atividade de difusão cultural de maneira mais discreta e inspiradora de maior confiança, não só porque gozam de maior independência política, como também porque estão em condições de captar maiores recursos privados, diluindo-se assim a aparência de intuitos catequizantes ou polizantes. Seria o caso de comparar, por exemplo, uma bolsa concedida pelo Departamento de Estado americano com uma bolsa concedida pela Fundação Ford. A primeira apresenta, irremediavelmente, um certo colorido catequético, por vêzes desagradável.

Não deve ser subestimada a possibilidade de se tornar o IBCC um órgão relevante no desenvolvimento de nossas atividades culturais. É sem dúvida um órgão que, orientado devidamente, pode vir a desempenhar papel importante na obra de cooperação intelectual através dos diversos cursos que poderá promover. Resumindo minha opinião a respeito do programa da Divisão Cultural, devemos salientar os principais pontos que são os seguintes:

1 - Preocupar-se somente com as atividades de orientação (conteúdo programático.)

2 - Delegar, tanto quanto possível, funções executivas a outros órgãos.

3 - Procurar desar o nosso esforço de difusão cultural, conforme os imperativos da ação política nas várias áreas geográficas.

4 - Não procurar substituir-se aos órgãos nacionais

A nacionais já existentes, mas utilizá-los da melhor maneira possível."

Presidente: "Em havendo empate entre os Membros da Comissão sobre se se deve conservar a categoria da Divisão Cultural ou se, pelo contrário, se deve inovar, transformando-a em Departamento, a boa norma me indica, como Presidente da Comissão, que vote em favor da manutenção do estado de cousas, isto é, em favor da Divisão Cultural; proponho, entretanto, que no relatório final da Comissão deverão constar as considerações expendidas pelos Senhores General Oswaldo Cordeiro de Farias, Professor Hermes Lima e Secretário Silveira."

Antes de encerrada a sessão, lembrou o Presidente que seria mais conveniente que a Comissão de agora em diante se reunisse apenas uma vez por semana. Ficou então combinado que essa reunião semanal seria às quartas-feiras, às 5 horas, no mesmo local.

E para constar, eu, Dário Moreira de Castro Alves, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1952.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

15a. Sessão, em 6/XI/1952

ATA SUMÁRIA

Presentes: Ministro Vasco Leitão da Cunha - Presidente

General Oswaldo Cordeiro de Farias

Doutor Arízio de Viana

Professor Santiago Dantas

Doutor Rômulo Almeida

Secretário Roberto de Oliveira Campos

Aberta a sessão, propôs o Presidente, antes de aprovada a agenda da reunião do dia, que os Membros considerassem a conveniência ou não de prosseguir a Comissão nos seus trabalhos, atendendo a que alguns estão empenhados nos estudos da anunciada reforma da alta organização administrativa do país. De modo algum, salientou, desejava que o Doutor Arízio de Viana e o Doutor Rômulo Almeida sofressem algum prejuízo no tempo que devia ser consagrado àqueles importantes estudos. Além do mais, por outros motivos, talvez julgassem conveniente sobrestar os trabalhos da Comissão na expectativa de alguma decisão que afetasse também os estudos da Comissão de Reforma do Itamaraty. Sugeriu ainda que, na hipótese de não haver número suficiente para tomar deliberações, como tem ocorrido algumas vezes, a Comissão se reuniria em Sub-Comissão, de cujas decisões tomariam conhecimento os Membros eventualmente ausentes, através das atas que seriam remetidas por mala.

Respondendo ao Senhor Presidente, o Doutor Arízio de Viana mostrou-se plenamente favorável às sugestões propostas, afirmando que a reforma geral da estrutura da Administração que ora se projeta não atinge particularidades da organização interna do Ministério. Nada obstará quanto ao prosseguimento dos trabalhos da Comissão do Itamaraty, pelo contrário, havia mesmo vantagem em

em que a reforma do Ministério das Relações Exteriores acompanhasse a reforma geral de base. Quanto a o outro ponto, nada tinha que objetar. Com essas propostas concordaram os demais Membros, ficando o assunto encerrado.

Leu, então, o Presidente a agenda, a qual foi aprovada. Justificou a ausência do Secretário Silveira, por motivos de força maior, o que era de lamentar porquanto a Comissão deveria, na reunião presente, dar por encerrado o assunto da distribuição de Divisões e Serviços na Diretoria Geral da Administração.

Os pontos principais que deveriam ser discutidos eram:

- a) Biblioteca e Mapoteca
- b) Arquivo e Comunicações
- c) Divisão de Documentação
- d) Seção de Encadernação
- e) Depósito de Impressos

Foram as seguintes as conclusões a que chegaram os Membros com relação a esses assuntos:

- a) A Biblioteca e a Mapoteca se subordinam à Documentação.
- b) O Arquivo e Comunicações constituirão serviços independentes, ficando para ser decidido na próxima sessão se o Arquivo será Serviço ou Divisão.
- c) A Documentação constituirá Divisão, em vez de Departamento, como consta no Esboço II. A ela ficarão subordinados: A Biblioteca, a Mapoteca, a Seção de Documentos Históricos e a Seção de Encadernação.
- d) O Depósito de Impressos fica subordinado ao Almoxarifado.

Quanto às perguntas do Doutor Rômulo Almeida, esclareceu o Presidente que já estavam virtualmente respondidas, com as decisões a que chegaram os Membros nessa reunião e nas anteriores.

O Professor Hermes Lima, prosseguiu o Presidente, já havia sugerido que todos os serviços relativos a publicações e in

impressos de qualquer natureza fossem unificados, dentro de uma Divisão ou Serviço de Publicações e Impressos, subordinado ao Departamento de Administração. Essa parece ser a melhor fórmula, porquanto, sem encerrar as finalidades a que se destinam as publicações, esse serviço colocado dentro do Departamento de Administração atende às necessidades gerais do Ministério em matéria de impressos. Além do mais, as vantagens de natureza técnica são óbvias. Não há porque separar em órgãos diferentes os serviços de impressos culturais e de impressos para fins de informação administrativa interna do Ministério.

As demais perguntas do Doutor Rômulo Almeida referiam-se à situação do Depósito de Impressos (já esclarecida) e da Seção de Encadernação. Respondeu o Presidente que a Seção de Encadernação deveria ficar dentro da Divisão de Documentação, porém separada da Biblioteca, porquanto essa Seção atende também a outras necessidades que não as da Biblioteca, se bem que sejam os serviços desta os que mais avultam. O Arquivo, por exemplo, se serve da Encadernação, os serviços gerais da Secretaria também, pois a Encadernação prepara classificadores e outros materiais necessários ao expediente da Secretaria.

Antes de encerrada a sessão, salientou o Professor Santiago Dantas que suas objeções as reservava para a próxima sessão, após tomar conhecimento da matéria discutida, de que as atas, que lhe foram entregues na presente reunião, dão registro mais pormenorizado.

Nada mais havendo que tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, determinando à Secretaria que elaborasse um Esboço nº III, em que se consagrassem as decisões alcançadas, anexado aos esboços anteriores e à legislação vigente. De que, para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, o presente termo.

Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1952

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

16a. sessão, em 13 de novembro de 1952.

ATA SUMÁRIA

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Secretário Roberto de Oliveira Campos
Secretário Antonio Francisco Azeredo da Silveira

Aberta a sessão, explicou o Presidente que a Comissão devia apreciar mais uma vez o esquema de estrutura elaborado pelo Doutor Arízio de Viana, encarando as modificações propostas. A esse respeito salientou que desejava ouvir a palavra do Secretário Silveira sobre o problema do desmembramento do Arquivo.

Ao usar da palavra, acentuou o Secretário Silveira que a elevação do Arquivo a nível de Divisão é objetivo imprescindível da Reforma de Itamaraty, por que se tem batido repetidas vezes, em reuniões anteriores. Na realidade, não é desnecessário lembrar que o Arquivo no Ministério das Relações Exteriores tem função bastante diversa da que lhe é assinalada na administração pública em geral, onde o Arquivo é algo como um túmulo dos documentos e papéis, cujos assuntos neles versados já foram solucionados e providenciados, não se cogitando mais de sua exumação, a não ser em casos muito excepcionais. É que predomina no sistema da administração pública o chamado "processo", como meio de se resolverem os "casos". O processo, carrega consigo todos os elementos de que trata, concentrando as informações e pareceres, recebendo, após a solução do assunto, como que o tiro de graça ao ser encaminhado para o Arquivo. No Ministério das Relações Exteriores passa-se o oposto: o Arquivo é como que o coração de um sis-

sistema circulatório. Ao chegar o papel na Secretaria de Estado, antes de transitar pelas seções competentes, passa pelo Arquivo onde é classificado por procedencia, destino e assunto, e multiplicado, indo o original para o Arquivo de Originaes. Essa classificação permite ao funcionário incumbido de dar solução ao assunto de que trata o documento e consultar todos os antecedentes do "caso", recorrendo aos maços correspondentes. O Arquivo, portanto, no Ministério das Relações Exteriores não tem essa função de "ponte final" do sistema de comunicações, como ocorre no Serviço Público em geral. Pelo contrário, o papel no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores deve estar sempre pronto para ser manuseado, consultado e comparado. Portanto, não há como considerar, a exemplo do que se faz no Serviço Público geral, o arquivo do Itamaraty como parte de Comunicações. Ele deve ser, inquestionavelmente, um órgão autônomo, independente de Comunicações, com chefia própria a categoria mais elevada do que a de seção de uma Divisão.

O Presidente esclareceu, então, que as dúvidas que o Doutor Arízio de Viana levantara em sessões anteriores quanto à necessidade dar autonomia ao Arquivo já se haviam dissipado e que ele se rendera diante dos argumentos apresentados. Talvez mantenha ainda dúvida quanto ao título de Divisão ou Serviço.

O Secretário Roberto Campos desejou assinalar que, embora o sistema de arquivo do Itamaraty represente sensível progresso na matéria, ainda há deficiências que devem ser corrigidas, por exemplo, no que diz respeito à repetição de documentos o que causa por vezes dispersão excessiva de assuntos e mesmo heterogeneidade de papéis reunidos sob uma mesma sigla decimal. Aludiu ao fato de um maço referente a uma conferência interna - cional conter expedientes relativos à autorização de saque ao funcionário que participou da conferência, decreto de designação, etc.

Retomando a palavra, esclareceu o Secretário Silveira

Silveira que o sistema de classificação decimal utilizado atualmente no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores foi instituído em época em que os serviços do Ministério das Relações Exteriores eram menos avultados. Não se deve deixar de reconhecer que a classificação decimal merece uma revisão à altura da que agora está sendo levada a efeito por uma Comissão criada especificamente para esse fim. Mas o sistema em si é bom e parece superior aos demais, pelo menos atende satisfatoriamente às necessidades do Itamaraty.

O Secretário Roberto Campos declarou que o sistema lhe parece razoável, mas necessita realmente adaptação a fim de que se evite a falta de especificidade e seleção de assuntos ora reijantes.

A seguir, o Secretário Silveira comentou as atribuições conferidas ao Serviço de Multiplicação e Impressos. Em sua opinião, a centralização de todos os serviços relacionados com publicação e impressão sob qualquer forma, procura atender ao ideal de uma organização perfeita. Mas a prática não parece de todo endossar esse sistema. As publicações de ordem cultural são bastante diferentes das de ordem administrativa, de modo que talvez não fosse tão vantajosa a centralização a não ser que o Ministério dispusesse de uma completa oficina de impressão. Por ainda o Secretário Silveira reservas quanto à proposta consagrada no Esboço III, por alvitre do Doutor Romulo Almeida, no sentido de que o Depósito de Impressos ficasse subordinado ao Almoxarifado, porquanto as funções do Almoxarifado se prendem à distribuição de material na Secretaria de Estado, enquanto que as do Depósito de Impressos se relacionam com a distribuição de material impresso no Exterior. Pareceu-lhe boa a separação da Biblioteca da Mapoteca, subordinadas ambas à Divisão de Documentação, porquanto os métodos de classificação de livros e mapas obedecem a normas inteiramente diversas.

A seguir, discutiu-se a significação precisa de termi

terminologia empregada na distribuição dos serviços dentro das Divisões, a saber, a significação precisa de Seção e Setor. Explicou o Secretário Silveira que o termo Setor no Ministério das Relações Exteriores significa apenas uma arregimentação de trabalho, uma divisão de tarefas dentro de uma mesma ordem de serviço. A seção significa uma divisão de trabalho mais nítida e caracterizada, consagrada no Serviço Público. Como exemplo, citou que se tem proposto o nome Seção de Encadernação, como aliás já é consagrado, enquanto que as Divisões são subdivididas em setores, o que não corresponde a uma tarefa com objetivos próprios, e sim apenas a uma divisão interna de trabalho, não consagrada oficialmente na técnica administrativa.

O Secretário Roberto Campos explicou que o contrário o corria no Banco de Desenvolvimento Econômico, onde a seção é cabível em qualquer nível de divisão de serviços, enquanto que o setor é um zoneamento de faixas de interesse, que por sua vez pode ser subdividido em seções.

Ficou ainda para ser definitivamente assentada a terminologia mais conveniente para a distribuição de serviços nas Divisões.

Com essas observações ficou aprovada a parte do Departamento de Administração, cabendo ainda o assunto ser submetido a decisão plenária juntamente com toda matéria tratada na parte de estrutura.

Quanto ao Departamento Econômico, foi sugerido pelo Secretário Roberto Campos que a Divisão de Estudos Econômicos se chamasse Divisão de Estudos e Pesquisas, o que foi aprovado pelos presentes.

Antes de encerrada a sessão, declarou o Secretário Roberto Campos que tinha uma emenda que propor no que diz respeito às funções de chefia, isto é, à matéria tratada no artigo 7º. Limitava-se, nessa sessão, a dar, por escrito, ao Secretariado a referida emenda, adiando para a próxima reunião os debates a ela

- 5 -

COPIA ela concernentes. Solicitou que o Secretário fizesse chegar aos
Membros da Comissão a referida emenda que pretendia justificar
na sessão seguinte.

Nada mais havendo que tratar, foi encerrada a sessão,
do que, para constar, lavrei a presente ata.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

17a. sessão realizada aos 20/XI/1952.

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Doutor Arízio de Vianna
Doutor Rômulo Almeida
Secretário Antonio Francisco Azeredo da Silveira

Aberta a sessão, foi distribuída a ata da reunião anterior, passando o Presidente, a seguir, a ler a agenda para a reunião do dia. Entre os pontos desta, figurava o da distribuição de sugestões sobre o projeto de reforma da Comissão de Estudo e Métodos de Trabalhos, que haviam chegado recentemente. Foi a seguinte a distribuição: ao Secretário Silveira a sugestão do Cônsul Geral Pires do Rio; ao Doutor Rômulo Almeida a do Professor Marcelo Silva; ao General Oswaldo Cordeiro de Farias a do Senhor Benedito Costa; ao Doutor San Tiago Dantas a do Embaixador Maximiano de Figueiredo; ao Secretário Roberto Campos a do Embaixador Luiz Faro. O Presidente incumbiu-se de comentar a sugestão do Embaixador Fernando Lobo.

Em seguida o Presidente comunicou ao Doutor Arízio de Vianna que na reunião anterior a Comissão debatera alguns problemas de estrutura da Secretaria de Estado e incumbiu o Secretário Silveira de recapitular, em breves palavras, o resultado a que se chegou.

Terminada a breve exposição do Secretário Silveira, o Doutor Arízio de Vianna declarou que não tinha oposição a que o Arquivo constituísse Divisão independente da Divisão de Comunicações, em vista dos argumentos apresentados e da peculiaridade que

que esse serviço apresenta no Ministério das Relações Exteriores, em relação ao Serviço Público em geral.

Das discussões havidas sobre a distribuição de serviços e demais problemas de estrutura, resultaram as seguintes alterações ao Esboço III:

- 1) Em vez de Divisão de Documentação, por proposta do Doutor Arízio de Vianna, o projeto deverá registrar apenas a Biblioteca, a qual ficam subordinadas a Mapoteca e a Seção de Documentos Históricos.
- 2) O Serviço de Multiplicação e Impressos compreenderá a Seção de Encadernação.
- 3) O Serviço do Patrimônio passará a ser Divisão do Patrimônio, e compreenderá também a Seção da Administração do Edifício.

Com essas modificações ficou aprovado o esquema de estrutura do Ministério das Relações Exteriores.

A seguir, discutiram os Membros da Comissão, sem compromisso, algumas questões de pessoal, como a da designação de auxiliares administrativos para servirem em Missões diplomáticas e Repartições consulares, mostrando-se o Doutor Arízio de Vianna favorável, em princípio, à idéia, com algumas reservas.

A emenda apresentada pelo Secretário Roberto Campos ficou para ser apreciada na próxima reunião.

Nada mais havendo que tratar, foi encerrada a sessão, do que, para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, a presente ata.

Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1952.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

Ata da 18a, reunião, realizada em 27 de novembro de 1952

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
Doutor Rômulo Almeida
Secretário Antônio Francisco Azeredo da Silveira.

Aberta a sessão, foi lida pelo Presidente a agenda do dia. Esclareceu o Presidente que o ponto referente à emenda do Secretário Roberto Campos ficara adiado mais uma vez, porquanto o autor da emenda não estava presente. Resolveu, então, o Presidente limitar os trabalhos da sessão à determinação de um plano de trabalho para os assuntos de pessoal. Lembrou o Secretário Silveira que seria melhor iniciar pela parte que diz respeito à constituição de quadros, que daria uma melhor idéia das necessidades das diversas carreiras e séries funcionais. Depois de estudado o aspecto da constituição dos quadros, deveria a Comissão apreciar as questões de dispositivos legais sobre pessoal. Faltava ainda estudar os dispositivos legais referentes à organização das Missões diplomáticas e Repartições consulares.

Nada mais havendo que tratar, foi encerrada a sessão, ficando combinado que haverá reunião na próxima quinta-feira, no mesmo local e hora de costume. Do que, para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, a presente ata.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1952.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ata da ~~18~~¹⁹a. reunião - em 4/XII/52.

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Doutor Arizão de Viana
Secretário Roberto de Oliveira Campos
Doutor Rômulo Almeida
Secretário Antônio Francisco Azeredo da Silveira

Aberta a sessão, foram distribuídos aos presentes o organograma da nova estrutura do Ministério das Relações Exteriores, conforme aprovado em reuniões anteriores, as atas das 18a. e 19a. reuniões e a agenda da reunião do dia. Agradeceu o Presidente ao General Oswaldo Cordeiro de Farias pelo favor prestado à Comissão, de haver tomado aos seus cuidados a excelente reprodução do organograma apresentado.

Aprovada a agenda, o Presidente desejou salientar que talvez se devesse proceder à elaboração de um novo organograma em que se sugerissem, de modo mais acentuado, as correntes de funcionamento do Ministério, a que denominou o Secretário Roberto Campos de "fluxograma".

Lembrou ainda o Presidente que o art. 7º do anteprojeto de lei, que deveria ser submetido a discussão na presente reunião, consagrava a possibilidade de ser o Ministro de Estado autorizado a criar setores, mediante portaria, o que atende ao espírito geral da Comissão de aliviar e facilitar os encargos do Presidente da República em assuntos da alçada do Ministro de Estado.

A esse particular, acentuou o Secretário Silveira que o Doutor Arizão de Viana havia lembrado o problema das despesas de gratificação para as funções de chefia de setores, que merecia

merecia ser considerado em face do dispositivo que facultaria ao Ministro de Estado criar novos setores.

Prosseguindo, argumentou que, em princípio, as gratificações têm sido nominais no orçamento. Com o abono que se prevê para breve, haverá reclassificação de gratificação de funções. Segundo o projeto de lei que foi dado a conhecer, as gratificações serão de até Cr\$5.000,00. Baixando o Poder Executivo decreto da ordem geral, o Ministério não se pode furtar à sistemática do Serviço Público. A tendência previsível é no sentido do cômputo dessas despesas em uma verba global. Se é verdade que o Legislativo cria as funções gratificadas, fixando-lhes o valor, caberá, por outro lado aos órgãos do Executivo, a sua distribuição, poupando ao Congresso a preocupação com permenores internos das Secretarias de Estado. Ainda sobre o assunto, lembrou o Presidente que considerava justo que a gratificação do Secretário Geral obedecesse a padrão mais elevado, atendendo a que ele é um segundo Ministro de Estado. Ressaltou mesmo o exemplo do serviço diplomático britânico, em que há praticamente 4 Secretários de Estado.

O Doutor Rômulo Almeida levantou novamente o problema da hierarquia do setor e da secção, ressaltando que não ouvira a opinião do Doutor Arizio de Viana sobre o assunto. Não estando ainda presente, nesse momento, o Doutor Arizio de Viana, lembrou o Secretário Roberto Campos que havia defendido o ponto de vista do setor como hierarquicamente superior à secção, correspondendo esta a uma divisão mais elementar de trabalho, e aquela a uma caracterização mais evidenciada de grupos de atividades diferentes. Aduziu, porém, que compreendiera o sentido da definição dada pelo Secretário Silveira em reuniões anteriores. O problema da Secção de Organização e da Secção de Segurança Nacional, explicou o Secretário Silveira, é um problema especial, atendendo a fatores estranhos ao Ministério.

A seguir, passou o Presidente a outro ponto da agenda, incumbindo o Doutor Rômulo Almeida de proceder ao comentário das

das sugestões que lhe haviam sido confiadas.

Quanto à sugestão do Professor Marcello Silva, explicou o Doutor Rômulo Almeida que a mesma daria respeito à criação de Adidos Sanitários junto às Missões diplomáticas, em virtude da importância que a guerra bacteriológica poderá assumir. Os argumentos apresentados, acrescentou, não o haviam convencido da conveniência da criação dos referidos adidos, pelo que votava pela rejeição da proposta.

A sugestão do Embaixador Muniz refere-se com especialidade ao problema do Instituto Rio Branco. Em sua opinião, o Instituto não deve ser substitutivo do concurso, advogando a idéia de se imprimir orientação mais profissional do que intelectual aos seus métodos de ensino, mediante a realização de exame vestibular em nível substancialmente idêntico ao que prevalecia para os antigos concursos de admissão à Carreira.

O nível pré-universitário de seus cursos, prosseguiu o Doutor Rômulo Almeida em seu comentário, reduzindo o campo de recrutamento de futuros funcionários, parece ser motivo de afastamento de seu seio, de rapazes com maior experiência em profissões liberais. Seria mais democrático o restabelecimento do sistema anterior, cujos resultados foram tão positivos. Ao Instituto, melhor aparelhado, caberia a função bastante importante de preparar profissionalmente rapazes cuja capacidade intelectual já tivesse sido experimentada no exame de admissão à Carreira.

Seriam os cursos mais flexíveis, mais práticos e vivos e dispensariam a repetição das cadeiras de nível pré-universitários e preparariam com mais recursos e possibilidades os futuros diplomatas.

Faz ainda o Embaixador Muniz sugestões sobre o sistema de promoções no que diz respeito à elaboração do "Quadro de Acesso", apregoando a idéia do restabelecimento da classificação por ordem decrescente de merecimento. Salientando que embora se deva deixar ao Governo a maior latitude possível para a escolha

escolha dos que serão promovidos, não seria demais que o Itamaraty se manifestasse de modo bastante suave sobre o assunto, pela adoção do sistema mencionado acima, o que parece útil somente quando das promoções de Terceiros e Segundos Secretários.

Pedindo a palavra, manifestou o Secretário Silveira sua concordância com a opinião do Embaixador Munis no que se refere ao fato de condicionar o atual sistema do Instituto Rio Branco um menor campo de recrutamento de funcionários. Na realidade, os concursos diretos realizados anteriormente pelo IASP possibilitavam o ingresso na Carreira de indivíduos de maior experiência e maturidade e já integrados em outras atividades. O atual sistema do Rio Branco é uma barreira a que indivíduos já emancipados se candidatam a seus concursos. O problema se contornaria com a atribuição de salário aos alunos, que já seriam ao mesmo tempo funcionários. A confirmação se daria após dois anos de efetivo exercício do cargo e independeria inteiramente da confirmação que o funcionário já tivesse eventualmente adquirido pelo exercício de cargo em outra atividade do Serviço Público. Os dois primeiros anos de curso, lembrou o Doutor Arizio de Viana, seriam como que de carência, e os outros dois de estágio probatório, ressaltando, porém, que os funcionários do Ministério eram os mais habilitados para avaliar as vantagens e conveniências do sistema de cursos ou do sistema de concurso direto, ou dos dois combinados.

Após breves discussões ainda sobre o assunto, o Presidente deu a palavra ao Secretário Roberto Campos para fizesse uma exposição sobre os termos da emenda que apresentou.

Depois de haver lido o texto da emenda proposta, esclareceu o Secretário Roberto Campos que sua sugestão compreende dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, combate o sistema fechado que prevalece no Itamaraty, impedimento a que se processem "transfusões de sangue", mesmo quando o organismo

organismo demonstra essa necessidade. Em segundo lugar, combate o princípio da obediência estrita à hierarquia no preenchimento das funções de comando na Secretaria de Estado, em suma, a vinculação da responsabilidade funcional à hierarquia.

No Serviço Público em geral, tem prevalecido o sistema aberto para a ocupação de postos de comando, notando-se recentemente uma leve regressão, predominando um sistema semi-aberto. Embora o Itamaraty se tenha integrado mais intimamente aos moldes do Serviço Público, graças à interferência do DASP, voga ainda no Ministério do Exterior um sistema super-fechado que, a seu ver, apresenta sérias desvantagens e óbices, cujo afastamento parece oportuno.

O sistema em vigor é responsável pela inércia do comando, que vem a ser acidente normal na vida do funcionário, independente de um esforço objetivo e consciente para atingi-lo. Seria a chefia como que um sub-produto da hierarquia, um semi-direito da carreira, o que justifica um certo descaso de "performance" por parte daquelas que a exercem.

No Itamaraty, a hierarquia se vai cristalizando muito demoradamente, a exemplo do que ocorre com a sedimentação geológica nas ciências naturais, com a diferença que não há movimentos tectônicos que produzam uma renovação das camadas. A hierarquia se sedimenta lentamente, sem revoluções.

Alega-se que a disciplina é facilitada pela hierarquia. No exército, a disciplina se opera mecânicamente, para cuja cristalização há mister a existência de um fator objetivo, que é a hierarquia.

Na carreira diplomática, não há necessidade de reações mecânicas para que se observe a disciplina, que é de natureza racional.

Seria o momento indicado para se propor uma modificação ousada e radical nos processos de escolha dos ocupantes de chefia no Itamaraty, que poderá recair em funcionários da

da Casa, quaisquer funcionários públicos ou mesmo em qualquer indivíduo dotado de conhecimentos especializados quando o comando fôr do tipo técnico. Na prática, poderia parecer que o sistema romperia a tradição do Itamaraty; porém, realizado o sistema com cuidado e observando-se a competência profissional, os resultados podem ser excelentes. Na medida da amplitude de seus serviços, e sempre que se faça necessário, a presença de elementos estranhos aos quadros do Itamaraty só poderá trazer vantagens. Deixaria a função de chefia de ser uma mera ocorrência funcional na vida do diplomata que se encontra na Secretaria de Estado aguardando posto ou promoção. Quer o técnico quer o funcionário de pequena hierarquia desde que incumbidos de uma função de chefia seriam como que desafiados a produzir o máximo. Esse coeficiente de desafio pode ser responsável pelo aumento de produção de serviço, coeficiente esse que geralmente não existe quando as altas funções são encaradas como consequência de uma promoção.

Prosseguindo em sua exposição, ressaltou o Secretário Roberto Campos que sua emenda daria grande simplicidade de redação ao artigo 7º. Só o Secretário Geral, porque reflete a orientação política do Governo, seria escolhido por decreto do Executivo. Os demais chefes da Secretaria seriam designados por portaria do Ministro de Estado, de quem são elementos de confiança pessoal. Não parece razoável que todos os chefes sejam designados por decreto do Executivo, o que lhes daria, por vezes, um certo desejo de vinculação direta com o Presidente da República, em oposição ao Ministro de Estado.

Terminada essa parte da exposição, o Presidente, antes de dar a palavra aos Membros para que apreciassem os argumentos apresentados pelo Secretário Campos, ressaltou que desejava fazer algumas breves observações.

Em primeiro lugar, o mal de funcionários incompetentes e desinteressados chegarem a ocupar funções de chefia não reside na existência do chamado sistema fechado que prevalece no

no Itamaraty. O mal residiria no critério das promoções, que nem sempre é objetivo e razoável, e sim político e subjetivo. Verdade é que um sistema não objetivo de promoções eleva funcionários a determinados graus da hierarquia, e consequentemente, à chefia. Não só os do Itamaraty, mas os critérios gerais de promoções no Serviço Público em geral mereceriam ser examinados.

Por outro lado, prosseguiu o Presidente, não se pode prescindir da idéia de uma carreira hierarquizada no serviço diplomático. A função de chefia não se pode afastar, nos serviços do Ministério do Exterior, da idéia de uma hierarquia. Se há maus chefes, o problema não parece residir na existência do sistema hierárquico de funções, mas na boa ou má seleção dos chefes dentro da carreira. Para os que se revelarem incompetentes nas funções de direção, haveria o remédio do aproveitamento em outras funções ou mesmo a disponibilidade em casos mais acentuados. Não há obrigação explícita de terem todos os funcionários funções de comando.

Quanto à subversão da hierarquia dentro da Carreira, há problemas que merecem exame mais detido e objetivo. Se bem que não se possa negar que há jovens capazes e eficientes, por seus estudos e sua boa vontade, não se pode prescindir do elemento experiência, no Serviço Público em geral e particularmente e com maior ênfase no serviço diplomático. E experiência não se adquire sem o decurso de tempo. Citou, então, o caso que lhe ocorreu quando, como Segundo Secretário, teve de assumir a encargatura de negócios em Lima e enfrentar problemas que ordinariamente estavam acima de seu grau de experiência e tirocínio. Atribuiu ao fator sorte o ter-se bem desempenhado de seus pesados encargos nessa época.

A admitir a liberdade absoluta na escolha dos ocupantes das funções de chefia na Secretaria de Estado, a conclusão que lhe parecia lógica e coerente seria a liberdade da chefia

chefia das Missões diplomáticas, o que seria o aniquilamento total da Carreira! Não se pode comparar os serviços do Ministério do Exterior com os de uma repartição de assuntos meramente rotineiros. Nesse sentido, aludiu à comparação do Itamaraty, e das Missões no exterior, a um navio de guerra.

Outro elemento importante é o de natureza psicológica que não parece ter merecido bastante consideração do Secretário Campos em sua luminosa exposição. É natural e humano que os funcionários mais idosos se considerem de certo modo desligados de prestar obediência a funcionários jovens quando estes ocupam importantes funções de chefia. Salientou que, embora como Presidente coubesse apenas coordenar as opiniões dos Membros da Comissão, não poderia deixar de aproveitar essa oportunidade para solicitar aos Membros que ponderassem mais esses argumentos que lhe pareciam importantes. Sem dúvida, é útil e indispensável a cooperação de elementos de fora do Itamaraty aos seus serviços, como ocorre presentemente na Comissão que preside. Mas daí a considerar que deve ser abolida a hierarquia na ocupação das funções de comando na Secretaria de Estado é uma idéia que não lhe parece acertada e razoável.

Antes de encerrada a sessão, pediu o Secretário Silveira para dizer algumas breves palavras sobre a emenda do Secretário Campos, reservando-se para apreciar o assunto mais detidamente na próxima sessão. Apenas salientou que o sistema proposto implica a substituição de um critério objetivo para escolha dos chefes (carreira e hierarquia) por outro puramente subjetivo, de que não há ainda exemplo no Serviço Público em geral em grau tão acentuado. No Brasil, não ^{há} ainda experiência de sistema tão livre e aberto, e seria talvez demais iniciar justamente nos serviços do Ministério do Exterior.

A seguir, foi encerrada a sessão, por motivo de se terem de retirar alguns Membros presentes; do que, para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, a presente ata.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1952.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

20. Reunião

11.12.52.

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Doutor Rômulo de Almeida
Doutor Arízio de Vianna
Secretário Roberto Campos
Secretário Antônio Azeredo da Silveira

Aberta a sessão, leu o Presidente os diversos pontos da agenda, propondo que, enquanto não chegavam todos os membros, se passasse aos comentários às sugestões apresentadas pelo Embaixador Luiz de Faro Junior e Cônsul Benedicto Costa. Deu, então, a palavra ao General Cordeiro de Farias para fazer comentários às sugestões apresentadas pelo Cônsul Benedicto Costa.

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "As sugestões apresentadas pelo Cônsul Benedicto/^{Costa} se referem a um tratamento especial aos aposentados. Parece-me que isso é um problema interno no Itamaraty, porquanto no fim da carta alude a um caso que já foi resolvido favoravelmente, de modo que tenho a impressão de que êsse assunto não deve constar como ponto de reforma, sendo simplesmente do âmbito administrativo interno."

Secretário Silveira: "Já há uma proposta concreta nesse sentido, que concretiza uma aspiração dos aposentados. Foram mesmo mais longe, quando propuseram ao Chefe da Divisão do Pessoal a possibilidade de serem criados Consulados Gerais Honorários. A nossa lei só estabelece Consulados Honorários e Vice-Consulados Honorários. Alegam êles que há representações impor-

importantes de tipo consular que poderiam comportar Consulados honorários, tendo em vista principalmente as pequenas Repúblicas e Reinos europeus. Consubstanciaria o seu desejo de terem precedência ou, pelo menos, uma certa preferência na escala aos aposentados. Isso de certo modo se poderia considerar porque se deve observar que êles levariam uma certa experiência que outros indivíduos não têm. Como Cónsules Honorários que são, não recebem vencimentos, e sim apenas uma parte da renda, a meação. Em suma, o que êles pretendem apenas é que, quando sejam nomeados para uma função honorária, o Govêrno concorde em pagar os seus proventos de aposentados em moeda estrangeira. A política monetária brasileira, muito justa, é não permitir nunca o pagamento de proventos de aposentados fora do território nacional. Essa política tem o objetivo de evitar e evasiva, ou de pelo menos não estimular a saída, dos aposentados para fora do país, onde a vida é mais barata no momento, como a Argentina, por exemplo. No fundo, o que êles pretendem é receber os proventos de aposentadoria no exterior, quando exercem a função de Cónsul Honorário, em câmbio oficial."

Presidente: "Êles não fazem questão do câmbio especial para Diplomatas. Desejam apenas receber os proventos ao câmbio do dia."

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "O Cónsul Benedicto Costa na sua carta apresenta até sugestões para um artigo: "Quando os funcionários da carreira de diplomata, aposentados, exercem as funções de Cónsul Honorário terão direito a receber os seus vencimentos de funcionário aposentado, ao câmbio oficial do Banco do Brasil na moeda do país, onde exercem as suas funções de Cónsul Honorário."

Presidente: "Com isso deixariam automaticamente de ser honorários."

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "Quanto à questão de subordinação, êle sugere o seguinte artigo: "Os Consulados Ho

Honorários, quando os seus titulares forem funcionários aposentados da carreira de diplomata, ficam subordinados à Embaixada ou à Legação do país onde estiverem instalados." E outro: "Os Consules Honorários serão autorizados a visar passaportes de turistas, mediante consulta prévia à Secretaria de Estado." Finaliza acrescentando que êsses três artigos são indispensáveis para a boa marcha do serviço. Parece-me que esta solução é possível porque já foi adotada num caso específico."

Secretário Silveira: "Realmente, o que não temos negado é submeter cada caso individualmente à Fiscalização Bancária. Foi o caso do Sr. A. de Mesquita, Cônsul Honorário do Brasil em Bayonne.

Quando servem numa zona onde há disponibilidade de moeda, como o franco francês, a fiscalização Bancária dá essa autorização; nos Estados Unidos nunca."

A seguir, o Presidente solicitou ao Secretário Campos procedesse aos comentários relativos às sugestões feitas pelo Embaixador Luiz de Faro Junior."

Secretário Roberto Campos: "Na minha opinião, várias sugestões do Embaixador Faro já se acham superadas pelas nossas discussões. Comentarei apenas sobre aquelas que me parecem mais relevantes.

A primeira investida é contra a criação de assessores para assuntos de natureza política, econômica e militar. O Embaixador Faro objeta acerbamente contra essa prática; entende que as questões que por ventura surgirem, na administração e na política do Ministério, devem ser resolvidas mediante consulta direta aos outros Ministérios e ao Estado Maior das Forças Armadas. Passando a comentar a organização da Secretaria de Estado, o Embaixador Faro levanta objeções contra a excessiva constelação de organismos satélites em torno do Secretário Geral que na sua opinião, deveria ser liberado de várias dessas funções, ponto

ponto êsse que já está atendido. Apenas o Serviço de Imprensa a Seção de Segurança Nacional e o Cerimonial deveriam continuar, a seu ver, subordinados ao Secretário Geral. Quanto à Divisão do Cerimonial, acrescenta que poderia facilmente ser re movida para o Departamento Político, já que suas atividades são sub-produto de relações políticas. Do nosso esquema atual já consta que ao Secretário Geral não se subordina o Instituto Rio Branco. Outra objeção do Embaixador Faro de natureza fundamental é contra a fragmentação da Divisão de Organismos Internacionais. Entende o Embaixador Faro que os mesmos, ainda quando versem assuntos econômicos, são predominantemente ór gãos políticos. Partindo dessa premissa, que eu considero ques tionável, êle acha que embora em alguns organismos sejam acen tuados os aspectos econômicos, é desavisado fragmentá-los em diversos departamentos, pois é necessária uma unidade de ação. A superintendência dos Organismos e Atos internacionais deve ser sujeita à orientação do Departamento Político e Diplomáti co, sem prejuízo de serem ouvidos os órgãos econômicos ou cul turais da Secretaria quando isso fôr necessário. No esquema a presentado pela Comissão Alencastro, a responsabilidade pela direção dos Organismos internacionais, se acha fragmentada, diz o Embaixador Faro, pois se cria a Divisão de Organismos Culturais, subordinada ao Departamento Cultural; a Divisão dos Organismos Internacionais, subordinada ao Departamento Políti co e a Divisão de Organismos Econômicos e Sociais, subordinada ao Departamento Econômico e Social. Como um parêntese à margem das discussões, vejo aqui nesse esquema revisto que a Comissão de Assistência Técnica seria um órgão ligado ao Mi nistro de Estado, presu mivelmente tendo em vista a circunstân cia de a Comissão de Assistência incorporar membros de vários Ministérios. Eu me pergunto se não seria o caso de transmití la para o Departamento Econômico, por se tratar, na maioria das vezes, de assistência técnica para o desenvolvimento econô mico."

econômico."

Presidente: "É útil explicar que êsses Organismos figuram junto ao Ministro de Estado porque êles não fazem parte da Secretaria de Estado, sendo como que hóspedes do Ministério. São órgãos presididos pelo Ministro de Estado, mas que não fazem parte da Secretaria de Estado das Relações Exteriores."

Secretário Campos: "Meu comentário cai por terra fragorosamente. O Embaixador Faro, após investir com vigor contra essa fragmentação, critica a nomenclatura no tocante ao Departamento Político, fazendo objeções contra a expressão Divisão do Hemisfério Oriental e Divisão da Europa e Oriente. Parece-me que é a única objeção que êle tem a êsse assunto. Na esfera do Departamento Político, menciona a conveniência de se imprimir um caráter mais dinâmico à Divisão de Atos Internacionais, e de se precisarem suas funções. A seu ver, deveria ela cuidar não só da organização de conferências internacionais, mas seguir vivamente a evolução de todos os atos, desde sua assinatura até a ratificação, mantendo, por assim dizer, um curriculum vitae e um registro atualizado de óbito dêsses atos internacionais. Em seguida, o Embaixador Faro advoga a manutenção do sistema antigo, abandonado agora na nossa reforma, de um só Departamento Econômico e Consular, no qual figurariam as Divisões de Passaportes e Consular. Além disso, no tocante ao Departamento Econômico, propõe êle a fusão da Divisão de Estudos Econômicos com a Divisão de Acôrdos Comerciais. Trata-se de assunto que já esclarecemos em reuniões anteriores. Êle concorda com a criação do Departamento Cultural, propondo a transferência do Arquivo e da Divisão de Documentação para êsse Departamento, que se comporia também do Arquivo Histórico e Mapoteca. O assunto também já se pode considerar superado. - Os demais comentários se referem mais ao regime de pessoal, não dizendo portanto respeito ao nosso presente problema, que versa a estrutura do Itamaraty."

Doutor Rômulo Almeida: "A propósito do comentário do Secretário Campos sobre a Comissão de Assistência Técnica, gosta

gostaria de perguntar qual foi a deliberação em torno de uma sugestão no sentido de se constituir um Comité de Cordenação dos vários serviços internos que se relacionam com Organismos Internacionais e também os serviços subordinados a outros Ministérios relativamente a Organismos especializados."

Secretário Roberto Campos: "Creio que a decisão foi no sentido de se propor a criação do referido Comité no projeto de lei, deixando sua regulamentação para época posterior, por Decreto do Executivo. No projeto de lei se poderia fazer menção aos membros componentes do Comité ou Comissão de Coordenação."

Dr. Rômulo Almeida: "Então seria o caso de ser a Assistência Técnica uma espécie de Divisão dessa Comissão de Coordenação."

Secretário Silveira: "A Assistência Técnica está na fase de experimentação muito ampla. Parece-me que uma subordinação de tal natureza lhe seria prejudicial."

Presidente: "A sugestão que me foi feita pelo Chefe da Comissão de Organismos Internacionais, bastante autorizado para falar sobre o assunto, se resume no seguinte: criar no Ministério das Relações Exteriores uma espécie de Comissão Intermistério, justamente para acompanhar o andamento, sobretudo nos outros Ministérios, de tudo o que se refere a Atos Internacionais. Eu recebi essa sugestão há poucos dias, do Ministro Jayme de Barros que assinalou as dificuldades que temos em manter contacto com os funcionários dos outros Ministérios que vão a conferências internacionais. A idéia que aprovamos anteriormente sobre a criação de uma Comissão Nacional de Organismos Internacionais parece que atende exatamente ao espírito da sugestão pelo Ministro Jayme de Barros."

Secretário Silveira: "Ou se terá de elaborar uma lei especial para o assunto ou então incluir uma referência nas disposições gerais."

Dr. Rômulo Almeida: "Talvez o assunto exija uma lei especial do Poder Legislativo."

Legislativo."

Presidente: "Mas nas disposições gerais já ficará estabelecido de modo resumido que da Comissão farão parte funcionários de outros Ministérios."

Secretário Roberto Campos: "Os comentários às sugestões do Embaixador Nabuco são relativamente simples. A primeira observação que faz é quanto à escassez de tempo para abordar mais diretamente o problema. Duvida êle da vantagem de se consolidar neste projeto de reforma certos artigos do regulamento existente, com exclusão de outros, e aduz que uma nova consolidação satisfatória levaria 12 a 18 meses. Qualquer consolidação, a ser feita, deveria ser total. Louva o Embaixador Nabuco a criação e organização dos serviços auxiliares no exterior, a qual teria assim o seu justo relêvo e só pode merecer aplausos. No tocante aos outros problemas abordados no projeto, diz que já tem opinião escrita sôbre todos êles e que constam dos arquivos do Itamaraty. Em seguida, verbera o processo de se retirar em atribuições e funções dos órgãos encarregados de serviços especializados, para dá-los ao Gabinete do Ministro, que não dispõe de meios de execução nem é responsável por êles, por não ser, a rigor, um órgão executivo. Diz constituir essa concentração de atribuições no Gabinete do Ministro um dos grandes males da administração brasileira, que já foi praticamente vencido no Itamaraty e que não convém resuscitar.

Quanto à redistribuição de serviços previstos no projeto de lei, não vê porque se divide a Divisão do Arquivo em Arquivo e Arquivo Histórico. O Arquivo deve ser um só. Isso já temos no nosso projeto, pois que o Arquivo compreende originais, classes, contrôle de maços e vários outros serviços e setores, inclusive Seção de Documentos Históricos. O Embaixador Nabuco vai mais longe e diz que se há idéia de separar o Arquivo do Arquivo Histórico, deslocando o segundo para o Departamento Cultural e mantendo o Arquivo propriamente dito no Departamento de Administração, seria então o caso de se criar um novo Departamento deno

denominado BAC, composto de Biblioteca, Arquivo e Comunicações, aos quais se agregariam a Mapoteca, o Serviço de Publicações e o Depósito de Impressos. A referência, feita pelo Embaixador aplica-se a um projeto anterior, apreciavelmente superado, visto que a estrutura ora em exame não permite sequer o reconhecimento deste tipo de estrutura. O Embaixador Nabuco se refere ainda à inconveniência da subordinação da Biblioteca ao Departamento Cultural, idéia aliás já abandonada. O Embaixador Nabuco diz ainda que o Gabinete Fotostático não deve ficar fora do D.A., o que também já está superado. Os outros comentários me parecem também algo obsoletos, como a questão da duplicação do Serviço de Organismos Internacionais na Secretaria Geral e no Departamento Político.

Outra sugestão é no sentido de que, no Departamento Político, os Estados Unidos da América e Canadá formassem uma só Divisão, ficando o México na Divisão de América Latina. Essa sugestão não foi aceita. A Divisão de América do Norte, ora projetada, compreende o México. Ele quer que o México fique incorporado à área latina. Os demais comentários se referem a pessoal, despesas de pessoal, verbas, etc., e são bastante sucintos. O primeiro se refere à verba de 25% atribuída a esposa ou mãe viúva de funcionário (abono de família), que o Embaixador considera excessiva. A 2a. indagação não se refere a pessoal, nem à estrutura, pois que versa a questão de material. Indaga o Embaixador se os edifícios do Ministério comportam a projetada redistribuição de funções. Outro comentário versa sobre o desequilíbrio entre despesas de pessoal e de material. Todas as vezes que se cogita de reforma do Ministério, a Administração se preocupa apenas com o aumento da verba de pessoal, sem se dar conta de que o aumento de pessoal tem consequências inevitáveis, impondo em gastos maiores de material sob quase todas as rubricas, como as de telegramas, ajudas de custo, material de expediente e outras, dessa descoordenação resulta um certo desequilíbrio entre as despesas de pessoal e material."

material."

Secretário Silveira: "Isso em parte está sendo corrigido também. Nesses 2 últimos anos o Ministério logrou aumentar em 100 mil contos o seu orçamento, sendo que o aumento na parte pessoal é pequeno, não chega nem a 2 mil contos."

Secretário Campos: "O Embaixador Nabuco ainda avança a idéia de que antes de serem aumentados os quadros da Carreira, se conserte a estrutura presente dos quadros, restabelecendo as duas classes suprimidas. Não faz referência específicas às classes suprimidas que parecem ser as de Embaixador e Cônsul Geral de 2a. classe. O Embaixador Nabuco faz ainda comentários à redação do projeto, mas adianta que êsses vícios de redação já são do conhecimento do Embaixador Vasco Leitão da Cunha que os corrigirá. Quanto às sugestões sobre "pessoal" feitas pelo Embaixador Faro, referem-se, em primeiro lugar, à supressão da palavra automaticamente no que diz respeito à renúncia dos Embaixadores com a mudança do Governo. No caso de se pretender criar o cargo de A didos de imprensa, propõe que esses cidadãos constem de um quadro preciso e para o qual se fixem salários adrede determinados, eliminando-se a presente fórmula que implica salários flexíveis. Sugere a fixação de um só padrão de salários e um quadro com onú mero especificamente determinado. Não aceita a idéia de um corpo variável a ser adrede requisitado e lotado em quadros especiais. Seria preferível a criação de um quadro suplementar. Outro ponto é o problema das informações políticas prestadas pelas Repartições consulares. Admite que isso se faça, mas nesse caso os Consulados devem sempre enviar essas informações políticas por intermédio da Missão diplomática. O Embaixador Faro refere-se depois ao § 1º do artigo 31 e sugere a eliminação da palavra natos, alegando a inconstitucionalidade da exigência. Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, quer natos, quer natu ralizados. Em seguida o Embaixador Faro advoga a abolição da Co-

Comissão disciplinar que êle diz não se coadunar com a nossa organização. Para atender às pequenas irregularidades de serviço ou de conduta dos funcionários, a Divisão do pessoal e o Departamento de Administração têm os necessários poderes. Se se trata de graves irregularidades ou de delitos, nossa legislação prevê o inquérito administrativo, cujas conclusões são apreciadas pelo Ministro."

Presidente: "Dou a palavra ao Secretário Silveira para relatar as sugestões apresentadas pelo Embaixador Caio de Mello Franco e Cônsul Geral Oscar Pires do Rio."

Secretário Silveira: "O Embaixador Caio de Mello Franco não fez propriamente um trabalho de crítica ao Projeto como foi apresentado, mas apenas uma série de sugestões. A 1.ª é relativa à criação de um "Conselho Consultivo de Relações Exteriores." Propõe que no texto da lei se estabeleçam as funções do Conselho e diz que êle terá a grande vantagem de propiciar a formação de um campo de doutrina e, ao mesmo tempo, dará uma certa organicidade ao serviço diplomático brasileiro. Não se trataria propriamente de uma inovação nos nossos quadros administrativos, seria, antes, a retomada do Conselho de Estado imperial, que tão bons serviços prestou no passado, beneficiado com experiências novas. Propõe que o Conselho seja integrado pelo Ministro de Estado, que é seu presidente, e pelo Secretário Geral, Senadores, ex-Ministros de Estado, funcionários da carreira de Diplomata, classe "O", na ativa ou aposentados.

Além desses poderiam fazer parte também outras pessoas que funcionariam como membros ad-hoc, até o equivalente à metade menos um do número total dos membros natos, exclusive o Presidente do Conselho."

Presidente: "Seria o caso para uma reforma quase constitucional e não apenas do Ministério das Relações Exteriores. Está mais consentâneo com a prática a idéia desta Comissão de criar a Comissão de Coordenação e Planejamento."

planejamento."

General Cordeiro de Farias: "É o que me parece também. Os Senhores Senadores e Deputados não poderiam fazer parte de uma Comissão do Poder Executivo."

Secretário Silveira: "A 2a. sugestão do Embaixador Caio de Mello Franco diz respeito às atribuições do Secretário Geral, que é o auxiliar por excelência do Ministro de Estado, nos assuntos políticos da Pasta, não devendo sua função transformar-se na de um mero rubricador de papéis. Propõe uma separação integral entre os serviços de administração, finanças, pessoal e os políticos e econômicos."

Presidente: "Esse ponto está plenamente atendido."

Secretário Silveira: "O Embaixador Caio de Mello Franco vai mais longe nas suas sugestões ao afirmar que ao Chefe do Departamento de Administração caberia determinar o movimento dos funcionários e solucionar questões disciplinares."

Presidente: "A êsse propósito, é meu desejo salientar que concordo com o Secretário Campos quando disse que deve ser o Ministro de Estado quem nomearia os funcionários para os cargos de chefia dentro do Ministério, com exceção do Secretário Geral, e que o Chefe do Departamento de Administração faria as remoções de Secretários, por Portaria, e não por Decreto. Isso não só aliviaria a carga que pesa sobre o Presidente da República, mas melhoraria muito o nosso serviço, porque na realidade as remoções dos funcionários dependem dos Chefes imediatos e não do Chefe remoto."

Secretário Silveira: "No Brasil a experiência administrativa não é tão otimista assim. A única vantagem desses atos subirem ao Presidente da República é que lhes dá um certo formalismo e impede que sejam modificados com certa facilidade. No nosso caso, principalmente de remoção para posto, isso tem uma importância muito grande."

Presidente: "Quero crer que não, desde o momento em que

que fôsse atribuição legal. O que falta no sistema do Serviço Público brasileiro é uma melhor distribuição de responsabilidades."

Secretário Campos: "O receio de que as designações e remoções sejam feitas pelo Chefe do Departamento de Administração, com base no fato de que seria êle sujeito a pressões internas, me parece um argumento favorável à minha proposta, pois, sendo o ato do Presidente um ato praticamente mecânico, sem análise racional do ato, seria precisamente um motivo para que se tentasse conseguir sua revogação, que seria também mecânica."

Secretário Silveira: "Trata-se de um ato divulgado pelo Presidente da República, que não gosta de voltar atrás com facilidade."

Secretário Campos: "Por ser o ato do Presidente mecânico, é êle receptivo a argumentos que o aconselhem a desfazer o ato."

Presidente: "Neste particular estou de pleno acordo com a idéia do Secretário Campos. Se cogitamos de criar a figura do Diretor Geral da Administração, é justo que se lhe dêem atribuições mais importantes, e maior responsabilidade por conseguinte. Na verdade o Presidente ordinariamente só tem contacto com os funcionários que atingiram o grau de Ministro. Ora, é exigir demais que seja êle que assine os Decretos de tôdas as remoções de Terceiros e Segundos Secretários. Pode perfeitamente ser o Diretor Geral da Administração, ou o Ministro de Estado. Creio mesmo que se poderia pensar em que até as promoções dos Terceiros e Segundos Secretários fôsem efetuadas pelo Ministro de Estado."

Secretário Silveira: "Volto a insistir em que o problema é que não temos ainda maturidade e consciência política para adotarmos o sistema do sensível aumento da responsabilidade de funcionários que são sujeitos a fortes pressões e injunções de várias naturezas. O Presidente da República está

está muito mais ao abrigo delas."

Presidente: "Estou de acôrdo com que as nomeações do Ministro de Estado, do Secretário Geral e do Diretor Geral da Administração sejam feitas pelo Presidente da República. O Ministro de Estado designaria os demais Chefes de Departamento e Divisão."

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "No Exército, até Capitão, as remoções são efetuadas pelo Diretor Geral de Pessoal. Já houve tempo em que tôdas as transferências eram realizadas por Decreto do Presidente. No Itamaraty, por exemplo, até Primeiro Secretário, as remoções poderiam ser feitas pelo Diretor Geral da Administração."

Doutor Arízio de Viana: "Exatamente. O Presidente deve ser aliviado de muitos encargos de que outras autoridades poderiam desincumbir-se. No caso da designação dos altos Chefes, o Ministro de Estado poderiam indicar ao Presidente da República, que aceitaria ou não."

Secretário Campos: "Mas é que a palavra indicação não está ainda perfeitamente definida na nossa terminologia administrativa. A "indicação" a ser feita pelo Ministro de Estado ao Presidente da República implica a concessão da iniciativa ao Ministro de Estado, ficando o Presidente apenas com o direito de veto. Nesse caso, o Secretário Geral seria de nomeação livre do Presidente, e o Diretor Geral da Administração sê-lo-ia por indicação do Ministro de Estado ao Presidente, que a aprovaria ou não. O importante é que não seja de livre nomeação do Presidente a fim de que se evite o antagonismo dentro do próprio Ministério e não subsistam vinculações sigilosas com o Presidente, a que poderíamos chamar "complexos de Fouchée." O Secretário Geral, êsse sim, seria de livre nomeação do Presidente, pois é o substituto eventual do Ministro de Estado."

Doutor Arízio de Viana: "Qualquer que seja o critério, não se deve olvidar que o Presidente pode fazer chegar sua

sua influência, fazer manifestar seu desejo de que tal funcionário seja designado para tal ou qual função."

Secretário Campos: "O sistema de balança de poder que consiste em fazer com que dependam diretamente ao Presidente designações subalternas é, às vezes, exercido desastrosamente, nocivamente, através da existência de cordões umbilicais secretos. Seria razoável que o Presidente designasse, mas que o Ministro fôsse obrigatoriamente ouvido."

Secretário Silveira: "Pelo sistema vigente, o Chefe do Departamento de Administração tem apenas a autoridade que lhe delega anualmente o Ministro em portaria, de quem é, na prática, sempre pessoa de confiança, para cuja designação influi o próprio Ministro de Estado!" A seguir, passou o Presidente ao 3º ponto da Agenda, que dizia respeito ao prosseguimento das discussões sobre a emenda do Secretário Campos, dando a palavra ao Secretário Silveira para que expusesse seu ponto de vista sobre o assunto, mais pormenorizadamente, conforme o havia prometido na reunião anterior.

Ao fazer uso da palavra, o Secretário Silveira desejou antes de tudo assinalar que era sua intenção fazer um apêlo ao Secretário Campos para que, considerando sua posição de funcionário da Casa, retirasse a sua emenda. Não obstante, discorreria sobre os diversos pontos que lhe pareciam razoáveis, que se resumiam no seguinte: 1) Efeitos especiais da emenda com relação à carreira de Diplomata. 2) Aspectos gerais da emenda.

Quanto ao primeiro ponto, assinalou que a carreira diplomática no Brasil é de tradição mais recente. A instituição de um sistema mais racional e lógico de seleção do pessoal diplomático começou a ser feita em 1918, seguindo-se o sistema com uma assiduidade variável. Sem dúvida, é um dos apanágios, e mesmo conquista do Serviço Público brasileiro, a adoção de critérios racionais e objetivos na seleção do pessoal que deve ocupar as funções públicas. Anteriormente a essa época, a exis-

existência de um critério meramente subjetivo e exclusivamente pessoal permitia o acesso à carreira de Diplomata de indivíduos que não apresentavam os requisitos mínimos de instrução que se deveriam dêles exigir, já para não dizer simplesmente educação mental. Resumindo, nem sequer primeiras ou segundas letras constituíam um degrau de acesso à carreira diplomática. A adoção de critérios objetivos e racionais significava um retraimento e exclusivismo, sem dúvida alguma, mas de modo algum foi instituído o sistema para piorar o nível do pessoal admitido na carreira. Enfim, a grande luta que se tem travado tem seguido esta diretriz: afastar, na medida do possível os critérios subjetivos de seleção, e incrementar a seleção racional, buscando o melhoramento dos quadros e, conseqüentemente, aumentando o rendimento do serviço.

Não se pode contestar que dessa época até hoje, a Carreira tem sofrido incursões de várias espécies, quer através de nomeações diretas do Presidente da República ou por indicação do Ministro de Estado, quer de transferências de carreiras estranhas ao Ministério, quer ainda de transferências de carreiras auxiliares do Itamaraty para a de Diplomatas. A pouco e pouco, surgiram leis que proibiam transferências para a Carreira, até chegar à proibição legal absoluta de entrada na Carreira sem o concurso de admissão aos Cursos do Instituto Rio Branco, sistema que se introduziu definitivamente no início do Governo Dutra.

Ao se fazer isso, não se procurava mais que a sedimentação da carreira diplomática, a exemplo do que se pratica nos países mais avançados, onde a tendência tem sido a de criar um pessoal sui-generis, capaz de uma tarefa específica, que, embora seja variada no seu aspecto formal, exige qualidades e condições pessoais que se podem reduzir a um denominador comum. Embora, como salientou o Professor Hermes Lima, a carreira diplomática exija a especialização do geral, não se pode deixar

deixar de considerar que a Carreira exige um mínimo necessário de seus integrantes, em determinado setor que é realmente específico. A carreira não pode deixar de ter ascendência cada vez maior em todos os sentidos, dentro da Secretaria de Estado e fora dela. Dar liberdade na escolha dos ocupantes das funções na Secretaria de Estado não atende a êsse ideal de ascendência e domínio da Carreira, cujo aprimoramento e aperfeiçoamento a todo custo se tem procurado obter nesse largo período de tempo. Além do mais, não se deve deixar de considerar que os serviços do Ministério são eminentemente sui-generis. Até mesmo a Divisão do Material, por exemplo, tem peculiaridades de serviço que outra Divisão congênere de outro Ministério não tem.

Do ponto de vista ético, seria enorme desvantagem tirar o contrôlle da Secretaria de Estado, através da modificação do critério de seleção de seus Chefes, das mãos dos diplomatas. A êsse respeito, é bastante significativo o resultado a que se chegou com o relatório Hoover, sôbre os serviços do Departamento de Estado americano, que condenou, como um dos maiores males do serviço daquele Departamento, a existência de uma carreira fixa na Secretaria em Washington e outra no exterior. Parece-me adaptável o pensamento definido no relatório Hoover ao caso brasileiro. Mais, ainda, em se tratando de um país jovem, em formação, o problema da formação do Diplomata é ainda mais agudo. Êsse problema da formação do Diplomata também se reflete na necessidade de fazer com que as funções de chefia na Secretaria sejam precisamente ocupadas pelos Diplomatas, que serviram no exterior e de onde podem trazer sua experiência e seus métodos mais avançados. Há necessidade de melhorar cada vez mais o nível dos elementos componentes dos quadros da carreira de Diplomata, inculcar-lhe a noção exata do cumprimento dos deveres, do valor que tem o prazer do artífice que realiza bem a sua tarefa, que compreende o significado de seu trabalho, de onde provém, ou pelo menos deve provir, 50% da felicidade do homem. Ora, se^{se} faz um esforço enorme dentro de um organismo, como o que se tem feito na Carreira, quando se está conseguindo me

melhorar o seu pessoal através do influxo de novas gerações escolhidas pelo critério da eficiência e capacidade, quando esses novos elementos já estão no limiar das funções de chefia do Itamaraty, seria esse o momento menos asado para se implantar o novo sistema da liberdade na escolha dos chefes, o que seria um desestímulo frontal aos que justificadamente pretendem, e devem alcançar, as posições de comando. É inegável que o critério atualmente em vigor para a escolha dos chefes pode ter defeitos, mas, pelo menos é um critério objetivo que estabelece determinados freios e limites. O novo critério proposto pelo Secretário Campos é puramente subjetivo, e esse ponto é que me faz acreditar de maneira mais decisiva no grande erro do sistema.

Compreendi perfeitamente o argumento abstrato do sentido de competição, desafio e emulação que expôs o Secretário Campos na reunião passada. Mas é preciso notar que esse desafio já existe nos altos postos da Administração da Secretaria de Estado para os quais um número muito restrito de funcionários é naturalmente indicado. A tal grau montam as aptidões exigidas dos funcionários indicados para vários cargos que já houve a tradição de se revezarem 4 Embaixadores nas altas funções de comando do Itamaraty. Hoje, esse número se ampliou com a inclusão de funcionários mais novos que já galgaram as mais altas posições na hierarquia do Ministério. A maioria dos Chefes de Departamento é escolhida dentre os funcionários no exterior que são removidos para a Secretaria de Estado quase que diretamente para essa finalidade.

Em nível de Divisão é fácil apontar o bom acerto de numerosas indicações. A Divisão Política é uma Divisão tradicional, ocupada naturalmente por funcionários que revelaram capacidade, gosto e eficiência nesse setor. Dificilmente se encontraria fóra dos quadros do Itamaraty um funcionário que estivesse em condições de dirigir uma Divisão como a Política. Uma das críti-

críticas que se tem feito contra a carreira do diplomata é que, sendo os diplomatas relativamente mal remunerados na Secretaria de Estado, não teriam interêsse em permanecer nela. Se assim é, pessoas de fora não teriam também, ordinariamente, maior interêsse em ocupar funções de chefia no Itamaraty, considerando-se ainda que êles não teriam a esperar as vantagens financeiras do exercício no Exterior. A nomeação de pessoas estranhas da carreira para ocupar posições de comando no Itamaraty implicará remuneração bastante mais elevada, mais compensadora e vantajosa, do contrário será muito difícil encontrar um excelente chefe que se disponha a trabalhar e dedicar inteiramente a sua vida ao Ministério por um salário que, como foi dito, é relativamente reduzido.

É compreensível o ponto de vista do Secretário Campos, no sentido de que houve uma regressão no Serviço Público brasileiro. Hoje, procura-se defender mais a posição dos funcionários públicos nas funções de comando. E isso, exatamente pelas razões acima apontadas, isto é, pela necessidade de fazer o funcionário depender cada vez mais de sua repartição, a qual deve dedicar inteiramente o seu tempo, e seus ideais, tornando-se justo que aspire êle às funções de comando. São meritórios, ponderáveis e sinceros os argumentos do Secretário Campos. Mas desconhecem a realidade do Ministério, e, em última análise, a do Serviço Público brasileiro. Se adotada, seus efeitos seriam contrários aos propósitos que a animaram.

De modo que se impõe um apêlo ao Secretário Campos para que êle retire a sua emenda, se deseja realmente contribuir para o melhoramento dos serviços do Ministério. Há males, sem dúvida, mas a emenda do Secretário Campos não constitui remédio, pelo contrário, os agravaria.

Secretário Campos: "Antes de tudo desejo frisar que a minha emenda representa uma dilatação no campo de escolha dos chefes. Mas, é preciso insistir, dêle não está excluído o Diplo

Diplomata. Como disse na reunião anterior, e êsse é o sentido exato de minha emenda, a seleção dos chefes se faria dentro de três círculos concêntricos: dentre os funcionários da Carreira, dentre os funcionários de outras carreiras e dentre elementos de fora."

Presidente: "Da exposição do Secretário Silveira, pareceu-me mais importante o argumento de que nos últimos 30 anos se tem tentado, a todo custo melhorar o nível da Carreira, cujos maiores óbices têm sido a inclusão de elementos não selecionados racionalmente, e o de que a adoção da emenda do Secretário Campos como que cortaria a possibilidade de ganharem maior ascendência os novos elementos selecionados pelos critérios ordinários da eficiência e capacidade, precisamente quando já estão atingindo os graus de chefia."

Secretário Campos: "Parece-me que estão partindo de uma falsa premissa quando se interpreta minha emenda como sendo compulsória no sentido de se escolher sempre elemento de fora da carreira para as funções de chefia. Possibilitar o recrutamento pelo sistema aberto não implica seriamente na obrigação de assim proceder."

A seguir, deu o Presidente a palavra ao Doutor Arízio de Viana para dar seu parecer sobre a emenda do Secretário Campos.

Doutor Arízio de Viana: "Não é meu desejo prolongar o debate sobre o assunto da emenda do Secretário Campos, nem tão pouco reforçar determinado ponto de vista. Não poderia deixar, porém, de aludir a dois argumentos aqui ventilados. O primeiro foi muito bem exposto pelo Secretário Silveira e resumido pelo Presidente da Comissão, é o que diz respeito ao impacto que poderia ter a emenda sobre os novos funcionários que já estão chegando a ocupar funções de mando na Secretaria. Pelos argumentos apresentados pelo Secretário Campos vê que não se trata de impedir o acesso dos diplomatas às funções de chefia, mas sim que juntamente com eles concorreriam outros,

outros, paralelamente. O outro argumento que me pareceu bastante importante é o que assinala que as funções de chefia no Itamaraty não são bem remuneradas, de modo que não atrairiam os grandes nomes, as pessoas que realmente poderiam desempenhar papel bastante importante na administração e política do Itamaraty. É de se considerar que poderia mesmo surgir uma situação de complexidade e despeito com relação aos funcionários que servem fora, muito melhor remunerados e titulares de mais privilégios e regalias. Também não nego que não se possam encontrar, excepcionalmente, excelentes elementos que estão dispostos a trabalhar eficientemente com remuneração relativamente reduzida. Ainda há dêsse exemplos no Serviço Público, sem dúvida raros, a que denominou o Secretário Campos "boêmios cívicos"... Olhando de frente para o problema, verifico que a emenda do Secretário Campos abre mais o campo de escolha de chefes para o Itamaraty, sem que se desprezem os elementos da carreira. Não vejo na redação que o Secretário Campos deu à sua emenda o perigo de afastar os diplomatas das funções de chefia. Se há conveniência de escolher determinados funcionários para ocupar uma tal chefia, não haveria nenhum impedimento a isso. Por outro lado, não posso deixar de reconhecer que poderia haver perigo da subversão, da corrupção política, etc.; não temos ainda grande noção de responsabilidade política, o que nos leva a dizer que devemos caminhar e avançar no sentido de obtê-la, a exemplo dos países mais civilizados. Senhor Presidente, sou partidário da emenda do Secretário Campos, permitindo-me apenas sugerir a hipótese de apresentar algumas modificações de redação, a fim de que seu pensamento se possa tornar mais claro no sentido de assegurar a escolha do pessoal de Carreira para ocupar as funções de chefia no Ministério e também de pessoal estranho desde que preencha determinados requisitos. Por outro lado, párece-me razoável que se aprecie a conveniência de se descer um pouco mais na hierarquia para a escolha dos chefes quando se trata de funcionários da Carreira. Sei que atualmente apenas os funcionários das classes "O", "N" e "M" po

podem ocupar funções de chefia em caráter permanente. Talvez seja conveniente fazer uma revisão desse critério.

Quanto ao parágrafo único da emenda ("O Secretário Geral, substituto eventual do Ministro de Estado..."), desejo fazer uma observação: é que no nosso sistema administrativo não existe a figura do substituto eventual, e sim a do Ministro interino. É necessário que haja nomeação para assumir a pasta interinamente, do contrário o Poder Legislativo não aceita seu referendo às leis sancionadas pelo Presidente da República. Sei que a legislação em vigor assim dispõe, mas creio que esse aspecto deve ainda ser examinado".

Secretário Silveira: "Senhor Presidente, com relação a esse aspecto particular do Substituto eventual, quero crer que a legislação em vigor é acertada. É importante que exista a figura do substituto eventual para efeito interno, administrativo. Numa ausência curta do titular efetivo da Pasta, o Secretário Geral responde pelo expediente. Além do mais, o dispositivo tem um significado mais remoto e menos aparente, que é o de que o Presidente se acha limitado a escolher para Ministro interino o Secretário Geral. Isso aliás prova a especialidade dos serviços do Ministério do Exterior, para cuja chefia suprema são muito poucos os nomes sugeridos. Voltando ao assunto da emenda Campos, quero assinalar que as carreiras diplomáticas em todo o mundo são em geral impopulares, e que seus titulares são funcionários obrigados a guardar disciplina e silêncio, impedidos frequentemente de se justificarem perante a opinião pública. Ora, em pessoas que não são da Carreira, é difícil impor essa disciplina e essa consciência de sacrifício perante a opinião pública. Aspecto também bastante relevante é o que diz respeito à natureza confidencial dos assuntos do Ministério do Exterior, que é regra neste, enquanto é exceção nos outros. Trazer elementos de fora para dirigir Departamentos e Divisões do Ministério do Exterior seria abalar as bases do sistema."

sistema."

Doutor Arízio de Viana: "Ninguém mais informado de to dos os assuntos confidenciais que o próprio Ministro de Estado, que é quase sempre escolhido dentre pessoas de fora do Itamaraty."

Secretário Silveira: "Realmente, mas o Ministro é uma única exceção. E há sempre muito cuidado na escolha dos Ministros das Relações Exteriores. Como disse acima, a Pasta do Exterior e exige aptidões particularíssimas, tradição mesmo, e a escolha geralmente gira em torno de poucos nomes."

O Presidente agradeceu aos presentes pelas exposições que fizeram, resolvendo levantar a sessão em vista do adiantamento da hora.

Nada mais havendo que tratar, encerrou-se a sessão, do que, para constar, lavrei eu, Cônsul Dário Moreira de Castro Alves, a presente ata que assino.

Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1952.

PIA.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

21a. Reunião

22.12.52.

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Professor San Tiago Dantas
Doutor Arízio de Vianna
Secretário Roberto Campos
Secretário Antônio Francisco Azeredo da Silveira

Presidente: "Como os Senhores Membros terão visto pelas atas das sessões anteriores, está atualmente em discussão uma emenda ao artigo 7º do Projeto da Comissão de Organização, apresentada pelo Secretário Roberto Campos, no sentido de que os cargos de chefia do Ministério das Relações Exteriores sejam exercidos em comissão, por pessoas de reconhecida competência, experiência funcional e, sempre que se tratar de atividades técnicas, que tenham revelado conhecimentos especializados na matéria. O Secretário Campos defendeu com o brilho habitual a sua emenda; sobre a mesma já se manifestaram o Doutor Arízio de Vianna e o Secretário Silveira. Resta ainda ouvir as opiniões do General Oswaldo Cordeiro de Farias, do Professor San Tiago Dantas, do Doutor Rômulo Almeida e, se for possível, do Professor Hermes Lima. Gostaria de ouvir em primeiro lugar o General Cordeiro de Farias, e depois o Professor San Tiago Dantas, que só tem conhecimento por escrito dos debates."

General Cordeiro de Farias: "Eu compreendo o ponto de vista em que se colocou o Secretário Campos quando defendeu sua proposta. Embora tenha verificado seu grande interesse no sentido do rendimento cada vez maior dos serviços do Itamaraty e em que pe

pese minha admiração por sua pessoa, sou contrário à emenda que apresentou. Isso por duas razões: A 1a. é de ordem geral. Tenho a impressão de que estamos atravessando uma fase de indisciplina generalizada e de subversão hierárquica de tal forma que se impõe um movimento tendente a reforçar a disciplina e a hierarquia. A 2a. razão é de ordem prática: O Secretário Campos baseou grande parte dos seus argumentos na consideração de que os atuais critérios para a escolha dos Chefes não trazem sempre para os lugares de maior responsabilidade os elementos de maior valor. Eu me prendo a êsse argumento dêle ainda para votar contrariamente à emenda porque se os Governos não têm tido critério, dentro de limites objetivos, de saber fazer sempre a boa escolha, se dermos maior elasticidade, acredito que então talvez tenhamos soluções ainda menos satisfatórias para o Ministério das Relações Exteriores. De modo que, por essas razões, embora compreenda o pensamento do Secretário Campos, não me convenço e sou contrário à emenda."

Secretário Roberto Campos: "Desejaria reexplicar rapidamente os fins da minha emenda: o primeiro objetivo da emenda é atacar com um só golpe, de um lado, o sistema fechado do Itamaraty e, de outro, o sistema de vinculação das funções de comando à rotina hierárquica."

Professor San Tiago Dantas: "Senhor Presidente, eu venho a êste debate muito despreparado porque o meu involuntário afastamento dos trabalhos da Comissão não me permitiu acompanhar pari-passu a evolução das idéias sôbre todos os problemas apreciados nêsse projeto e é evidente que não se pode raciocinar sôbre problema dessa amplitude sem ter em vista tudo o que já foi deliberado a respeito. Vou dar, portanto, um depoimento por muitos aspectos analítico, na base de uma tentativa, reservando-me o direito de mudar o meu pronunciamento se encontrar argumentos que me convençam de modo diverso. Vossa Excelência e os nossos ilustres companheiros de Comissão não ignoram que o meu ponto de

de vista ao considerar esse problema da reorganização do Ministério das Relações Exteriores está todo ele muito impregnado por uma premissa: a da necessidade de distinguir na vida da Secretaria de Estado as duas ordens de funções que correspondem ao planejamento e à execução. Não tenho uma idéia muito precisa de como evoluiu essa questão, e se desapareceu completamente a diferença entre esses dois setores, ou se, pelo contrário, apenas restou da Comissão de Planejamento e Coordenação um Comitê de conteúdo mais ou menos indefinido. Essa questão para mim é importante porque a ela se prendem no meu espírito tôdas as soluções a serem dadas às outras questões particulares. No tocante à hierarquia sempre me pareceu que ela é importante no escalão de execução. O planejamento exige o critério da competência. No tocante à execução, a hierarquia tem um grande papel porque ela reforça os laços da disciplina. Suponho que o General Cordeiro de Farias pensa sobretudo nessa grande dificuldade que tem um organismo de contar com um sistema de transmissão de ordens absolutamente fiel quando certas resistências da sensibilidade hierárquica se opõem à transmissão do comando. Isso não é verdade no que diz respeito ao planejamento, onde as resistências, pelo contrário, se devem sentir contra a orientação injustificada. Se a tese é boa, adere-se a ela, venha de onde vier. Mas se a ordem vem de alguém que não está bastante qualificado para nos dar ordens, há resistência. Outro ponto por que não sou amigo da solução que encontro no Art. 7, é a limitação muito restrita na escolha do Secretário Geral. Meu pensamento é que se criarmos um cargo como é o de Diretor Geral da Administração, diferente de qualquer outro cargo atualmente existente, e com grande amplitude, esse cargo se assemelha à figura do atual Secretário Geral, apenas com atribuições mais específicas. Passa a ser uma figura que participa mais intimamente da função de império reservada ao Ministro de Estado. Nunca julguei procedente dizer que o Ita

COPIA

Itamaraty seja um sistema fechado dentro do qual a única intromissão estranha é a do Ministro de Estado. Se isso não prevalece para as maiores Chancelarias, onde os assuntos assumem maior gravidade, não vejo porque na nossa Chancelaria esse argumento seja decisivo. De contrário, acho benéfico que o Itamaraty se possa abrir para influências externas sobretudo para uma participação mais ativa de elementos que traduzem a orientação política do momento, fortalecendo a posição do Ministro de Estado, encarregado de representar o contingente histórico do momento, o que alarga, em vez de diminuir, os horizontes do Ministério. Portanto, se estivesse nas minhas mãos retomar este debate num ponto em que provavelmente já se acha muito ultrapassado pela Comissão, a minha tendência seria para dar ao Ministro de Estado liberdade na escolha do Secretário Geral, acompanhando, nesse particular, o Secretário Campos. No tocante às chefias de Departamentos, Divisões e Serviços, minha idéia seria manter o princípio da hierarquia funcional, ampliando-lhe a latitude. Em tudo o que dissesse respeito ao sistema propriamente executivo, estaria contra o pensamento da reforma do Secretário Campos, e em tudo o que se referisse ao setor do Planejamento, daria maior amplitude, aboliria o princípio da hierarquia francamente. No campo da Execução, fidelidade à hierarquia. Tenho a impressão de que a emenda do Secretário Campos é um pouco audaciosa. Temo que ela, às vezes, possa funcionar muito a favor e às vezes muito contra, e que os males de uma intromissão de elementos estranhos em cargos que não são da mais alta responsabilidade sejam maiores do que os da privação em que o Ministro de Estado se encontra para chamar técnicos a desempenhar essas funções. Mas, não sei até que ponto estas minhas considerações têm alguma ressonância no ponto em que se encontra o debate. Como Vossa Excelência disse que esse debate continua e que provavelmente só vamos chegar a uma votação mais adiante, com a participação do Doutor Rômulo Almeida e, eventualmente, do Professor Hermes Lima, apre

apresento essas considerações à guisa de ingresso meu no debate, e não ainda da emissão de um voto, que depende ainda de conhecimento mais profundo dos debates."

Presidente: "Em primeiro lugar, se o Professor San Tiago Dantas tiver ocasião de percorrer as nossas atas anteriores, verá que a sua sugestão inicial da separação nítida entre Execução e Planejamento foi levada adiante, havendo a Comissão chegado à conclusão da necessidade de uma Comissão de Planejamento e Coordenação presidida pelo Secretário Geral, pelos Chefes de Departamentos, e com um Secretariado à parte, podendo também abranger elementos alheios à Casa, mas técnicos e especialistas nas matérias que serão estudadas na Comissão de Planejamento. Também no grau de Divisão, foram instituídas Divisões que pela sua natureza podem ser incumbidas a pessoas estranhas à Casa. Há uma Seção de Estudos Econômicos, por exemplo, no Departamento Econômico, que, de acordo com o critério do Professor San Tiago Dantas, talvez seja possível fazer com que seja dirigida por um especialista. A Biblioteca também poderia ser dirigida por um Bibliotecário. Mas o que acho inconveniente é que nas Chefias de Divisões de execução haja pessoas estranhas ao Ministério das Relações Exteriores, justamente por não estarem suficientemente especializadas nos serviços do Ministério. O objetivo do Secretário Campos é de que nós no Ministério das Relações Exteriores nos vamos dedicar a uma grande especialização. É uma das razões porque não concordo com a emenda, porque ela contraria a própria especialização que ele tanto preconiza. Na última reunião, disse o Secretário Campos que talvez a sua emenda fôsse prematura de uns 20 anos. Se tivermos a possibilidade de aproveitar o que foi feito nestes últimos 30 anos - os bons funcionários que vão chegando aos cargos de chefia - talvez fôsse melhor deixar uma reforma dessa natureza para um período posterior, daqui a 10 ou 20 anos, em vez de enveredar por uma fórmula mais revolucionária como a do Secretário Campos. Em todo caso, não tenho dúvidas em adiar a vo

OP1A.
votação da emenda. Se a Comissão estiver de acôrdo em aprovar o organograma, isto é a distribuição de serviços da Secretaria de Estado deixando de lado a parte de pessoal, daremos aprovado o trabalho até agora feito, com a ressalva desta emenda."

Professor San Tiago Dantas: "Desejaria saber o que ficou decidido a respeito do pessoal permanente da Secretaria de Estado?"

Presidente: "Ainda não chegamos a essa parte. Só se tem tratado da distribuição de Serviços."

Professor San Tiago Dantas: "Então, tenho a impressão de que o adiamento da discussão do Art. 7 é indispensável, porque eu pelo menos não concebo o Quadro Permanente de que temos tratado como um quadro de funcionários subalternos, de meros auxiliares postos à disposição da Secretaria de Estado. Minha impressão é que se fôr assim, não poderemos atrair para esse quadro do Itamaraty pessoas de alta categoria, de grandes possibilidades nas suas especialidades. O interessante seria que um especialista, um técnico de Administração que ingressasse no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, tivesse diante de si uma carreira que realmente o levasse a funções de ordem e de nível superiores. Se desde já estabelecermos que os postos de comando devem ser privativos dos funcionários da Carreira diplomática, estamos predeterminando alguma coisa a respeito dessa Carreira. Talvez ainda não seja o momento de decidirmos."

Secretário Silveira: "Ao contrário, acho que agora é que é o momento. Antes de entrarmos no estudo do Pessoal é que temos de decidir questões substanciais como essa. Justamente no limiar do exame objetivo dos Quadros é que temos de discutir as questões fundamentais como fizemos com relação à estrutura. Essas carreiras são realmente auxiliares, não no sentido subalterno. Apenas um argumento talvez não tenha sido levado na devida conta: ao me referir à questão das vantagens do posto de Chefe, disse eu que se os postos de chefia não conseguem atrair os pró

próprios funcionários da carreira diplomática, muito menos atrairá a indivíduos estranhos. Esquece facilmente a muitos que o Ministério do Exterior é um Ministério sui-generis. Eu, por exemplo, acredito que é muito mais de execução do que de planejamento; se bem que tenhamos de orientar as linhas gerais da política, nós somos porta-vozes dessa política no exterior. É por essa especialidade sui-generis que existe o Ministério das Relações Exteriores e que o obriga a ter uma carreira com uma ascendência definitiva na Secretaria de Estado. Uma das conclusões a que chegou o Relatório Hoover, ao qual me referi em reunião anterior, foi o grande desentendimento existente entre o Departamento de Estado e as suas Repartições no exterior porque aos funcionários de fora se bem que sejam capacitados para funções específicas de determinadas chefias, falta-lhes esse denominador comum que é a compreensão dos problemas do funcionário que está servindo fora. O Itamaraty é um órgão mais consultivo e muito mais instrumental, mesmo em matéria política. Os funcionários do Ministério do Exterior trazem para o Brasil outras idéias, vivem nessa atmosfera de intercâmbio que lhes dá talvez um desejo um pouco delirante de querer mandar no Brasil, quando a função deles não é essa absolutamente. O Ministério das Relações Exteriores é antes de tudo executivo."

Professor San Tiago Dantas: "Compreendo o alcance dessas palavras e que colocam o problema num plano muito elevado. Em todo o caso, tenho aí uma ou duas observações que fazer. Em primeiro lugar, toda obra de Governo é indivisível. No setor militar, mais que em qualquer outro, sente-se isso a cada passo; quando se pensa num problema que se tem de encarar no setor da defesa nacional, todos os outros problemas são solidários. De modo que, olhando assim, do ponto de vista filosófico, cada Ministério, cada setor da Administração Pública, opera a síntese do problema político e administrativo do país de um ponto de vista especial. A matéria é a mesma, seja qual for o Ministério. O objetivo é que varia. Cada um desses setores olha de uma perspectiva própria o mesmo problema e dele realiza então uma síntese. O objeto for-

CÓPIA.

formal não é dado pelo objeto material. O ponto de vista com que o diplomata olha essa questão é um ponto de vista diferente, é sobretudo da arte de captar as circunstâncias internacionais. Não é o fato de um diplomata passar anos no exterior que lhe dá essa visão dos problemas. Ele a adquire muito mais no Brasil."

Secretário Silveira: "Mas a lei estabelece um sistema de rodízio: êsse funcionário que adquire essa experiência no exterior, é obrigado a passar um terço de sua vida no país. Na Secretaria de Estado, porque serviu fora, poderá melhor compreender os problemas concernentes à orientação das Missões diplomáticas."

Secretário Campos: "Tenho a impressão de que nós estamos avançando em território semântico. Dizer que o Ministério das Relações Exteriores é apenas um executor da política exterior do governo, é evadir o problema. A cristalização da política exterior compreende quatro estágios: inspiração, formulação, ratificação e execução. O Ministério das Relações Exteriores não se interessa apenas pelo quarto estágio. Muito ao contrário, cabe-lhe a iniciativa de inspirar a política e até mesmo de cristalizá-la em fórmulas para sujeitá-la a sanção e ratificação seja do Executivo, seja em alguns casos, do Legislativo."

Secretário Silveira: "Estou de acôrdo com isso, mas quero crer que não fui bem compreendido. Há uma fase de planejamento, mesmo na parte econômica, mas não se trata de um planejamento geral da economia. Nunca pretendi afirmar que o Ministério das Relações Exteriores é um simples autômato."

Professor San Tiago Dantas: "É verdade. É o Ministério do Exterior que inspira o Presidente."

Secretário Silveira: "Na sua esfera específica."

Professor San Tiago Dantas: "É evidente. Quanto ao Comité de Planejamento e Coordenação, que atuará como um "policy making board", se fôr nada mais nada menos que a reunião dos três Chefes de Departamento, êle não existe."

COPIA.
existe."

Secretário Silveira: "É preciso não esquecer que há um núcleo que será incumbido do planejamento, que é o Secretariado permanente, com a tarefa específica de estudar e planejar. Os altos Chefes que a integrarão funcionarão como um tribunal."

Doutor Arízio de Viana: "Seria então como um Sub-Estado Maior das Forças Armadas, pois não gozaria de plena autonomia."

Professor San Tiago Dantas: "O interessante seria dar a maior autonomia possível a essa Comissão, com relação à rotina administrativa."

Secretário Silveira: "Voltando ao assunto inicial da emenda apresentada pelo Secretário Campos, com relação à admissão de estranhos às funções de chefia, por experiência na administração tenho notado que os técnicos contratados para prestar serviços ao Ministério, na qualidade de técnicos e não de funcionários, depois de um certo lapso de tempo almejam burocratizar-se, conseguir as vantagens da estabilidade no Serviço Público ou coisa semelhante. Em suma, o técnico quer também ser funcionário público."

Doutor Arízio de Viana: "É preciso notar, como observou o Secretário Campos, que as funções de chefia na maioria dos Ministérios civis são livres, isto é, são acessíveis a qualquer pessoa, mesmo não funcionário."

Professor San Tiago Dantas: "No Ministério da Educação é a regra."

Doutor Arízio de Viana: "Particularmente nesse Ministério, há o caso de serviços importantes cujas chefias têm sido ocupadas de longo tempo por estranhos ao serviço público. Tais são, por exemplo, a Casa de Ruy Barbosa, o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, o Departamento do Ensino Secundário e o INEP."

Secretário Silveira: "Com vantagens?"

Doutor Arízio de Viana: "Tanto assim que uma Lei especial do Congresso lhes deu uma estabilidade pelos serviços prestados durante 30 anos. Deu-lhes uma situação pessoal."

21A.
pessoal."

Professor San Tiago Dantas: "No setor a que o Doutor Arízio de Viana se está referindo não se trata de haver vantagem; é a única maneira de ser: Do contrário, seriam essas funções exercidas por oficiais administrativos, escriturários, ou outros quaisquer. É mesmo a única fórmula."

Secretário Campos: "O Secretário Silveira diz que o seu maior receio, quanto à adoção de minha emenda, é o de que ela provocaria a destruição da Carreira. Entretanto, a adoção do sistema aberto no Serviço Público não implicou, de forma alguma, o colapso do sistema de carreira."

Secretário Silveira: "O Ministério das Relações Exteriores sempre exerceu uma atração enorme. Por outro lado, não se vê o mesmo empenho para entrada no Ministério da Educação, por exemplo. Não há êsse espírito velado de derrubar barreiras."

Professor San Tiago Dantas: "Não é verdade que nesse capítulo os setores da Administração apresentam tendências diversas. O que há é que nos Ministérios da Agricultura, Educação e Viação existe uma tendência para confiar a chefia dos Serviços a técnicos escolhidos dentre pessoas competentes, sem o requisito de funcionário público. Pelo contrário, nos Ministérios militares e no Ministério da Fazenda, há uma grande tendência para o enquadramento das funções de chefia dentro das carreiras. Talvez precisamente porque sejam êsses Ministérios aquêles que exigem de seus funcionários uma formação mais completa; o mesmo se pode dizer do Ministério do Exterior. Naqueles Ministérios, os primeiros que citei, como disse, as funções de chefia são profundamente diversas das funções burocráticas que se pedem dos funcionários, e por isso é natural que sejam elas confiadas a estranhos, de reconhecida capacidade e eficiência."

Doutor Arízio de Viana: "No caso do Ministério do Exterior, o que se tem observado é que as vantagens do exercício das funções diplomáticas fora do país deformam um pouco o profissional, de forma a desinteressá-lo das funções de chefia quando obrigado a permanecer na Secretaria de Estado. O diplomata, em re

regra, quando vem do exterior para fazer seu estágio na Secretaria de Estado, na maioria dos casos, é um desajustado, um desinteressado da função de chefia. Faço esta observação em caráter to do pessoal. Os Senhores poderão contestá-la, mas não vejo em que possa interessar a um Ministro Plenipotenciário, a um Chefe de Missão diplomática, a eventual chefia da Divisão do Pessoal, do Material, do Orçamento, ou até mesmo de uma Divisão mais específica da sua carreira, como a Política ou a Economia. O que temos notado é um grande esforço do funcionário em desempenhar bem essas funções, mas na maioria dos casos um certo desajustamento tor na deficiente seu exercício da chefia. O que apreendi da emenda do Secretário Roberto Campos foi que, sem prejuízo do recrutamento dos bons diplomatas para as funções de chefia na Secretaria de Estado, se faria o recrutamento de elementos estranhos, de reconhecida capacidade. Se estamos pensando em modificar o Itamaraty não é apenas na aparência que devemos modificar, mas é necessário também abrir o campo funcional para mudar o sistema até agora pôsto em vigor, a fim de dar um pouco mais de eficiência em proveito da política internacional do Brasil. Imagino que um Ministro de Estado, político por excelência, ocasionalmente pode ter sua ação limitada às imposições do privilégio dos membros da carreira, com os quais entrará em choque se não tiver uma projeção sobre os elementos da Carreira. Não vejo motivo para se negar ao Ministro de Estado liberdade de escolher elementos estranhos à Carreira, sendo sua a responsabilidade. Suponhamos que o Brasil, em determinada fase de sua vida tenha de imprimir um rumo mais decisivo à sua política econômica na América Latina ou na América do Sul particularmente, e precisar de um Diretor do Departamento Econômico conhecedor profundo das imposições da economia brasileira e das oportunidades de influência que o campo da América Latina possa oferecer à penetração do Brasil. Se ele olha para a Carreira e não encontra um elemento qualificado a quem delegar essa função porque, se existem alguns, ou estão ocupados em determinado setor, ou então são elementos ainda muito jovens que não podem assumir essa responsabilidade, - o que pode

COPIA.
poderá fazer? Parece-me bastante razoável que se lhe assegure a faculdade de poder escolher elementos estranhos, capazes, e de sua confiança, para realizar a determinada política que tem em mira. Pela emenda Campos excepcionalmente poderá vir a ser recrutado para dirigir um cargo de chefia um elemento estranho ao Itamaraty."

Secretário Silveira: "A emenda não diz excepcionalmente."

Doutor Arízio de Viana: "Na reunião anterior fiz uma ressalva quanto ao texto da emenda, que deve deixar claro o caráter excepcional da medida."

Secretário Roberto Campos: "Acho mesmo inútil essa ressalva. Está claro que só excepcionalmente se recrutariam elementos estranhos ao Itamaraty. Em igualdade de condições, a inercia institucional se encarregaria de assegurar preferência para os próprios membros da Casa."

Doutor Arízio de Viana: "O caso do Itamaraty não se assemelha à carreira militar, por exemplo, onde a disciplina impõe, como sabemos, uma série de restrições à expressão da personalidade. Se um estranho nunca deve poder ocupar chefia nos serviços militares, o mesmo não creio seja verdadeiro nos serviços do Itamaraty."

Secretário Silveira: "Mas o mesmo acontece com o Diplomata. Ele não tem personalidade num posto, não pode funcionar pessoalmente."

Doutor Arízio de Viana: "Não se compreende que um elemento estranho, mesmo de uma outra carreira militar, pudesse dirigir uma arma diferente. A especialização e o aperfeiçoamento que as carreiras militares vêm tendo de uns anos para cá oferecem dentro de seus próprios quadros uma grande variedade para a escolha. Há os especialistas técnicos, os Cursos de formação. O caso me parece diferente."

Secretário Roberto Campos: "Há uma diferença funda -

CÓPIA.
fundamental entre o problema militar e o problema civil. No primeiro caso, impõe-se uma disciplina mecânica; no segundo, a disciplina pode e deve ser racional."

Doutor Arízio de Viana: "Não vejo por que só um Diplomata possa dirigir uma Divisão, mesmo que seja a Política."

Secretário Silveira: "Não se deve insistir em que somente um Diplomata seja capaz para isso. Se houvesse indivíduos em outros Ministérios que compreendessem êsses problemas, se poderia chamar essa gente. Mas a questão é que não há, a nossa experiência tem sido dramática."

Professor San Tiago Dantas: "Mas êsse argumento de que o Ministério das Relações Exteriores sendo tripulado por Diplomatas de carreira tem maior compreensão dos problemas dos Chefes de Missão, é um argumento que não me convence muito. Sou um velho frequentador de Embaixadas e Legações e como tenho muitos amigos na Carreira diplomática, êsses contatos são sempre íntimos e eu nunca deixei de ouvir como queixa básica a completa incompreensão da Secretaria de Estado para com os seus problemas."

Secretário Silveira: "Mas imagine se não fôsse gente do Itamaraty, se não fôsem os próprios colegas os que dirigissem a Secretaria, essa incompreensão seria talvez muito maior."

Professor San Tiago Dantas: "Êsses argumentos contrariam um pouco o seu. Trata-se de questão de formação individual. Êsse aspecto depende de fatores subjetivos, da boa ou má escolha. Desejaria uma razão institucional que condenasse o sistema preconizado pelo Secretário Campos."

Secretário Silveira: "O lado institucional é a área de escolha, que passa a ser menor e onde a possibilidade do erro é mais reduzida."

General Cordeiro de Farias: "O meu receio é que, no caso de ser adotada a emenda discutida, ocorram escolhas que não atendam aos problemas do interesse público. Em primeiro lugar, não existe essa atração, sob o ponto de vista de vantagens materiais,

COPIA.
materiais, para êsses lugares. Conseqüentemente, elementos de escola não virão para cá. Por exemplo, o caso do Secretário Roberto Campos: êle se especializou e imediatamente foi roubado ao Itamaraty. É um problema normal, humano."

Professor San Tiago Dantas: "Isso pode também funcionar de fora para dentro."

General Cordeiro de Farias: "Mas não há atração de vantagens materiais. É preciso pesar as vantagens e desvantagens."

Secretário Roberto Campos: "Minha idéia fundamental era acabar com a vinculação da função de comando à posição hierárquica do funcionário; essa vinculação, que contraria a dinâmica imprescindível a uma eficaz seleção de líderes, constitui método rotineiro já superado em tôdas as outras esferas do Serviço Público civil."

Professor San Tiago Dantas: "Proponho o seguinte: que sejam abertas a livre escolha, dentro ou fora do Serviço Público, as funções de Secretário Geral, sem dúvida alguma, as de Diretor dos Departamentos Político e Econômico. A função de Diretor Geral da Administração deverá ser sempre exercida por um funcionário da Carreira, pois é a cúpola do edifício administrativo."

Secretário Roberto Campos: "A desvantagem, em minha opinião, de haver um funcionário da Carreira à frente do Departamento de Administração é que os funcionários da Carreira estão mais ou menos vinculados a afeições ou desafeições pessoais resultantes dos atritos da Carreira."

Presidente: "Eu desejaria propor à Comissão que déssemos por aprovado o sistema da reorganização da Secretaria de Estado e iniciássemos um relatório firmado nos princípios adotados no Organograma, deixando então para a próxima sessão o debate no que se refere à questão de Pessoal, inclusive essa parte das chefias, pois não se pode entrar na reestruturação da Carreira se não decidirmos em definitivo se queremos uma Carreira aberta ou uma Car-

Carreira fechada. Quanto à questão dos Assistentes do Ministro de Estado, quero crer que já é matéria vencida."

Professor San Tiago Dantas: "Estou de pleno acôrdo em que demos por aprovado o organograma, sujeito, naturalmente, aos retoques que sobrevierem na discussão posterior dos artigos."

Presidente: "Assim acredito que a Comissão terá realizado a primeira fase dos seus trabalhos e poderá começar no ano vindouro a questão do Pessoal. Convocarei a próxima reunião para o dia 8 de janeiro. Nesse caso, damos por aprovado o organograma e o esboço de Projeto de Lei elaborado até agora e podemos iniciar o relatório até essa parte. Desejo ainda lembrar que, quanto à possibilidade de ser o Secretário Geral elemento estranho à carreira, talvez não se coadune perfeitamente com as normas gerais da administração pública no que diz respeito à nomenclatura, pois de modo geral o Secretário Geral é sempre um funcionário de carreira. O Sub-Secretário, sim, poderia ser de fora, e nesse caso o Secretário Geral teria a função de Diretor Geral da Administração. Então damos por aprovados os nossos trabalhos até agora. Desejo agradecer, em meu nome e no do Ministro de Estado, a colaboração que os Senhores nos têm dado, de maneira generosa, inteligente, capaz e competente."

Nada mais havendo que tratar, foi encerrada a sessão, do que para constar lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves a presente ata.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1952.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

22a. Reunião.

8.1.53.

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
Professor Hermes Lima
Professor San Tiago Dantas
Secretário Roberto Campos
Secretário Antonio Azeredo da Silveira

Aberta a sessão, o Presidente formulou votos de Feliz Ano Novo aos Membros da Comissão e apresentou os votos de boas vindas ao Professor Hermes Lima que acaba de regressar de Nova York onde fez parte da Delegação do Brasil à VII Assembléia Geral da ONU. Em seguida, leu o Presidente os diversos pontos da agenda, composta de 4 itens, propondo que a Comissão aprovasse o método de trabalho indicado no item 4 que se refere ao "estabelecimento de um roteiro para a apresentação do relatório", o qual foi aceito pelos Membros da Comissão.

Professor Hermes Lima: "Desejaria saber se ainda haverá possibilidade para que eu possa fazer uma proposta a respeito do Instituto Rio Branco."

Presidente: "Creio que sim. Ainda não se entrou na matéria de pessoal e nessa ocasião serão muito oportunas as suas sugestões."

Secretário Silveira: "A meu ver, os indivíduos que fazem concurso para o Instituto Rio Branco devem receber salários, a fim de que se alargue o campo de seleção. Ao tempo da realização do concurso direto, entravam para o Ministério indivíduos que

que já tinham experiência profissional em outras atividades."

Professor San Tiago Dantas: "Creio que essa é uma tendência natural do Ministério das Relações Exteriores para seguir o sistema dos Ministérios militares, isto é, o de auxiliar diretamente o preparo de seus servidores."

Presidente: "Como não veio ainda o Doutor Rômulo Almeida, proponho que comecemos pelo item 2 da agenda: Comentários a sugestões. O Secretário Campos tem a sugestão do Embaixador Fraga de Castro para relatar e o Professor San Tiago Dantas a do Embaixador Maximiano de Figueiredo. Tenho a impressão de que as sugestões do Embaixador Fraga de Castro já estão superadas, e incorporadas na lista de nossas decisões."

Como método de trabalho, acho que seria interessante (em matéria de pessoal), que a Comissão fizesse apenas um exame geral da situação porque, na realidade, grande parte desse trabalho se reduz a saber quantos Secretários são precisos em Londres, etc., e não é um trabalho que me parece deva tomar o tempo da Comissão. O que me parece muito importante é que a Comissão resolvesse sobre quantas Carreiras são necessárias, carreiras de Dactilógrafo, Criptógrafo, Taquígrafo, etc."

Secretário Roberto Campos: "A primeira observação do Embaixador Fraga de Castro se refere à proposta de criação dos cargos de Assistentes do Ministro de Estado, que ele considera a mais nociva e inconveniente de todas as propostas. A seu ver, isso implicaria a criação de três "Ministrinhas". Diz ele textualmente: a escolha dos Assistentes, na melhor das hipóteses, recairá sobre pessoas idôneas, mas que terão em comum o mesmo defeito: nada estenderem das cousas do Itamaraty e só servirão para estabelecer a confusão e diminuir a autoridade do Ministro de Estado. Quanto aos Chefes de Departamento, o Embaixador Fraga de Castro alega que na Reforma se pretende dilatar a área de escolha, possibilitando-se a inclusão de elementos da classe "N" além dos da classe "O". Acha o Embaixador Fraga de Castro que, por coerência

coerência, já não há mais razão para isso, pois que se está propondo um aumento dos funcionários da classe "O", que presumivelmente seriam aproveitados para essas chefias. No que se refere ao Departamento de Administração, o Embaixador Fraga de Castro objecta à expressão "Serviço de Multiplicação." Acredita que "Mimeografia" deveria ser o termo escolhido. Quanto à criação do Departamento de Imigração e Consular, o Embaixador Fraga de Castro contrapõe a existência de um projeto visando à criação de um Instituto de Imigração para resolver todos os assuntos referentes à Imigração. O problema aventado pelo Embaixador Fraga já foi entretanto superado em nossas discussões. Quanto aos Adidos Culturais e de Imprensa, problema ainda não analisado, diz textualmente: Não me parece aconselhável a inovação: os mais felizes (em geral os mais incompetentes) irão para os melhores postos, os outros para ? ? ? Ninguém sabe, nem o projeto chegou a uma conclusão sobre os vencimentos: Terceiro, Segundo ou Primeiro Secretário. Preço global: US\$58.000 (cinquenta e oito mil dólares). Protesta, portanto, também contra a indeterminação de vencimentos desses Adidos. Quanto a Adidos Agrícolas, Adidos para Materiais Estratégicos, Adidos Operários, etc., (sic), protesta contra o que lhe parece uma inutilidade e acha que aparentemente, trata-se de uma vasta cavação. No que se refere à Comissão Disciplinar, parece ao Embaixador Fraga de Castro tratar-se de uma inovação infeliz pois só tem a desvantagem de ocupar 7 pessoas (as mais importantes da Secretaria de Estado), com o exame de querelas administrativas que, a seu ver, são tão frequentes no Rio de Janeiro como no exterior. Além disso acha que a medida proposta é contrária à legislação vigente. Em seguida, o Embaixador Fraga de Castro se refere ao aumento de 6 cargos da letra "N", parecendo-lhe que se deveria aumentar o número de 1^a Secretários. Essa matéria já está também superada em nos os debates. Quanto ao estudo da lotação dos postos no exterior, julga que se deveria estabelecer a regra básica de um mínimo de 3 funcionários de carreira em cada

cada pôsto. Em seguida o Embaixador Fraga de Castro propõe a supressão dos Consulados nas capitais, pois os serviços consulares ficariam a cargo das Missões diplomáticas. Finalizando, o Embaixador Fraga de Castro se refere textualmente ao art. 15, § 1º: Embaixadores letra N. Nunca. Seria piorar ainda a situação do Itamaraty. A idéia parece ter sido a de evitar a nomeação de Embaixadores de fora da carreira: candor ? inocência ? cegueira ? "

Professor San Tiago Dantas: "Ao relatar a sugestão do Embaixador Carlos Maximiano de Figueiredo devo ressaltar que, a rigor, o Embaixador apresenta apenas uma observação em carta dirigida ao Embaixador Vasco Leitão da Cunha, relativa à situação dos Cônsules Privativos. Observa êle que os Cônsules Privativos estão numa situação perpétua de cargo isolado, o que gera para êles as maiores injustiças. Diz textualmente: são obrigados a viver e morrer nos postos, mal pagos, sem o menor estímulo e aguentando, em geral, climas horríveis. O Embaixador Maximiano de Figueiredo cita ainda o exemplo do Cônsul Luiz de Souza Martins, Cônsul Privativo em Letícia, o qual, como se dá também em relação a todos, está passando muito mal de saúde. A sugestão apresentada pelo Embaixador é no sentido de que os Cônsules Privativos, depois de prestarem 5 anos de bons serviços no pôsto de Cônsul Privativo possam ingressar na Carreira de Diplomata, por exemplo, como Cônsul de 3a. classe, independentemente de concurso. Lembra ainda o Embaixador Maximiano de Figueiredo que isso acontece no Exército, com os militares. É o que tem a dizer, resumindo, o Embaixador Figueireso."

Presidente: "Creio que já é o momento de pôr em discussão uma das teses levantadas anteriormente pelo Professor San Tiago Dantas, sobre a permanência ou mobilidade do pessoal na Secretaria. O assunto é importante e, diria mesmo, fundamental para o exame inicial dos problemas de pessoal."

Secretário Silveira: "E abandona-se, por enquanto, a emenda do Secretário Campos?"

Campos?"

Professor San Tiago Dantas: "Combinamos, na vez passada, que retomariamos, posteriormente, as discussões sobre a emenda Campos."

Secretário Silveira: "Realmente, em matéria de pessoal existem dois assuntos importantes: funções de chefia e o problema das novas carreiras na Secretaria de Estado. O primeiro já foi encarado de frente. Examinaremos o segundo e depois voltaremos a tese do Secretário Campos. Existem problemas novos que interessam particularmente à Comissão, principalmente o exame de desenvolvimento dos serviços técnicos do Itamaraty e da necessidade de ser esse serviço executado por pessoal habilitado. Quero crer que existe uma ilusão de que foram abolidas as carreiras permanentes na Secretaria, pelo fato de haver existido antigamente uma carreira permanente na Secretaria de Estado que concorria com a Carreira diplomática. Rigorosamente não houve abolição da carreira na Secretaria de Estado, como se pretende. Havia três carreiras, a carreira diplomática, a consular e a dos oficiais da Secretaria de Estado. Como as três eram colocadas em pé de igualdade, e havia transfusões e permutas frequentes, foram fundidas numa só. Mas a reforma não acabou com todos os quadros da Secretaria de Estado. Acabou, sim, com esse pequeno quadro da elite, permanecendo, porém, todas as outras carreiras auxiliares. Estou acentuando esse problema porque se ouve com frequência que vamos restabelecer o quadro da S.E."

Professor San Tiago Dantas: "Depreendo das suas palavras que a primeira tese é a de que as carreiras devem ficar estanques com relação à carreira diplomática."

Secretário Silveira: "Mas as carreiras entre elas são estanques. Todas elas são estanques porque a sistemática da Administração Pública, relativamente ao concurso, é a condição mínima exigida para a entrada na Carreira."

Professor San Tiago Dantas: "Podemos dizer, então, que o Foreign Service tanto pode ser realizado por Diplomatas e Côn

Cônsules que exercem suas funções no exterior e na Secretaria de Estado, como por funcionários administrativos especializados, que exercem suas funções na S. E. Há, portanto, duas categorias de serviço: uma que vamos denominar de corpo diplomático e a outra, de corpo da S. E., que tem necessidade, do ponto de vista do preparo, da plenitude da formação profissional. Uns e outros devem vir do Instituto Rio Branco. Ao lado dessas carreiras existem certas carreiras de natureza técnico-burocráticas que podem, perfeitamente, comportar transferências entre o Ministério das Relações Exteriores e outros setores da Administração Pública. Datilógrafos, arquivistas, taquígrafos, bibliotecários, etc., virão de concursos gerais. Estas carreiras não podem ser consideradas uma variante do corpo permanente da Secretaria de Estado: trata-se, como disse, de carreiras técnico-burocráticas, existentes no Ministério das Relações Exteriores e em todos os outros. O que me parece sumamente importante é que haja no Ministério das Relações Exteriores uma carreira cuja formação profissional assegure as mesmas experiências do Serviço diplomático e consular. Esta, sim, é a carreira de que vamos tratar, como ponto básico de nosso estudo."

Secretário Silveira: "Pois disso já cuidamos no projeto da C.O.R. A palavra Oficial Administrativo, a meu ver, tem um grave inconveniente: é um termo do Serviço Público em geral. Pensamos, então, no nome de Auxiliar de Chancelaria, que o DASP já aceitou, em princípio."

Professor San Tiago Dantas: "A palavra Chancelaria é adotada na nomenclatura do Serviço Público brasileiro?"

Secretário Silveira: "Sim".

Professor San Tiago Dantas: "A carreira que imagino seria a seguinte: o ingresso na carreira se faria como Auxiliar de Chancelaria, equivalente a 3º Secretário. A promoção já se faria para 2º oficial de Chancelaria, depois a 1º oficial de Chancelaria e, finalmente, a Conselheiro de Chancelaria."

Secretário Silveira: "Quais as vantagens de se criar essa carreira?"

carreira?"

Professor San Tiago Dantas: "Estou pensando no Côrpo permanente da S.E., e que título se lhe poderia dar."

Secretário Silveira: "O Senhor acha importante a criação desse Côrpo permanente?"

Professor San Tiago Dantas: "Sim".

Secretário Silveira: "Mas já temos várias carreiras auxiliares na S.E."

Professor San Tiago Dantas: "Não são essas a que me estou referindo. Estou me referindo a uma carreira de elite cujos integrantes ficariam na Secretaria de Estado, só saindo para Congressos, Conferências e Reuniões Internacionais. Os problemas da Chancelaria da Secretaria de Estado são hoje extremamente complexos e exigem um acompanhamento muito atento e profundo do que se passa dentro do nosso país e exige, além disso, uma complementação através do contacto com os problemas no exterior. Não há dúvida de que o Diplomata no exterior adquire uma grande experiência, mas, ao mesmo tempo, adquire experiência através da visão específica do posto em que se encontra. O diplomata vem da Europa com uma determinada visão, dos Estados Unidos da América com outra, etc. O papel de um Côrpo permanente na Secretaria de Estado é, em primeiro lugar, representar o contingente de informações permanentes sobre os problemas internos do nosso país; em segundo lugar, o contingente permanente a respeito de informações da vida internacional por via dos documentos e do contacto com os diplomatas que vêm estagiar na Secretaria, que trazem experiência viva desses problemas, ainda que dentro do ângulo de visão de seu posto. Tenho a impressão de que não podemos ter um rendimento satisfatório dos serviços da Secretaria de Estado sem mesclar esses dois contingentes, ainda que as proporções possam variar conforme a natureza de serviço."

Secretário Silveira: "Professor San Tiago, acredito que, partindo de uma tese muito parecida com a que acaba de ser

ser exposta, cheguei a resultado diverso. Talvez se criarmos a carreira de oficial de Secretaria, ou que outro nome se lhe venha dar, vamos imprimir um ranço tão passadista a essa carreira que não vamos ter o novo tipo de funcionário que realmente desejamos. Em vez de fazer uma só carreira, fariamos, então, duas. Uma voltada para assuntos políticos, outra para assuntos econômicos, mas ambas, bastante prestigiadas. Creio que com isso se obteria um maior rendimento e um sentido mais dinâmico para o que vamos criar. Assim tenho a impressão de que estaremos avançando um pouco além da proposta inicial que fiz aqui."

Professor San Tiago Dantas: "Há um ponto na sua exposição a que devemos prestar muita atenção. Se dermos a êsse Côrpo permanente - ou pelo critério de recrutamento, ou pelo tipo de formação da carreira, ou pela simples denominação dos cargos - algo que coloque êsse pessoal em posição de inferioridade com o pessoal diplomático, em estágio na Secretaria de Estado, comprometeremos o êxito dêsse sistema. A carreira permanente tem de ser valorizada. Aspectos de hierarquia dentro do Ministério não devem tolerar nenhuma inferioridade."

Presidente: "Há, porém, dificuldades de ordem prática que merecem salientadas. O que acontece frequentemente no Brasil é que o problema de remuneração tem um impacto muito grande com relação aos nossos serviços. Uma das razões pelas quais se fez a chamada fusão das carreiras foi esta. Havia homens da mais alta competência, como por exemplo o Embaixador Nabuco, que, sendo solteiro e vivendo em família, podia permitir-se o luxo de fazer tóda a sua carreira na Secretaria de Estado e de só sair para o Exterior como Embaixador. Mas sacrificou sua vida, do ponto de vista financeiro, ao passo que seus colegas se beneficiaram das vantagens justas e necessárias ao serviço diplomático no exterior. E a diferença de vencimentos de um Oficial da S.E. e de um funcionário da carreira diplomática era de tal abismo que êsse grupo da Secretaria de Estado,

Estado, ou funcionava na base de um grande sacrifício, ou busca va ansiosamente passar para o quadro de diplomatas ou cónsules. É um elemento que devemos tomar muito em conta se quisermos estabelecer um quadro na Secretaria de Estado, ao lado do problema da hierarquia."

Secretário Silveira: "Pois êsse é um dos aspectos que também me faz acreditar na vantagem da criação de alguns quadros pequenos, cujos problemas de remuneração seriam mais facilmente solucionados do que os de uma grande carreira. O ponto fundamental, básico, é a criação de algumas pequenas carreiras, bastante vivas, não burocratizadas, adaptadas a serviços específicos. Pessoal não numeroso mas do grau ótimo, com uma razoável margem de flexibilidade de adaptação no trato dos assuntos políticos."

Professor San Tiago Dantas: "Realmente, o único benefício extraordinário de que poderiam usufruir seriam as Comissões no exterior."

Secretário Silveira: "Se criarmos um corpo de 40 funcionários, não se poderá contar com que todos usufruam das vantagens de Comissões. Mas se o número fôr pequeno, êsse pessoal será escolhido na maioria dos casos para missões esporádicas. Temos de criar um pequeno Corpo de elite, na Secretaria de Estado, por exemplo, o dos técnicos de fronteiras, pessoal, orçamento, etc. Não podemos fazer o que alguns pretendem: restabelecer o corpo de Oficiais da Secretaria de Estado."

Professor San Tiago Dantas: "Isso já me parece superado. Mas há ainda outro problema: o desnível entre a iniciativa privada e o Serviço Público. A iniciativa privada sempre oferece ao homem excepcionalmente dotado perspectivas que o Serviço Público não pode oferecer. Muitos são os chamados o poucos os escolhidos...."

Secretário Campos: "O diplomata, estando sempre obrigado a atender a um chamado, a um apêlo de partida, sente-se impedido de vincular-se a atividades colaterais. Há muitos funcionários de tipo médio que tem interêsse em manter determinados

determinados contatos com iniciativas privadas, com atividades acadêmicas, etc., o que lhes torna aceitável estágio maior na Secretaria de Estado."

Professor San Tiago Dantas: "Pode dar-se o caso de ser professor e funcionário..."

Secretário Roberto Campos: "Há casos muito frequentes de funcionários que não se sujeitam à excessiva mobilidade, por motivo de interesse de família e outros."

Secretário Silveira: "Nesse assunto temos de ser um pouco exploratórios: buscar a solução feliz. Precisamos de técnicos, às vezes, para assumir atividades propriamente das grandes Embaixadas. Como, pois, resolver esse assunto? Burocratizar esses técnicos? Não seria uma solução boa fazê-los funcionários do Itamaraty. Nesse momento, ou eles ficariam iguais aos da Carreira, ou então, perderiam contato com o Brasil, o que devemos evitar. Então chegaríamos à seguinte conclusão: propor que do mesmo modo que existe uma verba de representação, haja também uma verba de representação para os adidos que forem requisitados de outros Ministérios, e a lei determinaria que receberiam seus vencimentos no exterior como os Diplomatas, e mais uma verba de representação. Tenho a impressão de que seria uma solução muito feliz e, ao mesmo tempo, o funcionário poderia voltar para suas antigas funções. Quem sabe talvez se se pode fazer isso?"

Professor San Tiago Dantas: "Sou infenso à idéia de prover esses cargos permanentes, de que temos necessidade, por contratos. Parece-me nitidamente um sistema de transição, que impera num momento em que a Secretaria de Estado sente a necessidade dessas contribuições mas não conta com a formação profissional do seu pessoal para dar desempenho a essa missão. Sou um profundo crente da Carreira diplomática, acho que a diplomacia, como formação, como conjunto de conhecimentos especializados, é uma coisa do nosso tempo e, ainda, do futuro; desenvolver-se-a cada vez mais a necessidade desse tipo de profissional

profissional, que estuda os problemas de outro modo e sob outro ângulo, e dêles faz uma síntese. Devemos tender a ampliar a formação do Diplomata, pela criação desses vários cursos de aperfeiçoamento. Tenho a impressão de que o Instituto Rio Branco desaparecerá, no futuro, porque não terá uma posição muito lógica no dia em que qualquer Universidade tiver um Curso de Diplomação. Essa é a solução da transição. A solução do futuro, que tem de prevalecer, é a existência de funcionários com formação de Diplomata, mas sediados permanentemente na Chancelaria. Aliás, não sei qual seja a tendência nas outras Chancelarias."

Secretário Silveira: "A tendência é fundir as carreiras. O Relatório Hoover é um exemplo frisante."

Presidente: "A rigor, os americanos não tinham diplomatas. Organizaram um serviço exterior, depois do que criaram um Corpo permanente da Secretaria de Estado. A reforma Hoover visa justamente a fundir esse Corpo da Secretaria de Estado com o do exterior, pois era evidente o divórcio de mentalidade entre os do corpo de diplomatas e os do corpo permanente da Secretaria de Estado, divórcio que provocou a proposta da Comissão Hoover para que se promovesse o estabelecimento de um só quadro."

Secretário Silveira: "A proposta do Professor Santiago Dantas, a meu ver, não resolve o problema do Departamento Econômico. O homem que se impõe no Departamento Econômico, além do Diplomata, é o Economista, que pode adquirir uma mentalidade geral aliada à capacidade de compreender claramente os problemas econômicos mesmo sendo um especialista. Isso, indiscutivelmente, hoje, tem um valor muito grande."

Professor Hermes Lima: "Quem sabe se não poderíamos tentar uma solução diversa. Funcionários da carreira de Diplomata na S.E. poderiam requerer ao Ministro de Estado para nela permanecer, o que lhes daria a iniciativa de uma certa escolha. Em suma, os que não quisessem ir para o exterior, poderiam servir

servir na Secretaria de Estado. Esses funcionários que requeressem uma, duas ou três vezes, ao completarem, digamos, 10 anos de permanência na S.E., seriam considerados permanentes e não serviriam mais no exterior. Esse sistema aproveitaria a tendência de muitos que gostariam de servir mais na Secretaria de Estado do que no exterior. A vida móvel do diplomata tem realmente, para muitos, inconveniente muito grande, por motivos pessoais, de família, etc."

Professor San Tiago Dantas: "Restaria ainda um pequeno problema. Se o funcionário tivesse no primeiro instante a certeza de que era um funcionário estável no posto, êle poderia orientar, com mais certeza, suas inclinações para tal ou qual atividade complementar. Um funcionário auxiliar, em serviço no Departamento de Economia, pode perfeitamente ocupar uma cátedra na Universidade, dentro do mais rigoroso princípio de acumulação. Mas se é um Diplomata, não pode, porque poderá deixar o país dentro de certo tempo. A idéia do Professor Hermes Lima me agrada, em princípio."

Secretário Silveira: "Tem ainda uma vantagem: não exclui o quadro de Economistas. E êsse, é de se prever, podemos criar com grande sucesso. Terá boa repercussão no mercado de trabalho brasileiro. A carreira de economista, portanto, não deixa dúvidas, não parece ser problema."

Professor San Tiago Dantas: "Mas o Economista ficará sem comando? Suponhamos que entre no primeiro grau para êsse cargo, passando, depois, para o 2º, o 3º etc. A partir de um certo tempo, êle deve poder desempenhar cargos de chefia."

Secretário Silveira: "Se a carreira fôr de economista dentro do Ministério das Relações Exteriores, não selhes pode negar isso."

Professor San Tiago Dantas: "Se o Ministério não estiver contente com o funcionário requerente, nos termos da proposta do Professor Hermes Lima, poderia recusar seu pedido de permanecer na S.E.?"

S.E.?"

Professor Hermes Lima: "Nesse caso estudará a possibilidade de um julgamento sobre êle. Deve-se pensar em um critério que assegure ao funcionário o direito de permanecer na S.E., se assim o desejar, colocando-o a cavaleiro de especulações, injustiças e discriminações. Tem o direito de permanecer, fazer a carreira no Brasil, ou porque pretenda ser professor, ou porque tenha outros interesses, e não quer viajar, fazer a vida de Diplomata. O funcionário, nesse caso, permaneceria 6 anos, depois do que poderia ser considerado permanente. Essa solução atingiria todos os graus da Carreira."

Professor San Tiago Dantas: "Seria uma espécie de posto permanente por usucapião."

Presidente: "Acho que se encaminharmos nosso estudo por êsse caminho, talvez consigamos uma solução."

Professor San Tiago Dantas: "Uma objeção séria que me veio agora é a de que o critério pelo qual o funcionário escolherá o seu período de permanência no Rio não é um critério institucional, é mais de conveniências, de harmonização de problemas pessoais. Essa solução parece muito interessante, mas daria uma arma ao funcionário para lutar contra as designações indesejáveis."

Secretário Roberto Campos: "A nossa formação diplomática tem sido pouco especializada; praticamente todos os diplomatas se dedicam aos assuntos políticos. O assessorado político é menos proeminente. Desejaria saber a que visa o Secretário Silveira ao contemplar a instituição de assessoramento no Departamento Político."

Secretário Silveira: "Em primeiro lugar, teríamos uma brecha de entrada através da ampliação do corpo de especialistas em direito: Consultor Jurídico e Assessores Jurídicos. Prepararemos, assim, um corpo mais especializado em assuntos jurídicos internacionais, o que, talvez, não dispense um corpo específico na parte política, como se faz nos Estados Unidos, onde existem os graduados em cursos de política exterior."

exterior."

Presidente: "A sugestão do Professor Hermes Lima se apresentaria de outra forma se a recusa fôsse por 5 em vez de 3 anos. O funcionário pensaria mais antes de recusar um posto."

Secretário Silveira: "A Secretaria de Estado não pode ficar dominada por um corpo que não conhece os problemas do pessoal no exterior. Outro inconveniente é que eles tomariam conta do Ministério. Evidentemente, se indivíduos capazes ficassem no Ministério, eles ocupariam militarmente o Ministério, com o perdão da comparação."

Professor San Tiago Dantas: "Poder-se-ia dar o caso de termos, hoje, 150 diplomatas fora e 50 permanentes na S.E. e amanhã 180 diplomatas na S.E. e o restante fora. Seria preciso cogitar de uma solução mais institucional."

Presidente: "Vou levantar a sessão com os meus agradecimentos a todos pela brilhante cooperação. Creio que demos um grande passo e desejaria ouvir o Secretário Campos em outra ocasião, mais longamente. Pergunto se poderemos fazer nova reunião na próxima semana, quarta-feira, às 17:30 horas." (Todos de acordo).

Professor San Tiago Dantas: "Desejaria sugerir, se o Presidente da Comissão concordar, que se organizasse uma pequena sub-comissão da qual faria parte o Secretário Roberto Campos, que nos traria na próxima sessão uma fórmula em que se procure conciliar as teses aqui examinadas. Isso já nos apressaria muito o trabalho."

Secretário Silveira: "Seria excelente."

Presidente: "Designaria, então, o Secretário Campos e o Professor San Tiago Dantas para apresentar o referido trabalho."

Nada mais havendo que tratar, foi encerrada a sessão, do que para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, a presente ata.

Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1953.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

23a. Reunião.

14.I.53.

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Professor San Tiago Dantas
Professor Hermes Lima
Doutor Arízio de Vianna
Secretário Roberto Campos

Aberta a sessão, o Presidente submeteu aos presentes a aprovação da agenda, após o que deu a palavra ao Professor San Tiago Dantas.

Professor San Tiago Dantas: "A rigor, há nessa fôlha de papel duas sugestões distintas, Senhor Presidente. Em primeiro lugar, há uma fórmula de transação do Secretário Campos, que ele preferiria chamar de transição, com relação ao problema das chefias. Em segundo lugar, há um aproveitamento que procuramos fazer da fórmula do Professor Hermes Lima, apresentada com relação ao Quadro Permanente, quer dizer, um desenvolvimento da sua idéia apresentada na sessão anterior. Como Vossa Excelência e os demais membros da Comissão se recordam, o problema dos cargos de Chefia tinha suscitado, na nossa Comissão, uma divergência fundamental. Ao sistema vigente, e também ao proposto no art. 7º do projeto elaborado por esta Comissão, o Secretário Campos contrapôs a tese radicalmente oposta, que diz ser seguida na maioria do sistema de chefias do Serviço Público brasileiro: liberdade completa nas funções de chefia, com elementos da Casa ou estranhos a ela, atendendo apenas ao princípio da capacidade

PIA.
capacidade e do mérito. O debate nesta Comissão mostrou que a maioria dos Membros entendia que na natureza da carreira diplomática o fator hierárquico não desempenha um papel tão importante como nas carreiras militares, mas não deixa de ter a sua importância e sobretudo exige o critério de confiar as ch fias a pessoas do Côrpe diplomático. Do exame das vantagens e desvantagens dos dois sistemas, nasceu a idéia de colocar a solução entre os dois extremos. Com relação aos cargos superiores, isto é, os cargos de Secretário Geral, Sub-Secretário e os de Chefes de Departamento da Diretoria Geral dos Negócios Políticos e Econômicos, adotar-se-ia o sistema da livre escolha, dentro ou fora da carreira. Essa idéia, a consignamos nos dois artigos d'este projeto."

Doutor Arízio de Vianna: "Portanto, o cargo de Secretário Geral pode ser provido por pessoas estranhas ao Itamaraty?"

Secretário Roberto Campos: "O cargo de Sub-Secretário de Estado seria o equivalente ao de Chefe dos Departamentos Político e Cultural, e o de Secretário Geral passaria a ser o de Diretor Geral de Administração."

Doutor Arízio de Vianna: "Isso não alteraria as pra xes do Itamaraty? A função do Secretário Geral não está já tra dicionalmente definida como a de um funcionário da Casa?"

Presidente: "Quero crer que não há inconveniente. Se essa função fôsse confiada a uma pessoa de fora da Casa, não deveria ter o título de Secretário Geral. Nesse caso o car go de Secretário Geral passaria a ser exercido pelo Diretor Ge ral da Administração, que, então, sim deverá ser obrigatoriamente, sem dúvida alguma, funcionário do Itamaraty." Teríamos, então, o Secretário Geral para funções administrativas rotineiras, e Sub-Secretário de Estado para função política. Isso levanta um pequeno problema: saber se se pode criar um cargo de Sub-Secretário de Estado."

Doutor Arízio de Vianna: "Acho que nesse ponto não deve haver hesitação."

hesitação."

Professor San Tiago Dantas: "Neste organograma que nos está servindo de base, temos os cargos de Diretor Geral dos Negócios Políticos e Econômicos, e o de Administração."

Doutor Arízio de Vianna: "Então houve a supressão do cargo de Secretário Geral?"

Presidente: "Não, é que o cargo de Secretário Geral passará a ser o de Diretor Geral de Administração."

Doutor Arízio de Vianna: "Portanto, o Sub-Secretário não teria comando?"

Professor San Tiago Dantas: "O Sub-Secretário teria a função de império, como o Ministro de Estado. Essa é a primeira sugestão. A segunda é uma tentativa, refere-se ao problema levantado pelo Professor Hermes Lima."

O Professor San Tiago Dantas leu, a seguir, o parágrafo 3º de seu projeto.

Doutor Arízio de Vianna: "A condição de prerrogativa fica a critério do funcionário? Não seria talvez conveniente que, em alguns casos, se permitisse à própria Administração decidir da permanência do funcionário?"

Professor San Tiago Dantas: "Isso está previsto como alternativa. O texto é o seguinte: Os funcionários da carreira diplomática em serviço na Secretaria de Estado poderão requerer, ao fim do estágio regulamentar, a prorrogação do seu período de serviço na mesma Secretaria, por prazo não inferior a cinco anos, observadas as seguintes condições.... Antes de mais nada, convém explicar porque optamos pelo prazo de cinco anos. É que o prazo mais longo evita que a permanência seja usada como arma contra as designações indesejáveis, como assinalamos na reunião passada."

Secretário Campos: "Outro motivo aventado seria reduzir a possibilidade de querer o funcionário permanecer na Secretaria de Estado, por motivo de promoções; como o tempo das promoções se confina a um horizonte de 2 a 3 anos, não é

é muito provável que o funcionário opte por ficar 5 anos na Secretaria de Estado, à espera de uma promoção."

Professor San Tiago Dantas: "Prosseguindo, por prazo não inferior a cinco anos, observadas as seguintes condições: a) ter o funcionário prestado serviço em postos no exterior por mais de dois anos. Também como foi dito, seria inconveniente que o funcionário que vai ocupar uma posição mais ou menos permanente na Secretaria de Estado não tivesse conhecimento dos métodos de trabalho no exterior. Esse requisito visava a impedir essa espécie de marinheiro de praia."

Presidente: "Dois anos, de acôrdo com a nossa regulamentação, é simplesmente o período mínimo de um posto. Isso não daria ao funcionário em questão senão a experiência de um só posto. Deveria dizer-se pelo menos 2 postos no exterior."

Professor San Tiago Dantas: "Diz ainda o projeto : ser a sua permanência na Secretaria de Estado considerada útil à eficiência e continuidade do serviço pela Comissão de Eficiência. Essa Comissão não existe, foi apenas uma sugestão. O ponto de vista do Doutor Arízio de Viana parece consubstanciado na seguinte proposição: A Comissão de Eficiência poderá dispensar o requisito da alínea a do artigo anterior... É uma tentativa de reduzir a escrito a idéia que o Professor Hermes Lima lançou na reunião passada e de consolidar nela algumas das observações que foram feitas. Está aqui como um texto de trabalho para podermos em tôrno de algo já redigido sentir melhor os pontos fracos da fórmula a ser examinada e ver se deve subsistir ou ser substituída."

Presidente: "Tenho a impressão de que a proposta atende a muito do que foi debatido na semana passada. Não há a menor dúvida de que a Secretaria de Estado ganha sempre quando há funcionários que ficam mais tempo do que 2 a 3 anos e, muito especialmente, quando são funcionários especializados. Por

OPIA.

Por outro lado, evitar-se-ia a criação de uma carreira que poderia entrar em competição com a Carreira diplomática e até em termos de desigualdade com a mesma, com prejuízo justamente dos serviços que se desejam desses funcionários permanentes. Creio que esse trabalho vai ser-nos extremamente útil e apreciaria que os Membros da Comissão o examinassem com a devida atenção, a fim de que na próxima reunião pudéssemos dar um parecer já mais maduro a respeito. Quanto à emenda ao artigo 7, apresentada pelo Secretário Roberto Campos, creio que estamos todos de acordo em que o cargo de Sub-Secretário deve ser de livre escolha, mesmo dentre pessoas de fora da Carreira. Estamos também de acordo em que os setores eminentemente técnicos também possam ser chefiadas por técnicos. Pessoalmente, ainda tenho dúvidas quanto à vantagem de dar a chefia de Departamentos a pessoas estranhas à Carreira. Meditarei mais longamente sobre o assunto para dar a minha opinião. Inicialmente, parece-me que não é muito aconselhável no sentido de que a própria experiência dos Chefes de Departamento nos seus trabalhos no exterior, quer em serviços consulares, quer em serviços diplomáticos, quer em organismos internacionais, aconselha o seu aproveitamento na chefia dos Departamentos, de modo que, pessoalmente, ainda tenho reservas quanto a dar chefias departamentais a pessoas estranhas à carreira. Quanto ao cargo de Sub-Secretário, não tenho a menor dúvida e de antemão já o tinha apoiado."

Secretário Roberto Campos: "Talvez fôsse conveniente, no caso da decisão de permanência na Secretaria, que a mesma fôsse colegial, em vez de ser unilateral, do Ministro de Estado. Uma decisão colegial sempre neutraliza simpatias ou antipatias."

Presidente: "Em vez da Comissão de Eficiência, sugeria que fôsse a Comissão de Coordenação e Planejamento, consi-

PIA.
constituída dos altos Chefes, que são os mais habilitados a julgar."

Secretário Roberto Campos: "Aliás, é preciso não esquecer que, geralmente, os funcionários que desejam permanecer, ficam quase sempre em funções chaves, destinadas a assegurar a continuidade de orientação. Isso se baseia na experiência que o Ministério das Relações Exteriores tem sentido. Por todos os meios se deve impedir também a punição financeira ao funcionário que está há muito tempo na Secretaria, onde é considerado absolutamente indispensável; tal é o caso do Secretário Edmundo Barbosa da Silva, e outros. O Embaixador Maurício Nabuco foi outro caso conhecido."

Doutor Arízio de Vianna: "Atualmente os atos de remoção do pessoal são feitos por decreto?"

Presidente: "Sim. E também tôdas as nomeações para chefia de Divisão são feitas por atos do Presidente da República."

Doutor Arízio de Vianna: "Os Senhores veriam inconveniente em que continuasse essa prática?"

Presidente: "Desejo apenas lembrar que já levantamos aqui a questão existente no Ministério das Relações Exteriores e no Serviço Público em geral, do excesso de responsabilidade que pesa sobre o Presidente da República e a consequente diminuição de autoridade dos Ministros. Acredito que seria vantajoso para o Ministério e para o Serviço Público brasileiro que houvesse maior descentralização de autoridade."

Doutor Arízio de Vianna: "Há ainda uma dificuldade de ordem legal, que precisa ser vencida: sendo os Chefes de Departamento de fora da Carreira, a que padrão obedeceriam seus vencimentos? Sendo da Carreira, não há dúvida, trata-se de função gratificada. Além do mais, sendo os Chefes de Departamento escolhidos dentre pessoas de fora da Car"

Carreira, haveria ainda o problema de serem os cargos públicos providos pelo Presidente da República."

Secretário Roberto Campos: "É o problema que surge no recrutamento de pessoas que vêm de fora; não terão um padrão básico."

Presidente: "Para isso é preciso encontrar uma fórmula legal e estou certo de que o Doutor Arízio de Vianna a encontrará."

Secretário Roberto Campos: "Quanto ao problema da conveniência ou não das nomeações diretas do Presidente da República que aqui foi discutido, reitero meu receio de que resultaria uma diminuição de poder do Ministro de Estado em virtude de determinados auxiliares terem seu ato de investidura assinado por uma autoridade superior, e em alguns casos se julgariam por isso mesmo excessivamente vinculados ao Presidente da República. Seria o caso de se pensar no sistema saxônico, nomeação do Presidente por indicação do Ministro de Estado. Não sei se esse sistema seria consentâneo com nossa jurisprudência administrativa. Seria, em todo o caso, uma solução intermédia do problema. Nessa hipótese, o Presidente da República teria dois direitos: subjetivo - sugerir nomes, e objetivo - vetar os nomes indicados pelo Ministro."

Presidente: "Quando se trata de autoridade muito superior, compreendo perfeitamente a nomeação pelo Presidente da República. Os Chefes de Departamento, porém, deveriam ser nomeados por indicação do Ministro de Estado, mediante decreto do Presidente da República. Quanto aos Chefes de Divisão, não seria mais fácil e flexível que fossem nomeados pelo Ministro de Estado?"

Secretário Roberto Campos: "A fórmula intermediária que imaginei seria unicamente para os chefes departamentais. Na Chefia de Divisões, não faria sentido. Deve ser pura designa-

designação do Ministro de Estado."

Professor San Tiago Dantas: "No nosso esquema, os chefes de Departamento escolhidos com essa liberdade adquire um papel muito semelhante ao dos Secretários de Estado Adjunto ou Assistentes. No Departamento de Estado americano êsses Secretários de Estado são muito numerosos (11) e não têm hierarquia tão elevada. Mas no Departamento de Estado há, por exemplo, um Secretário Assistente só para os assuntos econômicos. Não sei se há para os assuntos políticos."

Professor Hermes Lima: "Ainda quero pensar sobre a indicação dos Chefes dos Departamentos Político e Econômico, no que tange à possibilidade dessas chefias serem exercidas por gente de fora do Itamaraty. Ainda não cheguei a uma conclusão definitiva. Mas se chegar a uma conclusão de que essas chefias devem ser exercidas por gente de fora do Itamaraty, adotaria o ponto de vista de que êsses chefes devem ser nomeados pelo Ministro de Estado, sem indicação do Presidente da República. Porque, tomando muito em consideração as ponderações do Secretário Campos, uma nomeação de um Chefe de Departamento Político ou Econômico pelo Presidente da República deveria estimular e provocar certas pretensões de independência... Nomeados diretamente pelo Ministro de Estado, essa situação poderia ser perfeitamente contornada e evitada."

Professor San Tiago Dantas: "Acho plenamente justa a sua sugestão."

Doutor Arízio de Vianna: "A forma de provimento dos cargos públicos tende a sofrer um tratamento mais consentâneo com as normas da necessidade e é mesmo prevista uma maior descentralização. A Constituição diz textualmente: Compete ao Presidente da República prover os cargos públicos, com as ressalvas contidas nesta Constituição. Por conseguinte, a lei ordinária não poderia estabelecer outras ressalvas que as previstas na Constitui

Constituição. O que a lei ordinária pode é estabelecer condições para que esse provimento se faça em nome do Presidente da República, pelo Ministro de Estado, que é uma autoridade a ele subordinada, sendo esta a fórmula que procuramos atingir. Não veria inconveniente nenhum em que se desse ao Ministro de Estado direito de nomear esses Chefes de Departamento em nome do Presidente da República, mesmo que se trate de cargos isolados."

Presidente: "Eu fui nomeado para o Itamaraty por Portaria do Ministro de Estado, em nome do Presidente da República, o que significava uma delegação de poderes do Chefe do executivo."

Professor Hermes Lima: "Pergunto ao Professor Santiago Dantas quanto a fórmula apresentada: os funcionários da Carreira diplomática, em serviço na Secretaria de Estado, poderão requerer, ao fim do estágio regulamentar, a prorrogação do seu período de serviço na mesma Secretaria, por prazo não inferior a cinco anos, observadas as seguintes condições. Na reunião passada, ao se sugerir esse prazo de 5 anos para evitar que o pedido de permanência fosse apenas ad-hoc, alvitrou-se que o funcionário pediria a permanência por prazo não inferior a 5 anos; mas ficou entendido que nesse prazo ele não poderia sair da Secretaria de Estado,"

Presidente: "Não poderia sair de motu próprio."

Professor Hermes Lima: "Durante esses 5 anos ele não poderá ser transferido, mas, como o Secretário Campos ponderou, a conveniência do serviço é sempre elástica, e é a ela que se deve, sobretudo, atender."

Doutor Arízio de Vianna: "O funcionário ficaria, então, impedido de receber uma comissão no exterior?"

Professor Hermes Lima: "O que ponderamos é que o prazo fosse bastante longo para que o funcionário refletisse antes de pedir sua permanência, para que esta não fosse usada

usada como uma arma para fugir a uma remoção indesejável. Esse prazo de 5 anos, portanto, deveria ser rígido."

Professor San Tiago Dantas: "Eu também estou de acordo, em princípio, com essa idéia. Notemos que isso tudo é para reter na Secretaria de Estado um corpo de elite com o qual o Governo precisa jogar em mais de um taboleiro. Acho isso sumamente importante. Mas é preciso não comprometer as necessidades do serviço do Ministério por um ato de natureza administrativa."

Presidente: "É preciso notar que essa proibição não impede o funcionário de ir para fora em comissão, quero dizer, a uma conferência internacional. O que se proibiria seria o exercício de suas funções permanentes fora do país."

Professor Hernes Lima: "Isso é claro. Essa fórmula poderia talvez, como disse o Professor San Tiago Dantas, condicionar esses aspectos importantes."

Professor San Tiago Dantas: "Não devemos esquecer essa hipótese."

Professor Hernes Lima: "Em vez de ter o funcionário prestado serviço em postos no exterior por mais de 2 anos, poderíamos dizer: por mais de 4 anos."

Presidente: "Eu sugeriria que o aspecto de ter servido em mais de um posto também fôsse considerado. Por isso, proponho: ter servido em mais de um posto."

Secretário Roberto Campos: "Isso parece-me perfeitamente aceitável."

Presidente: "A idéia do rodízio é a de experiência. Por regra, são 2 ou 3 anos em cada posto. Há casos excepcionais, por motivos supervenientes."

Doutor Arísio de Vianna: "Então não há necessidade de se referir a prazos."

Secretário Roberto Campos: "A maior dificuldade parece-me ser a seguinte: se tornamos a proibição rígida, pode-se proibir desnecessariamente o Ministro de Estado de lotar um

IA.
um determinado funcionário num determinado posto. Suponhamos que fôsse utilíssimo colocar determinado funcionário na Embaixada em Buenos Aires, porque fôsse ele o homem mais entendido, no Ministério, dos problemas do Trigo. E que esse homem não pudesse ir porque não poderia sair da Secretaria antes de 4 ou 5 anos. Seria, então, o caso de voltar à sugestão inicial, de um prazo menor. Bem sei que o prazo reduzido, por seu lado, facilita a desmoralização do sistema."

Professor San Tiago Dantas: "O problema é realmente complexo; de um lado sentimos a necessidade de acautelar o Serviço Público com o máximo de flexibilidade e, por outro lado, sabemos que essa flexibilidade abre as portas à corrupção?"

Presidente: "Se se dissesse 3 anos prorrogáveis?"

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "Acho que a redação está muito feliz. No primeiro caso: a permanência a pedido do funcionário. No segundo, por decisão da Comissão de Eficiência, quer dizer, por interesse do Serviço. Nessa última hipótese não foi previsto prazo, o que é muito compreensível."

Professor Hermes Lima: "Poder-se-ia propor, em suma: permanência de 3 anos, que é um prazo menor; evitaria situações que contrariam o próprio interesse do Serviço."

Professor San Tiago Dantas: "Quando é o interesse público que fala, deve falar sem entraves. Quando é o interesse do funcionário, deve caber à Administração opinar. Assim, por exemplo, o caso que estamos sempre trazendo a lume como uma espécie de leading case - Edmundo Barbosa da Silva - que não tem motivo nenhum para ficar bloqueado na Secretaria. Se a Comissão de Planejamento decidir que ele deve ocupar tal ou qual posto fora, deve poder propor à Administração que o faça, sem entraves."

Presidente: "Acredito, então, que podemos examinar essa proposta e na próxima reunião chegar a uma conclusão definitiva sobre o assunto."

assunto."

Professor Hermes Lima: "Antes de encerrada a sessão, desejava apenas adiantar que tenho intenção de apresentar uma proposta sobre estágio no exterior, de funcionários recém-nomeados, o que farei, pormenorizadamente, em reuniões futuras."

O assunto foi objeto de uma breve discussão informal, após o que o Presidente deu por encerrada a sessão. Do que, para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, a presente ata.

Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1953.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

24a. Reunião

21.I.53.

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
Professor Hermes Lima
Doutor Rômulo Almeida
Secretário Roberto Campos
Secretário Antonio Azeredo da Silveira

Aberta a sessão, submeteu o Presidente a agenda do dia à aprovação. Salientou, então, que seria conveniente que a Comissão concluísse seu trabalho até o fim do mês, quando contava entrar em férias. Estaria disposto, entretanto, a comparecer às reuniões semanais da Comissão para participar da elaboração do relatório. Continuando, assinalou que "se estamos de acôrdo, podemos examinar os aspectos gerais que constam do item 3º da agenda de hoje, prosseguindo nas discussões sobre o trabalho apresentado pelos Senhores Professor San Tiago Dantas e Secretário Roberto Campos. Há aspectos de caráter administrativo que considerar na adoção desse projeto, mas são mais de forma do que de fundo. Gostaria de ouvir a respeito a opinião do Professor Hermes Lima."

Professor Hermes Lima: "Sugeriria, para uma melhor ordem na discussão da emenda, que é objeto da nossa atenção - projeto nº 2 - que examinássemos o projeto, que já é produto de uma troca de idéias realizada na última reunião e que então discutíssemos esse projeto agora, item por item, de maneira a seguir de modo sistemático e pormenorizado suas linhas, pois já chegamos a essa fase, que é a de apreciar e deliberar sobre o texto já existente."

COPIA.
existente."

Presidente: "Se a Comissão está de acôrdo, podere-mos prosseguir nessa ordem de idéias. Começemos com o artigo de ordem geral, substitutivo do Art. 7 do projeto inicial, on-de a primeira referência era feita ao Secretário Geral. Nesse novo texto, como vêem, mudou-se a ordem."

Professor Hermes Lima: Lê: "Os cargos de chefia se rão exercidos em comissão e providos mediante designação do Ministro de Estado, com funcionários dos quadros permanentes do Ministério das Relações Exteriores, observados os requisitos de capacidade e experiência funcional, na forma do Regulamento."

Presidente: "Aí há uma questão prévia que examinar. É preciso esclarecer o que queremos dizer com quadros permanentes ou da carreira de Diplomata. Porque há vários quadros permanentes."

Secretário Silveira: "Há 2 grandes quadros: permanente e suplementar. Tenho a impressão de que êsse substitutivo não é bastante claro. O importante é não limitar à carreira de Diplomata, atendendo também a outras carreiras, mas não a tôdas. Houve, até certo ponto, uma transação nesse sentido; o quadro permanente inclui carreiras às quais eu penso que não se possa estender a escolha. Por exemplo, Cônsules Privativos. Acho isso muito perigoso, pois é um quadro, em geral, mal escolhido."

Secretário Roberto Campos: "Nesse caso poder-se-ia adotar a expressão: carreiras técnico-profissionais; a carreira de economista, por exemplo, se fôr criada, e eventualmente a carreira de Assessor Político. Enfim, a carreira de técnicos profissionais cobriria carreiras outras que não a de Diplomata, em nível especializado."

Secretário Silveira: "A meu ver, fazer referência simplesmente a funcionários da carreira de Diplomata ou de carreiras do quadro permanente com capacidade funcional, é fazer

fazer, de certo modo, uma referência lírica."

Secretário Roberto Campos: "Trata-se de encontrar a redação adequada. O problema é de forma e não de substância. A intenção do texto foi apenas dilatar a área de escolha para as funções de chefia além da bitola da carreira diplomática, sem, entretanto, relaxá-la a ponto de introduzir elementos de carreiras menores, de nível ^{mais} mecânico que profissional."

Secretário Silveira: "Acho melhor ser um pouco mais preciso."

Secretário Campos: "Falar em carreiras especializadas já é indicar que na escolha para as funções de chefia se deve ter em conta a afinidade entre a carreira e a especialização funcional implícita em cada chefia."

Secretário Silveira: "Eu creio que a própria lei já deve ter uma redação de modo a evitar inconvenientes futuros."

Secretário Campos: "Mediante designação com funcionários da carreira diplomática ou de carreiras especializadas da Secretaria de Estado, me parece uma boa fórmula."

Secretário Silveira: "Observados os requisitos de capacidade funcional, seria conveniente acrescentar."

Presidente: "Exato; então a emenda seria nessa forma. O que acha o Professor Hermes Lima?"

Professor Hermes Lima: "Estou de acordo, desde que o Secretário Silveira e o Secretário Campos e o Presidente, que são do Ministério e têm conhecimento mais profundo dessa matéria, não vêem nisso inconveniente. De minha parte, concordo."

Secretário Silveira: "Quanto à questão da designação pelo Ministro de Estado, continuo a pensar que o assunto não foi sequer contemplado no projeto de reforma administrativa do Governo, cuja tendência de descentralização é acentuada. No Brasil o problema não é só de descentralização, é muito mais de hierarquização, de responsabilidade. Creio que o sistema centralizado, num país como o nosso, é o melhor. Se colocarmos cargos altos, como êsses do Ministério das Relações Exteriores, em

em mãos do Ministro de Estado ou em mãos do Presidente, de qualquer maneira o Ministro nunca fará uma designação sem ouvir o Presidente. E, além do mais, a proposta é sempre do Ministro de Estado. O fato de ser designado pelo Presidente da República, com referendo do Ministro de Estado, a meu ver, já dá uma estabilidade de tão maior do que ser designado pelo Ministro de Estado."

Professor Hermes Lima: "Mas quem é mais competente do que o Ministro de Estado para indicar?"

Secretário Silveira: "Mas o Ministro de Estado indica sempre. As promoções por merecimento são sempre do Presidente da República. Pelo projeto de reforma administrativa do Governo, verificarei que tudo que é de decisão é do Presidente da República, e o que é declaratório é dos Ministros de Estado."

Professor Hermes Lima: "Pelo projeto de reforma administrativa, o Ministro de Estado nomeia os funcionários."

Doutor Rômulo Almeida: "A investidura como funcionário é que é atribuição dos Ministros."

Presidente: "É preciso não confundir a admissão ao cargo com a ocupação da chefia de uma função."

Secretário Silveira: "A meu ver, a Reforma pretende dar autoridade aos Ministros de Estado, por decreto..."

Professor Hermes Lima: "Tenho a impressão de que a reforma dá aos Ministros de Estado atribuição para a nomeação de funcionários para cargos de chefia. De qualquer maneira, acho esse princípio saudável."

Secretário Silveira: "Acho a solução teoricamente boa, mas me parece abstrata. No Brasil, o sistema presidencial é centralizado. Trata-se apenas de tirar dos ombros do Presidente da República os encargos meramente mecânicos."

Presidente: "A nomeação poderia ser feita em nome do Presidente da República, por Portaria: O Ministro de Estado, em nome do Presidente da República,....."

Secretário Silveira: "Para exemplificar porque sou contra a nomeação pelo Ministro, reporto-me a um dos problemas que temos tido no Ministério, que é o da confirmação do diplomata na Carreira, instituição que se foi relaxando ao extremo, e se relaxou exatamente a partir do dia em que passou do Presidente da República para o Ministro de Estado. Ela hoje é tácita, e por isso mesmo não existe. Estamos tentando examinar essa instituição e dar-lhe o realce que merece. Numa carreira como a nossa, a confirmação livra o Ministro de Estado de dores de cabeça futuras. Quando era do Presidente da República que confirmava, havia uma Exposição de Motivos sobre o funcionário. O ato tinha uma solenidade inerente à alta autoridade que o assinava. Depois passou a ser um ato interno, publicado no Boletim e hoje, virtualmente, não existe."

Presidente: "O Senhor está raciocinando em função de um caso concreto, e não de uma questão de princípio. Se o Ministro quiser dar importância e solenidade a êsse ato, poderá fazê-lo."

Secretário Roberto Campos: "A minha impressão é de que uma comparação entre a vantagem litúrgica decorrente da solenidade do ato de nomeação e a desvantagem disciplinar que deriva do fato de não ser a indicação feita pelo Ministro de Estado, esta última sobreleva àquela."

Secretário Silveira: "Sua experiência me parece inteiramente teórica. Os chefes são escolhidos pelo Ministro de Estado; o Presidente da República geralmente não se preocupa. Mas o fato do Ministro de Estado ter de indicar o nome ao Presidente da República dá, sem dúvida, ao funcionário maior responsabilidade. Para voltar atrás, o Ministro terá de justificar ao Presidente da República. Apenas queria deixar constar êsse meu ponto de vista."

Presidente: "Experiência no Departamento de Administração não tenho. Mas da minha experiência da Casa, acho que certos atos, desde que feitos em nome do Presidente da Re

República, seriam executados sem inconveniente algum pelo Ministro de Estado. Se acham que Chefe de Departamento não pode ser designado pelo Ministro, seria então, de pensar na nomeação pelo Presidente, por indicação do Ministro de Estado."

Secretário Silveira: "Sempre por indicação do Ministro de Estado. Mas que se diga isso na lei, acho sumamente necessário. Com os Chefes de Divisão também se passaria o mesmo. O que acontece no Ministério das Relações Exteriores é o seguinte: os Chefes de Divisão são escolhidos pelo Chefe de Departamento, quase sempre. Os Chefes de Departamento têm a sua equipe, têm de escolher os seus Chefes. O Chefe de Departamento de Administração depende do Chefe de Pessoal, de Material, de Comunicações, etc. A designação pelo Presidente adquiriria uma certa estabilidade, que não lhe pode conceder a designação pelo Ministro."

Professor Hermes Lima: "Então, é idéia assente que a única garantia de um Chefe é que a sua nomeação seja feita pelo Presidente da República?"

Secretário Roberto Campos: "É uma garantia, sem dúvida, mas também é um convite à indisciplina."

Secretário Silveira: "De indisciplina não carece a Secretaria de Estado absolutamente. No exterior, sim, o problema da indisciplina é sensível."

Presidente: "Se no caso dos cargos de chefia, de Departamento, houver indicação do Ministro e nomeação do Presidente da República, assim também os cargos de chefia de Divisão deveria ser providos mediante indicação dos Chefes dos Departamentos respectivos. É o que me parece lógico."

Presidente: "Voltando ao assunto da emenda em estudo, como vamos redigir o primeiro artigo? As chefias serão exercidas em Comissão ou se trata apenas de funções gratificadas?"

Secretário Silveira: "Vamos ter de criar cargos em comissão. Não é má idéia até certo ponto, pois teria um atrativo mesmo para os funcionários da carreira diplomática por-

porque poderão ser colocados em padrão mais alto. De acôrdo, aliás, com o sistema do Secretário Campos, que a Comissão aceitou em parte, realmente é razoável a criação de cargos em comissão. A Comissão terá de examinar esse problema depois, frontalmente. Teríamos, então: serão exercidos e providos (omitir em comissão, porque realmente se forem funcionários do quadro permanente, não há motivo para que sejam cargos em comissão), por funcionários da carreira de Diplomata e do Quadro permanente."

Presidente: "Teríamos, então: os cargos de chefia serão providos, mediante designação do Ministro de Estado, por funcionários da carreira diplomática ou de carreiras especializadas do Quadro Permanente da Secretaria de Estado, observados os requisitos de probidade, capacidade e experiência funcional."

Secretário Silveira: "É preciso notar que, além da carreira diplomática do Quadro Permanente, há ainda o Quadro Suplementar, do qual fazem parte os Auxiliares de Consulado, e inúmeros outros. São funções excedentes; mas os titulares dessas funções exercem-nas até que desapareçam. Portanto, não há razão nenhuma para incluí-los. Tal é o caso do Consultor Jurídico, Técnico de Fronteiras, Fotógrafo, redatores, Técnico de Pessoal, de Orçamento, de Material e as carreiras de Contínuo, de Eletricista e de Motorista. As chefias do serviço de Imprensa, da Portaria e da Garage são exercidas por titulares desses cargos extintos. Portanto, se é intenção incluí-los, deve-se mencionar o nome Quadro Suplementar na lei. Além desses 2 quadros temos os extranumerário-mensalistas. Assistente Jurídico (referência 31), critpógrafos, auxiliares administrativos, etc. O que acho muito necessário é o seguinte: é que transformemos em titulares de cargos de carreira todos os extranumerário-mensalistas cujas funções forem realmente necessárias ao Ministério. Não podemos deixar de ter um critpógrafo na chefia de turma de códigos. É um dos pro -

problemas que temos de examinar. Há algumas funções que precisam ser transformadas em carreiras."

Presidente: "Quer dizer, então, que a redação pode ficar com as modificações dadas pelo Secretário Campos e pelo Secretário Silveira. Pergunto agora: a que cargos se refere o primeiro enunciado?"

Doutor Rômulo Almeida: "Em geral."

Secretário Silveira: "É importante frisar na Secretaria de Estado, porque no exterior o problema é bem diverso."

Secretário Campos: "Nesse caso, seria talvez útil acrescentar: ressalvado o disposto no artigo seguinte (a especificar)."

Secretário Silveira: "O projeto é aparentemente contra os Embaixadores e os Ministros de 1a. e 2a. classe. De acordo com a redação dada, o Chefe pode ser um 3º Secretário ou um funcionário de qualquer outra carreira, quando na maioria dos casos tem de ser um diplomata. O Diretor Geral de Administração não pode deixar de ser da carreira de Diplomata; temos de deixar isso bem claro na lei e, mais ainda, tornar explícita a classe da carreira."

Professor Hermes Lima: "O Ministério das Relações Exteriores tem uma tradição. É preciso também confiar um pouco nela; é bastante lógico crer que um titular de uma carreira auxiliar não seria designado para ocupar a chefia da D.G.A."

Presidente: "O segundo artigo, como os Senhores vêem, trata de funções de chefias determinadas, isto é, é particularizado. Não seria o caso de tratar primeiro dos casos particulares?"

Doutor Rômulo Almeida: "Então, sugeriria que o artigo seguinte antecederesse ao primeiro. Aliás, esses dispositivos poderiam ser depois destacados."

Secretário Silveira: "No caso do Sub-Secretário de Estado é preciso dizer, em algum lugar, que ele é substituto do Ministro de Estado."

Presidente: "Há um ponto ainda sobre o qual quero con"

PIA.

consignar minha opinião. Não me parece boa fórmula referir-se expressamente a qualidades de alta idoneidade moral ou intelectual para o Sub-Secretário de Estado. Não me parece que conste referência semelhante aos Ministros de Estado. Seria exigir do Sub-Secretário de Estado mais qualidades do que de um Ministro do Supremo Tribunal. Antes de dar a palavra ao Professor Hermes Lima para que se manifeste sobre a emenda, é meu desejo assinalar que, se não há dúvida de que o Sub-Secretário deve ser de livre escolha do Presidente da República, parece haver ainda/^{quanto} a conveniência de serem os Chefes de Departamento escolhidos com esse mesmo critério. Meu ponto de vista é o de que os Chefes de Departamento devem ser da carreira, embora não esteja dando caráter de voto a essa minha afirmação."

Professor Hermes Lima: "Fiquei de dar meu parecer hoje sobre essa questão, conforme salientei na reunião passada, e cheguei à seguinte conclusão: que os Chefes dos Departamentos devem continuar a ser escolhidos dentro da carreira, dentro da Casa. Em primeiro lugar, compreendo perfeitamente as razões de uma dilatação da área de escolha, mas levei também em consideração que o preparo profissional e técnico da gente do Itamaraty já está sendo cada vez mais alargado e se fazendo de uma maneira mais profunda, de modo que dentro do Itamaraty, hoje mesmo, podemos encontrar ótimos economistas e homens de alta capacidade administrativa e política, às vezes mesmo excepcional, para chefiar os diversos Departamentos do Itamaraty. Quero dizer, não falta gente do Itamaraty para ocupar esses cargos e é mesmo um estímulo para essa gente que sejam eles os escolhidos para funções de chefia. Esse estímulo provocará a formação de mais especialistas, o que está no espírito da Reforma que estamos elaborando. Então, por essas razões, cheguei à conclusão de que a escolha dos Chefes de Departamento deve ficar dentro do Itamaraty. Não vejo francamente que existam motivos para essas escolhas serem feitas fora do Ministério. A gente do Ministério pode perfeitamente ofere-

COPIA

oferecer uma qualidade razoável de candidatos capazes e tende a oferecer ainda um número cada vez maior de capacidades. Por exemplo, o Octávio Dias Carneiro, o próprio Roberto Campos, não são daqui? Não são homens excepcionais no domínio da economia? Não poderiam exercer essas chefias? Como ésses existem outros que se estão preparando, como o Miguel Osorio de Almeida. Há muita gente no Itamaraty que está vendo a necessidade de se preparar de maneira objetiva, técnica e especializada para essas funções e estão fazendo isso com muita consciência. Porque vamos agora tirar-lhes essa oportunidade?"

Secretário Roberto Campos: "A rigor não se tirariam oportunidades aos Diplomatas. O que se procura prevenir é o sistema do monopólio. O objetivo da tese levantada é destruir a situação atual do monopólio, sem, entretanto, chegar ao regime utópico de livre concorrência. O sistema atual impede completamente o ingresso no Itamaraty de pessoas de fora da carreira, o que tem a desvantagem de impedir a injeção de idéias novas, dando aos funcionários do Itamaraty a impressão de que exercem a propriedade dos cargos. O sistema aqui visado ampliaria a área de escolha, mas manteria sempre abertas oportunidades para o pessoal da casa. O que se evitaria seria a rotinização burocrática do acesso as chefias. Mas a própria inércia do sistema asseguraria preferência aos funcionários da Casa."

Secretário Silveira: "O que verifico, pela redação dada a este projeto é que não se trata de uma competição imperfeita; que se estabelecesse, pelo menos, que excepcionalmente seriam designados para ocupar funções de chefia na Secretaria, pessoas de fora, então, sim, seria mais admissível."

Professor Hermes Lima: "Acho que o Itamaraty tem um tipo de trabalho especial que exige a ocupação desses cargos de Chefia por funcionários do Ministério das Relações Exteriores. Em primeiro lugar, a própria Divisão Econômica do Itamaraty, por exemplo, requer uma visão e uma experiência internacional que o homem do Itamaraty está normalmente mais qua

PIA.

qualificado para possuí-la do que outra pessoa de fora da carreira. Acho francamente que o tipo de trabalho do Ministério indica que seus Departamentos devem ser chefiados por funcionários do Ministério."

Presidente: "É a opinião que também tenho da matéria. A maioria da Comissão é que tem de decidir. Verifico que as opiniões se dividem entre a tese do Secretário Campos, que é esp^osada pelo Professor San Tiago Dantas e pelo Doutor Arízio de Viana; creio que o Doutor Rômulo Almeida só muito superficialmente se manifestou; contra ela, o ponto de vista da Casa, representado pelo Secretário Silveira, Professor Hermes Lima e General Cordeiro de Farias. De modo que, aí o fiel da balança no caso vai ser o Doutor Rômulo Almeida."

Doutor Rômulo Almeida: "Tentarei, em breves palavras, definir minha posição neste assunto. Em primeiro lugar, o argumento de que a chefia é automática e não uma conquista de competência, sendo mera decorrência do próprio tempo, perde um pouco de força pelo fato de que os quadros se vão alargando e de que há um aumento na área de elegibilidade; por outro lado me parece também muito o fato de que é aleatória a presença de tal ou qual funcionário na Secretaria de Estado, ou aleatório o seu desejo de transferir-se para a Secretaria e assumir um cargo de chefia, em vez de continuar numa comissão no exterior, o que muitas vezes atende melhor a seus interesses pessoais. O critério absolutamente objetivo de seleção é impraticável. É verdade que a antiguidade, numa carreira como a de Diplomata, cristaliza uma certa experiência específica, experiência que não é de desprezar, mormente a que decorre do trato com homens de várias culturas e civilizações. Vivemos numa época de transições aceleradas e num país deficitário de idéias sociais e políticas de modo que os funcionários diplomáticos de boa categoria se tornarão técnicos flexíveis para operar sob qualquer comando político. Também é certo que aqueles que vão ficando mais velhos na Carreira, vão perdendo com a idade essa flexibilidade. De qualquer modo, esse fator da su -

21A.

mudança, da necessidade de adaptar um chefe às condições da vida nacional e internacional, pode requerer um critério de maior flexibilidade na escolha dos chefes. Por outro lado, é preciso considerar que a chefia apresenta aspectos ostensivos, solenes, rituais, que são importantes para sua aceitação e eficácia, daí a importância do juízo que se faz daquele que exerce a hierarquia. Mas a minha idéia é que não se deva fechar a chefia em casos excepcionais, a pessoas de fora. Parece indispensável ampliar as faixas hierárquicas de seleção, em qualquer das hipóteses."

Presidente: "Nisso já estamos mais ou menos de acordo."

Doutor Rômulo Almeida: "Temos de pensar ainda que a referida ampliação não é o único expediente para melhorar o nível dos chefes do Itamaraty. Há ainda que considerar fatores instrumentais que levem a melhor escolha. Esses fatores residem nos estímulos diretos, na auferição de um maior espírito de responsabilidade e sobretudo na instrumentação do planejamento, planejamento esse que pode ser feito por pessoas de qualquer categoria. A própria resistência da Casa e o próprio fato de que a maior experiência específica está no Itamaraty leva automaticamente a que a escolha seja feita dentro do Ministério. Entretanto, temos de dar sempre um certo desconto à imaturidade política e também à suspicácia da Casa..."

Secretário Silveira: "Creio que o Doutor Rômulo Almeida preconiza um maior alargamento na escolha dentro da carreira, o que me parece razoável, por meio de uma redução no grau das classes dentro as quais se poderão escolher os chefes. Como exceção é que se poderiam escolher elementos de fora."

Doutor Rômulo Almeida: "Não acho essencial que se diga a classe. Dentro da carreira pode-se escolher livremente (devo dizer também que não assistí aqui à reunião no momento em que se abandonou a idéia de escalonamento)."

Secretário Silveira: "A Comissão não abandonou essa idéia; está abandonando agora. Porém a escolha dos altos chefes (de Departamento não pode deixar de ser limitada, senão estare-

estaremos fazendo uma agressão à carreira.) Se não podemos deixar de representar hierarquia do pessoal."

Secretário Roberto Campos: "Acho muito interessante a tendência por um sistema aberto modificado, semi-aberto, que admita a participação de gente de fora da carreira nas funções de chefia, mesmo sujeita a uma ressalva expressa, que assegure preferência para os funcionários da carreira. Contanto que não se feche de todo a Casa às boas influências externas."

Presidente: "Com relação aos Departamentos Político e Econômico ou também a todos os setores de atividade?"

Secretário Roberto Campos: "Em princípio, a todas as atividades."

Professor Hernes Lima: "Senhor Presidente, parece-me que não pode deixar de ser dada uma certa consideração à hierarquia. Na prática, se vissemos chefiado o Gabinete do Ministro de Estado por um 3º Secretário e o Departamento Político por um 1º Secretário, evidentemente, o ambiente no Itamaraty não seria aquele propício para o trabalho, a não ser que esse 1º Secretário fosse de uma capacidade tão excepcional que se impusesse à Casa. A hierarquia, que não acho que deva ser tão rígida, existe no funcionamento de uma máquina administrativa. Envolve até o problema da própria liderança; não existe no regulamento, existe na realidade. O regulamento a torna mais rígida, a torna mais obsoleta no desempenho das funções de cada serviço. Mas o problema da hierarquia não é originário do regulamento. Surge do trabalho e não faz táboa rasa da competência. A hierarquia pode ajudar um homem médio, mas a ausência de hierarquia não ajuda ninguém. A competência quando excepcionalíssima pode tomar o lugar de hierarquia."

Presidente: "Em vista do adiantamento da hora, proponho o adiamento da discussão dêsse artigo para a próxima sessão, quando espero que novo esforço se faça no sentido de se che-

6PIA.

- 14 -

chegar a uma fórmula definitiva."

Nada mais havendo que tratar, foi encerrada a sessão, do que, para constar, lavrei eu Dário Moreira de Castro Alves, a presente ata.

Rio de Janeiro, em 21 de janeiro de 1953.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

25a. Reunião

28.1.53.

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
Professor Hermes Lima
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Professor San Tiago Dantas
Doutor Rômulo Almeida
Secretário Roberto Campos
Secretário Antônio Azeredo da Silveira

Aberta a sessão, submeteu o Presidente a agenda do dia à aprovação. Indagou, a seguir, se a Comissão desejava ouvir os comentários às sugestões apresentadas pelo Cônsul Geral Raul Bopp, no que concordaram os demais Membros.

Secretário Silveira: "O trabalho apresentado pelo Cônsul Geral Raul Bopp é longo e adota a última fórmula a que a Comissão chegou: Sub-Secretário de Estado e Secretário Geral. A função do primeiro seria de controle das atividades políticas e o segundo seria o Chefe da Administração da Casa, com o controle da tripulação. Isso vem, portanto, de encontro à última fórmula apresentada pela Comissão, assinalando, porém, que os dois deveriam ter categoria de Vice-Ministros. Fixa a função do Ministro de Estado, que assim teria mais tempo para assuntos de maior envergadura, assuntos de diplomacia parlamentar, contacto direto e mais frequente com altas autoridades do país, com o Congresso, etc. Ao Ministro de Estado, no seu alto posto de comando, incumbiria formular planos de ofensiva da nossa política externa, isto é, planos de ação diplomática, em determinados setores, ao passo que o Sub-

Sub-Secretário de Estado desenvolveria uma atividade simplesmente defensiva, dos papéis e casos correntes apresentados pela nossa representação ou pelas Missões diplomáticas estrangeiras no Rio. O Cônsul Raul Bopp refere-se ainda a um esquema de reestruturação ministerial que apresentaria 4 setores: Bem-estar social, Economia, Segurança Nacional e Relações Exteriores. Debate amplamente o problema da reorganização geral. Refere-se também a um Conselho de Política Exterior, para questões internacionais, etc."

Presidente: "O assunto escapa ao âmbito da reforma do Ministério das Relações Exteriores."

Secretário Silveira: "Sobre matéria de pessoal, o Cônsul Geral Raul Bopp tem muitas sugestões, sobretudo no que diz respeito ao Instituto Rio Branco, do qual êle foi Secretário."

Presidente: "Quando a Reforma do Ministério chegar à parte do Instituto Rio Branco, levaremos em conta essas sugestões."

Secretário Silveira: "O Cônsul Geral Raul Bopp se refere ainda à Comissão de Eficiência, que faria o registro das características individuais dos funcionários. Acho que a Comissão de Planejamento de fato preenche mais essas condições. Fala, ainda, em tornar estáveis, pelo menos, os chefes de alguns setores ou assessores com responsabilidades de serviço (Patrimônio, Arquivo, Comunicações, Material, Orçamento, Passaportes, etc.) que deveriam estar enraizados em um quadro especial de elementos fixos (côrpo de voluntários). Refere-se depois ao critério geográfico para os assuntos político-econômico. A adoção dessa fórmula, que se apoia em experiências satisfatórias (Es. UU. Alemanha, etc.), acrescenta o Cônsul Raul Bopp, estabeleceria uma concentração de atividades e daria por certo maior coesão e unidade aos serviços. Quer, ainda, que se crie uma Comissão de Eficiência e de Transferência de fun-

funcionários. Creio que esse sistema seria péssimo. Sugere o estabelecimento de uma faixa de conceito para os funcionários novos, de modo meticoloso e bastante interessante. Propõe um curso de aperfeiçoamento para Auxiliares Administrativos. Em seguida, o Cônsul Geral Raul Bopp se refere ao novo edifício do Itamaraty, parecendo-lhe que o primeiro cuidado ser libertar o Ministério da Rua Larga. Diz textualmente: o velho Itamaraty, da rua Larga, se transformaria na Casa do Barão do Rio Branco, com arquivo e biblioteca histórica. Seria a sede da futura Universidade Diplomática, (absorção do atual Instituto Rio Branco.)"

Presidente: "Passemos, então, ao 3º ponto da agenda de hoje: Aspectos gerais de Pessoal (prosseguimento das discussões sobre o trabalho apresentado pelos Senhores Professor San Tiago Dantas e Doutor Roberto Campos). Da última vez, verificamos que estávamos chegando a uma fórmula de redação que parecia satisfazer à quase unanimidade da Comissão porque havia concessões de parte a parte, formuladas pelos proponentes e pelos que se opunham à idéia da ampliação do campo de escolha para os cargos de chefia. Creio que podemos retomar as discussões."

Secretário Silveira: "De acordo com as discussões da última reunião, tomei a liberdade de preparar um 3º projeto."

Presidente: "Redigidos com o mesmo articulado."

Secretário Silveira: "O 1º Artigo desse projeto faz uma concessão total ao projeto apresentado pelo Professor San Tiago Dantas e Secretário Roberto Campos. No 2º Artigo, há apenas uma concessão parcial, que diz respeito principalmente quanto à forma de preenchimento das funções, quer dizer, às funções a serem preenchidas pelo Ministro de Estado. No 3º Artigo, também há uma concessão parcial: Observados os requisitos de capacidade e experiência funcional, as demais funções..... Nesse 3º Artigo, realmente, a concessão é total, porque até a esse ponto o Secretário Campos já tinha chegado. O único problema é, portanto, o Artigo 2º. Quanto aos 2 últimos artigos, não há altera

alteração. Apenas foi abolido um pequeno parágrafo que se referia ao direito de representação, pois esta já é assegurada aos funcionários que permanecem na Secretaria de Estado. Como essa concessão já existe, foi retirado o parágrafo. Teria, então, de ser acrescentado ainda um artigo, em que se explicasse que o Ministro de Estado, por Portaria, poderia dividir as Divisões em Setores e Seções."

Secretário Roberto Campos: "A divergência que se apresenta é com relação ao artigo 2º. Pelo menos dois postos departamentais deveriam ficar abertos aos eflúvios benéficos de fora. A meu ver, deve ser mantida a possibilidade de se recrutarem os Chefes dos Departamentos Político e Econômico dentre pessoas de fora da Casa."

Secretário Silveira: "Acho que essa fórmula seria aceita pela Casa, se bem que com certa reserva."

Presidente: "Resumindo: A única divergência, os únicos 2 pontos em discussão, sobre os quais a Comissão não é unânime, são os dois cargos de Chefes dos Departamentos Político e Econômico. Sobre o assunto resta ainda ouvir a opinião do Doutor Rômulo Almeida. Mas, antes disso, para a boa orientação dos debates, desejaria saber se o Secretário Roberto Campos está de acordo com essa redação, salvo quanto ao Artigo 2º."

Secretário Roberto Campos: "Não tenho objeção nenhuma aos outros artigos, apenas ao Artigo 2º."

Presidente: Lê: "As funções de Diretor Geral de Administração e de Diretor de Departamento serão ocupadas por Ministro de 1ª e 2ª classe, da carreira de Diplomata, designados por portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Então, a questão é saber se aceitamos ou não a tese de que um dos Diretores de Departamento possa ser escolhido fora da Casa."

Secretário Roberto Campos: "Há uma outra questão. Essa redação impediria o acesso de pessoas de outras carreiras da Secretaria de Estado ao cargo de Chefe de Departamento Econômico."

Econômico; é perfeitamente concebível entretanto que essa posição seja exercida por profissionais da Carreira de Economista, cuja criação foi aceita em princípio."

Secretário Silveira: "Pode haver uma exceção, mas deve haver uma regra geral para todos os Chefes de Departamento."

Presidente: "Para clareza dos debates, precisamos definir os 2 pontos de vista: 1ª) Escolha dentro da Carreira e obedecendo a graus hierárquicos; 2ª) Escolha dentro da Carreira e, excepcionalmente, dentro pessoas de fora do Ministério."

Secretário Silveira: "No Departamento Econômico pode-se realmente alegar que, pela sua função altamente especializada, possa ser chefiada por pessoa de fora da Carreira diplomática. No Departamento Político, já não é tão fácil justificar uma escolha fora dos quadros da Casa."

Presidente: "Sobre as chefias de Divisão, a Comissão já está de acordo; é matéria do artigo 3º. Trata-se de limitar os debates em torno do artigo 2º e, particularmente, à questão das chefias do Departamento Político e do Departamento Econômico. Falta ainda decisão sobre a reserva feita pelo Secretário Roberto Campos, no domínio do Departamento Econômico, com relação às funções especializadas."

Doutor Rômulo Almeida: "No caso do Departamento Econômico, há realmente muita razão. É preciso encontrar uma exceção para possibilitar que pessoas não qualificadas por esses requisitos, mas com uma competência especializada, possam realmente prestar tais serviços. No caso do Departamento Político, também haveria casos raros em que se justificaria uma escolha de fora, que recaísse em pessoa altamente categorizada, que tivesse, digamos, concluído com brilho o curso da Escola Superior de Guerra."

Presidente: "A tese dos que defendem a chefia do Departamento Político sempre por um membro da Casa, encontra um argumento forte no seguinte: se se aplica o critério para o De-

Departamento Econômico, de que seja o mesmo chefiado por um Economista, o mesmo critério aplicado ao Departamento Político indicaria justamente que deve ser um Diplomata o seu Chefe, porque o diplomata é, por excelência, o especialista em política exterior."

Doutor Rômulo Almeida: "Quero crer que haja uma hipótese de se alargar a área de escolha para os Chefes do Departamento Político, em face da diplomacia moderna, dos cursos de estudos de política internacional, como a Escola Superior de Guerra. Como acentuei há pouco, a escolha se poderia fazer entre pessoal categorizado do Estado Maior, homens de reconhecida experiência internacional, atendendo excepcionalmente à escassez dos funcionários competentes, em dado momento, na Secretaria de Estado. Reconheço claramente que é preciso dar um caráter excepcional a essa escolha, e ainda que tivesse competência especializada para a chefia do Departamento Político, tivesse também larga experiência internacional. Em suma, deveria ser um funcionário de categoria equivalente."

Professor San Tiago Dantas: "Se bem compreendi, deixar aberta a pessoas estranhas à carreira, embora em casos excepcionais, umas que sejam também funcionários."

Doutor Rômulo Almeida: "No caso de Economistas, a exceção poderia ser mais freqüente. No Departamento Político, seria realmente excepcionalíssima. Dificilmente se encontraria funcionário de categoria equivalente e de notória competência especializada para chefiar o Departamento Político, e que inclusive tivesse experiência internacional."

Professor San Tiago Dantas: "Acho muito ponderável o que expôs o Doutor Rômulo Almeida, mas quero lembrar que esse caráter excepcional só pode ser apreciado subjetivamente, pelo Ministro de Estado. E, por conseguinte, aparentemente criamos uma porta estreita, que na realidade é aberta como as demais. O critério do Doutor Rômulo Almeida é perfeito, mas, se é o Ministro

OPIA. Ministro de Estado que deve sugerir sempre, poderíamos ocasionar escolhas injuriosas para o Ministério."

Doutor Rômulo Almeida: "Deve-se dar o máximo de flexibilidade. Impressiona muito a eventual circunstância de que homens mais categorizados da Casa não se interessem por uma chefia de Departamento, ou que, por outro lado, não estejam nas boas graças do Ministro de Estado, o que reduz de muito a área de escolha."

Professor San Tiago Dantas: "Sem falar em que há muitos que se encontrariam no exterior."

Presidente: "Mas o Ministro de Estado pode chamá-los. Cabe-lhe pleno direito para fazê-lo."

Secretário Silveira: "Houve casos idênticos ao do próprio Ministro Vasco Leitão da Cunha, que foi chamado do exterior para chefiar o Departamento Político. Vários de seus antecessores, Embaixadores Rubens de Mello, Heitor Lyra, etc., vieram do exterior expressamente para chefiar o Departamento Político."

Doutor Rômulo Almeida: "Como os quadros do Itamaraty se estão enriquecendo cada dia, torna-se talvez um problema secundário, esse da alta qualidade de Chefe. Mas isso não invalida o argumento de que é preciso uma maior área da escolha."

Professor Hermes Lima: Lê: "As demais funções serão confiadas a funcionários da carreira de Diplomata ou de carreiras especializadas dos Quadros Permanentes e Suplementares do Ministério das Relações Exteriores, mediante designação por Portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Poder-se-ia aplicar esse critério ao Artigo 2º."

Doutor Rômulo Almeida: "Seria conveniente fazer referência a funcionários de categoria equivalente e que tivessem inclusive experiência internacional."

Professor San Tiago Dantas: "Creio, Senhor Presidente, que estou numa posição um pouco diferente, que é a posição de princípio, e estar aí é o que de mais cômodo pode acontecer

acontecer a quem entra num debate. No meu caso, sou francamente favorável a que a administração pública, nos seus pontos de maior influência sobre a orientação do Poder Executivo, fique largamente aberta à participação de homens escolhidos com amplitude de critério, pensando com isso em aumentar o contingente de influências políticas na orientação dos negócios administrativos. Não sou favorável a que se feche o Poder Executivo como um monopólio da burocratização, mesmo quando seja a mais qualificada do país, o que eu penso se pode dizer francamente a respeito do corpo do Itamaraty. Na verdade, temos aí uma opção. Ou somos partidários de uma technização da estrutura administrativa e, nesse caso, a nossa tendência é para criar o monopólio burocrático e só admitir uma janela aberta, na posição do Ministro de Estado ou, pelo contrário, introduzir um contingente político e permitir que esses elementos entrem nos postos de direção. Por mim, acho que esse segundo critério é mais salutar, mais condizente com o regime democrático, mais aberto a um sistema de valorização da vida pública e, sobretudo, mais de acordo com a idéia de que os negócios administrativos devam ser inspirados pelos homens que têm a confiança do povo e não apenas pelos que têm uma boa formação intelectual. Não basta ser um grande técnico para dirigir a política de um país. É preciso ser responsável diante do povo pelo que se diz. Isto é uma característica da administração eminentemente democrática. Por esse motivo, continuo fiel à fórmula que subscrevi juntamente com o Secretário Campos: a de que o Ministério, em seus mais altos postos, especialmente os Departamentos Político e Econômico, fique aberto para receber a contribuição que o Ministro de Estado, como representante da política nacional, quizer introduzir, através de personalidades importantes. Conformar-me-ia até com o controle do Legislativo, se não o julgasse inconstitucional."

Presidente: "Muito obrigado. Acho que sua exposição esclarece muito o debate. Dou a palavra ao Secretário Silveira."

Silveira."

Secretário Silveira: "Concordo perfeitamente com a filosofia do Professor San Tiago Dantas. Apenas acho que a reforma que estamos promovendo é uma reforma módica, tímida. Além do mais, o posto de Chefe de Departamento não é um posto político; é intermediário, não tem valor político. É antes de tudo de orientação burocrática. Já criamos um Sub-Secretário de Estado, fora da carreira, que vai ^{chefiar} justamente o setor político e econômico. Vai ter, sob seu comando, 2 Chefes de Departamentos, que são instrumentais. Não considero as chefias dos Departamentos Político e Econômico senão cargos de intervenção intermediária. Não vejo importância excepcional e acho que qualquer Chefe de Departamento pode dar êsse testemunho. Não é nada mais que um coordenador de atividades de Divisões. Quem vai orientar politicamente é o Ministro de Estado e o Sub-Secretário de Estado."

Presidente: "A função de Chefe de Departamento é a de coordenador das atividades das Divisões; é a função essencial. Mas êle não toma deliberações de caráter político, que são devolvidas ao Secretário Geral e ao Ministro de Estado (no nosso projeto, ao Sub-Secretário de Estado)."

Doutor Rômulo Almeida: "Embora, pelo volume de atividades, seja o Chefe de Departamento antes de tudo um burocrata, êle é um monitor permanente para as decisões do Secretário Geral. Na última reunião, procurei em outras palavras dizer que particularmente numa época de mudanças como a nossa, no mundo e num país dinâmico como o Brasil, era essencial êsse fator da livre escolha para atender aos imperativos de nossa evolução. O que me impressiona, por outro lado, é simplesmente a nova componente da tradição da Casa, e é isso que me parece que devia ser levado em conta. Mas, achava que devíamos ficar num compromisso e que êsse compromisso poderia ser realizado, em princípio, com um alargamento da faixa de escolha."

escolha."

Secretário Silveira: "O Ministério começou a ter mais consistência e dar maior sentido de responsabilidade a seus funcionários no momento em que lhes deu maior responsabilidade, na direção da Secretaria. Antigamente os diplomatas viviam indefinidamente fora do Brasil, o que gerava, em consequência, desinteresse pelo aprimoramento de suas qualidades de chefe de serviço da Secretaria. O que trouxe o grande interesse pelo problema específico foi justamente a responsabilidade que passou a recair sobre o funcionário da Carreira de Diplomata. Se tirarmos essa responsabilidade, a Carreira decairá. A ascendência da carreira diplomática na Secretaria de Estado é que lhe deu esse senso de dever."

Professor San Tiago Dantas: "O Secretário Silveira está raciocinando como se a Carreira ficasse interdita ao acesso a essas funções de chefia. Concordo em que se conserve o excepcionalmente, proposto pelo Doutor Rômulo Almeida. O que o Secretário Silveira disse é muito procedente; são observações que revelam a atenção com que ele acompanha o desenvolvimento desse problema. Mas estamos tomando, como caráter essencial da função, o aspecto histórico de seu preenchimento de acordo com o critério hierárquico rígido e limitado. Quero crer que os membros da carreira que hoje chegam a esses postos com a idéia de que têm caráter meramente administrativo, no dia em que forem chamados à investitura política, se convencerão da importância do papel que são chamados a desempenhar, em funções que se assemelham às do cargo de Sub-Secretário Assistente."

Presidente: "Pelo que vejo, existe um malentendu entre o Secretário Campos e o Secretário Silveira. Os Departamentos do Ministério das Relações Exteriores não correspondem aos do Ministério da Educação, por exemplo, onde existem verdadeiras Sub-Secretarias. Daí a necessidade de haver um homem político para orientá-los. Ao contrário, os Departamentos do Ministério das Relações Exteriores não tem esse caráter de Sub-Secretaria."

Secretaria."

Professor Hermes Lima: "Poder-se-ia dizer assim: Ha-
verá dois cargos de Sub-Secretário das Relações Exteriores, um
para as Relações Políticas e outro para as Relações Econômicas,
que serão providos, por decreto, com pessoas de alto critério
etc. Nessa hipótese, se admitiria a liberdade na escolha dos o-
cupantes."

Secretário Silveira: "Nesse caso, daríamos a presi-
dência da Comissão de Coordenação e Planejamento ao Sub-Secretá-
rio Político, sendo o Sub-Secretário Econômico Membro da mesma."

Presidente: "Creio que seria avançar demais com rela-
ção às necessidades do Ministério das Relações Exteriores."

Professor Hermes Lima: "Não me parece boa idéia dila-
tar o número de Sub-Secretários."

Secretário Roberto Campos: "Gostaria de formular co-
mentários sobre o problema geral de recrutamento, fora da car-
reira, para chefias departamentais, concordando in toto com o
Professor San Tiago no tocante às vantagens do sistema aberto -
razão pela qual me aliei à fórmula conciliatória por ele propos-
ta, que implica um sistema semi-aberto — enfatizando, entretan-
to, que divergimos quanto ao fundamento. As vantagens do siste-
ma aberto não repousam, a meu ver, na possibilidade de injeção
de elementos politizantes, senão que, pelo contrário, no alarga-
mento da área de escolha de elementos técnicos. Vejo até com bas-
tante apreensão a crescente tendência de se condimentar a buro-
cracia com uma injeção de pimenta política, geralmente mais per-
turbadora que estimulante. Tenho impressão de que a área normal
de exercício da influência política é o Legislativo, e é atra-
vés dele que se devem filtrar esses eflúvios políticos emanados
do contacto popular. À parte a seleção política dos órgãos mais
altos de comando, não se devem permear os órgãos burocráticos
com impactos políticos que inevitavelmente perturbam a limpidez
do trabalho burocrático. Dessarte, ao defender a necessidade do
alargamento da área de escolha, o que eu tenho em vista é sim -

simplesmente permitir que se capturem técnicos especializados não encontrados com muita frequência nos quadros do Itamaraty. Isso é mais verdadeiro no setor econômico do que no setor político, mas mesmo neste último há a possibilidade de recrutamento de especialistas, por exemplo, historiadores, sociólogos, políticos particularmente familiarizados com os problemas de determinadas áreas cruciais para a política externa do país. Nessas condições, a flexibilidade de recrutamento fora da Casa impor-se-ia não para fins de politização da burocracia senão que para melhoramento do produto tenocrático."

Presidente: "Acho que a solução proposta pelo Doutor Rômulo Almeida talvez fizesse a Comissão chegar a uma solução conciliatória. Não posso deixar de voltar ao meu ponto de vista de que ^{se} desejamos escolher um técnico para o Departamento Econômico, deveremos escolher um Diplomata para o Departamento Político, o técnico, por excelência, em assuntos internacionais."

Doutor Rômulo Almeida: "É evidente."

Presidente: "As duas correntes da Comissão estão divididas. A fórmula de transação talvez pudesse ser a do Doutor Rômulo Almeida."

Professor San Tiago Dantas: "O Doutor Rômulo Almeida poderia dar um pouco mais de precisão a sua proposta? A exceção seria só em favor de funcionários públicos?"

Doutor Rômulo Almeida: "Realmente, é minha preocupação não abrir inteiramente a pessoas de fora."

Presidente: "Creio ser muito mais fácil encontrar Economistas habilitados para essas funções dentro dos próprios quadros de Economistas que o Itamaraty pretende formar."

Doutor Rômulo Almeida: "Mas fora do Itamaraty se podem encontrar elementos muito capazes. Um homem, por exemplo, que tenha feito uma excelente administração na CEXIM, que seja realmente senhor dos problemas do comércio exterior, poderia ser um ótimo Chefe do Departamento Econômico."

Econômico."

Secretário Silveira: "Com a criação do Ministério da Economia, creio que esse problema desapareceria."

Doutor Rômulo Almeida: "Resumindo, minha proposta seria:... por outros funcionários com categoria igual...

Esses 3 requisitos (excepcionalmente, funcionários e igual categoria) tornariam mais difícil o mero paraquedismo."

Presidente: "O assunto talvez devesse ser objeto de um parágrafo especial."

Secretário Roberto Campos: "Eu acrescentaria:... ou com pessoas estranhas ao serviço..."

Professor San Tiago Dantas: "Estou de acordo; os requisitos devem ser os mesmos que os para Sub-Secretário de Estado."

Secretário Silveira: "Quer dizer, excepcionalmente, e só para os Departamentos Político e Econômico, isto é, para os assuntos internacionais especializados."

Professor Hermes Lima: "Não concordo com a fórmula e mantenho meu voto anterior. A única saída que achava seria a criação dos dois Sub-Secretários de Estado, um para Relações Políticas e outro para Relações Econômicas. Mas estou realmente convencido de que as chefias dos dois Departamentos devem ser ocupados por gente do Itamaraty, da carreira diplomática."

Secretário Silveira: "Estou de pleno acordo com o ponto de vista do Professor Hermes Lima."

Professor Hermes Lima: "Voto assim porque estou convencido de que no Itamaraty a área de escolha é bastante ampla e o Itamaraty pretende aumentar seus quadros, que estão passando por séria reforma que os tempos pedem."

Presidente: "Quantos Ministros de 1a. classe temos?"

Secretário Silveira: "37, e 64 Ministros de 2a. classe. Isso no momento."

Presidente: "Temos, portanto, 101 e vamos ter quantos?"

quantos?"

Secretário Silveira: "Mais 10, aproximadamente."

Presidente: "E com a reforma?"

Secretário Silveira: "Provavelmente não haverá grande aumento nos cargos superiores."

Presidente: "Teremos, então, uma escolha de 120 funcionários para os 2 lugares de Chefe do Departamento Econômico e Chefe do Departamento Político..."

Professor San Tiago Dantas: "Eu lembraria ao Presidente que estamos diante de três teses. A 1a., minha e do Secretário Campos, apoiada sobre dois fundamentos contrários. De acordo com essa tese, as funções de chefia dos Departamentos Político e Econômico deveriam ser abertas a não-funcionários, com os mesmos requisitos previstos para o Sub-Secretário de Estado. Tanto o Secretário Campos como eu aceitamos que esse provimento seja em caráter excepcional, e que isso conste da redação, o que tem um certo valor pragmático. A 2a. tese, do Professor Hermes Lima, General Oswaldo Cordeiro de Farias e Secretário Silveira de que deveriam ser os dois cargos providos na carreira, com as prescrições hierárquicas. A 3a. tese, do Doutor Rômulo Almeida, que é uma variante dessas duas, que não sei se representa apenas um esforço para conciliar os 2 primeiros pontos de vista, ou se representa realmente uma 3a. posição. Creio que é chegado o momento para tomada de votos."

Presidente: "Vamos, então, estabelecer a votação na base das teses mais distantes, da tese inicialmente apresentada pela própria Comissão, esposada pelo Professor San Tiago, pelo Secretário Campos e pelo Doutor Arízio de Viana."

Secretário Silveira: "Tenho a impressão de que se o Doutor Arízio de Viana estivesse presente, em vista das dificuldades de ordem administrativa que resultariam do número de cargos em comissão, votaria de acordo com nossa proposta."

Professor Hermes Lima: "Não seria, então, mais inte-

CÓPIA.
interessante convocar imediatamente uma nova reunião, dizendo ao Doutor Arísio de Viana que precisamos dele, para um assunto de decisão por voto?"

Presidente: "Talvez possamos obter uma comunicação telefônica com o Doutor Arísio de Viana, para pedir que venha aqui imediatamente."

Professor Hermes Lima: "Sou de opinião de que precisamos da presença do Doutor Arísio de Vianna, porque ele já deu um voto, mas pode manter ou mudar a sua tendência."

Doutor Rômulo Almeida: "Pergunto ao Professor San Tiago Dantas qual a sua posição: a primitiva ou a segunda fórmula, isto é, que as funções de chefia excepcionalmente sejam confiadas a pessoas de fora da Carreira. Aceitamos o excepcionalmente para ambos os Departamentos?"

Professor San Tiago Dantas: "Concordo que seja em caráter excepcional, e que conste isso do próprio texto do projeto."

Presidente: "Tenho a impressão de que apesar de tudo a Comissão não deve ficar à mercê da presença ou ausência de um Membro quando há maioria. Se me couber desempate, decidirei pela manutenção do statu quo, como já o fiz por ocasião do debate em torno do Departamento Cultural."

Doutor Rômulo Almeida: "Então está resolvido. Acho, aliás, que a Comissão não precisa esperar pela presença de um Membro, estando todos os outros presentes."

Tomada a votação, manifestaram-se em favor do art. 2º do Projeto nº 3, o General Oswaldo Cordeiro de Farias, o Professor Hermes Lima e o Secretário Silveira. Contra, isto é, pela fórmula que permitisse a escolha dos Chefes de Departamento dentre pessoas de fora do Itamaraty, votaram o Professor San Tiago Dantas, o Doutor Rômulo Almeida e o Secretário Campos. O Presidente acompanhou os três membros que votaram em favor do Projeto nº 3. O Presidente lê o artigo aprovado: "Artigo... - As funções de Diretor Geral da Administração e de Diretor de Departamento serão ocupadas por Ministros de 1ª e 2ª classe, da carreira de Diplo

101A.
Diplomata, designados por portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores."

Doutor Rômulo Almeida: "Quero apenas lembrar/^a restrição que fiz à "reconhecida experiência e capacidade em assuntos de política internacional". Talvez se devesse eliminar essa frase."

Presidente: "Agora chegamos à sugestão do Professor Hermes Lima, feita à base da discussão levantada pelo Secretário Campos sobre a questão da permanência na Secretaria de Estado. Submeto o assunto a discussão."

Doutor Rômulo Almeida: "Concordo com o corpo do artigo. Porém, as condições dos itens a e b deveriam ser remetidas ao Regulamento. Em primeiro lugar, um regulamento reflete mais vivamente a experiência e as necessidades reais da Casa, e pode descer a pormenores. Por exemplo, a Comissão de Planejamento e Coordenação exerceria funções da Comissão de Eficiência, o que não me parece acertado constar em um texto de lei. Eliminaría, assim, os Artigos 4^a e 5^a do Projeto nº 3."

Professor Hermes Lima: "Estou de acôrdo, em parte, com o Doutor Rômulo. Quero crer, porém, que o artigo 5^a deve ser objeto de lei."

Secretário Roberto Campos: "É intenção reformar o Regulamento do Itamaraty?"

Presidente: "É indispensável. Pode-se recomendar isso no relatório. A Comissão poderia, além de elaborar um texto de Lei que será apresentado ao Ministro de Estado, fazer recomendações sobre alterações no Regulamento."

Doutor Rômulo Almeida: "Pelo menos, caso se decida que a redação deva ser esta, que se exclua do texto da lei a referência à Comissão de Planejamento e Coordenação. O regulamento é quem vai dizer."

Professor San Tiago Dantas: "Confesso a minha decepção com êsse Artigo. A princípio me parecia um simples texto de tra-

OPIA.

trabalho para ser examinado. Tenho a impressão de que se deve examinar o assunto muito mais detidamente, sempre partindo da premisa da necessidade do serviço. É preciso não esquecer nunca esse aspecto. Suponhamos que o funcionário requer para ficar mais 3 anos na Secretaria, durante os quais poderá servir no exterior. É evidente que se o Ministério precisar, ele deve servir no exterior."

Secretário Silveira: "Em toda as nossas Leis de prazos de permanência, há sempre um dispositivo que quebra, excepcionalmente, a rigidez do sistema."

Professor San Tiago Dantas: "O importante é resumir em um só artigo bastante genérico, os artigos 4º e 5º."

Secretário Roberto Campos: "E que fôsse uma fórmula de conciliação entre os que acreditavam ser totalmente 'desaconselhável' a constituição de um Quadro permanente, na Secretaria, e os que o acreditavam extremamente importante."

Secretário Silveira: "Mas não existe mais a obrigatoriedade estrita de sair para o exterior, sob pena de não receber representação. O funcionário que permanece na Secretaria de Estado não perde mais a representação, o que acontecia há até bem pouco tempo."

Secretário Roberto Campos: "A idéia era lançar a semente de um Quadro permanente na Secretaria de Estado."

Secretário Silveira: "Mas que se dê uma redução geral a este artigo. Concorde com a idéia do Doutor Rômulo."

Professor San Tiago Dantas: "O Professor Hermes Lima pôs aí uma medida cautelar muito importante: corta os direitos do funcionário quando em prejuízo do serviço público. Nem sempre há interesse de serviço, e sim, meramente pessoal."

Professor Hermes Lima: "Então, em vez de inferior, poderemos dizer por prazo não superior a 3 anos."

Secretário Silveira: "Acho que isso não é matéria de Lei."

Lei."

Presidente: "De acôrdo."

Professor Hermes Lima: "Devemos, então, suprimir o Art. 4º e o 5º?"

Secretário Roberto Campos: "Manter-se-ia apenas o princípio da prorrogação."

Professor Hermes Lima: "Por prazo não inferior a 3 anos, durante o qual não poderão servir no exterior, a não ser que o Ministro de Estado entenda que os seus serviços são excepcionalmente necessários na Secretaria de Estado."

Secretário Silveira: "O que a lei estabelece hoje é o seguinte: um mínimo de 2 anos num pôsto e o estágio de 2 anos no máximo na Secretaria de Estado."

Secretário Roberto Campos: "Poder-se-ia consignar no texto da Lei: atendendo às conveniências do serviço e na forma do Regulamento, poderá ser concedida a dispensa do estágio integral de 3 anos na Secretaria de Estado."

Professor San Tiago Dantas: "É preciso acertar um modo de que êsses funcionários que vão ficando na Secretaria de Estado, que vão perdendo o seu tempo na Casa, obtenham certas vantagens que sejam o corretivo da desvantagem de estarem privados da ida ao exterior. Senão, nós estamos criando um pariato."

Professor Hermes Lima: "O que se pensou inicialmente é que o funcionário não poderia partir para uma missão permanente; mas tendo em vista sempre o interêsse do serviço, concordamos que não era possível impedir que fôsse o funcionário mandado para comissões temporárias ou permanentes, no caso de surgir uma dessas necessidades em que determinado funcionário que está na Secretaria de Estado, é excepcionalmente indicado para tratar de determinada situação."

Professor San Tiago Dantas: "Eu penso que ser enviado para uma Missão permanente é ser removido."

Presidente: "Eu proporia o seguinte: o Doutor Rômulo

Rômulo Almeida e o Professor Hermes Lima fizeram sugestões importantes. O Secretário Silveira, que é um verdadeiro técnico de pessoal, integrará com os mesmos uma subcomissão para encontrar uma fórmula sobre o assunto, para a próxima reunião. O que diz o Senhor General?"

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "Estou de acordo."

Professor Hermes Lima: "O Secretário Silveira é que se poderia encarregar disso, o que não impediria que eu ou o Doutor Rômulo Almeida viéssemos conversar com êle sobre a redação do projeto."

Professor San Tiago Dantas: "Então, a título provisório, ficam rejeitados os 2 últimos artigos."

Presidente: "E aprovados os 3 primeiros. A sessão está levantada."

Nada mais havendo que tratar, foi encerrada a sessão, do que para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, a presente ata.

Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1953.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

26a. Reunião

4 de fevereiro de 1953.

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
Professor Hermes Lima
Doutor Arízio de Vianna
Secretário Roberto de Oliveira Campos
Secretário Antônio Francisco Azeredo da Silveira

Aberta a sessão, submeteu o Presidente a agenda do dia à aprovação. Salientou, então, "que na presente reunião se poderia dar por terminada a primeira parte dos trabalhos da Comissão, após o que se dará início à redação dos projetos de leis e de decretos, e do relatório, marcando-se desde já reunião para os últimos dias de fevereiro ou princípio de março, para examinar os trabalhos preparados. Dou a palavra ao Secretário Silveira."

Secretário Silveira: "Quanto ao item 2ª da agenda de hoje, como vêm os Senhores, trata-se de encontrar uma fórmula conciliatória para o problema da permanência do funcionário na Secretaria de Estado. Procurou-se uma fórmula simples e que dê flexibilidade no sistema, como combinamos em reuniões anteriores."

Presidente: "A portaria do Ministro dá importância e solenidade ao ato."

Secretário Roberto Campos: "A única dificuldade que vejo quanto à interferência do Ministro de Estado através de portaria é que decisões dessa natureza devem ser colegiais. O Ministro de Estado no tocante à questão da permanência do funcionário na Secretaria de Estado, se verá inevitavelmente sujeito a pressões pessoais, ao passo que um corpo colegial, no

no caso a Comissão de Planejamento e Coordenação, seria mais im-
permeável a essas influências."

Presidente: "Mas essa questão tinha sido deixada, de
acôrdo com a proposta do Doutor Rômulo Almeida, para o regula-
mento. Permitam-me os Senhores ler o texto proposto pelo Secre-
tário Silveira: no estrito interesse da administração, ex-offi-
cio ou por iniciativa do interessado, o estágio de permanência
dos funcionários da carreira de Diplomata, na Secretaria de Es-
tado, poderá ser prorrogado, pelo prazo de 1 a 3 anos, median-
te portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores e na
forma do que fôr estabelecido no Regulamento. O que podemos é
propor no relatório, desde já, que o regulamento estabeleça que
a portaria do Ministro de Estado só será lavrada depois de ou-
vida a Comissão de Planejamento, assegurando também a esta a fa-
culdade de propor ao Ministro a permanência do funcionário."

Secretário Roberto Campos: "Era justamente o que eu
desejava sugerir. Esse artigo nasceu da idéia de que não seria
indispensável criar um corpo permanente na Secretaria de Estado
para assegurar continuidade de administração e de política atra-
vés da permanência desses funcionários. Sem dúvida, essa conti-
nuidade, que é importantíssima, deve ser assegurada, mas isso
pode ser feito por um critério flexível que permita a elasticí-
zação do período de permanência dos Diplomatas na Secretaria.
Quem melhor pode julgar da necessidade da permanência de deter-
minado funcionário na Secretaria de Estado é justamente a Comis-
são de Planejamento e Coordenação. Não tenho objeção a que se
diferam os pormenores do processo da decisão ao regulamento, con-
tanto que a decisão do Ministro preceda a opinião de um órgão
colegial."

Doutor Arízio de Vianna: "Convém realmente deixar ao
critério do Ministro a decisão da permanência?"

Secretário Silveira: "Acho que sim, considerando a
voz importante que tem nas remoções dos funcionários. Na minha
opinião, o contrário perturbaria excessivamente a Administração."

Administração."

Doutor Arízio de Vianna: "O Secretário Campos transi-
ge com isso?"

Secretário Campos: "Perfeitamente. Não vejo necessi-
dade de se mencionar aqui a Comissão de Planejamento."

Doutor Arízio de Vianna: "Nesse caso, se deveria fa-
zer menção expressa à Comissão de Planejamento no nosso relató-
rio. Cabe lembrar que a audiência à Comissão de Planejamento é
vantajosa também para o Ministro, pois a responsabilidade não se-
rá apenas sua. Essá nossa decisão de hoje deve ficar registra-
da em ata."

Presidente: "Temos agora na nossa agenda de hoje o
item 3, Problemas de pessoal- apreciação do quadro analítico de
pessoal existente e da proposta da Comissão de Organização. E o
item 4 - Relação de assuntos a serem ainda discutidos. Eu pedi-
ria a inversão dêsses itens."

Secretário Silveira: "Senhor Presidente, Vossa Exce-
lência se recorda que, logo que foi instalada a Comissão, uma
das primeiras providências tomadas dizia respeito ao modo de co-
mo elaborar os projetos de leis. Naquela época, elaboramos dois
projetos, sendo um dêles com dispositivos de organização e pes-
soal que necessariamente tinha de ser submetido ao Congresso, e
o outro um projeto de decreto relativo exclusivamente à questão
da possibilidade de servirem no exterior os funcionários admi-
nistrativos do Ministério das Relações Exteriores, um dos pon-
tos fundamentais do projeto de Reforma apresentado anteriormen-
te. Não precisa ser excessivo o número de Auxiliares administra-
tivos em serviço no exterior, mas há determinados setores on-
de são indispensáveis, como por exemplo no da criptografia, par-
ticularmente em meia dúzia de Missões, Buenos Aires, Washington,
Paris, Delegação junto às Nações Unidas, etc., o que implica a
economia de 1 ou 2 funcionários diplomáticos, pois o número de
transmissões cifradas é enorme."

enorme."

Secretário Roberto Campos: "É um trabalho que exige, em princípio, profunda falta de imaginação."

Secretário Silveira: "Mas exige uma especialização bastante grande."

Doutor Arízio de Vianna: "Este tópico já está considerado. Estamos de acôrdo."

Secretário Silveira: "Outro assunto é o que diz respeito aos Adidos Culturais."

Doutor Arízio de Vianna: "Não há necessidade de apreciar o assunto. Já nos manifestamos contra, desde o início."

Professor Hermes Lima: "Todos estão contra, ninguém é a favor da criação desses cargos."

Presidente: "Então se a Comissão é contra, está resolvida a questão."

Secretário Silveira: "Ainda existem outros assuntos. Em princípio, a Comissão deve tocar o menos possível na matéria de pessoal, pois poderia dar motivo a más emendas e inovações malsãs. Um dos pontos que procuramos resolver nesse projeto inicial é o referente à confirmação na carreira de Diplomata. O DASP, em parecer, concordou com o nosso ponto de vista de que a confirmação na Carreira nada tem a ver com a confirmação no Serviço Público. Embora o funcionário seja confirmado no Serviço Público, pode não ser adaptável à Carreira diplomática, por isso a confirmação na nossa Carreira deve ser própria. Na hipótese de um funcionário confirmado no Serviço Público não ser confirmado na carreira diplomática, seria pôsto em disponibilidade. Talvez cheguemos mesmo à conclusão de que não será necessário tocar no assunto, desde que a medida é justa e o DASP com ela concorda. Outra questão é a que se refere ao casamento de Diplomata com estrangeira. Havia um Projeto de Lei do Ministro Raul Fernandes que fôra aprovado pela Câmara dos Deputados. Esse Projeto Raul Fernandes foi modificado no Senado por um substituto já do Mi -

Ministro João Neves que, a meu ver, era muito superior porque se baseava no reconhecimento da responsabilidade do Ministro de Estado; aparentemente flexível em excesso, era realmente muto mais efetivo. Mas a Câmara ao recebê-lo de volta, para apreciação, restaurou integralmente o antigo Projeto Raul Fernandes. Foi então aprovado um Projeto de Lei que se bem não seja de todo mau para o Ministério das Relações Exteriores, poderia ter sido melhor. Outra questão importante é a da reestruturação da Carreira diplomática e aumento de quadros, aumento êsse que fica remetido ao exame geral de aumento de todos os quadros. Quanto ao problema da reestruturação da Carreira, resume-se em saber se os graus da Carreira devem contnuar como estão, ou se devem ser propostos novos escalões hierárquicos. Temos duas sugestões: a que se refere à restauracão do cargo de Embaixador e a outra, tornar de carreira o cargo de Conselheiro, em vez de ser mero título honorífico. Diante das demarches feitas e do exame pelo Congresso do aumento de quadros propostos pelo Ministério, talvez convenha apenas limitar, nossas alterações ao número de componentes de cada classe. Quanto à questão de promoções, o trabalho inicial apresentado à Comissão introduziu certas modificações no seguinte sentido: tornar totalmente por antiguidade a promoção de 3ª a 2ª Secretário; de 2ª para 1ª Secretário, antiguidade e merecimento em igual proporção; de 1ª Secretário para Ministro, 2/3 por merecimento. A Câmara está apreciando no momento um projeto sôbre aumento de quadros, que contém emendas sôbre promoções que nos parecem aceitáveis, com as normas gerais de promoção no funcionalismo. Poderão ser escolhidos pelo Presidente da República, para promoção a Ministro de 2ª. classe, os Primeiros Secretários colocados nos 2 primeiros terços da classe. Não haverá mais Quadro de Acesso para Ministro de 2ª. classe. Quanto à aposentadoria, também a Comissão pretendia mudar os limites de idade como uma consequência normal da reestruturação da carreira, não no sentido de elevar, mas de baitruturação da carreira, não no sentido de elevar, mas de bai

PIA.
baixar os níveis. Resta ainda salientar que, sobre Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, constará no projeto um artigo que estabelecerá que os quadros do pessoal do Ministério passarão a ter a constituição de que trata a tabela anexa."

Secretário Campos: "Ainda quanto ao assunto de promoções, desejava dar a idéia de que só pudessem ser promovidos a Ministro os Primeiros Secretários que tivessem concluído um curso especial, como o Curso da Escola Superior de Guerra, por exemplo. Uma vez estabelecido, em caráter genérico, que o curso seria obrigatório para a promoção a Ministro, o funcionário poderia fazê-lo em qualquer classe de sua carreira."

Secretário Silveira: "Como temos o direito de legislar em matéria de promoções no Ministério das Relações Exteriores e de ter um critério diferente do do Estatuto dos Funcionários Públicos, isso será sempre possível. Talvez fôsse o caso de fazer mais um projeto, se se julgar conveniente essa medida. Outro assunto a que desejava referir-me é o que diz respeito aos Auxiliares contratados brasileiros cuja supressão acarretará enormes inconvenientes; ao mesmo tempo, não é possível deixar de lhes reconhecer certos direitos, principalmente aos que servem 20 ou 30 anos, sem nenhuma garantia de benefícios ou previdência."

Presidente: "Não têm nem mesmo direito a aposentadoria."

Doutor Arízio de Vianna: "No caso, a lei é extremamente complexa. Há até razões de ordem social que impõem um tratamento definitivo a essa questão. São homens que terminam a vida sem nenhum estatuto de previdência, apesar de terem, em muitos casos, prestado serviços relevantes numa Embaixada. De modo que o assunto tem de ser tratado à luz das nossas possibilidades legais, verificando-se a conveniência de facilitar-lhes a aquisição da nacionalidade brasileira, para que seja titular das vantagens dos demais servidores, previdência, bonificação para seguro de vida, assistência social no fim da vi-

COPIA

vida, etc. Havendo, portanto, vários outros aspectos interligados, seria preferível, na ausência de uma proposição concreta, não focalizar o assunto por enquanto. Alguns desses auxiliares contratados estão com reivindicações de equiparação, de modo que eu preferiria não abordar o assunto agora e esperar do Itamaraty um relato sobre os diferentes aspectos dessa questão."

Presidente: "Se a Comissão está de acordo, adotaremos o parecer do Doutor Arízio de Vianna."

Doutor Arízio de Vianna: "Talvez o Secretário Silveira pudesse ficar encarregado de apreciar o assunto com mais vagar, para que o DASP tenha mais elementos concretos para estudo. Mas a nossa reforma não precisa cogitar desse assunto. O caso do contratado estrangeiro, aliás, é ainda mais complexo, pois não pode naturalizar-se brasileiro por não ser residente no Brasil."

Secretário Silveira: "A lei já facilita a naturalização de estrangeiros com 20 anos de serviço prestado ao país. É exatamente o caso de antigos Auxiliares contratados estrangeiros. Queria ainda lembrar a questão das substituições por impedimentos e ausências dos Chefes de Serviço."

Doutor Arízio de Vianna: "Quanto a isso, não há dúvida de que deve ser matéria do Regimento interno da Secretaria de Estado."

Ministro Vasco Leitão da Cunha: "De acordo. Vou dar por encerrada a sessão e marcar, se os Senhores Membros concordarem, nova reunião para o dia 11 de março próximo. Para essa data, espero que o Secretário Silveira providenciará a elaboração dos textos dos projetos de lei e de decreto e demais trabalhos que julgar necessários. Agradeço a cooperação dos Senhores. Está levantada a sessão."

Todos de acordo.

Para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, a presente ata.

Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1953.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

27a. Reunião

11 de março de 1953.

Presentes: - Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Cordeiro de Farias
Doutor Arízio de Vianna
Professor Hermes Lima
Secretário Roberto de Oliveira Campos
Secretário Antonio Francisco Azeredo da Silveira

Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente submete a agenda do dia à aprovação dos senhores membros da Comissão. Em seguida, pergunta se foi iniciada a redação do Relatório, cuja resposta é dada pelo

Secretário Silveira - Não. Apenas pensei no plano de roteiro sobre o qual poderei fazer sugestões oportunamente.

Presidente - Se a Comissão desejasse analisar artigo por artigo do projeto de lei, ganharíamos tempo. Caso haja alguma dúvida poderá ser esclarecida aos elementos que não compareceram.

Secretário Silveira - Até o final da parte de organização, inclusive a distribuição de cargos, foi plenamente aprovada pela Comissão, tendo havido, apenas, uma ligeira modificação na redação. Trata-se da quinta revisão da lei e sexta do projeto de decreto.

Presidente - No artigo 2º do projeto de lei, vejo o seguinte: "A Secretaria de Estado, órgão central da administração do Ministério e que terá por finalidade auxiliar diretamente o Ministro de Estado no planejamento e na execução da po-

da política exterior do Brasil, na orientação e superintendência das missões diplomáticas e Repartições consulares e na gestão dos demais órgãos pertinentes à pasta, compreenderá: ..." Pergunto se essa finalidade está bem definida ou se será melhor suprimir porque a definição de planejamento...

Secretário Silveira - A definição de pasta não é muito correta. É preciso dar idéia de planejamento. De acordo com a definição constitucional se faz a política externa. Há o Ministro de Estado.

Presidente - Em vez de "auxiliar", talvez fôsse melhor encontrar outra expressão.

Professor Hermes Lima - À primeira vista tenho a tendência para concordar com a primeira sugestão do Embaixador. Seria pela supressão: ... órgão central do Ministério compreende rá. A sua finalidade é essa.

Presidente - Constitucionalmente o Presidente da República é que faz a política exterior auxiliado pelo Ministro. Portanto, essa parte está definida na Comissão.

Secretário Silveira - Não podemos evitar a definição de "Comissão de Coordenação e Planejamento". Permanece a expressão "Sub-Secretário de Estado" por uma questão de equilíbrio.

Professor Hermes Lima - A Comissão, não. O Ministério, a Secretaria de Estado que já têm a sua finalidade manifesta e comprovada na sua existência histórica.

Presidente - Inclusive por definições anteriores.

Secretário Silveira - Existem em instruções em vigor mas não é perfeito. Na definição atual não existe o Sub-Secretário de Estado. Inclui a de Secretário-Geral. A consciência de Secretário-Geral está incorporada à definição de Secretário na lei vigente. (Lê um texto de lei). Estou de acordo que quanto mais simplificado, melhor.

Presidente - A redação é superior à outra. Se não se fizer a definição pode ficar de pé a definição da lei vigente que inclui a chefia.

Professor Hermes Lima - Não é essa definição que irá modificar a lei e sim os demais dispositivos.

Presidente - Manifestei a minha preferência e continuo a preferir que ficasse somente a Secretaria Geral, órgão central da Administração do Ministério.

Doutor Arízio de Vianna - Convém definir a Secretaria de Estado, porque...

- Presidente - Já está definida.

Secretário Silveira - Em contradição com a nossa. Literalmente se poderá inferir que já está modificada, mas clareia.

Doutor Arízio de Vianna - É uma particularidade que o Ministério das Relações Exteriores sustenta com entusiasmo.

Presidente - Existem três grupos diferentes: Um, este que quase tudo comporta, é a Secretaria Geral; as Missões Diplomáticas e as repartições consulares. Somado é igual a Ministério das Relações Exteriores. Se for suprimida a Secretaria de Estado, as missões diplomáticas e repartições consulares, que fazem parte se dirigirão a quem? Ao Ministério se elas são do Ministério? É uma questão de ordem prática.

Doutor Arízio de Viana - A quem se dirigem os Embaixadores?

Presidente - Aos Ministros, aos seus superiores mais altos.

Doutor Arízio de Vianna - Há uma razão de ordem prática que aconselha a adoção desse critério. Seria bom dar essa definição, porque a Secretaria de Estado, órgão central da Administração do Ministério, é bastante. Ao mesmo tempo terá a sua

sua finalidade principal: auxiliar o M.R.E. no planejamento e execução.

Presidente - Bastaria deixar o artigo 2º redigido: "A Secretaria de Estado, etc."

Doutor Arízio de Vianna - Então, o Ministério das Relações Exteriores tem a seguinte organização: A Secretaria é o próprio Ministério em ação.

Presidente - Sobretudo em coordenação e planejamento.

Doutor Arízio de Vianna - Seria muito criticado se passasse pelo DASP, e teria, mesmo, dificuldade em convencê-los.

Presidente - Então, compreenderá a Comissão de Planejamento presidida pelo Ministro de Estado. (Procede à leitura dos itens b e c, do Art. 2º)

Secretário Silveira - O Diretor-Geral da Administração passará a ser Secretário-Geral, que corresponde à nomenclatura de alguns Ministérios. Ou poderia ser Diretor-Geral da Administração.

Doutor Arízio de Vianna - Substituí a figura do Secretário-Geral para Sub-Secretário. Ministro permanente.

Presidente - Deixará de ser permanente por ser político.

Doutor Arízio de Vianna - Gostariam de manter a designação de Secretário-Geral?

Secretário Silveira - Ficou decidido aqui. Está adquirindo uma certa hierarquia.

Doutor Arízio de Vianna - O Sub-Secretário dirigirá aqueles dois órgãos.

Presidente - Faço nova sugestão: se o que nós não queremos é que o Secretário-Geral passe a dirigir a parte "meios", por que não deixarmos o Secretário-Geral na parte de "execução", permitindo que seja escolhido fora da carreira. Em vez de chamar Sub-Secretário, ficaria Secretário-Geral, de um lado e de outro o Diretor-Geral da Administração.

- Professor Hermes Lima - Vamos colocar Sub-Secretário e mudar aqui para Diretor-Geral. Diretoria Geral da Administração, chefiada pelo Diretor da Administração, tirando a expressão Secretário-Geral.

Presidente - Então, tira-se a palavra "chefeada".

Professor Hermes Lima - É redundante mas para a redação da lei não há inconveniente.

Doutor Arízio de Vianna - Podemos colocar "chefeada" pelo Diretor-Geral da Administração.

Presidente - Há uma pendência nesse caso da redação de planejamento e coordenação. A palavra coordenação é que deve preceder.

Secretário Silveira - Isto já foi discutido aqui.

Presidente - Basta C.P. (Lê o art. 3º) Modificada a expressão "pelo Sub-Secretário" para "Diretor-Geral da Administração".

Professor Hermes Lima - Quanto ao § 2º, seria "A Comissão de Coordenação e Planejamento disporá de um Secretariado que será constituído por pessoal de reconhecida capacidade em assuntos de natureza política, econômica, cultural e administrativa". O § 3º, então, seria expresso do seguinte modo: "O Sub-Secretário de Estado designará, por portaria, um dos seus auxiliares para exercer a função de Secretário Executivo do Secretariado da Comissão".

Presidente - (Lê as alíneas a, b e c, item I, Art. 4º) Na alínea c, é modificada a expressão para "Divisão da África e Oriente". (Prossegue a leitura) Na alínea a, do item II, do mesmo artigo, é apartado pelo

Secretário Roberto Campos - Gostaria que fôsse chamada "Divisão de Relações Econômicas".

Professor Hermes Lima - Acho essa redação muito superior.

Presidente - Aprovada. "Divisão de Relações Econômicas". Congratulo-me com o Senhor Roberto Campos.

Presidente - Prossegue a leitura. No Art. 6^a é a-
parteado, novamente, pelo

Secretário Roberto Campos - Acho que há uma certa
conveniência em se flexibilizar o processo de criação de Divi-
sões.

Doutor Arízio de Vianna - Eu iria até aí, mas pela
sistemática adotada na própria lei, fico impedido.

Professor Hermes Lima - A flexibilidade estará no
Art. 6^a.

Secretário Roberto Campos - A lei registra uma orga-
nização cuja necessidade é reconhecida no determinado momento^{2º}
mas pode prever a modificação estrutural para adaptações.^{1º}

Presidente - Então, teria que dizer "Por portaria do
Ministro de Estado poderão ser estabelecidas novas divisões ou
seções.

Professor Hermes Lima - Há dúvida sobre se o Congres-
so aprovaria a criação dessas divisões. Só poderia delegar po-
deres para que o Governo criasse novas divisões se a delegação
de poderes não fôsse proibida de uma maneira verdadeiramente la-
mentável pela Constituição.

Secretário Roberto Campos - É melhor não mencionar.
A idéia é de que a conjuntura internacional muda tanto que tu-
do no momento presente será ocioso.

Presidente - Se quizessem o Departamento político se-
ria constituído de Divisões.

General Cordeiro de Farias - É difícil por causa das
funções gratificadas.

Secretário Roberto Campos - A minha sugestão criou
mais problemas do que resolveu.

Presidente - Ao ler o Art. 7^a: Eu leio com grande
pesar porque não se pode exigir mais para o Sub-Secretário do
que se exige para Ministro de Estado. Este é da livre e expon-
tânea vontade do Presidente da República.

Professor Hermes Lima - A impressão é derivativa.

Presidente - Que acham sobre o art. 7º?

Secretário Silveira - Já foi discutido e aprovado.

Presidente - Fiz a minha lamentação, apenas, para que conste da Ata. (Prossegue a leitura até o Art. 11) O cargo de Secretário-Geral está fora. Preferiria não fazer a enumeração, porque já mandamos um projeto de lei à Câmara, em que, com fundamento no Estatuto dos Funcionários, o Poder Executivo, dentro dos limites que forem estabelecidos para a remuneração das funções gratificadas, poderá rever todos os que existem no Serviço Público e adapta-los segundo as conveniências do serviço. A lei estabelece, apenas, o seguinte: (Leitura). Se esta lei passar, fica o Governo com liberdade de passar a função FG 4 para FG 11, se entender necessário e não somente o símbolo FG 4 passar a ter uma remuneração maior. O Estatuto antigo dizia: A função gratificada é estruturada em lei para remunerar determinadas chefias que não estejam compreendidas em cargos isolados de provimento em comissão. Logo se compreendeu que a função gratificada tinha de ser instituída em lei. O Estatuto atual exclui essa exigência, daí dar ao Executivo a liberdade de atribuir uma adição de vencimentos para a chefia de um determinado serviço, independente da criação de um cargo. Desta forma, eu preferiria não especificar as funções gratificadas com seu símbolo correspondendo a cada chefia, deixando liberdade para num decreto do Governo fazer-se menção na lei. Preferiria, pois, não colocar na lei. Teríamos de redigir esse Art. 11: De um modo geral as gratificações de funções de chefia de Departamentos, Divisões, setores, serviços e seções, serão fixadas pelo Poder Executivo dentro dos limites da lei.

Secretário Silveira - Há o cargo de Introdutor Diplomático que não é chefia e os Chefes de Gabinete.

Doutor Arízio de Vianna - As funções gratificadas cor

correspondentes a chefias de departamentos, e outras atividades, seriam estabelecidas por decreto do Executivo. Substitutivo para os Arts. 11 e 12.

Presidente - Suponho que a sua lei não passa. Como remediar isso? Restabelecer?

Doutor Arízio de Vianna - Restabelecer. Tenho esperança que esta lei passe porque o Serviço Público está praticamente paralizado e comprometido em virtude do baixo padrão das gratificações.

Presidente - Deve ser suprimido definitivamente o título de Chefe de Gabinete. Em 1931 foi extinto e voltou de novo.

Secretário Silveira - Corta-se a árvore mas existe a raiz. O Chefe de Gabinete do Ministro é indispensável.

Presidente - Gabinete não faz serviço. É preciso ficar claro que o serviço é feito nas divisões respectivas. Esses dois artigos aprovados não vão ser mandados ao Congresso. (Leitura do Art. 13). Este é o único caso pessoal que existe na lei. O Ministro Conservador é um funcionário da carreira, que sem ter concordado com isso, sem ter desejado, foi transformado, mano militari, em Conservador, com os direitos que a carreira dava, mas o resultado é que está em condição inferior a 3º Secretário e tinha a categoria de Ministro. Já tentamos dar a ele os direitos da carreira, mas o DASP foi sempre contrário.

Doutor Arízio de Vianna - No Art. 11 as gratificações de função correspondentes a (leitura) e a outros encargos do Ministério das Relações Exteriores, serão estabelecidas pelo Poder Executivo de acordo com os símbolos e valores fixados pela legislação vigente.

Secretário Silveira - Não terá a representação no Rio. É só isso que se está tentando assegurar.

Presidente - O Doutor Arízio considerou uma lei es-

lei especial, artigo único para resolver essa situação. Vamos fazer um artigo de lei só para isso. O Art. 13, portanto, constituirá projeto de lei especial. Quanto ao Art. 16, por se tratar de lei ordinária foi cortado. No Art. 17 ficará Regimento ou Regulamento?

Doutor Arízio de Vianna - A palavra regulamento me parece mais solene. Através dos regulamentos da Secretaria de Estado e de Serviço das Missões Diplomáticas e Repartições consulares.

Presidente - ... e das Missões Diplomáticas.

Doutor Arízio de Vianna - ... e Repartições consulares.

Presidente - Muito bem. O Art. 18 tem de figurar na lei "créditos suplementares". A nossa reforma demonstra que não sairá excessivamente caro.

Secretário Silveira - No máximo uns 12 mil contos.

Doutor Arízio de Vianna - Créditos especiais

Presidente - Sim, créditos especiais. Fica modificada a redação do Art. 18: "Para execução da presente lei é autorizado o Poder Executivo abrir um crédito especial ao Ministério das Relações Exteriores com a seguinte discriminação:" Ao encerrar os trabalhos de hoje, quero agradecer a colaboração de todos os presentes, ficando, conforme combinado, marcada para Segunda-Feira, dia 16, às 5 1/2, nova reunião durante a qual debateremos a parte final da agenda.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

28a. Sessão realizada no dia 16 de março de 1953, no
Palácio Itamaraty

ATA SUMÁRIA

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Professor San Tiago Dantas
Secretário Antonio Francisco Azeredo da Silveira.

Aberta a sessão, o Presidente propôs que a Comissão se reunisse em sub-comitê por não haver número legal. Em seguida, submeteu à apreciação do Professor San Tiago Dantas o Projeto de Lei, discutido e aprovado na última reunião, na 6a. revisão. O Professor San Tiago Dantas depois de se declarar de pleno acôrdo com o texto aprovado, propôs que as Divisões da América Latina, da América do Norte e da Europa, África e Oriente, fôsem substituídas por três Divisões sob a rubrica de Divisões Regionais, cujos limites de jurisdição seriam determinados pelo Regulamento, ou que se autorizasse o Poder Executivo a lhes alterar o conteúdo. Dar-se-ia assim maior flexibilidade ao sistema. As outras Divisões do Departamento Político, por serem de caráter mais permanente, continuariam como se acham referidas no Projeto. Quanto ao Projeto de Decreto sobre designação de Auxiliares Administrativos para o exterior, cumpre ressaltar apenas a observação feita pelo Professor San Tiago Dantas, no sentido de que, por um modo qualquer, seja limitada numericamente a designação dos referidos funcionários, a fim de que a Administração não venha eventualmente a enfrentar sérias dificuldades que da generalização irrestrita da medida

COPIA.

- 2 -

medida possam resultar. Após várias observações sobre o assunto, e justificações apresentadas com relação às propostas enunciadas, foi encerrada a sessão e marcada nova reunião para o dia 23 de março, segunda-feira próxima. Do que para constar, lavrei eu, D^o rio Moreira de Castro Alves, a presente ata.

Rio de Janeiro, em 16 de março de 1953.

PIA.

COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

29a. sessão, realizada em 23 de março de 1953.

ATA SUMÁRIA

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Doutor Arízio de Vianna
Professor Hernes Lima
Professor San Tiago Dantas
Secretário Roberto Campos
Secretário Antonio Francisco Azeredo da Silveira

Presidente: "Chamo a atenção dos Senhores Membros da Comissão para a ata sumária da reunião anterior, em que se registra, uma sugestão do Professor San Tiago Dantas no sentido de dar maior flexibilidade às Divisões regionais do Departamento Político. Quanto ao mérito da mesma, não teria nada a dizer, mas quanto à prática, tenho as minhas dúvidas sobre sua exequibilidade."

Secretário Silveira: "Meditando mais sobre o assunto, se bem que tivesse concordado com o Professor San Tiago Dantas, acho que essa rigidez talvez seja mais aparente do que de fato, e iremos assim sacrificar a nitidez da apresentação do trabalho que talvez não seja bastante compensada pela aludida flexibilidade que daríamos à lei. Nada impede que o Ministro de Estado subdivida internamente uma Divisão até que possa a alteração ser consignada em um novo texto de lei. Essa é minha impressão. Ti-ve grande relutância comigo mesmo em externá-la, mas acho que devo proceder assim. Realmente a idéia é magnífica, mas o trabalho final perderia bastante em clareza."

clareza.

Professor San Tiago Dantas: "A minha sugestão era no sentido de adotar qualquer técnica que permitisse tornar essas 3 Divisões de conteúdo flexível, porque não sei se em todos os momentos convirá agrupar essas 3 Divisões na forma que agora propomos. As frequentes modificações internacionais, uma guerra, por exemplo, podem às vezes aconselhar a agrupar de modo diverso as Divisões regionais. A sugestão que manifestei na reunião passada foi, inicialmente, a de consignar apenas a rubrica 3 Divisões regionais, cujos limites de jurisdição seriam determinadas pelo Regulamento. Dar-se-ia, assim, maior flexibilidade ao sistema. Mas também aceitaria que constassem as 3 Divisões como aqui estão, e que se estabelecesse num parágrafo que o Regulamento poderá modificar as alíneas a, b e c do tal artigo, de acordo com as necessidades, por exemplo: As divisões regionais mencionadas nas alíneas a, b, e c do item I, poderão ser modificadas, quanto às áreas geográficas que as constituem, por decreto do executivo."

Presidente: "Submeto à votação a sugestão do Professor San Tiago Dantas. Não havendo discordância, está aprovada por unanimidade."

Secretário Roberto Campos: "Desejaria um esclarecimento sobre o Art. 3º, § 3º do projeto de lei. Existe alguma razão para que se defina a área de escolha de um dos auxiliares do Subsecretário de Estado para exercer a função de Secretário-Executivo da Comissão de Planejamento e Coordenação?"

Presidente: "O motivo é de ordem prática, para que ele fique integrado no Gabinete do Subsecretário de Estado, e seja um funcionário que trabalhe com o Subsecretário não só na Comissão de Planejamento e Coordenação, como também no seu Gabinete. O importante é que haja o melhor intercâmbio possível entre o Subsecretário e a Comissão de Planejamento."

planejamento."

Professor San Tiago Dantas: "De acôrdo. Aliás, se fôr se um funcionário qualquer do Ministério, seria então mais natural que o Ministro de Estado designasse."

Presidente: "Volto a insistir que a idéia me parece a certada, para que não haja uma sorte de compartimento estanque; é necessário uma perfeita ligação entre o Secretário-Executivo da Comissão de Planejamento e Coordenação e o Subsecretário que deve ter nela uma pessoa da sua imediata confiança."

Professor San Tiago Dantas: "Eu tenho a impressão de que a fórmula é boa. Robustece realmente a gerência."

Presidente: "Nessas condições, se o Secretário Campos não tiver outras objeções, posso considerar que a Comissão aprova, por unanimidade, o dispositivo?"

Todos os membros estão de acôrdo.

Presidente: "Entende-se que a aprovação do Projeto é como o aditamento da sugestão proposta pelo Professor San Tiago Dantas."

Secretário Silveira: "Chamo a atenção dos colegas de Comissão para o projeto de Decreto que Dá providências sobre pessoal auxiliar das Missões diplomáticas, Repartições consulares e Delegações junto a Organismos Internacionais. A idéia nasceu da experiência com o envio de Auxiliares administrativos na administração do Ministro Raul Fernandes. Quando a Secretaria de Estado chamou de volta os funcionários que estavam fora, houve queixas generalizadas. Preparamos, então, uma minuta de Exposição de Motivos ao Presidente da República, explicando a vantagem do sistema experimentado e propondo que o número dos funcionários administrativos que poderiam servir no exterior não ultrapassasse a 12. Aqui tenho a minuta de Exposição de Motivos que naquela época foi feita. Poderíamos no nosso projeto estabelecer uma limitação nessa base, ou então adotar critério percentual."

PIA
percentual."

Doutor Arízio de Vianna: "O Decreto poderia fixar o número para o corrente ano, ficando estabelecido que esse número poderia ser alterado anualmente."

Secretário Silveira: "A idéia é ótima. A 2a. condição aludida nessa minuta, exigia que só poderiam ser designados para servir no exterior os funcionários administrativos de comprovado merecimento e que contassem mais de cinco anos de efetivo exercício na Secretaria de Estado. A 3a. condição, permanência máxima de 2 anos, deve ser abandonada. A permanência deve ser por prazo maior, pois as remoções são custosas. A 4a. condição, só poderão voltar a ser designados após 5 anos de serviço na Secretaria de Estado, poderia ser reduzida para 4 anos; seria assim, a mesma exigência do Estatuto."

Doutor Arízio de Vianna: "Aqui minha ponderação é a seguinte: se tencionam mandar só funcionários para o exterior ou, eventualmente, também extranumerários? Se a permissão fôr para ambos, deve-se fazer referência a servidores administrativos."

Presidente: "Trata-se, realmente, de servidores."

Professor Hermes Lima: "Tenho uma sugestão: que o número de servidores a serem enviados ao exterior seja fixado por portaria anual do Ministro de Estado. Se há necessidade de fixar o número, como o Professor San Tiago Dantas demonstrou, esse número não deverá ser fixado de modo muito rígido."

Secretário Silveira: "O Presidente da República anualmente é obrigado a fixar o quantum de gratificação de representação para os funcionários diplomáticos. Simultaneamente ele poderia fixar o número dos servidores administrativos que poderão ser designados para o exterior."

Presidente: "Portanto, em vez de portaria, Decreto anual."

Doutor Arízio de Vianna: "Muito boa a idéia. Mas não serão iguais a representação de um funcionário diplomático, classe "L", por exemplo, e a de um Auxiliar administrativo da mesma

classe?"

Secretário Silveira: "Não. Há uma classificação à parte. Os servidores administrativos são englobados todos numa classificação diferente."

Doutor Arízio de Vianna: "Então todos os Auxiliares administrativos teriam a mesma representação?"

Presidente: "Aí a fixação poderia ser proporcional."

Professor San Tiago Dantas: "Eu confesso que acho a fixação do número, do ponto de vista prático, muito boa, mas acho interessante a idéia do Professor Hermes Lima de que se deve fazer qualquer coisa mais flexível."

Secretário Silveira: "12 era mais ou menos o número de Auxiliares administrativos que existia no exterior. Corresponde a uma experiência prática em 1950, não era um número vago. Desse época até agora, já se abriram novas Missões diplomáticas."

Presidente: "O Serviço Público inglês e o americano têm um cálculo de proporções: para cada funcionário de carreira, há 2 ou 3 funcionários administrativos. Talvez conviesse adotar um critério, embora modesto."

Secretário Silveira: "Mas além dos Auxiliares administrativos, vamos ter os contratados que não desaparecerão. Só mandaremos do Brasil os funcionários especializados."

Presidente: "Precisamos institucionalizar o sistema para evitar inconvenientes futuros. Se no Brasil exigimos concurso, porque no exterior será um sistema de recrutamento inferior? A fixação do número por decreto anual do Presidente da República, conforme foi sugerido, e parece boa técnica."

Doutor Arízio de Vianna: "O Decreto anual que fixa a remuneração fixará o número de servidores administrativos."

Secretário Silveira: "Fariam-se um parágrafo único em que se fixaria um número para o primeiro ano em que vigorasse o Decreto, e esse número poderá ser revisto anualmente com o decreto que fixar as vantagens de representação do pessoal no exterior. O primeiro limite será mesmo de 12."

12."

Presidente: "Se não houver discordância, considera-se a matéria aprovada."

Secretário Roberto Campos: "Desejo transmitir uma sugestão do Professor San Tiago Dantas, que me parece muito interessante. Seria oportuno, a esta altura dos trabalhos, fazer um balanço das realizações da Comissão. Havia cinco problemas temáticos que eram os nossos desafios e que giravam em torno dos seguintes temas: 1) critério de diferenciação geográfica ou de diferenciação funcional; 2) distinção e ênfase entre atividades de planejamento e atividades de execução; 3) formação de pessoal, visando a um tipo de preparo geral ou a um tipo de especialização, e necessidade de concordância entre uma estrutura especializada; 4) problema da mobilidade ou da estabilidade do pessoal administrativo da S.E.; 5) diferenciação entre as funções de negociação e representação diplomática junto a Governos e as de negociação e representação junto a Organismos e Comissões internacionais."

Antes de dar início ao balanço geral sobre as teses acima enumeradas, discutiram os Membros da Comissão alguns aspectos da Comissão de Planejamento e Coordenação, havendo o Secretário Roberto Campos explicado a idéia inicial da dita Comissão que seria o mais afastada possível dos órgãos de execução. Depois é que se integrou mais nitidamente dentro da linha de produção de serviço e veio então a idéia de fazer do Secretário Geral seu chefe. A este particular, lembrou o Secretário Silveira que estava registrado em ata que no relatório para o Ministro de Estado se explicaria o funcionamento que se prevê para a Comissão de Planejamento.

Às 20 horas, decidiu o Presidente levantar a sessão e marcar a próxima reunião para 21:00 horas, logo após o jantar que se realizaria no recinto das sessões. De que para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, a presente ata.

Rio de Janeiro, em 23 de março de 1953.

1A COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

30a. sessão, realizada em 23 de março de 1953.

ATA SUMÁRIA

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Professor San Tiago Dantas
Secretário Roberto Campos
Secretário Antonio Azeredo da Silveira

Aberta a sessão pelo Presidente, o Secretário Silveira solicitou a palavra para, antes de darem início a um exame retrospectivos das teses, relembrar alguns pontos de ordem geral.

Secretário Silveira: "Queria propor algumas questões que dizem respeito a assuntos já discutidos. Creio que o Decreto sobre Auxiliares só deverá ser proposto ao Presidente da República uma vez aprovada a reforma, para evitar que a Secretaria de Estado fique desfalcada de pessoal. Há ainda a considerar uma proposta do Doutor Rômulo Almeida a respeito da criação de uma Comissão Nacional de Organismos Internacionais, que seria uma Comissão inter-ministerial. Não vejo muita necessidade dessa Comissão; acho que a coordenação se faz melhor nas áreas de interesses específicos do que num órgão muito generalizado. Mas houve aqui essa sugestão que, se não foi aprovada com grande entusiasmo, também não foi combatida. No caso, bastaria apenas decreto do Executivo. Quanto ao concurso direto para a Carreira, queria apenas lembrar que a legislação vigente já prevê, o que dispensa qualquer medida nessa nesse sentido."

Presidente: "De acordo".

Secretário Silveira: "O Embaixador Fraga de Castro propôs que nas capitais se adotasse, com relação aos Consulados, um

COPIA
um sistema semelhante ao americano: todos os funcionários seriam designados como membros da Embaixada, e encarregados do serviço consular na Embaixada, por uma mera designação interna. Isso também não depende de Lei, basta extinguir, por decreto, os Consúls nas capitais e pormenorizar no Regulamento os dispositivos sobre o Serviço Consular nas Embaixadas, o que é aliás, previsto em Lei. Poderíamos, no relatório, dar uma sugestão nesse sentido. Não precisaríamos nem mesmo elaborar o projeto, pois a providência é simplíssima."

Presidente: "De acordo. Não havendo objeção, está provado."

Professor San Tiago Dantas: "Desejaria fazer uma pergunta: se o Subsecretário for um Ministro de carreira, não haverá dificuldades legais de acumulação?"

Secretário Silveira: "Ele não perderá o cargo de carreira. O provimento em Comissão, recaindo a escolha em titular de cargo efetivo, não prejudica a contagem de tempo de serviço; situações semelhantes estão previstas em lei. Queria ainda lembrar que vamos propor a repadronização, para a letra "N", dos Cônsules Privativos, o que é justo pois foram esquecidos na repadronização que houve em 1950. Quanto aos Conselheiros Comerciais, não vamos propor nada, deixamos de acordo com o projeto já no Senado. Na carreira de Economista, pretendemos fixar o número de ocupantes em 28, terminando a carreira na letra "N".

Professor San Tiago Dantas: "Creio que nessa questão de carreiras, estamos perfeitamente de acordo."

Secretário Campos: "Desejaria propor que a carreira de Economista terminasse na letra "O", que corresponde a Cr\$8.400,00 mensais."

Presidente: "Não poderemos ter pessoal bem escolhido se a carreira de Economista não oferecer boa compensação financeira."

Secretário Silveira: "Então será de "L" a "O"?"

Professor San Tiago Dantas: "Estou de inteiro acordo."

acôrdo."

Presidente: "Então está aprovado."

Professor San Tiago Dantas: "Tenho uma proposta sobre o quadro de Tradutores: que ao lado dêles existam os Tradutores Intérpretes, que poderiam chamar-se simplesmente Intérpretes."

Secretário Silveira: "A idéia me parece boa."

Presidente: "Se não há objeções, está aprovado."

Professor San Tiago Dantas: "Proponho então que dêsse-mos por encerrado o exame analítico de pessoal. Estamos fazendo nossa última reunião, são quase 10 horas da noite e não devemos programar uma sessão muito longa. Aquilo em que positivamente a nossa colaboração não fôr essencial, fazemos amplo crédito aos Senhores que não da Casa."

Presidente: "Creio que tudo está resolvido. Vamos agora ao que nos resta da nossa tarefa que é a recapitulação das teses. O quadro analítico fica aprovado em linhas gerais. Naturalmente que poderemos ainda rever o número de titulares de cargos ou funções."

Professor San Tiago Dantas: "Faço uma proposta no seguinte sentido: que se defina em lei o funcionamento da Comissão de Planejamento. Já estabelecemos anteriormente que o assunto será matéria do regulamento. Creio, entretanto, necessário um toque no assunto, de modo muito genérico..."

Secretário Roberto Campos: "Algo que dê a idéia de seu funcionamento, que correspondesse a um fluxograma."

Presidente: "De acôrdo. Que propõe de concreto o Professor San Tiago Dantas?"

Professor San Tiago Dantas: "Que se redigisse um parágrafo ao artigo 3º do projeto de lei, mais ou menos nos seguintes termos: ao Secretariado da Comissão de Planejamento e Coordenação serão encaminhadas pelos Departamentos informações, sugestões e propostas, oriundas de setores administrativos e que vissem ao planejamento da política exterior.

PIA
exterior."

Presidente: "A tese seguinte diz respeito à formação de pessoal visando a um tipo de preparo geral ou a um tipo de especialização, e necessidade de concordância entre uma estrutura especializada e uma formação especializada."

Secretário Roberto Campos: "Creio que o assunto foi suficientemente debatido. Não chegamos a conclusões definitivas sobre cursos de aperfeiçoamento no Instituto Rio Branco. Mas todos conviemos na necessidade de dar a maior importância à especialização, que deverá ser estimulada, quando não espontânea."

Professor San Tiago Dantas: "É o que se verifica também nas carreiras militares. Preparo profissional ao lado do preparo básico geral. Seria conveniente acrescentar algo de positivo sobre o assunto, no nosso projeto, embora de caráter muito geral. Por exemplo, uma redação como esta: como complemento da formação básica do pessoal da carreira diplomática, será prevista no Regulamento a formação especializada, para aproveitamento adequado dos funcionários de acordo com a conveniência do serviço."

Presidente: "Submeto à aprovação a fórmula proposta pelo Professor San Tiago Dantas. Não havendo objeções, está aprovada a fórmula, que deverá constar em um artigo seguinte ao referente ao estágio dos diplomatas na Secretaria de Estado."

Ficou aprovada a proposta do Professor San Tiago Dantas.

Secretário Silveira: "Quanto às teses da conveniência da adoção do critério geográfico ou funcional, e da existência ou não de um Departamento de Organismos, creio que será desnecessária qualquer recapitulação. A matéria foi debatida amplamente e chegamos a conclusões definitivas."

Presidente: "De pleno acordo. Dou por encerradas as

COPIA

- 5 -

as sessões ordinárias da Comissão. Tão pronto tenhamos uma minu
ta de relatório, convocarei nova reunião. Agradeço sinceramente
aos Senhores Membros da Comissão. Está encerrada a sessão."

Do que, para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro
Alves, a presente ata.

Rio de Janeiro, em 23 de março de 1953.

21A
COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

31a. Reunião

31 de março de 1953.

Presentes: Ministro Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente
General Oswaldo Cordeiro de Farias
Doutor Arízio de Vianna
Doutor Rômulo Almeida
Secretário Roberto de Oliveira Campos
Secretário Antonio Francisco Azeredo da Silveira

Aberta a sessão o Presidente sugeriu que a Comissão se reunisse em Sub-Comitê até a chegada dos Senhores Doutor Arízio de Vianna e Doutor Rômulo Almeida. Tomou, então, a palavra para explicar os objetivos da presente reunião.

Presidente: "Convoquei a reunião de hoje para que a Comissão deliberasse sobre a entrada do elemento feminino na carreira diplomática. Atualmente, não existe permissão para a entrada de mulheres na Carreira, embora a permissão já tenha sido de regra. Há excelentes funcionárias hoje em dia, e como o problema é agitado com muita frequência, o Ministro de Estado me pediu ouvisse a opinião da Comissão a respeito. Esclareci a Sua Excelência que o momento não era oportuno para a Comissão pronunciar, pois já há um projeto sobre o assunto, no Senado. Respondeu-me o Ministro que desejava ter a opinião da Comissão e que ia procurar na medida do possível, seguir literalmente as nossas recomendações. Ele quer apresentar ao Presidente da República aquilo que a Comissão recomendar. Nessas condições, antes de dar a palavra ao Senhor General Oswaldo Cordeiro de Fa-

PLA. 2
Farias, que não é funcionário da Casa, gostaria de ouvir primeiro os dois Membros da Comissão que são funcionários do Itamaraty, Secretário Roberto de Oliveira Campos e Secretário Silveira."

Secretário Silveira: "Do ponto de vista do aproveitamento do funcionário, é muito difícil que nos possamos opôr à idéia de que a mulher ingresse na carreira. Acho que se existe um bom ou mau funcionário do sexo feminino, deve-se mais ao sistema de seleção que foi empregado do que à condição do sexo. A maioria das mulheres que ingressam na carreira, por concurso, são excelentes funcionárias. Acho, porém, que não seria nenhum cerceamento de liberdade democrática impedir a entrada da mulher na carreira de Diplomata, pois uma determinada carreira pode oferecer inconvenientes sérios a pessoas de outro sexo que dela deseje participar, quer se trate de homens, quer de mulheres. Como há carreiras virtualmente fechadas aos homens, é razoável admitir também a exclusão de mulheres em determinadas carreiras. De modo que não me impressiona muito o argumento de ordem geral, de liberdade democrática. No caso específico da carreira diplomática, o problema tem aspectos muito psicológicos e parece difícil pretender alguém auferir objetivamente o grau de desenvolvimento social do Brasil de modo a concluir que seja aconselhável ou não a admissão da mulher na Carreira diplomática. No mundo, esse ingresso tem sido bastante limitado, inclusive nos Estados Unidos, pelo menos o ingresso na classe inicial da carreira. Também não é muito comum na Inglaterra. Em escalão de chefia, não se discute, não há inconveniente algum. Pode mesmo, em certos casos, ser altamente aconselhável, pois nessa fase já há um grau de aferir objetivamente a capacidade de ação e os reflexos da pessoa escolhida, sem que seja relevante o fator psicológico ligado à condição do sexo. Meu único receio se fundamenta num erro que hoje em dia cometemos, pois cuidamos muito dos critérios de seleção do pessoal diplomático, mas não olhamos com bastante cuidado o problema da área de recrutamento. Exigimos que o funcionário da Carreira diplomática

seja do tipo de nível universitário, mas não cuidamos se o prêmio que se dá aos que se preparam para Carreira permite fazer um recrutamento numa área que forneça elementos já com alguma experiência da vida, com alguma madureza e capacidade de iniciativa já aprovada em outras tarefas. Minha impressão é que se assegurarmos o ingresso à mulher na Carreira, vamos talvez aumentar esse erro da área de recrutamento. É mais comum no Brasil encontrarmos mulheres com cultura universitária e que ainda não têm problemas econômicos do que um número igual de homens com essa mesma cultura, e sem essas mesmas dificuldades e problemas. De modo que se não modificarmos esse critério da área de recrutamento e não dermos aos que ingressam na Carreira diplomática uma situação econômica que permita o recrutamento de indivíduos mais maduros, eu creio que assim seria maior o erro. Sou de opinião que se a Comissão resolver que se deve permitir o ingresso da mulher na Carreira é preciso que se proceda a uma modificação de ordem regimental no sentido de que todo indivíduo que se habilitar no concurso e nele ingressar, tenha a sua vida econômica assegurada. Isso pelo menos vai determinar um tipo de competição entre funcionários de ambos os sexos com maior equilíbrio, do contrário, vamos ter um derrame de mulheres com desejo de entrar na Carreira. Sinto que a questão da entrada da mulher na Carreira diplomática é um passo realmente sério que dará o Ministério das Relações Exteriores. Por diversas vezes se adotou a entrada de mulheres na Carreira diplomática por prazo relativamente curto e a experiência tem demonstrado que com isso lucrarmos às vezes, mas de qualquer maneira criamos alguns sérios problemas para a Administração do Ministério. A maioria dos postos não são postos agradáveis, são de condição de vida difícil e eu conheço muito poucas funcionárias que tenham servido nesses postos. A situação delas quase que exige do Ministério um sistema de ralojaría (com o perdão da comparação) para sua locação em postos no exterior. De qualquer maneira, se adotarmos o

o critério da entrada da mulher na carreira diplomática, não podemos admitir a consagração de discriminações no que diz respeito à designação das mulheres para tal ou qual posto. Resumindo meu pensamento, eu, de minha parte, não faria com que a Comissão assumisse essa responsabilidade. Digo isso constrangidíssimo por que tenho enorme admiração pelas colegas que temos e que são excelentes funcionárias. Só mesmo por um sentido de honestidade para comigo mesmo dou essa opinião. Por gosto pessoal, daria outra. Considero um dever manifestar exatamente aquilo que sinto. Embora pessoalmente nada tenha a dizer contra as mulheres, apenas acho que a questão pode apresentar sérios inconvenientes, principalmente de ordem prática. Isso sem entrar em considerações sobre a situação puramente pessoal da mulher na Carreira."

Presidente: "Muito obrigado. Dou a palavra ao Secretário Roberto Campos."

Secretário Roberto Campos: "Confesso não ter pensado maduramente sobre o problema e por isso farei alguns comentários por ora, reservando-me o direito de voltar ao assunto. Minhas observações se focalizarão nos seguintes pontos: 1) Questão da discriminação administrativa; 2) Problema das tendências universais do movimento feminista; 3) Problema administrativo do Itamaraty decorrente de dificuldades com a lotação do elemento feminino; 4) Problema de aptidões especiais; 5) Questão da área de recrutamento. Quanto ao 1º ponto, problema da discriminação administrativa, não conheço os textos legais em que se baseia a não admissão de mulheres no Itamaraty, se é ou não inconstitucional, mas tenho a impressão de que, quer legal quer ilegal, é uma forma de discriminação muito real, porque o acesso que se tem vedado às mulheres é apenas para carreiras muito especializadas, carreiras militares, em que há toda uma tradição multissecular, tradição essa só interrompida esporadicamente em alguns regimes totalitários. Mas as mulheres de há muito quebraram as tradições e a diplomacia seria um dos poucos redutos. Não acredito que a justificativa de exclusão seja tão razoável como pa-

parece julgar o Secretário Silveira. Relativamente à 2a. questão, pergunto até que ponto se pode resistir a essa tendência de igualdade de acesso nas carreiras, que já se estende a todos os círculos de profissões liberais e tendência contra a qual o único reduto ainda destemido é talvez o militar. Não vejo outra área de atividade que não tenha sido franqueada à mulher nessa tendência universal de movimento feminista. Quanto ao 3o ponto - flexibilidade de manobra - é realmente um problema sério. É indiscutível que a flexibilidade de manobra no Itamaraty com relação ao elemento feminino seria limitada por motivos românticos ou emotivos, ligados à menor independência da tribu feminina e determinados fatores puramente sociais como a existência de certas tribus que diminuem a flexibilidade da manobra. O Itamaraty, ao permitir a entrada das mulheres, teria de resignar-se com uma certa limitação na manobra do pessoal. Se essa limitação é suficientemente séria para causar um sensível desequilíbrio na Administração, é problema que só a experiência pode ensinar.. A perda da flexibilidade de manobra é assim um argumento muito sério contra o ingresso da mulher na Carreira diplomática. A favor existem as inclinações e faculdades essenciais típicas do elemento feminino e para os quais a Diplomacia fornece campo abundante. Para dificuldades de contatos, de relações delicadas, o elemento feminino é adequado. O segundo aspecto é o terreno linguístico, em que as mulheres revelam muito da sua superioridade sobre o elemento masculino. A faixa de atividades em que a mulher é útil é bastante considerável, o que não deve escapar ao nosso exame geral do problema. O 4o ponto se refere à área de recrutamento e sobre esse aspecto acho que as observações do Secretário Silveira são muito pertinentes. O regime do Instituto Rio Branco tende a estreitar muito a área de seleção. Confina a seleção ao elemento da cidade, ao elemento economicamente independente, tende a criar uma dinastia. Indiscutivelmente o elemento feminino, com menor responsa

CÓPIA

responsabilidade de subsistência, disporia de uma autonomia econômica maior para se concentrar. Como membros privilegiados da tribo e dispensadas em geral da própria subsistência, e sobretudo de outras pessoas, podem dedicar-se à preparação e ao estudo com vantagem sobre os homens que, na maioria, se vêem desde muito cedo atirados na luta pela subsistência. É o resultado poderia ser uma completa distorção no campo de recrutamento, de tal modo que o elemento feminino, em vez de se tornar uma exceção na massa, se tornaria a própria massa. A solução para esse problema seria talvez a que mencionou o Secretário Silveira, isto é, abrir as possibilidades alternativas de recrutamento (para os cursos de preparação) pelo Instituto Rio Branco, para o elemento citadino - dinastia - e pelo método de concurso direto para os membros menos privilegiados da tribo, isto é, os que já têm responsabilidades e não podem fugir a elas, dedicando-se dois anos a um regime de escola. Minha opinião seria, portanto, um pouco diferente da do Secretário Silveira; imagino que não nos devemos pronunciar contra o ingresso da mulher na Carreira diplomática, mas chamar a atenção do Itamaraty para uma modificação no critério de recrutamento, para destruir o handicap que de outra maneira existiria em favor das mulheres, com maior autonomia financeira na época formativa e acadêmica. Outra possibilidade seria uma limitação quantitativa e percentual do ingresso das mulheres na Carreira, em cada um dos grupos anuais de ingresso; fixar-se-ia uma quota máxima de elemento feminino que poderia apresentar-se a concurso."

Presidente: "Aí é que haveria uma discriminação difícil de sustentar."

Secretário Roberto Campos: "É apenas uma possibilidade teórica. Realmente, também é uma discriminação. Confesso que minhas idéias são ainda muito caóticas sobre o assunto."

Presidente: "Não temos obrigação estrita de estabelecer um texto legal nesta matéria. O Ministro de Estado apenas

apenas queria ouvir a opinião da Comissão. Convém não esquecer que existe um texto de Lei no Senado e ainda, um processo judiciário em andamento contra a lei vigente. De modo que a Comissão pode recomendar que se analise favoravelmente o problema, com as limitações que o Secretário Campos e o Secretário Silveira têm sugerido. Não há obrigação de elaborar um projeto. O importante é que se dê uma opinião."

Secretário Silveira: "A minha única limitação seria que se modificasse o sistema de seleção da área de recrutamento, do contrário teríamos um desequilíbrio; a igualdade redundaria na desigualdade."

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "Eu confesso que não tenho uma idéia firmada sobre a questão. Compreendo o pedido do Ministro de Estado. Ele não quer que a Comissão se extorne sob o ponto de vista legal, mesmo porque há uma questão já no Judiciário e, além disso, existe um projeto no Congresso; compreendo que o Ministro deseja saber sobre a conveniência da medida. Sobre a legalidade, tenho a impressão de que a Constituição só veda a entrada das mulheres nas classes armadas."

Presidente: "Creio que a Constituição estabelece uma ressalva mais ampla, salvo as profissões que a lei determinar."

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "Como elemento estranho ao Itamaraty, não posso ter opinião sobre as vantagens e desvantagens da admissão das mulheres. Depois de ouvir o Secretário Silveira, eu me convenço de que há realmente séria vantagem. Mas não tenho um ponto de vista formado, de modo que o meu voto não tem fundamento e eu acompanho nesse particular os votos específicos da Casa. Confesso que não tenho elementos para julgar."

Secretário Silveira: "Outra proibição se referia à entrada da mulher para o cargo de Fiscal de Imposto de Consumo. O DASP parece que foi a favor da entrada de mulheres nessa carreira. O maior inconveniente prático que vejo na entrada da mu-

mulher na Carreira diplomática é o da mobillidade. Mesmo as boas funcionárias têm de ser tratadas com um certo cuidado na sua lotação no exterior."

Presidente: "Creio que a maioria é a favor das mulheres, sem deixar de reconhecer as desvantagens. O Secretário Silveira assinalou que, em nome da não-discriminação, o Ministério será obrigado a discriminar a favor da mulher. Tem de tratar a funcionária com certo cuidado e atenção que não são dispensados aos homens. Aí já temos uma discriminação. Mas discriminações sempre existem. No próprio recrutamento feito pelo Instituto Rio Branco não se discrimina (?), se considerarmos que os que ingressam sem preocupações econômicas são em número mais elevado?"

Secretário Silveira: "Dei minha opinião como impera-tivo de dever. Não dei a título pessoal. Era o que queria acrescentar."

Doutor Rômulo Almeida: "Não se poderia fazer um le-vantamento, para se saber em que postos servem as mulheres?"

Doutor Arízio de Vianna: "A Carreira diplomática, a-través dos tempos, foi preponderantemente exercida por homens. Não conheço história, confesso que mal conheço a crônica do meu tempo. Como exemplo frisante de uma mulher na diplomacia, cita-ria o da Embaixadora russa na Suécia, Alexandra Kollontay, logo depois da Revolução russa. Mais recentemente, temos visto a Se-nhora Roosevelt em missões oficiais, a Senhora Chiang Kai Chek, em missões igualmente oficiais. No Brasil, a Senhora Rosalina Coelho Lisboa, por mais de uma vez, tem tido funções de repre-sentação. Não conheço na França nenhum exemplo de mulher notá-vel na representação diplomática. Na Inglaterra também não. Há, portanto, no nosso tempo uma tendência a admitir que as mulhe-res são capazes de representar seus países em missões da mais al-ta responsabilidade. Ora, se isto é certo, não vejo nenhum in-conveniente em que as mulheres brasileiras se preparem em igualdade de condições com os homens para exercer normalmente as fun

COPIA.

funções de Diplomata de carreira. Já no Serviço Público temos lutado contra alguns preconceitos que impedem a entrada das mulheres em certas profissões. Mas, analisando friamente o problema, não vi nenhum inconveniente que pudesse ser atribuído à mulher em razão do seu sexo, e sim em razão de preconceitos de ordem sentimental, de costumes do meio brasileiro, de idéias anacrônicas. O Itamaraty já fez a experiência com a admissão de mulheres de modo que já tem uma certa tradição nesse particular e pode julgar, pela ação das mulheres que aqui trabalham, se elas apresentam um índice de aproveitamento útil. Conheço algumas moças que no Itamaraty exercem funções diplomáticas, de quem tenho a melhor impressão. Vejo, porém, que se argumenta com motivos de ordem pessoal, com certas dificuldades que surgiram ao se mandar uma mulher para a Finlândia, por exemplo, ou outro posto, para se combater o princípio da existência de mulheres na carreira, como se não houvesse, às vezes, enorme inconveniente em se mandar um homem, diplomata, para a Índia, por exemplo. Essa questão nós não podemos resolver com a Lei. São aspectos internos que nada têm a ver com o sexo do funcionário. Sou partidário de que se dê oportunidade às mulheres para tomar posição na vida pública, em todos os sentidos, até mesmo nas carreiras militares. Mulheres magistrados, mulheres policiais, mulheres diplomatas. Há mulheres que revelam nesta competição, em que há tantos fatores de corrupção, certas condições que nos dão esperança de uma renovação de costumes e melhoria no padrão e na eficiência dos trabalhos públicos. Sou, portanto, de opinião que as mulheres de talento e de provada capacidade profissional, com experiência na Carreira, podem representar condignamente o País nas Missões do maior relêvo e também nas funções auxiliares de representação."

Secretário Silveira: "A mulher do Diplomata tem uma

uma função própria na vida diplomática, enquanto que o marido da Diplomata não tem..."

Presidente: "Acho que todos concordamos com o Doutor Arízio de Vianna quanto às qualidades femininas para a Carreira diplomática. As únicas dúvidas da Comissão são, assim acredito, baseadas em alguns preconceitos de ordem social e sentimental, e não meramente na condição do sexo. São as contingências da Carreira que causam as hesitações sobre a conveniência da admissão das mulheres.

Doutor Arízio de Vianna: "De que forma está consignada a proibição à entrada de mulheres na Carreira?"

Secretário Silveira: "Está consignada no Decreto — Lei nº 9.032, que dispõe sobre a admissão à carreira de Diplomata."

Presidente: "Acredito, aliás, que a exigência de brasileiro nato, contida neste artigo, é inconstitucional."

Secretário Roberto Campos: "Creio que o que devemos fazer é analisar esses aspectos do problema no nosso relatório, com franqueza, e possivelmente aconselhar uma correção no sistema de recrutamento através do Instituto Rio Branco, no sentido de ampliar-lhe a área, de conformidade com as ponderações que acabamos de fazer, e com as quais estamos de acordo. Afastar-se-ia, assim, essa desvantagem decorrente da desigualdade de condições entre homens e mulheres. Por outro lado, devemos chamar a atenção para outras dificuldades que eu chamaria de diminuição de flexibilidade, que se manifestará de modo muito mais substancial quando tivermos 30 ou 40 funcionárias, do que agora, quando temos 10 ou 12 mulheres na carreira."

General Oswaldo Cordeiro de Farias: "Também concordo com a vantagem de se fazer uma recomendação apenas. Acompanho, nesse assunto, a opinião da Casa."

Doutor Arízio de Vianna: "Vejo que minha opinião di

diverge da dos demais. Membros quanto ao fundo da questão. Con-
cordo, sim, com a forma proposta no sentido de se fazer uma re-
comendação no relatório, em vez de se propor um projeto de lei
sobre o assunto. Saliento, entretanto, que sou nitidamente fa-
vorável à admissão de mulheres no Itamaraty."

Doutor Rômulo Almeida: "Sempre fui contrário à dis-
criminação contra as mulheres no Itamaraty. Acho que se deve
dar oportunidade às mulheres na administração pública, na medi-
da do possível. Recordo-me de um relatório do Partido Trabalhis-
ta Britânico em que se spregoava a necessidade da absoluta i-
gualdade de direitos entre homens e mulheres, na competição a
todos os cargos públicos. Mas a prática mostrou a inexequibili-
dade total do princípio. Há limitações que são de ordem natu-
ral."

Doutor Arízio de Vianna: "Uma das vantagens da sim-
ples recomendação é que brevemente o assunto pode ser resolvi-
do com o projeto de lei que está no Senado."

Secretário Silveira: "Projeto, aliás, que não está tan-
do o sucesso que se esperava. Desejava ainda fazer uma observa-
ção. Poder-se-ia recomendar no relatório que, na hipótese de o
Ministro de Estado desejar incluir um projeto de dispositivo
sobre a permissão do ingresso de mulheres na Carreira, se pro-
cedesse de uma forma simples, sem nem mesmo fazer referência ao
Decreto-lei nº 9.032. Como a lei posterior derroga a anterior,
seria bastante incluir, por exemplo, um parágrafo ao artigo do
nosso projeto de lei que faz referência às tabelas dos quadros,
mais ou menos nos seguintes termos: à admissão de todos os car-
gos do Ministério das Relações Exteriores concorrerão candida-
tos de ambos os sexos."

Doutor Arízio de Vianna: "Resumindo, a Comissão con-
corda com a entrada da mulher na Carreira diplomática?"

Presidente: "Concorda com o princípio..."

Doutor Arízio de Vianna: "Sou de opinião (dentro do

PIA.
do ponto de vista aprovado no sentido de fazer uma mera recomendação) que se faça uma recomendação franca e decidida. Não devemos levar ao Ministro de Estado soluções de perplexidade e tergiversação, e forçá-lo a dar sua contribuição pessoal, num momento em que é precisamente o Senhor Ministro de Estado que solicita nossa opinião sobre o assunto. O que é preciso é que a Comissão se manifeste claramente sobre se acha condenável ou aceitável o ingresso da mulher na Carreira diplomática."

Doutor Rômulo Almeida: "Estamos entre o respeito dos direitos individuais e o interesse das instituições."

Presidente: "De acordo, portanto, com a opinião da maioria, incluiremos no nosso relatório uma recomendação favorável ao ingresso de mulheres na carreira de Diplomata, assinalando as desvantagens que oferece a adoção da medida em face do atual sistema de recrutamento de candidatos para a carreira de Diplomata."

Nada mais havendo que tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão. Do que, para constar, lavrei eu, Dário Moreira de Castro Alves, a presente ata.

Rio de Janeiro, em 31 de março de 1953.

Em 20 de maio de 1953.

Senhor Ministro,

A Comissão de Estudo e Elaboração Final do Projeto de Reforma do Ministério das Relações Exteriores, designada por Portaria de 31 de julho de 1952, publicada no "Diário Oficial" de 7 de agosto, tem a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência o relatório dos trabalhos a que procedeu, acompanhado de um Projeto de Lei, de um Projeto de Decreto, e seus respectivos anexos.

2. A Comissão, instalada por Vossa Excelência no dia 4 de agosto de 1952, realizou 32 sessões ordinárias, dando por concluídos seus trabalhos no dia 15 do corrente, quando foi aprovado, por unanimidade, o relatório.

3. A Comissão acredita ter feito quanto em si coube para realizar um trabalho proveitoso, capaz de corresponder à

A Sua Excelência o Senhor João Neves da Fontoura,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

à confiança nela depositada por Vossa Excelência.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da nossa alta estima e mais distinta consideração.

Vasco Tristão Leitão da Cunha - Presidente

Oswaldo Cordeiro de Farias

Arizio de Vianna

Francisco Clementino de San Tiago Dantas

Hermes Lima

Romulo Almeida

Roberto de Oliveira Campos

Antonio Francisco Azeredo da Silveira

I N D I C E

1 - RELATÓRIO

I - A Reforma como processo permanente de reajustamento do Ministério das Relações Exteriores.

II - Os objetivos da reforma.

III - Métodos e princípios gerais.

IV - Aspectos particulares de pessoal.

2 - PROJETO DE LEI

3 - PROJETO DE DECRETO

4 - QUADRO ANALÍTICO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

5 - SITUAÇÃO ATUAL DA CARREIRA E PROPOSTA DA COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

6 - ESTUDO DE LOTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA CARREIRA DE DIPLOMATA NA SECRETARIA DE ESTADO, NAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS E REPARTIÇÕES CONSULARES.

1 - RELATÓRIO

- I - A Reforma como processo permanente de reajustamento do Ministério das Relações Exteriores.
- II - Os objetivos da reforma.
- III - Métodos e princípios gerais.
- IV - Aspectos particulares de pessoal.

COPIA

I - A REFORMA COMO PROCESSO PERMANENTE DE REAJUSTAMENTO
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Objetivos perma-
nentes e varia-
veis.

Na elaboração de uma reforma administrativa, como posteriormente na interpretação de seus dispositivos, importa, em primeiro lugar, pôr em evidência os objetivos a alcançar. Há objetivos permanentes, que correspondem às próprias finalidades da administração pública e dos ramos em que ela se especializa. Há, porém, objetivos variáveis, indicados pelas necessidades de uma época, e sobretudo pela correção que convém imprimir aos órgãos administrativos, quando eles se afastam, por qualquer espécie de motivos, do pleno preenchimento de seus fins.

2. As reformas que se promoveram no Itamaraty até 1931 tiveram caráter parcial, referindo-se ora à Secretaria de Estado, ora ao Corpo Diplomático, ora ao Corpo Consular, e se resumiam, quase que exclusivamente, na adoção de normas gerais e de novos critérios de distribuição e agrupamento das diversas unidades de serviço, na procura de maior harmonização dos serviços existentes, de que resultava alteração da nomenclatura administrativa, e na maior ou menor concentração de comando nos postos de direção da Secretaria de Estado.

Reforma Mello Franco
(1931)

3. Foi somente com a reforma Mello Franco, em 1931, que se introduziram inovações de maior importância na organização e funcionamento dos serviços, não

não apenas da Secretaria de Estado, mas de todo o Ministério das Relações Exteriores. Com efeito, antes de 1931, não só a ação da Secretaria de Estado era dificultada pela carência de recursos materiais e órgãos de natureza puramente instrumental, senão também era já tradicional a situação de quase divórcio entre o pessoal da Secretaria de Estado e o das Missões diplomáticas e Repartições Consulares, ocasionada pela existência de três corpos distintos de funcionários: o corpo de Oficiais da Secretaria de Estado, o corpo diplomático e o corpo consular.

4. Da observação atenta dessas deficiências nasceu a idéia da reforma Mello Franco, amadurecida com as experiências postas em prática em anos anteriores. Data dessa época a criação de numerosos serviços indispensáveis ao bom funcionamento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, órgão central onde se apreciam os assuntos para decisão do Governo e de onde parte a orientação política e administrativa para as Missões diplomáticas e Repartições consulares.

5. Foram, então, criados, em caráter permanente, os serviços de comunicações, códigos e cifras, expedição, passaporte, dactilografia, imprensa, publicações, encadernação, almoxarifado, e reorganizados, em bases novas, os serviços econômicos e comerciais, o de Fronteiras, o Serviço Jurídico, o Arquivo, a Biblioteca e Mapoteca e os serviços de Administração, que foram subdivididos em setores distintos de Pessoal, Material e Orçamento.

Esquemáticamente, a organização da Secretaria de Estado passou a compreender três grandes

6.

grandes ramos; a Secretaria Geral, que superintendia os serviços políticos, diplomáticos, econômicos, consulares e de comunicações; o Departamento Administrativo e os serviços de documentação (Arquivo, Biblioteca, Mapoteca, publicações e encadernação).

7. Foi suprimido o chamado quadro burocrático de Oficiais de Secretaria, passando as funções de execução e comando na Secretaria de Estado a serem exercidas, em rotatividade, por funcionários diplomáticos e consulares que traziam o concurso de sua longa experiência adquirida no exterior. Como consequência do estágio obrigatório na Secretaria de Estado, imprimiu-se novo sentido à formação de diplomatas e cônsules, que tiveram, assim, oportunidade de melhor estudar e compreender os problemas brasileiros, em benefício de uma atuação mais eficaz no exterior.

8. De um modo geral, essa estrutura permaneceu inalterada até 1938, quando a reforma Oswaldo Aranha promoveu a fusão do corpo diplomático e do corpo consular em um quadro único, ao qual passou a competir, dentro dos limites da hierarquia fixada, a execução dos serviços da Secretaria de Estado, e o exercício das funções diplomáticas e consulares.

9. No tocante a esse aspecto da reforma Oswaldo Aranha, cabe lembrar que a necessidade da referida fusão de quadros já havia sido reconhecida em 1931, quando se estabeleceu, como medida inicial, a permissão de transferência do corpo consular para o corpo diplomático.

10. A reorganização de 1938 dividiu a Secretaria de Estado em dois Departamentos; o Diplomá

Reforma Oswaldo
Aranha (1938).

Diplomático e Consular e o de Administração. A chefia do primeiro foi confiada ao Secretário Geral, sob cuja jurisdição se alinhavam os serviços políticos, econômicos, culturais, de administração consular, e os referentes ao aspecto instrumental dessas relações, como os serviços de protocolo e de preparo formal dos atos internacionais.

Reforma Leão
Velloso (1945).

11. O aumento do volume material desses serviços subordinados a uma chefia única, em nível de Departamento, provocou uma natural tendência de desdobramento, que se transformou em realidade com a reforma Leão Velloso, em 1945. Em que pese o reconhecimento efetivo dessa necessidade por parte dos promotores da reforma de 1945, é lícito ponderar que o desdobramento foi efetuado de maneira pouco conseqüente, porquanto, se congregaram, de um lado, os assuntos consulares e de execução formal dos atos internacionais, e de outro, os assuntos de substância política, econômica e cultural, quando eram estes precisamente que, por sua natureza, deveriam ser desdobrados, e superintendidos por chefias distintas, no escalão de Departamento.

Reforma João
Neves (1946).

12. Apenas publicada a lei orgânica de 1945, que não chegou a ser posta em vigor integralmente, impôs-se a inapelável necessidade de uma nova revisão na distribuição e coordenação dos serviços da Secretaria de Estado, o que ocorreu em 1946, com a reforma João Neves.

13. Essa reforma, da qual se originou a vigente lei orgânica do Ministério das Relações Exteriores - Decreto-lei nº 9.121, de 3 de abril de 1946 -

1946 - redistribuiu os serviços da Secretaria de Estado, de acôrdo com os seguintes princípios fundamentais:

a) Caracterização e definição de cada Departamento de acôrdo com a especialidade dos serviços sob sua direção.

b) Extensão da autoridade nominal do Secretário Geral a toda a Secretaria de Estado.

14. A primeira dessas características se traduziu na adoção de um critério nitidamente funcional - por assuntos - na distribuição dos serviços, surgindo, assim, o Departamento Político e Cultural, e o Econômico e Consular, ao lado do Departamento de Administração.

15. Quanto à segunda característica, apenas cumpre acentuar que o Secretário Geral deixou de ser um chefe de Departamento - Diplomático e Consular, da organização de 1938 - para exercer, além das funções próprias de auxiliar imediato do Ministro de Estado, a de Chefe nominal da Secretaria de Estado.

16. Se é fora de dúvida que a reforma de 1946 trouxe inovações na distribuição orgânica dos serviços de cada Departamento, decorridos poucos anos evidenciaram-se falhas na nova estrutura, sobretudo por não terem sido nela aplicados, em toda a sua extensão, os princípios básicos em que repousou. Assim é que, unindo os serviços consulares aos serviços econômicos, a lei vigente deixou sob uma chefia única, em nível de Departamento, assuntos de natureza econômica e de pura rotina consular, com evidente pre-

necessidade de
nova reforma.

prejuízo para ambas as atividades, por isso que, por sua própria natureza, cada uma delas estava a exigir especificidade de tratamento e total separação.

17. Por outro lado, convém notar que, embora efetuada após a II Guerra Mundial, que tornou mais complexas as relações internacionais, não foram considerados, na reforma de 1946, muitos de seus efeitos, entre os quais avulta, no dizer do Senhor João Neves da Fontoura, em seu discurso de posse, "a multiplicidade das entidades internacionais, com o conseqüente incremento da diplomacia parlamentar".

18. A propósito, vale referir que, só em princípios de 1947, se cogitou efetivamente de criar, no Ministério das Relações Exteriores, um órgão dedicado à tarefa exclusiva de apreciar os problemas relacionados com as atividades dos Organismos internacionais. Surgiu, assim, a Comissão de Organismos Internacionais, como um enxerto na estrutura em vigor, já que nenhuma outra alteração substancial foi introduzida na distribuição dos serviços.

19. Sendo funcional o critério da organização dos Departamentos, não podia a Comissão de Organismos Internacionais avocar-se, privativamente, o tratamento de qualquer assunto. A última regulamentação da Comissão de Organismos determina que sejam submetidos aos Departamentos Políticos e Cultural, Econômico e Consular, e de Administração, ratione materiae, as questões de sua competência. Criou-se, assim, um órgão flutuante entre os três Departamentos, uma vez que a apreciação do mérito dos assuntos

assuntos nele tratados compete a todos os órgãos da Secretaria de Estado, cada qual em sua esfera própria.

20. Além das deficiências acima enumeradas, outras se fizeram sentir, tais como a falta de órgãos específicos de planejamento, considerando que o pouco que se fez nesse sentido foi meramente empírico e sem o destaque que os assuntos mereciam. Em nível superior, essa deficiência é ainda maior, pela inexistência de um alto órgão destinado exclusivamente à tarefa de coordenação das diretrizes que emanam, em suas respectivas esferas, dos diversos Departamentos. A referência se dirige, particularmente, à dificuldade de coordenação dessas diretrizes e não de expediente de rotina, uma vez que a coordenação neste setor pode ser conseguida com maior ou menor eficiência, dentro do atual sistema.

21. Acresce que o volume dos serviços do Ministério das Relações Exteriores passou a exigir, a par de um natural desdobramento de certas unidades, um aumento substancial de pessoal, tanto na carreira diplomática quanto em carreiras auxiliares. Sentiu-se, pois, a necessidade de uma reforma ampla que atingisse todos os campos de atividade da Secretaria de Estado.

22. Assinaladas essas deficiências, o Senhor João Neves da Fontoura, algum tempo depois de tomar posse, determinou a um grupo de funcionários, desde os de mais elevada hierarquia até os que ainda se encontravam na classe inicial da Carreira, o estudo e exame de todos os problemas ligados a uma reforma

Estados iniciais
(março de 1951).

reforma do Ministério. Muito embora não tivesse chegado à elaboração de um texto de lei, a referida Comissão apresentou seus trabalhos em forma de observações e recomendações referentes à estrutura da Secretaria, pessoal e métodos de trabalho.

23. Dentre as várias recomendações dessa Comissão, deve-se acentuar as relativas à maior organicidade do agrupamento dos serviços em Divisões e Departamentos, os quais, no entender da Comissão, deveriam ser antes de tudo homogêneos e abranger, tanto quanto possível, ou matéria de planejamento ou matéria de execução. Os assuntos políticos ficariam a cargo de Divisões definidas segundo o critério geográfico. Os serviços consulares foram considerados serviços sui-generis e, como tais, deveriam ser desmembrados dos assuntos econômicos. Advogou-se ainda a caracterização de finida de setores dentro das Divisões, a fim de assegurar-lhes continuidade de trabalho. Quanto a pessoal, propôs a Comissão algumas recomendações com respeito a processo de seleção e métodos de aperfeiçoamento de Diplomatas, inclusive a criação de um curso de Chefia e Altos Estudos, bem como a revisão dos critérios referentes a remuneração, gratificação de funções de chefia, promoções (no sentido de reforçar o ^{do}merecimento), admissão de funcionários especializados (tanto na Secretaria de Estado como nas Missões diplomáticas, nestas sob a forma de Adidos), ampliação dos quadros da carreira diplomática (em torno de 100 funcionários) e outros assuntos.

No que tange à matéria de normas de tra

trabalho, limitou-se a Comissão a assinalar a vantagem de se descentralizar o andamento dos expedientes na Secretaria de Estado e tornar mais efetiva a responsabilidade funcional nos diversos escalões.

Comissão de organização e métodos de trabalho.
(agosto de 1951).

25. Concluídos êsses trabalhos em maio de 1951, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, em agosto do mesmo ano, instituiu a Comissão de Organização e Métodos de trabalho, composta dos Senhores Embaixador Adolpho Cardoso de Alencastro Guimarães, Cônsul Mário Tancredo Borges da Fonseca e Secretário Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Tal Comissão fôra criada em obediência a instruções do Senhor Presidente da República no sentido de que, em todos os Ministérios civis da União, através de uma Comissão de três Membros, se procedesse ao estudo da organização, condições, normas e métodos de trabalho das respectivas unidades administrativas, com o fim de propor medidas necessárias ao seu aperfeiçoamento e racionalização.

26. Muito oportunamente, o Senhor Ministro de Estado solicitou da Comissão de Organização e Métodos de Trabalho o exame pormenorizado das conclusões e recomendações da Comissão anterior e a elaboração de um projeto de lei, tendo em vista as medidas recomendadas e outras que julgasse necessárias. E, para que o resultado traduzisse a participação do maior número possível de funcionários, foi expedida circular a todos os servidores do Ministério, na Secretaria de Estado e nos postos no exterior, convidando-os a enviar sugestões sobre a reforma do Itamaraty.

Itamaraty.

27. Após oito meses de estudo dos trabalhos anteriormente elaborados e das sugestões recebidas, a Comissão de Organização e Métodos de Trabalho apresentou projeto de lei sobre a reforma geral do Ministério das Relações Exteriores, referente tanto à estrutura quanto ao pessoal. Fundir-se-iam, assim, em um só diploma, os assuntos versados nos Decretos-lei nº 9.121 e nº 9.202, respectivamente de 3 e de 26 de abril de 1946.

28. No que diz respeito à estrutura, o projeto da Comissão Alencastro Guimarães mantinha e estendia a autoridade nominal do Secretário Geral como chefe da Secretaria de Estado e estabelecia 5 Departamentos: Político, Econômico, Cultural, Consular e de Administração. Adotou o critério geográfico, em nível de Divisão, dentro do Departamento Político; deixou a cada Departamento o exame das questões ligadas aos Organismos internacionais, na sua esfera respectiva.

29. As modificações que resultariam da adoção do sistema proposto se fundamentavam no reconhecimento dos três seguintes princípios: a) expansão de determinados serviços; b) homogeneidade dos assuntos afetos a cada Departamento; c) separação entre os órgãos que formulam política e os que executam serviços. Este último, embora claramente enunciado, não parece ter tido influência decisiva na divisão e distribuição dos serviços projetados. Com efeito, ficavam sob a superintendência do Secretário Geral os 5 novos Departamentos, juntamente com todos os outros órgãos semi-

semi-autônomos: Cerimonial, Serviço de Imprensa, Instituto Rio-Branco, Secção de Segurança Nacional, Serviço de Organismos e Atos Internacionais e Consultoria Jurídica.

30. Sobre pessoal, a Comissão de Organização endossou, grosso modo, as sugestões da Comissão anterior. Previu a ampliação dos quadros da carreira diplomática, propondo a criação de 115 vagas nas classes médias e inicial da carreira, e 6 na de Ministros de 2a. classe. Reforçou, quanto às promoções, o critério do merecimento; abandonou a idéia dos Cursos de Chefia. Não considerou o projeto a vantagem da criação de carreiras especializadas, em nível superior, pelo contrário, predominou claramente no seio da Comissão o critério da seleção dos economistas e técnicos especializados, mediante contrato, com o fundamento de que assim se permite maior facilidade e flexibilidade na admissão dos candidatos. Propunha, também, a criação de uma Comissão Disciplinar, em caráter permanente. Nenhuma modificação sugeria no que diz respeito ao preenchimento das funções de chefia na Secretaria de Estado, que continuaria a obedecer ao tradicional princípio de hierarquia dentro da carreira diplomática.

31. De posse do projeto apresentado pela Comissão de Organização e Métodos de Trabalho, decidiu o Senhor Ministro de Estado submetê-lo a alguns dos mais antigos e experimentados funcionários do Ministério, que teriam, assim, oportunidade de opinar de maneira mais objetiva.

COPIA

Comissão de Estudo e Elaboração Final do Projeto de Reforma do Ministério das Relações Exteriores. (julho de 1952).

Recomendações do Ministro de Estado.

objetiva.

32. Recebidas as sugestões, deliberou o Senhor Ministro de Estado criar a Comissão de Estudo e Elaboração Final do Projeto de Reforma do Ministério das Relações Exteriores, na qual incluiu - de acordo com as palavras proferidas por Sua Excelência ao instalar os trabalhos da Comissão - "pessoas alheias ao Itamaraty, para que lhe tragam pontos de vista novos, escoimados de possíveis deformações profissionais, dando-lhe um âmbito verdadeiramente nacional".

33. No mesmo discurso, sugeriu que fossem tomados, como pontos de partida dos trabalhos da Comissão de Reforma, os seguintes princípios: 1ª) - redistribuir os serviços da Secretaria de Estado segundo um critério de separação dos órgãos que planejam e fazem política, daqueles que executam serviços, evitando, assim, a confusão de meios com objetivos e, pelo aumento dos quadros das diversas carreiras do Ministérios, dotar êsses órgãos de pessoal suficiente para o desempenho de suas funções; 2ª) - proporcionar às Missões diplomáticas e Repartições consulares pessoal administrativo brasileiro, com economia para a Nação e maior rendimento dos serviços especializados, como os de criptografia, arquivo, datilografia e taquigrafia.

34. Ao deixar o Senhor Ministro de Estado inteiramente ao juízo da Comissão a elaboração final do projeto de reforma do Ministério, acrescentou, "a título de definição oficial, que na estrutura devemos renovar somente aquilo que exija renovação, respeit

COPIA

Memorandum do
Presidente da
Comissão.

respeitando tudo quanto através de uma longa experiência tenha proporcionado resultados proveitosos".

35. Antes que tivessem início os trabalhos dessa Comissão, o Presidente deu conhecimento aos Membros de um memorandum por êle encaminhado ao Senhor Ministro de Estado, em que examinava os trabalhos apresentados pela Comissão Alencastro Guimarães. Nesse documento, além de antecipar alguns temas referidos por Sua Excelência, solicitava o Presidente da Comissão de Reforma especial atenção para a necessidade de ser estabelecida melhor coordenação entre os vários órgãos da Secretaria de Estado, de maneira a assegurar, nos setores político, econômico e cultural, uma orientação uniforme e a aplicação de uma política imposta exclusivamente pelos interesses nacionais.

36. Mencionava, ainda, o fato de terem vários chefes e funcionários da Casa assinalado, em sugestões enviadas à Comissão Alencastro Guimarães, a necessidade de se levar em conta a divisão por áreas ou zonas geográficas no momento em que se estudasse nova estrutura para a Secretaria de Estado. Aludia, outrossim, à circunstância de que a Comissão necessariamente teria de apreciar o problema da participação feminina na carreira diplomática, cuja conveniência tem provocado opiniões contraditórias.

37. Pedia, por fim, o Presidente permissão para apresentar um projeto de lei e um projeto de decreto, cuja elaboração, a título de textos iniciais de estudo, obedecera aos seguintes objetivos: 1) - eliminar os dispositivos que já figuravam na legislação

legislação em vigor e que haviam sido repetidos, no projeto Alencastro Guimarães, sem qualquer alteração; 2) - separar, em projetos diversos - de lei e de decreto - dispositivos que são da competência do Legislativo daqueles suscetíveis de ordenação pelo Executivo.

38. Instalada em 4 de agosto do ano passado, após 31 sessões ordinárias, de que dão registro minucioso as atas taquigrafadas dos trabalhos, a Comissão de Estudo e Elaboração Final do Projeto de Reforma do Ministério concluiu pela apresentação de um projeto de lei sobre a reforma da estrutura da Secretaria de Estado, de um projeto de decreto sobre designação de funcionários administrativos para servir no exterior, e das recomendações que constam da parte final do presente relatório.

-0-0-0-0-0-0-

II - OS OBJETIVOS DA REFORMA

Receptividade
e sensibilidade
de da Chancelaria
aos fatos internacio-
nais.

39. O primeiro objetivo que a Comissão de Estudo e Elaboração Final da Reforma do Ministério das Relações Exteriores teve em mente foi aumentar o grau de receptividade e de sensibilidade da Chancelaria aos fatos internacionais e ao seu desenvolvimento. Na vida internacional de hoje, uma Chancelaria não se pode limitar a seguir a evolução dos fatos ocorridos nas áreas de interesse imediato do Estado. Não só pela repercussão que eventualmente tenham nas deliberações dos Organismos internacionais, como pela influência direta ou indireta que possam ter nas transformações do panorama internacional geral, mesmo os fatos ocorridos em áreas distantes precisam ser registrados e analisados.

40. E' compreensível que se sentisse menos, em fases históricas anteriores, a necessidade de dotar a Chancelaria brasileira de uma estrutura adaptada à observação e interpretação da vida internacional em sua totalidade, atendendo a que o Estado brasileiro não desempenhava papel relevante nos acontecimentos verificados em áreas politicamente distantes. No momento atual, entretanto, nenhum fato de ordem internacional é irrelevante para a política de um Estado. Como membro dos Organismos internacionais, de âmbito universal ou regional, cada Estado pode ser chamado a decidir ou a opinar em questões distantes de sua área de interesses, as quais, entretanto, repercutem poten-

potencialmente nela, quer pela criação de precedentes e fórmulas jurídicas, quer por sua propagação a outras áreas vizinhas ou distantes.

Elaboração planejada da política internacional.

41. O segundo objetivo, que a Comissão de Reforma teve em mira, foi dotar a Chancelaria brasileira de meios para uma elaboração planejada da política internacional. É certo que a política externa de um Estado não pode nem deve ser fixada no recesso de sua Chancelaria, sendo a expressão suprema da vontade política, que se encarna no chefe do Estado e nos órgãos do Poder Legislativo.

42. Se, entretanto, a definição da política externa pertence, em nível de decisão, aos órgãos supremos de governo, é também verdade que o Ministério das Relações Exteriores desempenha um papel importante na informação desse pensamento político, motivando as decisões de nível superior, apresentando previsões sobre o desenvolvimento da conjuntura internacional e, sobretudo, dando continuidade à política externa, pela constante referência das novas deliberações aos seus precedentes nacionais e estrangeiros.

Objetivos permanentes do país e a conjuntura internacional.

43. Toda política externa resulta de uma síntese de duas ordens de conhecimentos: conhecimento dos objetivos permanentes do país, tais como resultam de seus interesses vitais e da continuidade de sua história; conhecimento da conjuntura internacional, em seus aspectos e tendências presentes, com influência positiva ou negativa sobre aqueles objetivos do país. Uma política exterior pode ser elaborada à vista de situações concretas, que se apresentam fragmentariamente

fragmentariamente à análise de uma Chancelaria e à deliberação do Governo, ao qual ela informa. As Chancelarias, cuja organização repousa exclusivamente na distribuição de funções executivas pelos seus diferentes departamentos e divisões, têm uma tendência natural à elaboração de uma política casuística, à qual não pode ser negado, muitas vezes, um elevado grau de realismo, mas que corre os riscos peculiares às administrações empíricas, isto é, o risco da incoerência e o da falta de sistema. Nesse caso, faltará a essa política um sentido de plano que envolve a análise dos acontecimentos e de suas tendências a longo prazo, e o estabelecimento de determinadas opções para a ação nacional.

Funções de planejamento e de execução.

44. A Comissão de Reforma procurou, por isso, dotar a Chancelaria de uma organização em que se dividissem e especializassem, até certo ponto, as funções de planejamento e as funções de execução: estas, entregues a órgãos encarregados do trato das questões tópicas suscitadas pela prática diplomática e pela vida internacional; aquelas, confiadas a um órgão colegiado, habilitado a recolher os estímulos e ensinamentos concretos fornecidos pelos primeiros, e a dar-lhes tratamento temático, visando ao estabelecimento de grandes linhas de ação.

Descentralização da máquina administrativa.

45. O terceiro objetivo da Comissão de Reforma foi a descentralização da máquina administrativa, pela atribuição de uma responsabilidade definida a cada escalão da hierarquia administrativa. Na es

estrutura, excessivamente centralizada, que vigora na maioria dos Ministérios brasileiros, com superposição de autoridades através de um sistema hierárquico rígido, não é fácil obter dos escalões intermediários uma capacidade de decidir adequada ao seu nível de informação. Para êsse fim, é indispensável dar às repartições, em que se subdivide a organização ministerial, uma caracterização mais nítida das competências, e resolver o problema da chefia dentro de princípios diversos dos que orientaram até aqui a Chancelaria brasileira. A êsse objetivo, acrescente-se a necessidade de modificação das normas de trabalho, de melhor articulação entre os serviços, dinamizando a iniciativa da administração, e a criação de novos órgãos, destinados ao preenchimento de funções no sistema concebido para a futura Secretaria de Estado.

-o-o-o-o-o-

III - MÉTODOS E PRINCÍPIOS GERAIS

teses gerais.

46.

A Comissão de Reforma, em vez de iniciar a sua tarefa pelo exame e comentário, artigo por artigo, do projeto que lhe foi submetido, preferiu discutir em tese, em primeiro lugar, os grandes temas que dominam necessariamente uma reforma da administração pública no campo das relações exteriores, de modo a fixar os princípios orientadores da futura organização.

47.

Logo em sua primeira sessão, a Comissão de Reforma considerou essas questões básicas, sob o aspecto antinômico que elas em geral apresentam, e procurou relacioná-las com os objetivos acima referidos.

48.

Tese da oposição entre a organização funcional e a por áreas geográficas.

A primeira das teses básicas examinadas foi a oposição entre o princípio da organização funcional, ou por assuntos, e o da organização por áreas geográficas. Na estruturação anterior da Secretaria de Estado, através de reformas verificadas em diferentes administrações, vigoraram apenas dois critérios para a divisão dos serviços da Chancelaria: o instrumental e o critério funcional.

49.

Divisão por áreas geográficas.

Na organização das modernas Chancelarias, um velho critério se vem de novo impondo, que parece mais consentâneo com os métodos de estudo da conjuntura internacional: o da divisão por áreas geográficas. Esse critério inspirou a reforma do Departamento de Estado, planejada pela Comissão Hoover,

Hoover, sem que fôsse abolido entretanto o critério funcional, em outros setores da mesma organização. É inegável que uma divisão ou setor consagrado exclusivamente ao estudo dos problemas de determinada área geográfica, pode alcançar, pela consideração si multânea dos problemas políticos, econômicos e culturais de cada região, um conhecimento sintético mais perfeito do que aparentemente resultaria dos estudos fragmentários de uma Divisão Econômica ou de uma Divisão Política, consagradas à consideração dos assuntos de sua especialidade em todo o mundo. Por conseguinte, a adoção do critério de organização por áreas geográficas parecia corresponder à necessidade, postulada pela Comissão de Reforma, de dotar a Chancelaria brasileira de uma estrutura com maior sensibilidade ao estudo da conjuntura internacional.

Critério de organização funcional.

50. Importantes argumentos pesavam, entretanto, em favor da manutenção do critério de organização funcional. Se é verdade que as repartições especializadas em áreas geográficas são mais aptas ao levantamento da situação política e econômica externa e à interpretação de seu desenvolvimento, também é certo que uma organização baseada exclusivamente nesse critério perde de vista a síntese dos interesses nacionais em tôdas as regiões. A consideração unitária desses interesses e de seus problemas aponta, pois, para a organização funcional, enquanto o melhor conhecimento dos problemas exteriores aponta para a organização por áreas geográficas.

geográficas.

Combinação dos
critérios da
divisão por
áreas geográ-
ficas e da or-
ganização fun-
cional.

51.

Em consequência concluiu a Comissão pe-
la impossibilidade da adoção exclusiva de um daqueles
critérios e pela necessidade de combiná-los, optando,
afinal, pela divisão da Chancelaria em dois grandes se-
tores funcionais de nível departamental - o Departamen-
to Político e o Departamento Econômico - e pela subdivi-
são desses órgãos segundo o critério de áreas geográ-
ficas, a fim de obter-se uma síntese mais perfeita no
conhecimento e na interpretação das questões de nature-
za política ou econômica. Razões de ordem técnica le-
varam à criação, no Departamento Político, de três di-
visões regionais - a Divisão da América Latina, da Amé-
rica do Norte, e da Europa, Ásia e África - enquanto no
Departamento Econômico a subdivisão por áreas geográfi-
cas se fêz, abaixo do nível de Divisão, na distribui-
ção dos setores dentro da Divisão de Relações Econômi-
cas.

52.

A segunda tese discutida pela Comissão
de Reforma foi a da oposição entre as funções de pla-
nejamento e execução na Chancelaria. É inegável que
essas funções, até certo ponto, se interpenetram, sen-
do admissível que o mesmo funcionário ou grupo de fun-
cionários, depois de tratar tópicamente matéria de exe-
cução a seu cargo, dela extraia uma informação temáti-
ca, suscetível de ser transformada em plano de ação po-
lítica, uma vez aprovado pelos órgãos administrativos.
A prática demonstra, entretanto, que a tarefa executi-
va absorve a capacidade dos órgãos administrativos e

Tese da orga-
nização segun-
do funções de
planejamento ou
de execução.

e fragmenta a sua ação, dificultando qualquer planejamento sistemático. Tais órgãos têm inevitável tendência a agir por provocação de estímulos concretos, e o próprio volume crescente das tarefas que lhe são confiadas dificulta a elaboração intelectual de um plano que requer outros métodos de trabalho e disponibilidades consideráveis de tempo.

Especialização
de um órgão
planejador.

53. A' vista dessas razões, a Comissão se inclinou pela especialização de um órgão planejador, no quadro da Chancelaria, dando-lhe a forma de Conselho, integrado pelos chefes de mais alto nível e por assessores especialmente convocados. Esse órgão colegiado, além da função de planejamento ou de elaboração de uma política externa, terá também funções de coordenação, reduzindo à unidade os serviços executivos distribuídos pelos diferentes departamentos da Chancelaria. A reunião, num mesmo órgão, de funções de coordenação (executivas) e planejamento resultou de acurados estudos da Comissão, vencendo o ponto de vista de que os mesmos órgãos e funcionários devem elaborar os planos a serem submetidos à aprovação superior e velar pela integração das tarefas executivas numa perfeita unidade de ação. A coordenação é, assim, o ponto de convergência e fusão das funções de planejamento e execução.

Comissão de
Planejamento e
Coordenação.

54. Esse órgão, denominado Comissão de Planejamento e Coordenação, terá como seu presidente efetivo o Subsecretário de Estado das Relações Exteriores

Exteriores e será integrado pelo Diretor Geral da Administração e pelos diretores dos Departamentos Político e Econômico. Como vimos, nas reformas por que passou o Itamaraty, a estrutura administrativa por mais de uma vez tem sido arrematada, em seu fecho, por dois altos funcionários, acima dos quais se acha apenas o Ministro de Estado, e, por outras vèzes êsse sistema tem sido abandonado pelo vigente, que situa na cúpula da estrutura da Casa um único funcionário. A Comissão de Reforma inclinou-se pelo dualismo em nível superior, colocando imediatamente abaixo do Ministro de Estado um Subsecretário de Estado, que rege os Departamentos Político e Econômico, e um Diretor-Geral de Administração, que rege o departamento de administração geral (Departamento Administrativo) e o departamento de administração especializada (Departamento Consular). Essa distinção corresponde à natureza predominantemente política do primeiro setor, através do qual se exerce a ação de império do poder público, e à natureza predominantemente administrativa do segundo, através do qual se exerce a sua ação de gestão. O Diretor Geral Administração, recrutado sempre entre os funcionários mais graduados da carreira diplomática, é o responsável pela boa ordem de tudo quanto é instrumental na organização e nas atividades da Chancelaria. O Subsecretário de Estado, recrutado dentro ou fora da carreira diplomática, entre cidadãos de notória experiência em assuntos internacionais, é o colaborador imediato e substituto do Ministro

Ministro de Estado no planejamento e na execução da política do Governo no campo internacional.

Secretariado
da Comissão
de Planejamento
e Coordenação.

55. A Comissão de Planejamento e Coordenação não lograria, contudo, preencher os seus fins se lhe faltasse a infra-estrutura técnica capaz de fornecer aos altos funcionários que a compõem, o material elaborado de informações e sugestões, de onde possam tirar as linhas gerais de um plano. Essa infra-estrutura técnica está representada na reforma pelo Secretariado da Comissão de Planejamento, órgão eminentemente técnico e estável, constituído não só de diplomatas em estágio na Chancelaria, mas de pessoal técnico especializado, recrutado dentro e fora dos quadros do Ministério. Para o Secretariado convergirão, segundo dispõe expressamente o Projeto, os dados, informações e sugestões oriundos dos diferentes escalões hierárquicos da Secretaria de Estado e das Repartições no exterior. Esses elementos serão manipulados pelo Secretariado, que se servirá, além disso, dos seus próprios meios de estudo e investigação, submetendo à Comissão, sob a forma de memorandos, relatórios, estudos e propostas, tudo aquilo que se possa converter em definições programáticas a serem apresentadas ao Ministro de Estado.

Momentos técnicos
fundamentais do
planejamento.

56. Todo planejamento passa por cinco momentos técnicos fundamentais. O primeiro é o da fixação dos princípios, em que se traduzem os interesses e objetivos do plano, ou as linhas de coerência e

coerência e continuidade a que deve ater, pelo seu enquadramento em esquemas mais amplos de ação administrativa. O segundo é o da pesquisa, isto é, da coleta de dados e elementos que permitem a elaboração de planos. O terceiro é o da formulação de programas, sendo admissível a distinção entre programas de longa duração e de curta duração, gerais ou especiais, rígidos ou flexíveis. O quarto é o da aprovação desses programas, que, pelo ato decisório da suprema autoridade política, recebem força executiva e passam a ser aplicados pelos órgãos da administração. O quinto, finalmente, é o do controle de resultados, que permite, pela observação da marcha do plano, proceder à sua contínua revisão, para que ele, de acordo com os resultados da experiência e com os novos dados que intervêm na marcha das questões, não se aparte dos seus objetivos.

57. Todas essas fases do plano, com exceção da quarta (deliberação), e, dentro de certos limites, também da primeira (fixação dos princípios), pertencem normalmente à Comissão de Planejamento e Coordenação. Esta não foi concebida como um Conselho de Estado, isto é, como um órgão político destinado a participar das decisões do Poder Público. Foi concebida como um órgão técnico, destinado a estimular a deliberação política dos órgãos supremos do Poder Público, mediante uma formulação contínua da política internacional do país e, ao mesmo tempo, de acordo com diretrizes gerais adotadas por aqueles órgãos supre-

supremos, elaborar planos parciais ou acessórios.

Formação e aproveitamento do pessoal.

58. A Comissão de Reforma examinou, ainda, as grandes teses relativas à formação e aproveitamento do pessoal na Chancelaria e no exterior. Considerou, em primeiro lugar, a oposição entre os dois critérios, o da estabilidade e o da rotatividade. Em fases anteriores, contou a Secretaria de Estado com pessoal próprio e estável, encarregado de dar execução às tarefas administrativas permanentes, ficando o pessoal diplomático e consular reservado à função no exterior, ainda que, em alguns casos, com estágio periódico no país. Esse sistema, cedeu passo, na reforma de 1931, ao que ainda hoje vigora, abolindo-se por completo o pessoal estável e utilizando-se, nas funções permanentes da Chancelaria, o mesmo pessoal diplomático e consular.

Quadro estável na Chancelaria.

59. Numerosos argumentos têm sido apresentados em favor do restabelecimento de um quadro estável na Chancelaria. Alega-se que as vantagens da rotatividade, representadas sobretudo pela experiência adquirida no exterior, são ultrapassadas pelas desvantagens decorrentes da falta de continuidade e do provimento orientado, não pelo critério da capacidade para os serviços da Chancelaria, mas sim pela necessidade de aproveitar os diplomatas em estágio na Secretaria de Estado. A falta de continuidade no trato de determinados problemas e, conseqüentemente, o isolamento em matéria de instruções, de que soem queixar-

queixar-se tantos Chefes de missão, são atribuídos à rotatividade.

Choque de mentalidades.

60. Contra o restabelecimento de um quadro de funcionários permanentes na Chancelaria, militam, por seu lado, numerosos argumentos tirados da experiência recente: os funcionários de Secretaria, quando estáveis, se revelam incapazes de compreender os problemas que, conforme as condições peculiares a cada país, necessariamente têm de ser enfrentados pelos funcionários em serviço no exterior. Cria-se, assim, um choque de mentalidade que resulta numa queda de eficiência da organização. Acresce que as maiores capacidades para o serviço permanente da Secretaria de Estado surgem muitas vezes entre diplomatas com longos anos de serviço no exterior, parecendo desfavorável qualquer norma que determine o isolamento absoluto dos quadros.

Formação gradual de um corpo permanente na Secretaria de Estado.

61. A Comissão de Reforma preferiu neste ponto não optar por uma solução de excessiva rigidez, e apenas preferiu abrir caminho para que a prática permita a formação gradual de um corpo permanente na Secretaria de Estado. Para alcançar êsse resultado, atenuou o princípio da rotatividade obrigatória, que exige a remoção do diplomata para o exterior depois de um período máximo de permanência na Chancelaria. Observadas as conveniências do interesse público, e consultada também a predisposição vocacional do diplomata que, muitas vezes, pende para o serviço na

na Chancelaria, sobretudo quando alcança um elevado grau de especialização, a Reforma admitiu um prolongamento dessa permanência, em condições tais que, da aplicação da fórmula proposta, resultará a arregimentação gradual de um corpo permanente, por seleção progressiva e vocacional.

formação geral e formação especializada do diplomata.

62. No tocante à formação do diplomata, a Comissão de Reforma debateu a tese que contrapõe a formação geral à formação especializada. Destinado a tomar contacto com os fatos sociais em sua variedade, e a transmitir informações cuja interpretação técnica, em suas formas mais pormenorizadas, frequentemente lhe escapa, o diplomata tem sido apresentado como um profissional cuja formação deve ser ampla, e não caracterizada pela predominância de uma ordem de estudos e preocupações.

Valorização do diplomata.

63. Há nessa concepção simplificada alguma verdade, mas é inegável que a sua generalização conduziria, nos dias de hoje, a uma crescente desvalorização do diplomata. A vida internacional de hoje, pela complexidade crescente das questões tratadas, exige dos que nela intervêm, não apenas sólidos conhecimentos gerais, mas também uma boa formação especializada. E se um Estado não contar, no seio de seu pessoal diplomático, com elementos capazes de dar a essas questões tratamento adequado, não tardará que a atividade diplomática deixe de estar principalmente concentrada no Ministério das Relações Exteriores, pa

para se dispersar por todos os serviços competentes para intervir no seu debate e solução. E' este talvez um dos pontos em que se acentua o paralelismo entre o desenvolvimento da carreira diplomática e o da carreira militar. A formação geral do militar, que pareceu suficiente durante muito tempo, deixando-se aos técnicos civis o conhecimento das questões auxiliares, está sendo hoje seguida de uma formação especializada que não substitui a geral mas que a integra. Do mesmo modo, deve admitir-se que o diplomata depois de uma formação geral com que ingressa na Carreira e se torna capaz de dar desempenho aos seus primeiros postos, procure uma segunda formação especializada, que lhe permita aprofundar, sempre do ponto de vista das relações internacionais, ou os conhecimentos econômicos, ou os conhecimentos jurídicos, ou os conhecimentos especializados dos problemas de determinadas áreas geográficas. E' também de desejar-se que, num último estágio de sua preparação intelectual, anterior à ocupação de postos de chefia, o diplomata passe por um novo curso de conhecimentos gerais, a exemplo dos ministrados na Escola Superior de Guerra. Ficaria, assim, completo o ciclo de sua formação profissional.

64.

No tocante ao ingresso na carreira diplomática, a Comissão de Reforma manteve o princípio vigente da seleção através do concurso direto ou do curso preparatório do Instituto Rio-Branco, orientado como curso de formação geral, mas recomenda que,

Ingresso na
carreira diplomática.

que, na utilização desse último sistema, se alargue a área de recrutamento do pessoal destinado à diplomacia mediante a concessão de bolsas a todos os matriculados, que lhes permitam a manutenção durante o período de carência de atividade remunerada, que se estende até à conclusão do curso. Sem estas bolsas ficarão fechadas as oportunidades de ingresso a muitas vocações legítimas, por não disporem os candidatos de situação econômica que lhes faculte realizar um curso de dois anos, com cessação de toda atividade remunerada. A distribuição das bolsas, mediante o sistema de apuração do mérito, constituirá, em todo o território nacional, um poderoso estímulo para que procurem o serviço diplomático aqueles que para ele sentem inclinação, e que, por sua experiência em outras atividades, estão em condições de oferecer um alto rendimento ao Estado.

65. A despeito do progresso que possa representar o sistema de bolsas para a dilatação da área de recrutamento, afigura-se à Comissão de toda a conveniência a prática de concursos diretos, que permitem o recrutamento de pessoal de maior maturidade e de formação cultural mais sedimentada, abrindo, outrossim, ao Itamaraty a possibilidade de absorver a experiência e treinamento diversificado de pessoal iniciado em outros campos de trabalho.

65. Como orientação geral a ser consagrada de modo mais pormenorizado no Regulamento, a Comissão de Reforma incluiu no projeto de lei um dispositivo

Melhor aproveitamento do diplomata.

dispositivo referente à formação intelectual do Diplomata. Dentro da estrutura da Carreira não lhe pareceu possível, por enquanto, criar uma diferenciação funcional entre diplomatas especializados ou não. Limitou-se ela a aconselhar medidas que favoreçam o desenvolvimento da especialização espontânea, ou vocacional, ou pela especialização por estímulo administrativo quando as necessidades de serviço assim o aconselharem.

Problemas econômicos internacionais.

67. É inegável, entretanto, que o serviço de uma Chancelaria moderna reclama um alto grau de especialização para o trato dos problemas econômicos internacionais. Essa especialização não pode ser atendida somente através do pessoal diplomático, exigindo a criação de um corpo auxiliar permanente de Economistas, que a Comissão propôs no projeto de reforma. Esse corpo de Economistas constitui um quadro especial, em tudo independente do diplomático, destinado principalmente ao serviço da Secretaria de Estado, embora possa ser utilizado no serviço exterior, especialmente em conferências e Organismos internacionais. A carreira de Economista foi dada na reforma um grande relêvo, podendo sair dela, em absoluta paridade com a carreira diplomática, os Chefes de Divisão do Departamento Econômico.

Postos de chefia na Secretaria de Estado.

68. A Comissão de Reforma debateu igualmente a tese que, em relação ao preenchimento dos postos de chefia na Secretaria de Estado, contrapõe o princípio da rigidez hierárquica. Foi este um dos temas

temas que mais longamente ocuparam os trabalhos da Comissão, dando lugar ao fecundo confronto de pontos de vista, consignado nas atas de seus trabalhos.

69.

Defrontaram-se duas alternativas extremas: uma favorável à manutenção do princípio de que os postos de chefia deveriam ser preenchidos por funcionários diplomáticos de determinado nível, o que reservaria aos Ministros de 1a. classe as chefias de Departamento, aos Ministros de 2a. as chefias de Divisão, e aos Primeiros Secretários as chefias de Setor; outra favorável ao princípio do livre provimento dos cargos de chefia, por funcionários ou pessoas estranhas aos quadros do Ministério das Relações Exteriores, observado unicamente o princípio da capacidade apurada pela confiança do Ministro de Estado. Entre essas duas correntes, decidiu-se, afinal, a Comissão de Reforma por uma fórmula intermediária, que franquias a elementos estranhos ao Ministério unicamente o cargo de Subsecretário de Estado, reserva aos Ministros de 1a. ou 2a. classe as chefias de Departamento, e suprime qualquer consideração hierárquica para o provimento das chefias de Divisão ou de Setor, que poderão ser ocupadas por funcionários da carreira diplomática ou de qualquer quadro especializado do Ministério. Este sistema, dando maior margem à aplicação do princípio do mérito, favorece o objetivo visado na reforma de concentrar responsabilidades definidas em cada escalão de chefia.

chefia.

Tratamento de
assuntos rela-
tivos a Orga-
nismos inter-
nacionais.

70.

Dois pontos ainda devem ser tratados no presente capítulo por sua íntima relação com a definição de princípios adotados pela Comissão. O primeiro diz respeito à atribuição dos assuntos relativos a Organismos internacionais, não a um Departamento especializado, mas a duas Divisões incluídas, respectivamente, no Departamento Político e no Departamento Econômico. Muitas sugestões haviam sido apresentadas tendentes à criação de um Departamento especial, onde os assuntos dos Organismos internacionais fôsem tratados em conjunto. A convicção de que a diplomacia moderna se acha dividida em dois tipos principais de atividades, um essencialmente voltado para as negociações bilaterais e obediente à forma tradicional do exercício da legação, e outro essencialmente voltado para as negociações multilaterais em conferências e Organismos e obediente à forma denominada de diplomacia parlamentar, não podia deixar de conduzir ao desejo de enfeixar todos os assuntos pertinentes a este último, num segmento administrativo autônomo.

71

A Comissão de Reforma entendeu, entretanto, que essa unidade importaria em sacrificar outras duas: a unidade no tratamento dos assuntos políticos e a unidade no tratamento dos assuntos econômicos. Não seria possível deixar no Departamento Econômico apenas os assuntos econômicos de caráter bilateral, que se processam através das Embaixadas, Legações e Consula-

Consulados, transferindo para um outro Departamento as questões econômicas que se discutem nas conferências e nos Organismos internacionais. Há entre estas e aquelas uma perfeita unidade e coerência, sendo a linha de conduta dos assuntos econômicos para com determinado país, constantemente referida a decisões multilaterais e a atividades desenvolvidas nos Organismos internacionais. O mesmo pode ser dito dos assuntos políticos. Entre as negociações diplomáticas processadas junto a cada Estado e as desenvolvidas no seio dos Organismos e das conferências, existe uma unidade que não poderia ser sacrificada a um simples princípio teórico de sistematização de serviço, sem utilidade prática comprovada. Por esse motivo, reconhecendo embora o caráter especial da diplomacia parlamentar, que avulta nos nossos dias, à medida que se encontram soluções integrativas para os problemas dos Estados, a Comissão de Reforma julgou conveniente confiar os assuntos dos Organismos internacionais a duas Divisões, cada uma delas integrada num dos dois Departamentos que dividem entre si o trato dos assuntos políticos e econômicos.

72. Como resultado dessa orientação, a Comissão de Reforma deliberou, aliás, solicitar do Ministro de Estado das Relações Exteriores a elaboração, em bases concretas, de um projeto de criação de uma Comissão Nacional de Organismos Internacionais, de caráter interministerial, e destinada a exercer ampla ati

Comissão Nacional de Organismos Internacionais.

atividade de coordenação entre os vários órgãos da Administração Pública, aos quais estejam afetos esses assuntos. Essa providência parece imprescindível, por quanto a ausência de tal órgão reduz de muito a capacidade de aproveitamento dos benefícios que o país poderia auferir dos Organismos internacionais à vista da onerosa participação financeira do Brasil nos seus respectivos orçamentos.

73. O outro ponto diz respeito à criação de um Departamento Cultural. A Comissão não subestimou a importância da atividade cultural entre as formas de ação diplomática nos nossos dias, nem desconheceu os argumentos com que muitos advogam a criação de um setor administrativo independente, com esse objetivo. Prevaleceu, entretanto, o ponto de vista de que a ação cultural, no campo das relações internacionais, é essencialmente política e constitui um dos instrumentos mais eficazes de cooperação entre os Estados. Conceituada como um setor independente, a ação cultural corre o risco de se desenvolver sem obediência constante àquela finalidade, perdendo as características que deve ter num Ministério das Relações Exteriores e invadindo atribuições do Ministério da Educação que, na projetada Reforma Administrativa Federal, passaria a ser Ministério da Educação e Cultura. Na opinião da maioria da Comissão de Reforma, tratado como Divisão Cultural, no Departamento Político, esse setor, longe de perder eficiência ou relêvo, adquirirá, pelo seu en

A ação cultural como instrumento da política internacional.

entrosamento adequado e desenvolvimento proporcional, aquilo de que precisa para o pleno preenchimento dos seus fins.

74.

Com base em sugestões apresentada à Comissão de Reforma, foi também apreciada a conveniência de integrar nas Missões diplomáticas o serviço das Repartições Consulares sediadas nas capitais dos países em que o Brasil mantém representação. A sugestão foi unânimemente aceita pela Comissão, a qual só não a transformou em projeto de decreto por considerar que se trata de matéria meramente regulamentar, apenas cabendo ao Executivo, como medida legal, decretar a extinção dos Consulados, nas condições acima descritas. Entendeu que, nessa hipótese, se deverá manter, para efeito interno, a autonomia dos serviços consulares, já que a proposta tem em mira garantir às autoridades consulares brasileiras, nas capitais em que servem, os mesmos privilégios de que gozam os agentes diplomáticos, facilitando-lhes o exercício das funções que lhe são incumbidas. Resolveu, ainda, recomendar que a orientação sugerida seja submetida, quanto antes, ao Senhor Presidente da República.

Extinção dos Consulados nas capitais dos países em que o Brasil mantém representação diplomática.

IV - ASPECTOS PARTICULARES DE PESSOAL

75. Em matéria de Pessoal, a principal preocupação da Comissão de Reforma foi dotar a nova estrutura da Secretaria de Estado e, consequentemente, os serviços no exterior, de um número de servidores adequado ao pleno cumprimento das tarefas que competem ao Ministério das Relações Exteriores.

76. Nesse sentido, a Comissão de Reforma organizou, tendo por bases a estrutura projetada, um estudo de lotação mínima de funcionários da carreira diplomática na Secretaria de Estado, nas Missões diplomáticas, Delegações junto a Organismos internacionais e Repartições consulares, fundamentando, assim, o aumento a ser proposto nas suas diversas classes. Verificou-se, então, ser necessário aumentar para 46 o número de Ministros de 1a. classe (classe "O"), para 66 o de Ministros de 2a. classe (classe "N") e ampliar, de 122 funcionários, as classes médias e inicial da Carreira, na seguinte base: Primeiro Secretário (classe "M"), 125 integrantes; Segundo Secretário (classe "L"), 145; Terceiro Secretário (classe "K"), 162.

77. Como é do conhecimento público, encontram-se no momento, em discussão no Congresso Nacional, dois projetos de lei destinados a alterar os efetivos da Carreira nas seguintes proporções: aumento de 9 titulares na classe final, redução de 6 na de Minis-

Carreira diplomática. Aumento dos quadros.

Projetos em andamento no Congresso.

Ministro de 2a. classe e aumento de 20, 10 e 15, respectivamente, nas classes de Primeiro, Segundo e Terceiro Secretário. Na hipótese de os mencionados projetos lograrem aprovação definitiva, o aumento ora proposto terá, evidentemente, de ser revisto, de modo que não sejam ultrapassados os limites fixados pela Comissão.

78. Ainda com respeito ao pessoal da carreira diplomática, a Comissão de Reforma examinou os assuntos que são a seguir enumerados: reestruturação dos graus e padrões da Carreira, confirmação, critérios de promoção, limites de idade para aposentadoria, casamento de Diplomata com estrangeira e ingresso de mulheres na Carreira.

79. Sobre reestruturação da Carreira, o projeto inicialmente apresentado à Comissão de Reforma, pelo seu Presidente, continha duas sugestões: a restauração do cargo efetivo de Embaixador, e a transformação em cargo também de carreira, logo abaixo da de Ministro de 2a. classe, do título honorífico de Conselheiro. Sem entrar propriamente na apreciação do mérito dessas sugestões, e tendo em vista a circunstância de já existir uma Comissão encarregada, pelo Presidente da República, de estudar um plano geral de reestruturação de todas as carreiras do Serviço Público Federal, preferiu a Comissão de Reforma manter a estrutura vigente e, como foi visto, propor ampliação de seus quadros, na medida da atual deficiência de pes

Reestruturação
da carreira di-
plomática.

pessoal e das necessidades requeridas pela nova organização da Secretaria de Estado.

80.

A Comissão de Reforma considerou, a respeito da confirmação na Carreira, o fato de existir um parecer do Departamento Administrativo do Serviço Público em que êsse órgão se manifestou de acordo com a opinião do Itamaraty, no sentido de que a confirmação na Carreira não se prende à aquisição de estabilidade no Serviço Público em geral. Reconheceu que, embora o funcionário possa ser ou ter sido efetivado no Serviço Público, nem por isso terá demonstrado sua adaptabilidade à carreira diplomática. Concluiu, por isso, que, na hipótese de um funcionário com estabilidade não ser confirmado na Carreira, a solução será aproveitá-lo em outro cargo do Serviço Público, ou colocá-lo em disponibilidade até que se possa verificar o aproveitamento. Embora haja chegado a essas conclusões, decidiu a Comissão não tratar do assunto no Projeto de Lei, uma vez que nada parece impedir, na legislação vigente, que êsse procedimento seja adotado.

81.

O projeto inicialmente apresentado à Comissão de Reforma introduzia certas modificações no atual sistema de promoções. Tornava exclusivamente por antiguidade a promoção de Terceiro a Segundo Secretário; mantinha igual proporção de merecimento e antiguidade nas promoções de Segundo a Primeiro Secretário e fixava, em dois terços por merecimento, o cri

Confirmação na
Carreira.

Promoções na
Carreira.

critério de promoção de Primeiro Secretário a Conselheiro. Para Ministro de 2a. e 1a. classe, as promoções dar-se-iam tão somente pelo critério do merecimento. A Comissão de Reforma estudou o assunto à luz da decisão tomada quando do exame da reestruturação da Carreira e optou pela manutenção do sistema atual, se bem que a maioria dos seus membros se houvesse inclinado pelo revigoramento do critério de merecimento.

Aposentadoria
dos diploma-
tas.

82. A Comissão considerou que a revisão dos limites de idade para a aposentadoria compulsória, nas diversas classes da Carreira, somente deveria ter sido levada a cabo se tivesse decidido sugerir a reestruturação da própria Carreira. Manifestou, entretanto, que, naquela eventualidade, se deveriam baixar, e não elevar, os limites de idade para aposentadoria compulsória.

Casamento com
estrangeira.

83. A Comissão de Reforma examinou a lei que, sobre o casamento de Diplomata com estrangeira, foi aprovada pelo Congresso, em janeiro de 1952, e chegou à conclusão de que essa lei oferece suficiente proteção ao interesse público, e resguarda os direitos individuais do funcionário contra uma restrição cujo fundamento era frequentemente contestado. Embora reconhecendo que seria substituído com vantagem o atual sistema da apuração de dados pessoais sobre o nubente estrangeiro, pareceu à Comissão inoportuno introduzir modificações na lei nº 1542, em vir-

virtude da reduzida experiência que com ela se tem auferido, em apenas pouco mais de um ano de vigência.

84. A Comissão de Reforma examinou com especial cuidado o problema do ingresso das mulheres na diplomacia, havendo o assunto sido objeto exclusivo dos trabalhos de sua última sessão ordinária.

85. Deixando de lado o problema do fundamento constitucional da proibição em vigor, a Comissão considerou apenas o aspecto da conveniência do concurso feminino no serviço diplomático brasileiro. Do ponto de vista do aproveitamento do funcionário, é muito difícil sustentar o fundamento da proibição do ingresso de mulheres. Se existe um bom ou mau funcionário, o fato se deve imputar menos à condição do sexo do que ao sistema adotado na seleção.

86. É verdade que o exercício das funções diplomáticas tem sido confiado historicamente aos homens, aos quais a tradição atribuiu o exclusivismo das qualidades e aptidões de natureza toda especial que a diplomacia requer. Na época contemporânea, entretanto, essa tradição tem perdido continuidade, tal a força do movimento feminista que passou a dar às mulheres um lugar de destaque no desempenho de inúmeras atividades antes reservadas privativamente aos homens. De maneira que, em alguns países altamente civilizados, a carreira diplomática é franqueada às mulheres, já para não se referir a exemplos concretos de mulheres que têm exercido comissões diplomá-

Ingresso de mu-
lheres na Car-
reira.

diplomáticas da maior responsabilidade, casos êsses em que a oportunidade de seu concurso é de todo indiscutível.

87. Se êsse pensamento geral foi unânime em favor das mulheres, a Comissão considerou, entretanto, que a permissão do ingresso de mulheres no serviço diplomático brasileiro será condenável se não se adotarem medidas complementares tendentes a tornar mais ampla a área de recrutamento dos candidatos. Pelo atual sistema de seleção, os candidatos ao ingresso na carreira diplomática, depois de aprovados no concurso inicial, se comprometem com as atividades de um rigoroso curso preparatório, virtualmente incompatível com o exercício de uma profissão remunerada. O que se verifica, portanto, é que o campo de recrutamento já é naturalmente reduzido, pois poucos são os indivíduos, já amadurecidos e com experiência comprovada em outras atividades profissionais, que se aventuram a um absorvente regime escolar, sem nenhuma compensação financeira.

88. O ideal seria, pois, como já foi assinalado, que se atribuisse um prêmio compensador a todos os candidatos matriculados no Curso de Preparação do Instituto Rio-Branco, de maneira a aumentar a área de recrutamento. Ora, é bem possível que se encontre no país um número maior de mulheres com formação secundária, e sem ainda as sérias preocupações de ordem econômica, do que de homens com o mesmo nível de

de instrução e sem essas mesmas dificuldades de subsistência. Nessas condições, se não se modificar o vigente sistema do Instituto Rio-Branco, na forma aludida, a igualdade de competição entre homens e mulheres poderá resultar, em virtude apenas das condições assinaladas, em uma manifesta desigualdade de facto.

89. Outro aspecto referente ainda ao problema do ingresso da mulher na Carreira é o que diz respeito à diminuição de flexibilidade na manobra do pessoal diplomático. Sem dúvida, há de se proceder com maior cuidado na designação do elemento feminino e na seleção das tarefas que lhe devem ser cometidas. Seria, assim, acrescer as dificuldades que já existem normalmente com relação à designação de funcionários masculinos, por motivos vários, tais como, estado civil, família, aptidões pessoais, formação intelectual e temperamento.

-o-o-o-o-o-

Novas funções.

90. Dentro da orientação já traçada no presente relatório com respeito à rotatividade ou estabilidade do pessoal da Secretaria de Estado, considerou também a Comissão de Reforma a conveniência de serem criadas algumas novas carreiras e séries funcionais no Ministério das Relações Exteriores, dando-lhes, bem como a outras já existentes, atribuições de maior relevância. Dentre os cargos criados, há a notar, em primeiro lugar, o de Subsecretário de Estado das Relações Exteriores, a ser provido em comissão e ao

ao qual foi atribuído o mais alto padrão dos cargos dessa natureza.

91. Propõe, ainda, a Comissão de Reforma a criação de funções que considerou indispensáveis à boa execução de tarefas próprias ao Ministério das Relações Exteriores, tais como, as carreiras de Economista, Oficial Administrativo, Taquígrafo, Tradutores e Intérpretes, e as séries funcionais de Auxiliar de Chancelaria, Chefe de Transporte e Despachante, bem como o cargo de Almoxarife, de provimento efetivo. Realmente, não seria possível dispensar, na estrutura que se tem em vista, o concurso de pessoal especializado, cuja ausência na atual organização somente se pode explicar pela utilização, nesses setores, de pessoal que, normalmente, deveria estar dedicado a tarefas diversas. O que ocorre presentemente, com grave prejuízo para o serviço e mesmo para os cofres públicos, é que funcionários da Carreira se vêm ocupando de atividades auxiliares ou especializadas que não lhes competem.

92. Aliás, sob este último aspecto, como já foi assinalado, foi mais longe a Comissão de Reforma ao tomar a decisão de apresentar um projeto que visa à institucionalização da prática, já experimentada, de designar um número limitado de servidores administrativos especializados, da Secretaria de Estado, para exercerem suas respectivas atividades em postos no exterior.

Funcionários
administrati
vos para ser
virem no ex-
terior.

no exterior.

Escassez de
pessoal.

93. Uma das consequências do último conflito mundial foi o notório desenvolvimento das atividades internacionais, o que levou a maioria dos países a adotar medidas de ordem administrativa destinada a fazer face ao incremento dessas atividades. Os quadros dos servidores do Itamaraty não sofreram, no entanto, de 1946 para cá, ampliação proporcional às crescentes responsabilidades internacionais do Brasil, o que forçou o Ministério das Relações Exteriores a tomar certas providências, de caráter transitório, que lhe permitissem corrigir, em parte, sua deficiência de pessoal.

94. Dentre essas providências, resolveu o Itamaraty, em meados de 1947, designar - a título experimental - um pequeno número de funcionários da Secretaria de Estado (Criptógrafos, Arquivistas e Bibliotecários), para servir em algumas de suas principais Missões no exterior, havendo sido selecionadas aquelas que, pela natureza complexa, e muitas vezes de cunho confidencial, das tarefas que lhe são encomendadas com maior frequência, não deviam prescindir do concurso de funcionários competentes e de absoluta confiança para o manuseio dos seus códigos, arquivos e fichários.

95. Paralelamente à providência em apreço, e de modo a suprir os claros daí decorrentes na Secretaria de Estado, pleiteou o Ministério das Rela-

Relações Exteriores, na ocasião, um aumento substancial nos seus quadros de funcionários auxiliares, inclusive extranumerários-mensalistas, o que não foi obtido na medida do desejável. Em vista disso, o Ministério determinou, em julho de 1950, o regresso, ao Rio de Janeiro, dos dezessete funcionários administrativos então lotados em Missões no exterior, na forma indicada. Como reação a tal medida, foi unânime o parecer dos Chefes de Missão em favor da permanência dos mesmos nos postos, tal a utilidade dos serviços por eles prestados.

96. Com tão ponderáveis razões reclamou o chefe de uma das principais Missões do Brasil a substituição dos funcionários administrativos, nela lotados, por outros de igual tirocínio e experiência e cuja idoneidade não pudesse, de modo algum, ser posta em dúvida, que a Secretaria de Estado teve de render-se ao peso dos argumentos apresentados e, por fim, optou pela solução de admitir, como contratados daquela Missão, um grupo de funcionários administrativos da Secretaria de Estado que concordaram em renunciar aos seus cargos no Rio de Janeiro.

97. A Comissão de Reforma considerou, pois, que, no particular, nada mais devia fazer do que consagrar, em definitivo, uma prática que os serviços do Itamaraty estão a exigir. E, no respectivo projeto de decreto, teve a preocupação de não ultrapassar os critérios e limites estabelecidos na legislação geral

geral - Estatuto dos Funcionários - para a designação, permanência e remuneração de funcionários no exterior. Nesse mesmo decreto, decidiu a Comissão tornar algumas das vantagens, nele consignadas, extensivas aos Cônsules Privativos, Auxiliares de Consulado do quadro extinto e Auxiliares contratados, uma vez que os aludidos funcionários servem obrigatoriamente no exterior.

Auxiliares contratados no exterior.

98. A situação sui-generis que os atuais auxiliares contratados das Missões diplomáticas e Repartições consulares ocupam no quadro do Serviço Público brasileiro foi, também, objeto de atenta consideração por parte da Comissão de Reforma. Em princípio, reconheceu a Comissão as vantagens do sistema, que se caracteriza por sua grande flexibilidade. Por outro lado, não desconheceu o fato de que devem ser outorgados certos direitos a êsses servidores, particularmente os brasileiros - cujo número se pretende reduzir com o envio de funcionários administrativos para o exterior - e os estrangeiros que contam com largo tempo de exercício em suas funções. Para o assunto, aliás, fôra encontrada uma solução prática pela Comissão Alencastro Guimarães, a qual, no entanto, não pôde ser adotada pela Comissão de Reforma em virtude de já se achar o assunto sob exame do Departamento Administrativo do Serviço Público, por força de dispositivo consignado no Estatuto de 1952.

99. Outra questão, resolvida no projeto da

Adidos Cultu
rais e de Im
pressão.

da Comissão Alencastro Guimarães e abandonada pela Comissão de Reforma, foi a de se estabelecer um regime especial de contrato do pessoal destinado a exercer, nas Missões diplomáticas, a função de Adido Cultural e de Imprensa. Depois de examinar cuidadosamente o assunto, concluiu a Comissão de Reforma por considerar inoportuna a sua inclusão no projeto de lei. No curso dos debates, ficou patente que, dispondo o Itamaraty de verba, em moeda conversível, para "Intercâmbio cultural", dependerá de simples decisão interna a designação de um funcionário ou de qualquer outra pessoa para exercer atividade cultural em determinado país, com ou sem o título de Adido.

Funções grati
ficadas na Se
cretaria de
Estado.

100. Fôra, igualmente, tratado pela Comissão Alencastro Guimarães - e, a princípio, tencionava a Comissão de Reforma propor sua regulamentação por decreto especial - o problema da atualização das funções gratificadas na Secretaria de Estado. No decorso dos seus trabalhos, entretanto, a Comissão tomou conhecimento de uma Mensagem presidencial, então encaminhada por iniciativa do Departamento Administrativo do Serviço Público ao Congresso Nacional, na qual, com fundamento no Estatuto dos Funcionários, se propunha que o Poder Executivo, dentro dos limites a serem fixados pelo Congresso para a remuneração das funções gratificadas, ficasse autorizado a reajustar as gratificações nas funções de chefia do Serviço Público, adaptando-as segundo as conveniências presentes.

presentes. Portanto, nada mais coube à Comissão do que incluir, no projeto de lei, um dispositivo que, expressamente, possibilita a revisão de tais gratificações de função, às quais, de acôrdo com seu parecer, deveriam obedecer à seguinte tabela:

- 1 - Diretor Geral da Administração, FG 1
- 1 - Diretor do Instituto Rio-Branco, FG 1
- 4 - Chefes de Departamento, FG 1
- 20 - Chefes de Divisão, FG 2
- 1 - Chefe do Cerimonial, FG 2
- 1 - Chefe do Serviço de Imprensa, FG 2
- 1 - Chefe da Secção de Organização, FG 3
- 4 - Chefes de Serviço, FG 3
- 7 - Chefes de Secção, FG 4
- 1 - Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, FG 2
- 1 - Introdutor Diplomático, FG 2
- 1 - Oficial de Gabinete do Subsecretário de Estado, FG 3
- 1 - Oficial de Gabinete do Diretor Geral da Administração, FG 3
- 1 - Secretário-Executivo da Comissão de Planejamento e Coordenação, FG 3
- 5 - Oficiais de Gabinete do Ministro de Estado, FG 4
- 3 - Oficiais de Gabinete do Subsecretário de Estado, FG 4
- 2 - Oficiais de Gabinete do Diretor Geral da Administração, FG 4
- 2 - Oficiais de Gabinete do Departamento Político, FG 4
- 2 - Oficiais de Gabinete do Departamento Económico, FG 4

2 - Oficiais de Gabinete do Departamento Administrativo, FG 4

2 - Oficiais de Gabinete do Departamento Consular, FG 4

30 - Chefes de Setor, FG 5

32 - Auxiliares de Gabinete, FG 5.

Substituições
nas funções de
chefia.

101.

O problema das substituições nas funções de Chefia, em virtude de impedimento eventual dos seus titulares, foi tratado em projeto de decreto apresentado pelo Presidente da Comissão de Reforma no início dos trabalhos. Não chegou a Comissão de Reforma a entrar no mérito da proposta, porquanto o assunto lhe pareceu ser matéria específica do Regulamento da Secretaria de Estado, ao qual ficou remetido, e cuja revisão já de há muito se faz necessária.

102.

Aliás, a Comissão não olvidou esse aspecto de singular importância, tendo incluído, no projeto de lei, um artigo que expressamente determina que o Regulamento da Secretaria de Estado, juntamente com os das Missões diplomáticas e Repartições consulares, deverá ser aprovado, pelo Executivo, 180 dias após a promulgação da lei.

103.

Durante os seus trabalhos, a Comissão de Reforma recebeu de funcionários e grupos de funcionários várias solicitações sobre melhoria de situação de algumas carreiras e quadros do Ministério, a saber:

Melhoria da situação de alguns nas carreiras e quadros.

- 1) elevação da atual tabela de Criptógrafos à referência 30, e retifica-

- retificação para Criptólogo da denominação da série funcional;
- 2) atribuição da referência 29 à atual função de Técnico de Documentação Histórica;
- 3) melhoria dos Datilógrafos excedentes, classe "G", dos Motoristas, classe "G", dos Eletricistas, classe "E", "F" e "G", e do Fotógrafo, classe "F", para a classe "J", final da carreira extinta de Auxiliar de Portaria, recentemente reajustada;
- 4) melhoria de padrão nas carreiras de Bibliotecário e Arquivologista, as quais, por tratar-se de cargos para que se exigem provas técnicas, poderiam ter início na classe "K" e terminar na classe "O".

104. A Comissão de Reforma apreciou o mérito dessas sugestões, a maioria das quais lhe pareceu de toda justiça. Como, entretanto, fôra reconhecida a circunstância de se encontrar a cargo de uma comissão técnica federal o estudo de reestruturação geral do funcionalismo público, resolveu solicitar o apóio do Senhor Ministro de Estado a tais propostas, junto ao referido órgão.

105. Além da ampliação prevista no quadro do pessoal de Portaria, a Comissão de Reforma sugere ao Senhor Ministro de Estado determinar o exame da pos

possibilidade de se criarem novas séries funcionais, tais como as de eletricista, mecânico de garagem, bombeiro, pintor, jardineiro, pedreiro, carpinteiro, estofador, guarda do Edifício, e outras, cuja necessidade, como a dos acima enumerados, se faça sentir de maneira mais premente.

situação especial do Conservador.

106. Foi, também, considerada a situação especial do Conservador, padrão "N", do Quadro Suplementar, o qual, por decreto de 11 de janeiro de 1946, quando ocupava cargo na carreira de Diplomata, foi transferido para o de Conservador, sem que lhe fôsem asseguradas as vantagens a que têm direito os diplomatas na Secretaria de Estado. Pretendeu, a princípio, a Comissão de Reforma regular expressamente o assunto, no projeto de lei. Não desejando, porém, que nenhuma situação especial figurasse em seu texto, resolve propor ao Senhor Ministro de Estado que tome, desde logo, a iniciativa dêsse projeto. Cabe, aliás, assinalar que a Comissão considerou essa medida justa e de simples reparação, com o que o Departamento Administrativo do Serviço Público já concordou, em princípio, esclarecendo que a concessão da gratificação em apêgo dependia de autorização legislativa.

Aumento de despesa.

107. Por fim, cabe acentuar que o aumento geral proposto para ampliação das diversas carreiras e séries funcionais, inclusive a criação de cargos novos, acarretaria um acréscimo, na despesa anual, da ordem dos 20 milhões de cruzeiros, não devendo dei

-53-

deixar de ser assinalado que o total dêsse acréscimo na despesa só ocorrerá depois de um razoável período, quando todos os cargos e funções tiverem sido preenchidos.

Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1953.

2 - PROJETO DE LEI

LEI Nº

DE

DE

DE 1953.

Modifica a organização da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Ministério das Relações Exteriores terá a seguinte organização:

- a) Secretaria de Estado (SE);
- b) Missões diplomáticas (MD);
- c) Repartições consulares (RC).

Art. 2º - A Secretaria de Estado, órgão central da administração do Ministério e que terá por finalidade auxiliar diretamente o Ministro de Estado no planejamento e na execução da política exterior do Brasil, na orientação e superintendência das Missões diplomáticas, ^{Relações Exteriores} Repartições consulares e na gestão dos demais órgãos pertinentes à pasta, compreenderá:

- a) - Comissão de Planejamento e Coordenação (C.P.C.), presidida pelo Subsecretário de Estado;
- b) - Diretoria Geral dos Negócios Políticos e Econômicos (D.G.P.E.), chefiada pelo Subsecretário de Estado;
- c) - Diretoria Geral da Administração (D.G.A.), chefiada pelo Diretor Geral da Administração;
- d) - Consultoria Jurídica.

Jurídica.

Art. 3ª - A Comissão de Planejamento e Coordenação, à qual incumbirá apreciar problemas de orientação política e coordenar as atividades da Secretaria de Estado, será constituída pelo Subsecretário de Estado, pelo Diretor Geral da Administração e pelos Diretores de Departamento da Diretoria Geral dos Negócios Políticos e Econômicos.

§ 1ª - O Presidente da Comissão de Planejamento e Coordenação poderá, se necessário, convocar outros chefes de serviço ou funcionários para tomarem parte nos trabalhos da Comissão.

§ 2ª - A Comissão de Planejamento e Coordenação disporá de um Secretariado que será constituído por pessoal de reconhecida capacidade em assuntos de natureza política, econômica, cultural e administrativa.

§ 3ª - Ao Secretariado da Comissão de Planejamento e Coordenação serão encaminhadas, pelos Departamentos, informações, sugestões e propostas, oriundas de setores executivos, e que visem ao planejamento da política exterior.

§ 4ª - O Subsecretário de Estado designará, por portaria, um dos seus auxiliares para exercer a função de Secretário-Executivo da Comissão de Planejamento e Coordenação.

Art. 4ª - A Diretoria Geral dos Negócios Políticos e Econômicos compreenderá:

I - DEPARTAMENTO POLÍTICO (D.P.), constituído de:

- a) Divisão da América Latina (D.A.L.);
- b) Divisão da América do Norte (D.A.N.);
- c) Divisão da Europa, África e Oriente (D.E.A.O.);
- d) Divisão de Fronteiras (D.F.);
- e) Divisão de Atos Internacionais (D.A.I.);
- f) Divisão de Organismos Políticos Internacionais (D.O.P.I.);
- g) Divisão Cultural (D.Cl.).

(D.Cl.).

II - DEPARTAMENTO ECONÔMICO (D.E.), constituído de:

- a) Divisão de Relações Econômicas (D.R.E.);
- b) Divisão de Acôrdos Comerciais (D.A.C.);
- c) Divisão de Estudos Econômicos (D.E.E.);
- d) Divisão de Organismos Econômicos e Sociais (D.O.E.S.).

III - CERIMONIAL (C.);

IV - SERVIÇO DE IMPRENSA (S.I.);

V - SECÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL (Sc.S.N.).

Art. 5ª - A Diretoria Geral da Administração compreenderá:

I - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (D.A.), constituído de:

- a) Divisão do Pessoal (D.Pe.), à qual fica subordinada a Secção de Assistência Social (Sc.A.S.);
- b) Divisão do Material (D.M.), à qual fica subordinado o Almoxarifado (Al.);
- c) Divisão de Orçamento (D.O.);
- d) Divisão de Comunicações (D.Co.), à qual fica subordinada a Secção de Expedição (Sc.E.);
- e) Divisão de Arquivo (D.Ar.);
- f) Divisão do Patrimônio (D.Pa.), à qual fica subordinada a Secção de Administração do Edifício (Sc.A.E.);
- g) Biblioteca (B.), à qual ficam subordinadas:
 - 1 - Mapoteca (M.);
 - 2 - Secção de Documentos Históricos (Sc.D.H.);
- h) Serviço de Multiplicação de Impressos (S.M.I.), ao qual fica subordinada a Secção de Encadernação (Sc.E.);
- i) Serviço de Datilografia (S.Da.);
- j) Serviço de Traduções (S.T.).

(S.T.).

II - DEPARTAMENTO CONSULAR (D.C.), constituído de:

- a) Divisão Consular (D.Cn.);
- b) Divisão de Passaportes (D.Pp.);
- c) Divisão de Imigração (D.Im.).

III - INSTITUTO RIO-BRANCO (I.R.B.);

IV - SECÇÃO DE ORGANIZAÇÃO (Sc.O.).

Art. 6ª - As Divisões regionais, mencionadas nas alíneas a, b e c do inciso I do artigo 4ª, poderão ser modificadas por decreto do Executivo, quanto às áreas geográficas que as constituem.

Art. 7ª - Por portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores, as Divisões e Serviços poderão ser subdivididas em Setores.

Art. 8ª - O cargo de Subsecretário de Estado das Relações Exteriores ^{substituto eventual do Ministro de Estado,} será provido em comissão, por decreto do Executivo, devendo a escolha recair em pessoal de alta idoneidade moral e reconhecida experiência e capacidade em assuntos de política internacional.

Art. 9ª - As funções de Diretor Geral da Administração e de Diretor de Departamento serão ocupadas por Ministros de 1ª. e 2ª. classes, da carreira de Diplomata, designados por portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 10ª - Observados os requisitos de capacidade e experiência funcional, as demais funções de chefia na Secretaria de Estado serão confiadas a funcionários da carreira de Diplomata ou de carreiras especializadas dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério das Relações Exteriores, mediante designação por portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 11ª - Os Quadros Permanente e Suplementar do Ministério das Relações Exteriores passam a ter a constituição

Artigo 11

Parágrafo 1º — A admissão aos cargos e funções do Ministério das Relações Exteriores concorre aos ~~seus~~ candidatos de ambos os sexos, observados os demais requisitos da Lei.

Parágrafo 2º — Os Adidos Cessuários e de Imprensa ~~para efeitos de~~ terão as mesmas vantagens pecuniárias concedidas aos funcionários da classe "M" da carreira de Diplomata.

constituição de que trata o anexo à presente lei.

Art. 12ª - As gratificações de função, correspondentes às chefias da Diretoria Geral da Administração, Departamentos, Divisões, Serviços, Seções, Setores e outros encargos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, serão estabelecidas pelo Poder Executivo, de acordo com os símbolos e valores fixados em lei.

Art. 13ª - No estrito interesse da administração, ex-officio ou por iniciativa do funcionário, o estágio de permanência dos funcionários da carreira de Diplomata, na Secretaria de Estado, poderá ser prorrogado por prazos de 1 a 3 anos, mediante portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores e na forma do que fôr estabelecido no Regulamento.

Art. 14ª - Como complemento da formação básica do pessoal da carreira de Diplomata, será prevista no Regulamento a formação especializada, para aproveitamento adequado dos funcionários de acordo com a conveniência do serviço.

Art. 15ª - Dentro de 180 dias a partir da data da publicação desta lei, o Poder Executivo aprovará os Regulamentos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e das Missões diplomáticas e Repartições consulares.

Art. 16ª - Para execução da presente lei, fica autorizado o Poder Executivo a abrir no Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 26,485,000,00 a fim de atender ao aumento das despesas que correm por conta das seguintes verbas: Verba 1 - Pessoal, Consignação 1 - Pessoal Permanente, Subconsignação 01 - Pessoal Permanente: Cr\$ 20,000,000,00; Verba 1 - Pessoal, Consignação 2 - Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 - Mensalistas: Cr\$ 4,485,000,00; Verba 1 - Pessoal, Consignação 3 - Vantagens, Subconsignação 08 - Funções gratificadas Cr\$ 2,000,00 ? .

Art. 17ª - Esta lei entrará em vigor na data

constituição de que trata o anexo à presente lei.

Art. 12ª - As gratificações de função, correspondente às chefias da Diretoria Geral da Administração, Departamentos, Divisões, Serviços, Seções, Setores e outros encargos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, serão estabelecidas pelo Poder Executivo, de acordo com os símbolos e valores fixados em lei.

Art. 13ª - No estrito interesse da administração, ex-officio ou por iniciativa do funcionário, o estágio de permanência dos funcionários da carreira de Diplomata, na Secretaria de Estado, poderá ser prorrogado por prazos de 1 a 3 anos, mediante portaria do Ministro de Estado das Relações Exteriores e na forma do que fôr estabelecido no Regulamento.

Art. 14ª - Como complemento da formação básica do pessoal da carreira de Diplomata, será prevista no Regulamento a formação especializada, para aproveitamento adequado dos funcionários de acordo com a conveniência do serviço.

Art. 15ª - Dentro de 180 dias a partir da data da publicação desta lei, o Poder Executivo aprovará os Regulamentos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e das Missões diplomáticas e Repartições consulares.

Art. 16ª - Para execução da presente lei, fica autorizado o Poder Executivo a abrir no Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 26,485,000,00 a fim de atender ao aumento das despesas que correm por conta das seguintes verbas: Verba 1 - Pessoal, Consignação 1 - Pessoal Permanente, Subconsignação 01 - Pessoal Permanente: Cr\$ 20,000,000,00; Verba 1 - Pessoal, Consignação 2 - Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 - Mensalistas: Cr\$ 4,485,000,00; Verba 1 - Pessoal, Consignação 3 - Vantagens, Subconsignação 08 - Funções gratificadas Cr\$ 2,000,00.

Art. 17ª - Esta lei entrará em vigor na data

data da sua publicação.

Art. 18ª - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em de de 1953,
132ª da Independência e 65ª da República.

3 - PROJETO DE DECRETO

DECRETO Nº

DE

DE

DE 1953.

Dá providências sobre pessoal auxiliar das Missões diplomáticas, Repartições consulares e Delegações junto a Organismos internacionais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista os artigos 37 e 145, item VIII, da Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952, decreta:

Art. 1ª - Fica o Ministério das Relações Exteriores autorizado a designar servidores administrativos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para servirem nas Missões diplomáticas, Repartições consulares e Delegações junto a Organismos internacionais.

Parágrafo único - Por Proposta do Ministro de Estado das Relações Exteriores, será fixado anualmente o número de servidores administrativos que poderão ser designados para servir no exterior, não devendo esse número, no corrente ano, exceder de doze.

Art. 2ª - Só poderão ser designados para servirem no exterior os servidores administrativos de comprovado merecimento e que contem mais de cinco anos de efetivo exercício na Secretaria de Estado.

Art. 3ª - Os servidores administrativos da Secretaria de Estado permanecerão no exterior por prazo não superior a quatro anos e somente poderão voltar a servir no exterior após quatro anos de serviço na Secretaria de Estado.

A
Estado.

Art. 4^a - Os servidores administrativos designados para servir no exterior perceberão, quando removidos, o auxílio para transporte de que trata o artigo 2^a do Decreto nº 28.959, de 11 de dezembro de 1950.

Parágrafo único - Receberão igual auxílio para viagem, quando da primeira instalação, os Cônsules Privativos.

Art. 5^a - Os Cônsules Privativos, os ocupantes do cargo extinto, padrão "N", de Auxiliar de Consulado e os servidores administrativos da Secretaria de Estado designados para servir no exterior, perceberão, quando em exercício, além dos vencimentos ou salário do cargo que ocuparem, uma gratificação de representação calculada segundo o padrão de vida local e estabelecida em tabela anual aprovada por decreto do Executivo.

Art. 6^a - Os benefícios de que tratam os artigos 4^a e 5^a do presente Decreto serão extensivos aos Auxiliares contratados das Missões diplomáticas, Delegações junto a Organismos internacionais e Repartições consulares que, na forma de lei, forem incluídos na Tabela Única de Extranumerários Mensalistas do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 7^a - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8^a - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em de de 1953,
132^a da Independência e 65^a da República.

4 - QUADRO ANALÍTICO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES.

QUADRO ANALÍTICO DO PESSOAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Situação atual de carreiras e cargos, e ~~proposta~~ proposta da Comissão de Estudo e Elaboração Final do Projeto de Reforma do Ministério das Relações Exteriores.

maio de 1953

QUADRO PERMANENTE

Atual

Proposta

I - Cargos isolados de provimento em comissão.

1 - Consultor Jurídico, CC 4

1 - Subsecretário de Estado, CC 1

1 - Consultor Jurídico, CC 4

II - Cargos isolados de provimento efetivo.

21 - Cônsul Privativo, "M"

1 - Tesoureiro Auxiliar, "M"

2 - Almoxarife, "K"

21- Cônsul Privativo, "M"

1 - Tesoureiro Auxiliar, "M"

12- Conselheiro Comercial, "M"

20 - *Adidos Culturais e de Imprensa, "M"*

III - Carreiras.

ARQUIVISTA

1 - "H"

3 - "G"

5 - "F"

10 - "E"

19

ARQUIVISTA

5 - "H"

6 - "G"

8 - "F"

12 - "E"

31

Atual

ARQUIVOLOGISTA

1 - "M"
 1 - "L"
 2 - "K"
 3 - "J"
 10 - "I"

17

BIBLIOTECÁRIO

1 - "M"
 1 - "L"
 1 - "K"
 2 - "J"
 5 - "I"

10

BIBLIOTECÁRIO-AUXILIAR

1 - "H"
 1 - "G"
 1 - "F"
 4 - "E"

7

DATILÓGRAFO

4 - "G"
 5 - "F"
 8 - "E"
 22 - "D"

39

Proposta

ARQUIVOLOGISTA

2 - "M"
 5 - "L"
 7 - "K"
 10 - "J"
 15 - "I"

39

BIBLIOTECÁRIO

2 - "M"
 3 - "L"
 3 - "K"
 3 - "J"
 4 - "I" 4

26

BIBLIOTECÁRIO-AUXILIAR

2 - "H"
 3 - "G"
 3 - "F"
 5 - "E"

13

DATILÓGRAFO

4 - "G"
 15 - "F"
 20 - "E"
 30 - "D"

69

Atual

DIPLOMATA

37 - "Q"

64 - "N"

85 - "M"

110 - "L"

115 - "K"

411

DIPLOMATA (Parte transitória)

4 - "N"

2 - "M"

6

ESCRITURÁRIO

2 - "G"

6 - "F"

8 - "E"

16Proposta

DIPLOMATA

46 - "Q"

66 - "N"

125 - "M"

145 - "L"

162 - "K"

544

DIPLOMATA (Parte transitória)

4 - "N"

2 - "M"

6

ECONOMISTA

2 - "N"

4 - "M"

6 - "L"

8 - "K"

10 - "J"

30

ESCRITURÁRIO

4 - "G"

7 - "F"

10 - "E"

21

Atual

REDATOR

2 - "N"

1 - "L"

2 - "K"

2 - "J"

—

7

Preposta

OFICIAL ADMINISTRATIVO

3 - "M"

4 - "L"

5 - "K"

7 - "J"

10 - "I"

12 - "H"

—

41

REDATOR

2 - "N"

2 - "M"

2 - "L"

2 - "K"

2 - "J"

—

10

TAQUIGRAFO

2 - "M"

5 - "L"

10 - "K"

15 - "J"

—

32

TRADUTOR

1 - "M"

2 - "L"

4 - "K"

5 - "J"

—

12

QUADRO SUPLEMENTARAtualPropostaI - Cargos isolados de provimento efetivo, extintos.12 - Auxiliar de Consulado
"N"

12 - Auxiliar de Consulado, "N"

1 - Auxiliar de Consulado,
"N" - Parte transitória.1 - Auxiliar de Consulado, "N"
Parte transitória.

1 - Fotógrafo, "P"

1 - Fotógrafo, "P"

1 - Técnico de Pessoal, "K"

1 - Técnico de Pessoal, "K"

1 - Técnico de Material, "K"

1 - Técnico de Orçamento, "K"

1 - Classificador^{de} Arquivo Es-
pecial, "J"

1 - Conservador, "N"

1 - Conservador, "N"

1 - Consultor Técnico, "CC 4"

1 - Consultor Técnico, "CC 4"

7 - Conselheiro Comercial, "M"

II - Carreiras extintasAUXILIAR DE PORTARIA

10 - "J"

AUXILIAR DE PORTARIA

10 - "J"

6 - "I"

6 - "I"

8 - "H"

8 - "H"

2 - "G"

2 - "G"

26

26ELETRICISTA

1 - "G"

ELETRICISTA

1 - "G"

1 - "F"

1 - "F"

1 - "E"

1 - "E"

3

3MOTORISTA

2 - "G"

MOTORISTA

2 - "G"

2

2

EXTRANUMERÁRIOS MENSALISTASAtualProposta

Parte Permanente

ARTÍFICE

2 - "22"

4 - "21"

6 - "20"

9 - "19"

21

ARTÍFICE

6 - "22"

8 - "21"

10 - "20"

12 - "19"

36

AUXILIAR DE CHANCELARIA

2 - "30"

3 - "29"

4 - "28"

5 - "27"

14 - "26"

28

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

4 - "28"

5 - "27"

5 - "26"

5 - "25"

11 - "24"

30

AUXILIAR DE BIBLIOTECA

3 - "24"

3

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

6 - "28"

8 - "27"

10 - "26"

12 - "25"

14 - "24"

50

AUXILIAR DE BIBLIOTECA

3 - "24"

3

Atual

AUXILIAR DE SERVIÇOS
MÉDICOS

1 - "19"

1

RECEBIMENTO-DATILÓGRAFO

3 - "21"

9 - "22"

16 - "21"

22 - "20"

37 - "19"

CORRENTISTA

6 - "19"

6

CRIPTOGRAFO

1 - "28"

2 - "27"

2 - "26"

2 - "25"

3 - "24"

10

Proposta

AUXILIAR DE SERVIÇOS
MÉDICOS

3 - "19"

3

CHEFE DE TRANSPORTE

2 - "26"

2

CONTÍNUO

5 - "25"

10 - "24"

15 - "23"

20 - "22"

50

INTERPRETE

4 - "28"

4 - "27"

6 - "26"

8 - "25"

10 - "24"

32

DENTISTA

1 - "24"

1

ESCREVENTE-DATILÓGRAFO

3 - "23"

9 - "22"

16 - "21"

22 - "20"

37 - "19"

87

MESTRE

1 - "26"

1 - "25"

2 - "24"

2 - "23"

4 - "22"

10Proposta

DENTISTA

2 - "24"

2

DESPACHANTE

1 - "27"

1

ESCREVENTE-DATILÓGRAFO

12 - "23"

20 - "22"

25 - "21"

32 - "20"

55 - "19"

144

INTÉRPRETE

2 - "31"

2 - "30"

2 - "29"

6

MESTRE

2 - "26"

3 - "25"

5 - "24"

6 - "23"

8 - "22"

24

Atual

9.

Proposta

MOTORISTA

1 - "24"

2 - "23"

4 - "22"

5 - "21"

6 - "20"

18

SERVENTE

7 - "21"

7 - "20"

8 - "19"

9 - "18"

31

TELEFONISTA

3 - "21"

5 - "20"

8

ASSISTENTE JURÍDICO

1 - "31"

-

1

MOTORISTA

4 - "24"

5 - "23"

6 - "22"

10 - "21"

14 - "20"

39

SERVENTE

10 - "21"

14 - "20"

18 - "19"

20 - "18"

62

TELEFONISTA

6 - "21"

8 - "20"

14

ASSISTENTE JURÍDICO

1 - "31"

-

1

PARTE SUPLEMENTAR

MÉDICO

-
-
-
1 - "28"

1

MÉDICO

1 - "31"
1 - "30"
1 - "29"
1 - "28"

4TÉCNICO DE DOCUMENTAÇÃO
HISTÓRICA

1 - "27"

1TÉCNICO DE DOCUMENTAÇÃO
HISTÓRICA

1 - "27"

1

Março de 1954

Cálculo por elevação

1932

em projeto

Situação final

37

+ 5 = 42

42

31

+ 6 = 37

+ 4 = 41

5 - SITUAÇÃO ATUAL DA CARREIRA E PROPOSTA DA COMISSÃO DE ESTUDO E ELABORAÇÃO FINAL DO PROJETO DE REFORMA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

115

+ 15 = 130

+ 22 = 152

111

459

564

Cálculo por distribuição de serviço

Atual

Adiente proposto

Situação final

Março de

34

+ 52

140

situação atual da carreira de Diplomata e Proposta da Comissão de
Estudo e Elaboração Final do Projeto de Reforma do M.R.E.

março de 1953.

Cálculo por classes

	Atual	Já em projeto	Situação final
Classe "O"	37	+ 9 = 46	46
Classe "N"	64	+ 6 = 58	+ 8 = 66
Classe "M"	85	+ 20 = 105	+ 20 = 125
Classe "L"	110	+ 10 = 120	+ 25 = 145
Classe "K"	115	+ 15 = 130	+ 32 = 162
	<hr/> 411	<hr/> 459	<hr/> 544

Cálculo por distribuição em serviço

	Atual	Aumento proposto	Situação Final
Secretaria de Estado	98	+ 52	150
Missões diplomáticas	156	+ 27	183
Delegações junto a Organismos	14	+ 3	17
Repartições consulares	102	+ 51	153
Requisitados, em licença, férias, trânsito, etc. inclusive vagos (18).	41		41
	<hr/> 411	<hr/> 138	<hr/> 544

Sete de 1933.

1. - 1933

1933

1933

1933

1933

1933

1933

1933

1933

1933

1933

1933

1933

6 - ESTUDO DE LOTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA CARREIRA DE
DIPLOMATA, NA SECRETARIA DE ESTADO, NAS MISSÕES
DIPLOMÁTICAS E REPARTIÇÕES CONSULARES.

1933

1933

1933

1933

1933

1933

1933

1933

1933

ESTUDO ILUSTRATIVO DA LOTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA CARREIRA DE
DIPLOMATA.

Março de 1953.

NA SECRETARIA DE ESTADO

Atual

Gabinete

1 - "N"
4 - "L"
2 - "K"

7

Introdutor Diplomático

1 - "M"

1

Consultoria Jurídica

1 - "K"

Secretaria Geral

1 - "M"
1 - "L"
2 - "K"

4

Proposta

Gabinete

1 - "N"
2 - "M"
3 - "L" ou "K"

6

Menos 1

Introdutor Diplomático

1 - "M"

1

Consultoria Jurídica

1 - "L" ou "K"

Comissão de Planejamento e
Coordenação

1 - "M"
2 - "M" ou "L"
1 - "L" ou "K"

4

Mais 4

Diretoria Geral dos Negócios
Políticos e Econômicos

1 - "M" ou "N"
2 - "M" ou "L"
1 - "L" ou "K"

4

Atual

Divisão do Cerimonial

- 1 - "N"
- 5 - "L"
- 2 - "K"

- 8

Instituto Rio Branco

- 1 - "M"

- 1

Departamento Político e Cultural

- 1 - "O"
- 1 - "N"
- 2 - "L"

- 4

Departamento Econômico e Consular

- 1 - "O"
- 3 - "L"

- 4

Pronosta

Diretoria Geral da Administração.

- 1 - "O" ou "N"
- 2 - "L" ou "K"

3 Mais 3

Cerimonial

- 1 - "N" ou "M"
- 3 - "M" ou "L"
- 3 - "L" ou "K"

- 7

Menos 1

- 1 - "M" ou "L"
- 1 - "L" ou "K"

2 Mais 1

Departamento Político

- 1 - "O" ou "N"
- 1 - "M" ou "L"
- 1 - "L" ou "K"

3 Menos 1

Departamento Econômico

- 1 - "O" ou "N"
- 1 - "M" ou "L"
- 1 - "L" ou "K"

3 Menos 1

Atual

- 3 -

Departamento de Administração

1 - "O"

2 - "L"

3

Divisão Política

1 - "N"

4 - "L"

1 - "E"

6Proposta

Departamento Administrativo

1 - "O" ou "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Departamento Consular

1 - "O" ou "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 3

Divisão da América Latina

1 - "N" ou "M" (Chefe)

Setor Prata-Bolívia { 2 "M" ou "L"
Chile { 2 "L" ou "K"Setor Setentrional { 1 "M" ou "L"
{ 1 "L" ou "K"

7

Mais 1

Divisão da América do Norte

1 - "N" ou "M" (Chefe)

Setor Política (1 - "M" ou "L"
Global Americana (1 - "L" ou "K"Setor Política (1 - "M" ou "L"
Continental Ame- {
ricana e Canadá (2 - "L" ou "K"

6

Mais 6

Atual

Proposta

Divisão da Europa, África e Oriente

- 1 - "N" ou "M" (Chefe)
- Setor Europa { 1 - "M" ou "L"
 2 - "L" ou "K"
- Setor Oriente { 1 - "M" ou "L"
Próximo e {
África 1 - "L" ou "K"
- Setor Extremo { 1 - "M" ou "L"
Oriente e {
Oceania 1 - "L" ou "K"

8
Mais 3

Divisão de Fronteiras

- 1 - "M"
- 1 - "M"
- 1 - "L"

- 3

Divisão de Fronteiras

- 1 - "N" ou "M" (Chefe)
- 1 - "M" ou "L"
- 1 - "L" ou "K"

- 3

Divisão de Atos Congressos e Conferencias Internacionais

- 1 - "N"
- 1 - "L"
- 2 - "K"

- 4

Divisão de Atos Internacionais

- 1 - "N" ou "M" (Chefe)
- Setor Organismos (1 "M" ou "L"
Internacionais (1 "L" ou "K"
- Setor Tratados e (1 "M" ou "L"
Acordos (1 "L" ou "K"

5
Mais 1

Comissão de Organismos Internacionais

- 1 - "M"
- 2 - "L"
- 1 - "K"

- 4

Divisão de Organismos Políticos Internacionais

- 1 - "N" ou "M" (Chefe)
- Setor O.N.U. { 1 "M" ou "L"
 1 "L" ou "K"
 1 "K"
- Setor O.E.A. { 1 "M" ou "L"
 1 "L" ou "K"

6
Mais 2

Atual

Divisão Cultural

1 - "N"
1 - "M"
3 - "K"

5

Proposta

Divisão Cultural

1 - "N" ou "M" (Chefe)

Setor Cooperação { 2 - "M" ou "L"
Intelectual { 2 - "L" ou "K"

Setor Divulgação { 1 - "M" ou "L"
{ 1 - "L" ou "K"

Setor Organismos { 1 - "L" ou "K"
Culturais { 1 - "K"

9

Mais 4

Divisão Econômica

1 - "M"
4 - "L"
5 - "K"

10

Divisão de Relações Econômicas

1 - "N" ou "M" (Chefe)

Setor América { 1 - "M" ou "L"
Latina { 1 - "L" ou "K"

Setor Estados { 1 - "M" ou "L"
Unidos e Canadá { 1 - "L" ou "K"

Setor Europa, {
Império Britânico, { 1 - "M" ou "L"
África, Ásia e {
Oceania { 1 - "L" ou "K"

Setor Transportes e Comunicações { 1 - "M" ou "L"
{ 1 - "L" ou "K"

Setor Assuntos { 1 - "M" ou "L"
Especiais { 1 - "L" ou "K"

11

Mais 1

Proposta

Divisão de Acordos Comerciais

1 - "N" ou "M" (Chefe)

Setor Política (1 - "M" ou "L"
Comercial { 1 - "L" ou "K"

Setor OCAC e (1 - "M" ou "L"
Comissões Mis- { 1 - "L" ou "K"
tas

Setor GATT (1 - "M" ou "L"
(1 - "L" ou "K"

7

Mais 7

Divisão de Estudos Econômicos

1 - "N" ou "M" (Chefe)

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 3

Divisão de Organismos Econômicos
e Sociais

1 - "N" ou "M" (Chefe)

Setor O.N.U. (1 - "M" ou "L"
(2 - "L" ou "K"

Setor O.E.A. (1 - "L" ou "K"

5

Mais 5

Atual

Divisão do Pessoal

1 - "N"

1 - "L"

2 - "K"

4

Divisão do Material

1 - "N"

1 - "K"

2

Divisão do Orçamento

1 - "N"

1 - "K"

2

Divisão de Comunicações

1 - "L"

1 - "L"

2

Arquivo

1 - "L"

1Proposta

Divisão do Pessoal

1 - "N" ou "M"

1 - "L" ou "K"

1 - "K"

3

Menos 1

Divisão do Material

1 - "N" ou "M"

1 - "L" ou "K"

1 - "K"

3

Mais 1

Divisão do Orçamento

1 - "N" ou "M"

1 - "L" ou "K"

1 - "K"

3

Mais 1

Divisão de Comunicações

1 - "N" ou "M"

1 - "L" ou "K"

1 - "K"

3

Mais 1

Divisão de Arquivo

1 - "M" ou "L"

1

Atual

Serviço de Documentação

1 - "H"

1 - "L"

2

Serviço de Publicações

1 - "L"

1 - "K"

2Serviço de Conservação
do Patrimônio

Superintendência da
Administração do Edifício

1 - "L"

1

Divisão Consular

1 - "M"

2 - "M"

4 - "L"

1 - "K"

8Proposta

Biblioteca

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2Serviço de Multiplicação
e Impressos

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Divisão do Patrimônio

1 - "M" ou "L"

1

Mais 1

Seção de Administração
do Edifício

1 - "M" ou "L"

1

Divisão Consular

1 - "H" ou "M" (Chefe)

Setor Legislação (1 - "M" ou "L"
Consular (1 - "L" ou "K"Setor Administra (1 - "M" ou "L"
ção Consular (1 - "L" ou "K"Setor Jurisdição, (1 - "M" ou "L"
Carta Patente e (1 - "L" ou "K"
Exequatur

Proposta

Divisão de Passaportes

1 - "N" cu "M" (Chefe)

Setor Concessões (2 - "M" ou "L"
de Viatos (3 - "L" ou "K"

(3 - "L" ou "K"

Setor Concessões { 1 - "K"

7

Divisão de Imigração

1 - "N" ou "N" (Chef)

Setor Imigração (2 - "L" ou "K"
dirigida (

Sector Imigração (1 - "L" ou "K"
Espontânea (

4

Mais 4

Instituto Brasileiro de
Educação, Ciência e
Cultura:

1 - 1000 04 10

1

1

Comissão Nacional de Assistência Técnica.

1 - "M" ou "L"

1

1

NAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS

Critério geral: 1 - Embaixador ou Ministro de 2a. classe
 1 - Primeiro ou Segundo Secretário
 1 - Segundo ou Terceiro Secretário

Total: 3 funcionários

Atual

Proposta

Ancara (E)

1 - "O"
 1 - "K"

 2

1 - "O"
 1 - "M" ou "L"
 1 - "L" ou "K"

 3

Mais 1

Assunção (E)

1 - "O"
 1 - "L"
 1 - "K"

 3

1 - "O"
 1 - "M"
 1 - "L"
 1 - "K"

 4

Mais 1

Atenas (L)

1 - "H"
 1 - "L"

 2

1 - "H"
 1 - "M" ou "L"
 1 - "L" ou "K"

 3

Mais 1

Atual

Beirute (L)

1 - "N"
1 - "L"
1 - "K"

3

Belgrado (E)

1 - "O"
1 - "K"

2

Berna (L)

1 - "N"
1 - "K"

2

Bogotá (E)

1 - "O"
1 - "M"
1 - "K"

3

Bonn (E)

1 - "O"
1 - "N"
3 - "L"

5

Proposta

1 - "N"
1 - "M" ou "L"
1 - "L" ou "K"

3

1 - "O"
1 - "M" ou "L"
1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

1 - "N"
1 - "M" ou "L"
1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

1 - "O"
1 - "M" ou "L"
1 - "L" ou "K"

3

1 - "O"
1 - "N" ou "M"
2 - "L" ou "K"

5

ActualProposta

Bruxelas (E)

1 - "O"

1 - "M"

2

1 - "O"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Buenos Aires (E)

1 - "O"

3 - "K"

2 - "L"

2 - "K"

8

1 - "O"

1 - "N"

4 - "M" ou "L"

4 - "L" ou "K"

10

Mais 2

Cairo (E)

1 - "O"

1 - "M"

2

1 - "N"

1 - "K" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Gamberra (L)

1 - "N"

1 - "L"

2

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

2

Caracas (E)

1 - "O"

1 - "M"

1 - "K"

3

1 - "O"

1 - "K" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

AtualProposta

Copenhague (L)

1 - "N"

1 - "L"

2

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Damasco (L)

1 - "N"

1 - "L"

2

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Estocolmo (L)

1 - "N"

3 - "L"

4

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Menos 1

Guatemala (E)

1 - "N"

1 - "K"

2

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Haia (E)

1 - "O"

1 - "M"

2

1 - "O"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

AtualProposta

Havana (E)

1 - "O"

1 - "M"

2

1 - "O"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Helsinki (L)

1 - "M"

1 - "K"

2

1 - "M"

1 - "M" ou "L"

2

Jacarta (E)

1 - "O"

1 - "M" ou "L"

2

Mais 2

Karachi (E)

1 - "O"

1 - "K"

2

1 - "O"

1 - "M" ou "L"

2

La Paz (E)

1 - "O"

1 - "M"

1 - "K"

3

1 - "O"

1 - "M" ou "L"

2 - "L" ou "K"

4

Mais 1

AtualProposta

Lima (E)

1 - "O"
 1 - "H"
 1 - "M"
 2 - "K"

 5

1 - "O"
 1 - "M" ou "L"
 2 - "L" ou "K"

 4

Menos 1

Lisboa (E)

2 - "L"

 2

1 - "O"
 1 - "M" ou "L"
 2 - "L" ou "K"

 4

Mais 2

Londres (E)

1 - "O"
 1 - "H"
 3 - "M"
 2 - "K"

 7

1 - "O"
 1 - "H"
 2 - "M" ou "L"
 2 - "L" ou "K"

 6

Menos 1

Madrid (E)

1 - "O"
 1 - "H"
 1 - "L"
 1 - "K"

 4

1 - "O"
 2 - "H" ou "L"
 1 - "L" ou "K"

 4

Manágua (E)

1 - "H"
 1 - "K"

 2

1 - "O"
 1 - "H" ou "L"

 2

México (E)

1 - "O"

1 - "H"

1 - "M"

2 - "K"

5

1 - "O"

2 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

4

Menos 1

Montevideu (E)

1 - "O"

3 - "M"

4

1 - "O"

2 - "M" ou "L"

2 - "L" ou "K"

5

Mais 1

Nova Delhi (E)

1 - "M"

1 - "K"

2

1 - "O"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Oslo (L)

1 - "H"

1 - "L"

2

1 - "H"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Ottawa (E)

1 - "O"

1 - "M"

2 - "K"

4

1 - "O"

1 - "M" ou "L"

2 - "L" ou "K"

4

AtualProposta

Panamá (E)

1 - "O"

1 - "K"

2

1 - "O"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Paris (E)

1 - "O"

1 - "H"

1 - "M"

3 - "L"

6

1 - "O"

1 - "H"

2 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

5

Menos 1

Pôrto Príncipe (E)

1 - "H"

1 - "K"

2

1 - "O" ou "H"

1 - "M" ou "L"

2

Praga (L)

1 - "H"

1 - "L"

2

1 - "H"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Pretória (L)

1 - "H"

1 - "K"

2

1 - "H"

1 - "M" ou "L"

2

Atual

- 18 -

Proposta

Quito (E)

1 - "Q"

1 - "K"

2

1 - "Q"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Roma (E)

1 - "Q"

2 - "L"

2 - "L"

5

1 - "Q"

2 - "M" ou "L"

2 - "L" ou "K"

5

Santiago (E)

1 - "Q"

1 - "M"

1 - "L"

1 - "K"

4

1 - "Q"

2 - "M" ou "L"

2 - "L" ou "K"

5

Mais 1

São José (E)

1 - "N"

1 - "K"

2

1 - "Q"

1 - "M" ou "L"

2

São Salvador (E)

1 - "N"

1 - "M"

2

1 - "Q"

1 - "M" ou "L"

2

Atual

- 19 -

Proposta

Taipei (E)

1 - "O"

1

1 - "O"

1 - "M" ou "L"

2

Mais 1

Teerā (L)

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

2

Mais 2

Tegucigalpa (E)

1 - "N"

1 - "L"

2

1 - "O"

1 - "M" ou "L"

2

Tel-Aviv (L)

1 - "N"

1 - "L"

1 - "K"

3

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Tóquio (E)

1 - "O"

1 - "L"

2

1 - "O"

1 - "M" ou "L"

2

Varsóvia (L)

1 - "N"

1 - "K"

2

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

2

<u>Atual</u>	<u>Proposta</u>
Vaticano (E)	
1 - "M"	1 - "O"
1 - "L"	1 - "M" ou "L"
<hr/>	<hr/>
2	2
Viena (E)	
1 - "M"	1 - "O"
1 - "M"	1 - "M" ou "L"
1 - "L"	1 - "L" ou "K"
<hr/>	<hr/>
3	3
Washington (E)	
1 - "O"	1 - "O"
2 - "N"	2 - "N"
1 - "M"	6 - "M" ou "L"
4 - "L"	6 - "L" ou "K"
4 - "K"	
<hr/>	<hr/>
12	15

Mais 3

Nas Missões diplomáticas: Mais 27

DELEGAÇÕES PERMANENTES JUNTO A ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Atual

Proposta

Nova York (O.N.U.)

1 - "O"
5 - "M"
1 - "L"
1 - "K"

8

1 - "O"
1 - "M"
3 - "M" ou "L"
3 - "L" ou "K"

8

Washington (O.E.A.)

1 - "M"
1 - "L"
2 - "K"

4

1 - "O"
1 - "M" ou "L"
2 - "L" ou "K"

4

Genebra (O.N.U. e O.I.T.)

1 - "K"

1

1 - "O"
1 - "M" ou "L"
2 - "L" ou "K"

4

Mais 3

Nas Delegações: Mais 3

NAS REPARTIÇÕES CONSULARESAtualProposta

Amsterdan (CG)

1 - "N"

1

1 - "N"

1 - "N" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Antuérpia (CG)

1 - "N"

1 - "L"

1 - "K"

3

1 - "N"

1 - "N" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 2

Argel (C)

1 - "N"

1

1 - "N"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Assunção (C)

1 - "K"

1

1 - "N" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Bahia Blanca (C)

1 - "N"

1

1 - "N" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Atual

Proposta

Baltimore (C)

1 - "M"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Barcelona (CG)

1 - "N"

1 - "M"

2

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Bordéus (C)

1 - "M"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Boston (C)

1 - "L"

1 - "K"

2

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Buenos Aires (CG)

1 - "N"

1 - "M"

2 - "L"

1 - "K"

5

1 - "N"

2 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

4

Menos 1

Atual

Proposta

Gadiz (C)

1 - "M"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Calcutá (C)

1 - "K"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

mais 1

Capetown (CG)

1 - "H"

1 - "K"

2

1 - "H"

1 - "M" ou "L"

2

Cardiff (C)

1 - "K"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Casablanca (C)

1 - "L"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Chicago (C)

1 - "H"

1 - "K"

2

1 - "H" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

AtualProposta

Dacar (C)

1 "L"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Dublin (C)

1 - "L"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Düsseldorf (C)

1 - "M"

1 - "L"

2

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Filadélfia (C)

1 - "M"

1 - "K"

2

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Florença (C)

1 - "M"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Francfort (C)

1 - "M"

1 - "K"

2

1 - "M" ou "L"

2 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Funchal (C)

1 - "M"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "K" ou "L"

2

Mais 1

Genebra (CG)

1 - "N"

1

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 2

Gênova (CG)

1 - "N"

1 - "L"

2

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Glasgow (C)

1 - "M"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Gotenburgo (C)

1 - "K"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

ActualProposta

Hamburgo (CO)

1 - "M"

1 - "M"

1 - "K"

3

1 - "M"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Hayre (C)

1 - "M"

1 - "K"

2

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Hong-Kong (C)

1 - "L"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Houston (C)

1 - "M"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Istambul (C)

1 - "L"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Atual

Jacarta (G)

1 - "K"

1

Kobe (CG)

1 - "M"

1 - "K"

2

Las Palmas (G)

1 - "K"

1

Lisboa (CG)

1 - "M"

2 - "M"

3

Liverpool (CG)

1 - "K"

1

Londres (CG)

1 - "M"

1 - "K"

2

Los Angeles (G)

1 - "M"

1 - "K"

2Proposta

- 28 -

Menos 1

1 - "M"

1 - "M" ou "L"

1 - "K" ou "L"

3

Mais 1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

1 - "M"

2 - "K" ou "L"

1 - "L" ou "K"

4

Mais 1

1 - "M"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 2

1 - "M"

1 - "M" ou "L"

2 - "L" ou "K"

4

Mais 2

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Atual

Proposta

Marselha (CG)

1 - "N"

1

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

2

Mais 1

Miami (C)

1 - "K"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Milão (CG)

1 - "M"

1 - "L"

2

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Montevideu (CG)

1 - "N"

1 - "M"

1 - "L"

3

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Montreal (CG)

1 - "N"

1 - "K"

2

1 - "N"

1 - "K" ou "L"

2

Munique (C)

1 - "M"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Nápoles (C)

1 - "M"

1 - "L"

2

Nova Orleans (CG)

1 - "N"

1 - "L"

1 - "K"

3

Nova York (CG)

1 - "N"

2 - "M"

2 - "L"

2 - "K"

7

Palermo (C)

1 - "M"

1

Paris (CG)

1 - "N"

1 - "K"

2

Proposta

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

1 - "N"

2 - "M" ou "L"

4 - "L" ou "K"

7

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

AtualProposta

Port of Spain (C)

1 - "K"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Pôrto (CG)

1 - "M"

1

1 - "M"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 2

Roma (C)

1 - "L"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Rosário (C)

1 - "L"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Rotterdam (CG)

1 - "M"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 3

Atual

Proposta

São Francisco (CG)

1 - "N"

1 - "L"

1 - "K"

3

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Southampton (C)

1 - "L"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Tanger (C)

1 - "M"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Toronto (C)

1 - "K"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Valparaíso (CG)

1 - "N"

1 - "L"

2

1 - "N"

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

3

Mais 1

Veneza (C)

1 - "L"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 1

Vigo (C)

1 - "M"

1

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "E"

2

Mais 1

Valência (C)

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Mais 2

Zurique (C)

1 - "M"

1 - "K"

2

1 - "M" ou "L"

1 - "L" ou "K"

2

Nas Repartições consulares: Mais 51

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
ORGANOGRAMA - 1952

PROJETO DA COMISSÃO DE ESTUDOS E ELABORAÇÃO
DO PLANO DO PROJETO DE REFORMA DO M.E.R.
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO
CONSTITUÍDA - MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES - DIRETOR DO DEPARTAMENTO
GERAL DE ASSESSORIA E CONSULTORIA

SECRETARIA DE ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO

